Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Nerêida Maria Santos Mafra de Benedictis

Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas - Bahia: a participação feminina no processo de organização de uma sociedade

Vitória da Conquista
Abril de 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Nerêida Maria Santos Mafra de Benedictis

Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas - Bahia: a participação feminina no processo de organização de uma sociedade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e

Narrativas.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Radl Philipp.

Coorientadora: Profa. Dra. Lívia Diana Magalhães.

Vitória da Conquista
Abril de 2016

B399m Benedictis, Nerêida Maria Santos Mafra De .

Memória e geografia social de mulheres em Rio de Contas – Bahia: a participação feminina no processo de organização de uma sociedade; Nerêida Maria Santos Mafra de Benedictis; Orientadora Profa. Dra. Rita Maria Radl Philipp, Vitória da Conquista, 2016.
232f.

Tese (doutorado mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Geografia Social. 2. Mulheres (Rio de Contas - BA). 3. Memória Social. 4. Geografia Humana. I. Philipp, Rita Maria Radl. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

CDD

Elinei Carvalho Santana – CRB 5/1026
Bibliotecária – UESB – Campus de Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Memory and Social Geography of women in Rio de Contas - Bahia: the female participation in the process of building a society

Palavras-chaves em inglês: Gender roles. Social space. Social geography. Social memory. Women memory. Women.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Rita Maria Radl-Philpp (Orientadora); Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (titular); Profa. Dra. Tânia R. de A. Cunha (titular); Profa. Dra. Ângela V. M. Fernandes (titular); Profa. Dra. Sonia de S. M. Menezes (titular).
Data da Defesa: 19 de fevereiro de 2016.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nereida Maria Santos Mafra Benedictis

Memória e Geografia social de mulheres em Rio de Contas- Bahia: A participação feminina no processo de organização de uma sociedade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 19 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rita Maria Radl Philipp (Presidente) Ass.:_____
Instituição: UESB e USC

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni Ass.:_____
Instituição: UESB

Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha Ass.:_____
Instituição: UESB

Profa. Dra. Ângela Viana Machado Fernandes Ass.:_____
Instituição: UNESP

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes Ass.:_____
Instituição: UFS

Para Danilo, Júlia e Laís (meus amores)

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão ao meu Deus, autor e consumador da minha fé pela oportunidade de realizar esse doutorado, por caminhar comigo dando-me a sabedoria necessária para completar essa etapa com responsabilidade e compromisso. Ao Senhor toda honra e glória!

Agradeço à minha família por todo amor e carinho, por cada momento de paciência e serviço à minha pessoa, louvo a Deus pela vida de Danilo, Júlia e Laís, obrigada por sonhar, orar e chorar comigo. A minha gratidão também ao meu pai, Jonas Mafra, pelos conselhos, por ser testemunha das memórias de Rio de Contas e me ajudar na indicação de pessoas que pudessem ajudar, obrigada painho.

Sou grata a Valdek, Nana e Alice por ajudarem com as narrativas e imagens que necessitei. Obrigada por estarem à disposição sempre que necessitei.

Às funcionárias do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, Vanilha e Eucária por me concederem tempo e amizade na busca dos documentos e fontes históricas sobre a história de Rio de Contas.

Aos moradores da cidade de Rio de Contas e das Comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, a cada pessoa que testemunhou com suas narrativas e puderam, juntamente comigo, construir a memória das mulheres estudadas.

À minha orientadora por todo apoio, amizade e responsabilidade. Rita, “Contigo aprendi mucho, tu fostes especial em cada momento desta construción! No tengo palabras para agradecer todo cariño e atención”.

À Susana, secretária do CIFEX, por todo apoio e amizade durante o Estágio Doutoral em Santiago de Compostela, Obrigada Su!

Obrigada a Luci, pela amizade durante as classes do estágio doutoral.

Aos irmãos e amigos que conheci na Espanha, a Judite, a Davi, a Paco, a Viviana, a Luiz e Patricia que caminharam comigo e minha família em um tempo especial. Esse tempo selou uma amizade eterna, vocês foram e são uma família na Espanha. Obrigada por tudo.

À minha gratidão a Fonseca, Martita, Bia e Lipe pelas orações, pelos conselhos e amor sempre. Bia, ainda me recordo da pesquisa sobre as mulheres da Albânia. Obrigada a Paula, Tina e Marcos que sempre oraram por essa tese.

À Professora Tânia Rocha, jamais poderia deixar de mencioná-la, pois foi ela quem me apresentou, pela primeira vez, a noção de um trabalho sobre as mulheres. Você foi, e é dez. Obrigada pelo carinho e compromisso com o planejamento dos estudos.

À Professora Lívia Magalhães, por me possibilitar uma compreensão sobre os estudos da memória social. Obrigada por cada discussão nas disciplinas, por instigar os estudos. Foram essas leituras e discussões que me estimularam pela busca do saber desse campo tão complexo. Ainda estou no início.

Obrigada aos meus colegas do doutorado, principalmente a Shirlene, Daisy, Alex, Tânia e Renailda pelo carinho, amizade e incentivo aos estudos. Nós somos vencedores. Fomos a primeira turma de um doutorado em memória, ufaaa. Quanta responsabilidade! Estou saindo dessa etapa acreditando que necessito estudar mais, investigar mais e conhecer mais. Com vocês vivi tempos difíceis e de descobertas.

À minha amiga e irmã em Cristo, Geisa Mendes, pelas leituras, apoio e dedicação ao meu trabalho. Agradeço ao Senhor por tê-la colocado em minha vida, você foi uma pessoa importante na conclusão dessa tese.

Obrigada à Gal, Cau, Sandrinha, Dri e Déa, minhas colegas da Área de Ensino de Geografia pelo apoio e carinho, vocês fazem parte da minha trajetória. Obrigada aos meus colegas e funcionários do Departamento de Geografia por cada ajuda e presteza.

Obrigada a Miri por instigar as novas discussões acerca da memória. Obrigada amiga!

Por fim, aos irmãos da Igreja que sempre oraram por mim, se preocuparam obrigada a cada um!

Obrigada a todos.

“Há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las”
(Paul Ricoeur, 2007)

RESUMO

A tese aqui apresentada teve como finalidade, realizar uma análise científica acerca da Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas - Bahia: a

participação feminina no processo de construção de uma sociedade. As reflexões foram constituídas levando-se em consideração as concepções teóricas sobre: a Memória, como um meio para a reconstrução da memória das mulheres estudadas, tendo como base os testemunhos e a prova documental; à Geografia Social, pela qual foi realizada uma análise desse ramo da Geografia Humana, numa perspectiva geográfica do espaço, como categoria de análise da Ciência Geográfica, que identificou no espaço público e no espaço privado de Rio de Contas, nas Comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, as relações instituídas e a prática social das mulheres na família, no trabalho e na própria sociedade. A investigação e as análises foram realizadas tomando-se como base a teoria crítica do conhecimento, pois compreendemos ser ela de suma importância para a apropriação do contexto histórico e social que deram origem ao conhecimento sobre as mulheres e para a (re) construção das memórias femininas de mulheres latoeiras, comunistas, rezadeiras e educadoras que permaneceram, por muitos séculos, invisíveis à história oficial. Como resultado do trabalho pode-se identificar que a memória social de Rio de Contas e das comunidades supracitadas, diferentemente do que foi, durante anos, apresentado pela maioria das teóricas feministas fazem referência às mulheres estudadas como sendo mulheres que desenvolviam, em parte, atividades masculinas e tiveram um protagonismo social importante de que foram referência para a sociedade nos aspectos econômicos, sociais e políticos.

Palavras-Chave: Espaço social. Geografia social. Memória social. Memória feminina. Mulheres. Papeis de gênero.

ABSTRACT

The thesis presented here was aimed to conduct a scientific analysis about the memory and Social Geography of women in Rio de Contas - Bahia: the female

participation in the process of building a society. Reflections were made taking into account the theoretical conceptions about : a memory, as a means to rebuild the memory of the studied women, based on the testimonials and documentary evidence; the Social Geography, by which an analysis of this branch of Human Geography was held in a geographical perspective of space, as a category of analysis of Geographic Science that identified in the public space and the private space of Rio de Contas, on the communities of Barra, Bananal and Mato Grosso, the established relationships and social practice of women in the family, at work and in society itself. The research and analysis were performed using as a base the critical theory of knowledge, for we understand that it's of a paramount importance to the appropriation of historical and social context that gave rise to the knowledge upon women and for (re) construction of women's memories of the latoeiras, communists, mourners and educators women who remained for many centuries, invisible to the official History. As a result of work ,it can be identified that the social memory of Rio de Contas and the above communities, different from what was, for years, presented by most feminist theorists, refers to the studied women as women who developed , partly , male activities and they had an important social role that was an economic , social and political reference to society.

Keywords: Gender roles. Social space. Social geography. Social memory. Women memory. Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Possibilidades de definição do espaço como objeto da Geografia..... 91

FIGURA 02: Mapa do Estado da Bahia, em destaque o Município de Rio de

Contas – Bahia..... 115

FIGURA 03: Componentes essenciais da operação de confiabilidade do testemunho..... 126

FIGURA 04: Escola Municipal Barão de Macaúbas – Rio de Contas – Bahia, 2013..... 145

FIGURA 05: Igreja Nossa Senhora Santana– Rio de Contas – Bahia, 2013..... 146

FIGURA 06: Antiga Casa de Fundição – Rio de Contas – Bahia, 2013..... 146

FIGURA 07: Igreja Santo Antonio, Comunidade de Mato Grosso - Rio de Contas – Bahia..... 147

FIGURA 08: Jornais em circulação na cidade de Rio de Contas – Bahia, no início do século XX..... 155

FIGURA 09: Informação sobre o resultado da Eleição Municipal em Rio de Contas – Bahia, 1923..... 156

FIGURA 10: Foto de Maria Brandão dos Reis Brandão, Rio de Contas – Bahia (Data desconhecida)..... 175

FIGURA 11: Registro de nascimento do filho de Maria Brandão..... 177

FIGURA 12: Foto de Ana Helena de Aguiar, Comunidade do Bananal- Rio de Contas – Bahia (data desconhecida)..... 187

FIGURA 13: Comunidade da Barra – Município de Rio de Contas- Bahia, 2013..... 188

FIGURA14: Comunidade do Bananal – Município de Rio de Contas- Bahia, 2013..... 189

FIGURA 15: Templo da Igreja no Povoado do Bananal onde Sá Ana rezava..... 192

FIGURA 16: Fotos de Dona Eufrosina Novais Silva e de sua filha Ana Avelina da Silva, Rio de Contas – Bahia (data desconhecida)..... 193

FIGURA 17: Foto Aurora de Lima Oliveira, Comunidade de Mato Grosso – Rio de Contas – Bahia (data desconhecida)..... 200

FIGURA 18: Casa onde viveu Dona Aurora, no Povoado de Mato Grosso Município de Rio de Contas – Bahia, 2015..... 202

FIGURA 19: Turmas de alunos de Dona Aurora Oliveira da Comunidade de Mato Grosso – Rio de Contas – Bahia 203

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15

2 O CONHECIMENTO DAS MULHERES E DE GÊNERO, ALGUNS ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS..... 27
2.1 O CONCEITO GÊNERO..... 27
2.2 O MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS MULHERES..... 33
2.2.1 A luta pelos direitos das mulheres..... 39
2.2.2. Os direitos das mulheres e o conhecimento das mulheres..... 47
2.3 CONHECIMENTO E CONHECIMENTO EPISTEMOLÓGICO SOBRE AS MULHERES..... 50
2.4 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO MODERNO E O CONHECIMENTO DAS MULHERES 56

3 MEMÓRIA E ESPAÇO SOCIAL..... 66
3.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA MEMÓRIA SOCIAL..... 68
3.2 ESPAÇO SOCIAL..... 76
3.3 O ESPAÇO DOMÉSTICO..... 82
3.4 A GEOGRAFIA SOCIAL E O CONHECIMENTO SOBRE AS MULHERES..... 85
3.5 GEOGRAFIA E ESPAÇO GEOGRÁFICO:DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICA..... 89
3.5.1 O conhecimento científico do espaço geográfico na ciência atual moderna: distintas concepções epistemológicas..... 91
3.6 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DAS MUDANÇAS SOCIAIS..... 94
3.6.1 As mudanças sociais no brasil..... 107
3.6.2 Aspectos históricos das mudanças sociais no estado da Bahia e em Rio de Contas..... 113

4 MEMÓRIA E TESTEMUNHO..... 118
4.1 O TESTEMUNHO..... 119
4.2 O ENFOQUE METODOLÓGICO DOS TESTEMUNHOS NA PESQUISA SOCIAL..... 121
4.3 O TESTEMUNHO DE MULHERES COMO RECURSO METODOLÓGICO NOS ESTUDOS DE GÊNERO..... 133

5 DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA..... 139
5.1 O ESPAÇO SOCIAL DE RIO DE CONTAS: O CENÁRIO DO ESTUDO..... 141
5.2 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE RIO DE CONTAS BA..... 153
5.3 O CAMPO COMO PARTE DE UM MOMENTO EXPLORATÓRIO PARA A REFLEXÃO DO ESTUDO: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA..... 164
5.3.1 A hipótese central do trabalho e as categorias analíticas..... 166
5.3.2 As entrevistas semiestruturadas como um instrumento para a construção das narrativas..... 170

6 APRESENTAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FEMININA EM RIO DE CONTAS – BAHIA: AS NARRATIVAS DAS MULHERES ESTUDADAS..... 173
6.1 MARIA BRANDÃO (1900 – 1970)..... 175
6.2 A MULHER PATRONA: ANA HELENA DE AGUIAR (DATA DE NASCIMENTO E MORTE DESCONHECIDA)..... 187
6.3 EUFROSINA NOVAIS SILVA (1901- 1982) E ANA AVELINA DA SILVA (1916- 1985): A MEMÓRIA DAS MULHERES LATOEIRAS..... 192
6.4 AURORA DE LIMA OLIVEIRA (1935 – 1988)..... 199

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... 205
7.1 DEFINIÇÃO DO PAPEL FEMININO NA FAMÍLIA..... 205
7.2 DEFINIÇÃO DO PAPEL FEMININO NO ESPAÇO SOCIAL DA COMUNIDADE..... 206
7.3 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DA FAMÍLIA..... 208
7.4 AS ATIVIDADES PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NO ESPAÇO PÚBLICO DA COMUNIDADE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO COM OS HOMENS DA FAMÍLIA E NO ESPAÇO SOCIAL PÚBLICO DA COMUNIDADE..... 209
7.5 A COMPROVAÇÃO DAS HIPÓTESES..... 212

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 218

REFERÊNCIAS..... 223

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como finalidade estudar a Memória e a Geografia Social de mulheres na cidade de Rio de Contas – Bahia e a participação das mesmas no processo de organização da sociedade. Para tanto, realizou-se uma discussão, por meio da reconstrução da memória feminina, tomando como base as narrativas dos testemunhos na pesquisa social, a prova documental e a aproximação entre a memória e os campos de análise da Geografia Social e do Estudo sobre Mulheres.

Em relação à Geografia Social, adotamos o espaço como a categoria de análise geográfica, numa visão social, sobretudo, do espaço vivido das mulheres. Em relação ao estudo sobre Mulheres foi realizada uma compreensão sobre as teorias do movimento feminista e a inserção da condição da mulher em cada contexto.

A discussão em torno destes referenciais teórico-conceituais tem permeado diversos debates e vem se constituindo em um campo fértil de realização de pesquisas, configurando, portanto, um caminho desafiador, instigante e extremamente rico de possibilidades. Assim, diversos pesquisadores e pesquisadoras vêm se despertando para a importância destas questões que têm sido cada vez mais frequentes em diferentes linhas de pesquisa. Os resultados destas reflexões trazem contribuições significativas que têm possibilitado revelar muitos aspectos que permaneciam à margem da análise das Ciências Humanas e Sociais.

Sabemos que o contexto no qual estamos inseridos é essencialmente complexo e dinâmico. Diante desta constatação, entendemos que o campo da memória nos permitiu uma visão diferenciada sobre determinados contextos, principalmente, nos estudos sobre as mulheres, pois proporcionou a percepção de vertentes ainda pouco exploradas e repletas de significados no que concerne ao espaço social.

O estudo sobre as mulheres se constitui, portanto, como um importante campo do saber, sobretudo, no que diz respeito ao seu papel na sociedade. Destaca-se que, tal importância, se deve às mudanças históricas que ocorreram na sociedade e que impulsionaram a inserção das mulheres em novos espaços, especialmente no espaço público.

Nesse contexto, o Município de Rio de Contas- BA foi um importante centro aurífero da Chapada Diamantina durante os séculos XVII e XVIII possuindo uma vinculação na formação da sociedade, com o processo de mineração. Essa realidade favoreceu o crescimento urbano e possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas, produzindo marcas na arquitetura da cidade com a construção de grandes casarões e prédios, e em relação à população, desenvolveu novos valores, nas artes, educação e, sobretudo, novos hábitos e costumes.

Nessa conjuntura, Rio de Contas é o espaço do saber das mulheres, que tiveram uma expressão na organização da sociedade e que é objeto dessa tese. É certo que o estudo sobre a Memória e a Geografia social de mulheres em Rio de Contas, devido à escassez de fontes, se constituiu, como um campo em construção. Por isso, há lembranças que ainda precisam ser testemunhadas, pesquisadas e analisadas. Foi um percurso que exigiu um olhar sem convencionalismos presentes nas fontes documentais e no espaço social da cidade.

Foi também, o momento de compreender as mudanças, contextualizando o que aconteceu no espaço e no tempo, com os seus sujeitos, em particular, as mulheres. Foi o movimento da lógica constituída, que desempenhou um papel no processo histórico de transformar mentalidades e ideologias arraigadas na memória social.

Para a compreensão sobre a participação e a relevância do papel das mulheres nessa sociedade, buscamos, junto à população da cidade de Rio de Contas e das comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, situadas em seu Município, a indicação de mulheres que foram expressão para a população. A partir dessa pesquisa exploratória foram indicados os nomes de Maria Madalena Brandão dos Reis, D. Ana Silva, Eufrosina Novaes da Silva originárias da cidade de Rio de Contas e Ana Carolina Aguiar, conhecida como Sá Ana da Comunidade de Barra e Bananal e Aurora Lima de Oliveira moradora do Povoado de Mato Grosso.

Em relação às mulheres estudadas, com exceção de D. Aurora, que era branca e educadora primária, as demais eram negras, iletradas e possuíam um papel significativo no espaço público dessa sociedade emblemática. Alguns relatos apontaram um caráter de resistência frente a uma sociedade preconceituosa e discriminadora. A discriminação não era apenas por ser mulher, mas também pela cor e pelo nível social. Outro fator importante foi a base temporal da pesquisa, todas essas mulheres foram contemporâneas umas das outras, por isso ao considerar as

narrativas dos testemunhos e os registros de nascimento, verificamos que essa base deveria compreender o período de 1900 a 1990.

Abordar sobre a memória e a geografia social de mulheres em Rio de Contas - BA foi um desafio, pois remeteu a questões estruturais de uma sociedade tradicional e conservadora. Diante disso, uma proposição, dentre outras, mobilizou o caminho da pesquisa: a de que a memória social de Rio de Contas multireferencia a mulher como sujeito ativo na organização política, social e econômica do Município. Por isso, construímos a Tese de que na sociedade de Rio de Contas as mulheres pesquisadas ocuparam espaços femininos, mas também romperam com o papel tradicional das mulheres e irromperam no espaço público extradoméstico.

Tais considerações apontaram para uma análise sobre o conhecimento que os testemunhos tinham sobre as condições de vida das mulheres indicadas pela população riocontense para a apreensão da Memória delas e da Geografia Social no processo de organização da sociedade de Rio de Contas – BA. Em razão disso, alguns objetivos específicos foram elaborados para a operacionalização do estudo:

- ✓ Reconstruir a memória e a geografia social das mulheres que são expressão para a cidade de Rio de Contas e para as comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso;
- ✓ Compreender a importância da participação feminina nos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais na sociedade riocontense;
- ✓ Identificar a influência das mulheres na organização das comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso;
- ✓ Conhecer a situação da mulher nos grupos sociais, aos quais faziam parte com o objetivo de situá-las no tempo e espaço;
  Averiguar a formação social dessas mulheres.

Dessa forma foram estabelecidos alguns procedimentos metodológicos que nortearam a elaboração da tese:

- ✓ Revisão bibliográfica para aprofundamento do referencial teórico;
- ✓ Levantamento de fontes impressas (Documentos dos Arquivos Públicos de Rio de Contas e Salvador, Monografias, Dissertações,

Teses) sobre a cidade, as comunidades e as mulheres-sujeito da pesquisa;

- ✓ Realização de estudo sobre a sociedade de Rio de Contas, das comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, sua constituição e características com o intuito de compreender o contexto social desses espaços para a contextualização de vida das mulheres estudadas;
- ✓ Utilização de documentos digitalizados (jornais e revistas do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas);
- ✓ Realização de entrevistas semiestruturadas com a população de Rio de Contas, que deram testemunho sobre as mulheres indicadas para a pesquisa. Nesse caso, foram gravadas e transcritas para melhor análise e elaboração do trabalho. Assim como uma "colcha de retalhos", os testemunhos foram atestados e usados para a reconstrução da memória e da geografia social das mulheres que foram indicadas como referência para a cidade de Rio de Contas e para as comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso. Essa reconstrução possibilitou uma maior compreensão da história de vida das mesmas e do espaço social em que estavam inseridas;
- ✓ Sistematização e análise dos dados coletados.

As referências teóricas, cujas fontes documentais abordam sobre as mulheres nesse período, possuem certa limitação. Nesse sentido, rememorar essas vidas foi compreender essa sociedade que traz no seu âmago um passado e um presente, por meio do qual as mulheres eram incessantemente cerceadas em seus direitos e padrões. Por isso, tiveram de enfrentar essa realidade a fim de avalizar a sua condição e o seu papel.

O presente estudo, também possibilitou, além do conhecimento das mulheres, a valorização da sua expressão, do seu testemunho e do seu lugar no espaço/tempo. Em relação à Geografia, principalmente à Geografia Social foi um desafio estruturar esse estudo fora da perspectiva tradicional, a qual referencia a mulher, por meio da condição humana, numa dimensão social que se configura, sobretudo, por descrições e análises de temáticas envolvendo, em certa medida, um caráter exclusivamente masculino.

Para distanciarmos dessa configuração, foi realizado um conhecimento sobre a situação da mulher nos grupos sociais, com o objetivo de situá-la no tempo e espaço, pois tanto o tempo como o espaço possuem um papel relevante para a conservação da memória (OCHOA, 2005). Assim, o estudo foi realizado por meio de uma concepção social, bem como pela representação do espaço feminino no interior dos grupos. Para dar suporte a essa pesquisa, utilizamos a memória biográfica, isto é, a memória das experiências pessoais que foram vividas pelas mulheres em um contexto social (OCHOA, 2005).

Deste modo, foi importante definir a concepção de espaço adotada para o estudo. Como a compreensão da memória nesse trabalho, fundamentou-se no entendimento de que ela se constrói e reconstrói por meio dos grupos sociais, a concepção sobre o espaço também foi ancorada numa relação histórica, produzida pelos sujeitos por meio das relações sociais constituídas.

Portanto, o conceito de espaço não é neutro, ele é produto e produtor das relações sociais, é ao mesmo tempo resultado e o responsável pela organização da sociedade, de suas relações, da construção e reconstrução da memória, o lugar do material e do imaterial, da estratificação e das lutas sociais.

Assim, adotamos a concepção do espaço de Lefebvre (1992 [1974]) que concebe o espaço como um produto social e por isso não pode ser resumido exclusivamente como o físico, pois compreende as relações sociais. Dessa forma, o espaço é o espaço da vida social, do trabalho, das tradições, dos grupos, das incongruências, das construções e reconstruções da memória, ele é “[...] testemunha da memória do espaço construído das coisas fixadas na paisagem criada” (SANTOS, 2000, p.173).

E, para apreender a memória das mulheres nesse espaço, nos apropriamos da noção do sociólogo francês Halbwachs (2006) sobre a memória social ou coletiva. O lugar da construção da memória é no espaço, ambiente dos grupos, nos aspectos da vida e da estrutura da sociedade, porque ele traz a marca dos grupos sociais e, sem o qual, nenhuma memória coletiva se desenvolveria. Para o autor,

> O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recordar o que nele traçamos, se o quadro-negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendemos? Não. Mas o local recebeu a marca dos grupos e vice-versa. Todas as ações dos

> grupos podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos (HALBWACHS, 2006, p. 160).

Isso significa dizer que cada detalhe do espaço diz respeito aos membros dos grupos, pois o lugar por eles ocupado possui uma estrutura e estilo de vida que lhes são peculiares, pois os grupos se fecham na conjuntura que construíram. Dessa forma, os grupos se vinculam a um determinado lugar/espaço, pois essa relação os torna próximos e cria entre os seus membros as relações sociais. É importante salientar que, esse espaço é um espaço de disputas, e como a memória da mulher está inserida nele, relaciona-se às experiências vividas, às lembranças, portanto, é um espaço carregado de testemunho e linguagem.

Por conseguinte, esse estudo, se constituiu como um grande desafio teórico-metodológico. Tal desafio se expressou pela própria temática que foi nova para a minha experiência como geógrafa. O interesse pelo tema ocorreu quando passei a visitar o campo empírico da pesquisa e realizar pesquisas exploratórias. A proximidade com a parte teórica foi possibilitada pelo Estágio doutoral no Centro Feminista de Estudos de Xenero (CIFEX), na Universidade de Santiago de Compostela na cidade de Santiago de Compostela – Espanha, durante o ano de 2013 a 2014, local onde pude realizar diversas leituras relacionadas à temática estudada.

Esperamos que, como geógrafa, através do diálogo entre os conceitos apontados nessa tese e os demais que poderão ser acrescidos, possamos ter apreendido aspectos importantes para a construção de uma geografia social que coopere para com a busca de dados que permaneciam ocultos e que necessitam ser revelados. O que certamente conduzirá novas expectativas, as quais foram arraigadas na minha trajetória intelectual.

Nesse sentido, compreender o papel da mulher nessa sociedade é adentrar no seu espaço de vivência. Esse lugar é onde as relações sociais são concretizadas por meio dos quadros sociais que a compõem. Esses quadros são estabelecidos por uma rede de relações sociais e são representados pela Família, Igreja, Estado, Escola, etc.

Pensar sobre o espaço de vivência foi refletir o espaço social, sobre a Geografia Social, isto é, no modo de viver de uma sociedade, da sua organização,

normas, ideologias, do seu processo de desenvolvimento, de suas relações, contradições, comportamentos, instituições.

Portanto, o estudo sobre a Geografia Social, especificamente, de mulheres refletiu sobre os aspectos que definiram o lugar dessas mulheres no espaço de Rio de Contas, não apenas físico, mas, sobretudo, social, no mundo privado e público das relações sociais. Esse conhecimento investe a geografia com a possibilidade de estudar sobre os povos, as raças, as religiões, a vida econômica, a cultura, a política bem como sobre as mulheres. Pois essa ciência poderá nos fornecer a visão de mundo que acrescentará e abrangerá a distinção entre os espaços públicos e privados, associados à mulher e ao homem.

A organização do espaço social, por meio dos quadros sociais, permite a ordenação de uma estrutura que marca o papel de cada indivíduo na sociedade. Nessa forma de organização e no papel que cada indivíduo realiza surge a estratificação social. Esta, por sua vez, compreende a divisão hierárquica estabelecida entre os sujeitos dentro dessa estrutura, os quais possuem papeis diferenciados, aqui representados pelas mulheres e homens.

Essa compreensão parte da concepção de que não é apenas o aspecto econômico o motivador das desigualdades na sociedade, pois, se assim o fosse, a mulher estaria atrelada a uma determinada classe e não sofreria discriminações. No entanto, não foi isso que se observou na história das mulheres, descritas por intelectuais do movimento feminista, pois, tanto as que pertencem a um nível elitizado da sociedade, como as que pertencem a uma classe menos abastada, em certa medida, são vítimas do preconceito e discriminação.

Ao apontarmos sobre a discriminação e o preconceito sofrido pelas mulheres, nessa tese identificou-se uma nova realidade para essa condição, principalmente no que diz respeito às mulheres menos favorecidas economicamente. Foram identificados, nos grupos, os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que influenciam no comportamento, no modo de ser e ver de cada sociedade no tempo e espaço.

Um desses mecanismos foi o movimento feminista, que defende os direitos da mulher e a sua emancipação política, econômica, social e jurídica em relação ao homem. Esse fato se deveu pela estrutura contraditória da sociedade a qual, por muitos anos, discrimina a mulher por razões sexistas.

Nessa perspectiva, ter estudado sobre os aspectos da vida das mulheres na sociedade riocontense nos permitiu aprender sobre os seus valores e a sua memória como uma construção social, finita e no tempo. Para Halbwachs (2006), na sociedade há uma diversidade de comportamentos, intenções, anseios, e, essas características se materializam por meio das relações sociais. Diante disso, algumas questões nortearam o trabalho: a) Onde as mulheres aparecem nessa sociedade? Por que galgaram essa confiança? Qual a expressividade dessas mulheres para a sociedade riocontense? A posição que assumiram era decorrente de alguma formação?

A visão de Halbwachs atribui à memória a função de fomentar a relação entre os membros de um grupo, tendo por base o seu passado coletivo, com valores e significações. Dessa forma, a memória coletiva é o lugar de ancoragem da identidade do grupo, de base comum, cujas características atribuem a sua continuidade no tempo e no espaço (HALBWACHS, 2006).

Usando a obra “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir (1949), ponderamos sobre algumas questões, que não fizeram parte do nosso objeto de estudo, mas que compuseram o quadro para conhecimento sobre o papel da mulher na sociedade de Rio de Contas: ser mulher compromete as suas vidas? Quais as possibilidades oferecidas, e quais lhes foram negadas? Qual a condição feminina? Como superar as desigualdades?

Tais questões mobilizaram a discussão e permitiram conhecimento, permitiram a utilização da Geografia Social e da memória como importantes recursos para a concepção do comportamento e da situação das mulheres em sociedade. Pois, sabemos que esse conhecimento compreende a análise do sujeito envolvido em relações com outros, sendo o espaço geográfico o meio que concede a conexão entre os acontecimentos. O espaço é o alicerce para a compreensão do mundo vivido, portanto é a totalidade das ações e interferências do meio onde o sujeito se encontra. E, a memória, a base para a experiência vivida, o exercício de transmissão e tradições que são expressas pelos sujeitos por meio dos grupos aos quais participa.

Como os trabalhos alusivos às mulheres, nesse período, possuem certa limitação em relação às fontes documentais. A pesquisa realizada no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas retratou muito pouco sobre as mulheres. E, no caso das mulheres selecionadas, em virtude de sua condição social, não foi

encontrado nenhum documento sobre a vida delas, as quais, de forma discreta e revolucionária, vivenciaram esse período histórico e contribuíram, para a organização da sociedade riocontense.

É certo que o presente estudo abrangeu uma discussão complexa, que envolveu os aspectos epistemológicos sobre o conhecimento das mulheres. Portanto, foi um processo aprofundado por meio de uma investigação científica, tendo como base uma concepção epistemológica - crítica- emancipativa, pautada numa pesquisa qualitativa. Tal percepção foi de suma importância, pois promoveu um maior embasamento teórico-metodológico para as investigações empírico-teóricas.

Baseado nesse contexto, por se tratar de uma pesquisa com um tema novo, tornou-se um desafio ainda maior. Nessa perspectiva, foi imprescindível um estudo mais fundamentado, o que proporcionou a constituição de um espaço de conhecimento interdisciplinar que envolveu os estudos sobre a memória, a Geografia social e o conhecimento de mulheres.

Em observância a esse contexto, as mulheres estudadas nessa tese, foram mulheres que se diferenciaram das mulheres das classes mais abastadas da sociedade, pois não são mulheres que sofriam a diferença por apenas serem mulheres, mas também pela classe social a qual pertencia. Eram mulheres que estavam no espaço público por uma questão de sobrevivência, que viam o trabalho por essa visão, era a troca do trabalho pela sobrevivência da família, eram mulheres que, como as demais, buscavam sua emancipação, seu reconhecimento e um lugar na sociedade, porém em espaços e condições diferentes das intelectuais que escreveram e teorizaram sobre o conhecimento a respeito das mulheres.

Resguardando as devidas proporções, as mulheres estudadas não são apenas as mulheres do silêncio, da invisibilidade, são mulheres que tiveram uma expressão dentro de uma sociedade aurífera e escravista, mulheres que romperam com o silêncio, com as marcas de uma trajetória histórica que foi constituída pelo poder masculino e por uma sociedade classista.

Por isso, não poderíamos deixar de fora o contexto econômico e social, sobre o qual está inserida uma sociedade de classes que coage homens e mulheres a viverem em situação de desigualdades, uma estrutura social que corrobora com as diferenças. O intuito dessa tese não foi o de polemizar o homem em detrimento da mulher, não foi discutida aqui uma teoria feminista da diferença, mas é importante

enfatizar que na busca pela memória social das mulheres, numa sociedade masculina, há também sujeitos que sofrem desigualdades, que são rechaçados por sua condição econômica e social.

Conforme Phillip (2010, p. 136) a sociedade, em seu contexto histórico e social, privou por muitos séculos, de forma sistemática, as mulheres de se desenvolverem como sujeitos da história, despojando-as dos direitos políticos e sociais. A autora nos revela que:

> les es negado moverse libremente en las sociedades, se les coacciona y se les obliga vestirse de una forma determinada, en muchas sociedades no tienen voz ni voto, no pueden muchas veces ni siquiera ganarse su propio sustento, se les obliga a casarse y someterse a la voluntad de una familia y marido que les maltrata, se les mantiene en la pobreza y dependencia absoluta, se les niega recibir una educación mínima, se les impide ejercer su profesión, se les viola impunemente en cualquier conflicto bélico y se les niega el ejercicio de sus derechos de ciudadanía (PHILIPP, 2010, p. 136).

Abordar sobre os direitos humanos, nos moveu para uma visão, em particular, do conhecimento sobre as mulheres, a sua condição em sociedade e do seu papel como mulher nessa sociedade e na família. Contudo, tal abordagem não deve ser realizada apenas por um ângulo, por uma visão unívoca sobre as mulheres, pois compreendemos que na vida em sociedade, para a construção da memória social, participa homens e mulheres que interagem e produzem, por meio das relações sociais, diferentes visões, conflitos, contextos, interesses e cotidianos.

Não enxergar essa realidade é apagar, também, a nosso ver, a totalidade das relações sociais, entre homens e mulheres e a construção e reconstrução de suas memórias. Não podemos compreender essa relação apenas por uma vertente, mas ter a percepção de que esse mundo é complexo e pode, à medida que o conhecemos, para além da aparência, construir uma sociedade transformada por valores que conduza os sujeitos à emancipação política e econômica. Salienta-se também que o discurso androcêntrico não possui classe social, ele está impregnado nos pensamentos construídos socialmente e perpassa pelo cotidiano da vida em sociedade, seja ela pobre ou rica.

Nessa tese não abordamos sobre o caráter complexo das identidades de gênero e nem compreendemos a mulher como categoria e sim como sujeito. O estudo em questão versa o saber sobre as mulheres, dando voz às suas memórias

femininas, na compreensão de que essas mulheres não são apenas possuidoras de diferenças físicas e emocionais, mas também da sua interação com uma sociedade que é estratificada e, em certa medida, preconceituosa pela condição social e econômica de homens e mulheres.

O plano a que recorremos foi o de demonstrar que o feminismo também possibilitou um novo olhar, ainda que diferente para as mulheres esquecidas e pobres da sociedade. Nesse sentido, tornar visível suas memórias faz parte de uma preocupação com a instituição e criação de espaços de memória como os arquivos públicos que podem acumular os dados de uma história das mulheres que não foi narrada pela história. Por isso, buscamos nas narrativas dos testemunhos, porque não há base para uma investigação nos testemunhos escritos sobre a história das mulheres estudadas nessa tese.

Para Perrot (1989), as mulheres possuem um desejo de serem ouvidas, de serem reconhecidas, de serem sujeitos da história. Essa forma de pesquisar sobre as mulheres poderá conduzir a um estudo sobre "[...] a forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada" (PERROT, 1989, p.18).

Pensando na produção de um trabalho original e das reflexões que podem ser realizadas por meio dos significados proporcionados por esse estudo, a presente tese foi estruturada em duas partes, a primeira se constitui na parte teórica e a segunda parte empírica.

A parte teórica é constituída de 03 capítulos. No primeiro capítulo foram apresentados os referenciais teóricos sobre o conhecimento das mulheres e do gênero e seus aspectos epistemológicos. Esses pontos foram imprescindíveis para a compreensão da concepção epistemológico-crítica do conhecimento sobre as mulheres e a relação da mulher como sujeito do passado e presente;

- ✓ No segundo capítulo foi abordado sobre a memória e o espaço social; as concepções teóricas da memória e a constituição do espaço social e das mudanças sociais no mundo, no Brasil e na Bahia. Esse capítulo possibilitou o reconhecimento de que a memória é impregnada de subjetividades, ela é o lugar de vivências e experiências de homens e mulheres, que são, no tempo e no espaço, construídas e reconstruídas por seus sujeitos e pelos grupos aos quais fazem parte. Assim, essas

memórias são individuais e coletivas e se materializam no espaço ao qual o grupo faz parte. Esse espaço é o lugar, a esfera social onde os sujeitos vivem, é o espaço das disputas, das interações e das relações sociais.

- ✓ No terceiro capítulo foi trabalhado sobre a memória e o testemunho. Nesse sentido, foi analisada a importância do testemunho para a construção e reconstrução da memória, pois ele não é apenas individual, mas também uma construção social e está submerso na sociedade, sendo assim, a sua construção perpassa os grupos sociais.

Na parte empírica, composta de 02 capítulos, foi apresentada a teoria e a metodologia aplicadas, bem como a delimitação do campo empírico da pesquisa, o espaço social de Rio de Contas – Bahia, a representação das mulheres no Arquivo Público da Cidade de Rio de Contas, as hipóteses centrais e as categorias de análise do estudo. Essa parte foi a que dinamizou o processo do conhecimento. Nesse item também foram apresentadas as narrativas sobre as mulheres estudadas, os testemunhos e as discussões dos resultados. Após as discussões desses pontos foram realizadas as considerações acerca da pesquisa.

2 O CONHECIMENTO DAS MULHERES E DE GÊNERO, ALGUNS ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS

Ao estudarmos sobre a memória e a geografia social de mulheres foi proeminente discutirmos sobre o conceito de gênero, o processo histórico do movimento pelos direitos das mulheres, a sua história e o enfoque epistemológico sobre o conhecimento das mulheres. Esses tópicos deram o embasamento teórico necessário para compreendermos sobre que tipo de memória e de geografia social deveria pensar e desenvolver.

Foi necessário ainda, conhecer o contexto que circundou e envolveu a vida das mulheres na sociedade, principalmente nos séculos XVIII e XIX que desencadearam as sucessivas lutas e conquistas pelos direitos das mulheres e que apontam para o conhecimento das mesmas.

Esse tema é também de suma importância para a percepção do lugar da mulher na sociedade e na ciência moderna, os espaços de memória ocupados pelas mesmas historicamente, suas memórias invisíveis, seus ladeares de paredes, as memórias silenciadas que foram durante muitos séculos restritas ao espaço doméstico.

Mesmo sentenciada, de acordo com as teóricas feministas, ao espaço doméstico, as mulheres escreveram sobre suas vidas em diários, cartas e poesias. No entanto, há mulheres que não deixaram nenhum registro escrito de suas vidas, mas a memória social tem tornado manifesto os seus espaços de vivências. Portanto, dar voz a esses escritos e testemunhos é dar voz a essas mulheres, às suas histórias, lutas, conquistas, à sua invisibilidade, aos seus significados e às suas experiências numa sociedade androcêntrica.

Assim, no presente ponto aprofundamos, então, o tema do conhecimento e o movimento pelos direitos das mulheres de forma teórica para fundamentar epistemologicamente a nossa tese.

2.1 O conceito gênero

Começaremos a nossa reflexão com uma exposição, de forma breve, sobre o intricado conceito de gênero e o porquê do conhecimento sobre as mulheres estar inserido dentro dessa discussão. O conceito torna-se intricado em virtude da sua

abrangência por meio de diferentes aspectos e elementos identitários. É complexo porque o termo é hoje difundido no vocabulário político, no meio acadêmico e da própria sociedade como uma palavra comum e de utilização diversa.

O termo gênero foi inserido aos estudos sobre as mulheres a partir dos anos de 1980, por meio de uma discussão referente ao conceito sexo/gênero. Essa discussão ocorreu, em virtude de estudos realizados na década de 1960 sobre a identidade sexual e de gênero no âmbito psicológico. No campo dos estudos das mulheres os resultados desse debate possuíam uma abordagem que identificou o conceito de gênero como uma construção social, substituindo, na maioria das vezes o termo “mulher”. Para Perrot (2008), a história das mulheres vem sendo modificada ao longo dos anos. Inicialmente era a História das Mulheres e a partir da década de 1980 passou a ser considerada como a “História do Gênero”.

A origem do conceito de gênero também está associada aos estudos realizados por Money e Stoller nos anos de 1960. De acordo com Philipp, os psicólogos fizeram,

> […] una diferenciación importante en relación con la identidad sexual de sus pacientes en cuanto a su pertenencia de sexo y sus sentimientos reales en relación a la misma, esto es, que la autoconcepción identitaria no tiene porque ser la correspondiente a la clasificación biológico-corporal del sujeto (2010, p. 137).

A partir desses estudos, os psicólogos fizeram uma distinção entre a identidade do sujeito como pessoa, do seu papel de gênero e do seu pertencimento ao sexo. Nesse sentido, para esses teóricos, a identidade de gênero estaria relacionada a um processo de construção social.

Após esse estudo o conceito de gênero foi adaptado ao final dos anos de 1970 e nos anos de 1980, pelas feministas, para sintetizar as relações hierárquicas entre homens e mulheres. Com a crise de paradigmas que afetou as Ciências Sociais na década de 1980, procurou-se então, um conceito que pudesse rebater essas diferenças. Esse pensamento foi criado como uma forma de resistência, de combate ao conceito biológico da palavra “sexo”.

Assim, diversas intelectuais feministas usaram de conceitos da antropologia e da psiquiatria para ir de encontro ao conceito da biologia e afirmar as dimensões subjetivas do sujeito, interferir e objetivar o espaço público e privado e a construção da identidade de gênero.

Observa-se que, de fato o gênero é um conceito intricado de complexidades. Ao mesmo tempo em que surge para apresentar as diferenças entre homens e mulheres, a definição é desenvolvida para criar diversas identidades. Seria nesse sentido a morte do sujeito ou a sua fragmentação? Como pensar o sujeito mulher nesse emaranhado de identidades?

Essas questões fazem parte de diversos estudos que estão sendo realizados como uma forma de criticar os atributos feministas em relação à identidade de gênero, pois a mulher não seria mais sujeito e sim uma categoria. Dessa forma, pode-se chegar a uma falta de teorização do sujeito feminino. Como ficaria o conhecimento sobre as mulheres, já que os sujeitos, para o movimento feminista pós-moderno se estabelecem como identidades constituídas por meio do discurso?

Tais discussões, também permitiram o conhecimento das mulheres, em termos sociológicos, um estudo mais aprofundado das funções e dos papeis sociais de homens e mulheres na sociedade. Segundo Philipp,

> las diferencias de género tienen como soporte las diferencias biológicas, anatómicas y fisiológicas, es decir, las sexuales, pero siempre van más allá de estas últimas. De modo preciso emergen de las participaciones, experiencias y vivencias sociales activas de los sujetos a base de las diferencias sexuales, y desde un punto de vista sociológico incluyen las experiencias sociales, culturales y psicológicas de los sujetos, por cuyo motivo el comportamiento y la identidad de género de una persona no son pensables sin su pertenencia de sexo (2010, p. 138).

Para a autora, as marcas que especificam os papéis dos homens e das mulheres em sociedade dependem de experiências históricas e sociais, que podem sofrer transformações. A aplicação da categoria gênero, na visão da autora, deve ser feita por meio de um processo de interpretação crítico ideológico-feminista das relações entre homens e mulheres e opor-se a uma mera conceitualização de forma descritiva e neutral do termo.

A definição do gênero perpassa pelos estudos feministas e permite o questionamento da neutralidade axiológica da produção do conhecimento científico social, um conhecimento fundado em formulações universais e masculinas. Essas formulações, conforme a autora, não considera a mulher como um sujeito racional e por isso a exclui do conhecimento como sujeito do saber e, em sua maioria, como objeto (PHILIPP, 2008).

O nosso intuito não é o de cunhar o gênero como uma categoria que mobiliza discussões complexas sobre a identidade de gênero. O ponto de vista defendido aqui é o de que o gênero move-se e define-se por características que representa o ser mulher e o ser homem na ocupação dos espaços em sociedade. Esses espaços foram ocupados numa perspectiva androcêntrica que subjugou durante muitos séculos as mulheres como um ser desprezível, a sua importância estava relacionada apenas com a reprodução.

Porém, ainda há uma história das mulheres para ser escrita, contada, lida e divulgada. A mulher ainda necessita sair da invisibilidade da História, essa tese não retrata sobre as mulheres intelectuais, reporta-se a mulheres comuns e seus cotidianos. Mulheres que ainda não conhecem ou até mesmo apóiam o movimento feminista contemporâneo, em virtude de compreender que as lutas enfrentadas em países pobres e ou em desenvolvimento, muitas vezes ultrapassam as barreiras de suas posições como mulheres, elas também são econômicas e sociais.

O discurso sobre o gênero está associado ao androcentrismo e ao sexo, segundo Cunha (2007), foi inserido no debate das universidades norteamericanas no final da década de 1970 e designou uma forma de paradigma nas relações sociais. Essa inserção possibilitou um campo amplo nas discussões e tornou o gênero como objeto de estudo das ciências sociais, tendo em vista o seu caráter como construção social. Porém, tal conceito não categorizou o gênero no processo histórico e social das sociedades, dito de outro modo, como a base relacional das relações sociais que produziu relações divergentes entre homens e mulheres e a centralidade de um discurso hegemônico como sustentação da vida social.

De acordo com Varela (2013, p. 181) a noção de gênero aparece por meio do entendimento de que o feminino e o masculino são construções culturais, ou seja, “[...] todas las normas, obligaciones, comportamientos, pensamientos, capacidades y hasta carácter que se han exigido que tuvieran las mujeres por ser biologicamente mujeres”. Para a autora, gênero não tem o mesmo significado de sexo, o sexo evidencia as diferenças entre os corpos das mulheres e dos homens e o gênero diz respeito às condutas e normas que foram designadas aos homens e às mulheres em função do sexo, tanto o cultural como o humano é uma criação masculinizante. Isso faz com que os gêneros estejam hierarquizados, e por isso “[...] es el masculino el que debe diferenciarse del femenino para que se mantenga la relación de poder” (p. 183).

Para Philipp (2010) a construção do gênero esteve, durante muitos séculos, associada ao sexo. Essa construção, para a sociologia, faz uma contraposição analítica da construção biológico-fisiológica contra uma discussão do gênero baseada numa construção sociocultural. A autora enfatiza,

> [...] que la conducta de género – el comportamiento femenino y masculino en tanto que rol social – corresponde a un proceso de construcción social y como tal apunta a las características, esto es, a las "diferencias psicológicas, sociales y culturales entre los hombres y mujeres", haciéndonos eco de las palabras de Giddens (1994, p. 196).

Essa concepção deixa claro que os papéis desenvolvidos por homens e mulheres em sociedade são reflexos de um comportamento fundamentado em conceitos históricos, sociais e políticos que explicita as condutas de homens e mulheres e os seus lugares na sociedade. Por sua fragilidade, o lugar da mulher seria o espaço privado e do homem, por sua virilidade, o espaço público.

O gênero é um conceito que pode esclarecer sobre as mulheres e os papeis sociais desenvolvidos por homens e mulheres em sociedade. A representação de um modelo androcêntrico hierárquico. Esse modelo, conforme Sardá,

> [...] hace referencia al ser de sexo masculino, al hombre, por oposición a la mujer y por oposición a los dioses: al hombre de una determinada edad (que no es nino, ni adolescente, ni anciano), de un determinado status (marido) y de unas cualidades viriles (honor, valentía...) (1988, p. 24).

O conceito descrito pela autora reflete que, esse poder masculino não se apresenta para qualquer tipo de indivíduo e sim para os que possuem valores de virilidade, de poder. Tais características distanciam as mulheres desse status quo, as quais eram tidas como sensíveis, frágeis, por isso, destinadas a viver apenas no espaço privado e para a reprodução humana. Vale ressaltar que, os aspectos de virilidade destacados por Sardá, também distinguia os homens de outros homens que não possuíam tal aparência e condição.

A configuração nas relações sociais aponta para uma organização da estrutura social fundamentada no androcentrismo como um sistema hegemônico que desqualificava as mulheres e fundava significados culturais no bojo da

sociedade em relação aos papeis sociais exercidos pelo homem e pela mulher. Para explicar essa visão, Philipp relata:

> en el debate de los women's studies se adopta, a partir de los años 80, el concepto género precisamente para subrayar la importancia del aspecto constructivo social en cuanto a las identidades de las mujeres y varones, sus funciones y roles sociales (2010, p. 137).

Por essa razão, a autora define gênero como um comportamento efetivo de mulheres e homens que foram construídos de forma histórica e social, distinguindo os papéis desempenhados nas relações intergênero. Assim, os estudos sobre as mulheres devem abarcar essa leitura crítico ideológica para rechaçar a conceitualização neutra do termo gênero que foi provido de valores e fundamentos para a organização de uma sociedade.

Portanto, a categoria gênero como um aporte teórico social nas relações entre homens e mulheres, promove, em certa medida, um novo pensar sobre a configuração dos papeis sociais e da segregação das relações na sociedade entre homens e mulheres. É por meio dela que se compreende:

> la definición y valoración de los elementos y relaciones sociales en función del género explican el complejo entramado de las instituciones sociales, culturales y políticas, así como los mecanismos concretos de poder que actúan en un momento histórico determinado en una estructura social (PHILIPP, 2003, p. 191).

A categoria gênero explica e evidencia, numa perspectiva sociológica, a construção e reconstrução dos papeis sociais e a complexidade de um sistema social que nutre e propaga as relações sociais alicerçadas na diferença entre homens e mulheres. O gênero, portanto, indica um padrão de relações existentes, que em sua maioria é revelada como desigual. Assim, não há como compreender o papel da mulher sem compreender o papel dos homens na sociedade e esse estudo somente se faz possível com o conhecimento dessas relações.

O conhecimento sobre as mulheres poderá, então, municiar o entendimento dessas diferenciações e das circunstâncias específicas que promoveram a sustentação do sistema social baseado no androcentrismo. É bem verdade que, a contextualização histórica do objeto dessa tese pode, em certa forma, precisar empiricamente essas afirmações, tendo em vista a expressividade dada às mulheres

estudadas, pela memória social de Rio de Contas - BA, ainda que essa sociedade possua características androcêntricas.

Conforme o desenvolvimento da parte empírica desse estudo, percebemos que o papel social das mulheres estudadas foi muito complexo, pois se entende, em realidade, que são as pessoas em sociedade que reconstroem e constituem ativamente a sua memória social. Sendo assim, a construção social não é algo apenas imposto aos sujeitos ou exterior a eles.

Assim, o gênero, é compreendido aqui como um conceito que aponta sobre o conhecimento que contextualiza os papéis do homem e da mulher e significa um importante recurso que nos ajudou na apropriação do objeto de estudo e na reconstrução de memórias femininas invisíveis que construíram no espaço e no tempo suas geografias sociais.

2.2 O MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS MULHERES: ALGUNS ASPECTOS GERAIS E ORIGEM

A humanidade vem, ao longo de um processo histórico e social, dinamizando suas ações no tempo e no espaço para a condução e ordenação de suas vivências e experiências em sociedade. Assim, criam-se os direitos para normatizar a ordem concedida ao sujeito, ou seja, a faculdade para praticar alguma coisa ou não nos espaços sociais sejam eles público ou privado. Esse exercício é medido pela capacidade do sujeito e envolve as práticas do cotidiano, por isso quem possui direito, possui, em certa medida, um tipo de soberania nos diversos aspectos da vida em sociedade. Portanto, o direito é um conjunto de normas que pode possibilitar a coexistência da vida em sociedade na concretização do comportamento intersubjetivo ou do comportamento dos sujeitos entre si.

Os direitos nem sempre são aplicados com equidade. Na sociedade grega, por exemplo, os direitos eram conferidos apenas ao homem que apresentasse características de virilidade, homens cidadãos com posses e títulos. Nas cidades, as mulheres de classe mais elevada não trabalhavam e somente podiam mover-se pela cidade nos dias de festa. “[...] Homens e mulheres ocupavam espaços muito distintos [...]” (VAN ACKER, 1994, p. 21). Para os gregos, essa diferença de espaços era representada pelos deuses Héstia e Hermes. Hestia estava relacionada à casa,

ao trabalho doméstico e Hermes ligado ao espaço público, ao mundo das conquistas, do comércio.

Em relação ao espaço público e privado, também foram a base para a construção da cidadania moderna, universal e racionalista. Para Mouffe a organização da cidadania no meio público "[...] relegou ao âmbito privado toda particularidade e diferença" (1994, p. 40). A identificação clara entre esses dois espaços ordenou as funções e os direitos entre os gêneros e excluiu as mulheres da participação política no campo público.

Nessa visão, a cidadania foi construída tendo como base o patriarcalismo. Conforme Pateman (1993), para solucionar essa situação é necessário o reconhecimento dos atributos das mulheres, da sua capacidade e especificidade da reprodução, de ser mãe. A autora ainda reflete que tais características deveriam ser utilizadas para uma nova concepção da cidadania, o reconhecimento da "especificidade da condição feminina como a humanidade comum de homens e mulheres". Essa posição da autora é bastante criticada, porém traz uma concepção importante, que foi esquecida pela maioria das feministas.

Os direitos também podem imbuir-se de características axiologicamente ambíguas entre homens e mulheres. Reportar aos sujeitos uma posição de cidadão deve-se exprimir a visão relacional entre os sujeitos, homens e mulheres, a sociedade que se vive e o Estado. A compreensão que foi realizada nesse trabalho observou, por meio da análise da perspectiva das funções exercidas por mulheres e homens, a definição de cidadania em respeito à participação da vida pública nos aspectos políticos, sociais e econômicos tanto para homens como para mulheres.

Compreender então, como se constitui a construção dessa cidadania, especialmente para as mulheres demanda um olhar sobre a ordem social vivida por muitas mulheres até os dias atuais. Portanto, sem o contexto dessa ordem, numa relação histórica, podemos correr o risco de permanecer no vazio ou de reproduzir a história na percepção da situação das mulheres e do processo histórico da luta por sua emancipação e igualdade com os homens nos dias atuais.

É claro que há discussões que tem questionado essa igualdade/diferença, pois a concepção feminista ilustrada não separava esses termos. Porém, observa-se que na maioria dos discursos feministas há um claro discurso por uma afirmação da diferença. Sobre isso, Valcárcel (1994) reflete que, até Stuart Mill, filosofo e economista inglês do século XIX, possuía uma crença na natureza feminina em

detrimento da masculina, a liberdade da mulher seria um marco para as mudanças no mundo. Isso significa dizer que a reivindicação da igualdade social jamais alterou as diferenças entre os sujeitos.

A autora ainda constrói questões bastante pertinentes em relação à teoria feminista dos anos de:

> no novo mundo exigido e exigível, por acaso as mulheres repetiriam as nefastas equivocações dos homens, transformase-iam em viragos e seriam iguais aos homens no que diz respeito a erros e crueldade? As mulheres seriam o poder ou o antipoder? (VALCÁRCEL, 1970, p.230).

Por conseguinte, essa luta diz respeito aos direitos que foram/são construídos e aplicados de forma diferenciada e contraditória, que procura a ordem societária tendo como base a indiferença e o domínio do outro, de quem pode ou não ser cidadão, do rico sobre o pobre, do masculino sobre o feminino. Sobre essa realidade Philipp (2010, p. 136) nos diz que "[...] Quienes de forma más flagrante y sistemática se ven constantemente privados de sus derechos de poder desarrollarse libremente como personas en todos los rincones de nuestro mundo son indudablemente las mujeres". Conforme a autora, os direitos humanos estão sendo aplicados de forma generalizada, sem, contudo considerar algumas especificidades, como o das mulheres. Para Cruz,

> as dificuldades da posterior inclusão das mulheres, portanto, não seria tanto ou apenas um fenômeno de atraso ou de resistência, mas indícios daquela oposição constitutiva, que construiu as mulheres como não cidadãs – ou melhor, como não capazes de cidadania -, porque (ao mesmo tempo) as construía como esposas e mães de cidadãos, ou seja: ao mesmo tempo as construía como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar (2009, p.96).

Essa particularidade concernente às mulheres ainda se aplica, em virtude da condição instável, encontrada nos dias atuais, em algumas sociedades orientais. É claro que, as condições de vida das mulheres, hoje, não se assemelham à de séculos anteriores, pois elas possuem direitos como cidadãs que concernem aos aspectos políticos e econômicos. Porém, o estabelecimento desses direitos em Lei, ainda não foi o suficiente para transformar a perspectiva da vida em sociedade, das mudanças na construção que formou e enraizou na memória social o papel que

deveriam desempenhar. Para muitas sociedades, as mulheres ainda são consideradas o sexo frágil e por isso, vivem e convivem apenas no espaço doméstico.

A particularidade indicada por Philipp pode ser percebida em muitas partes do mundo, em pleno século XXI, as mulheres não possuem o direito real de mobilidade no seio da sociedade, são coagidas a negar sua natureza, a sua forma de vestir, de se comportar, ainda são concebidas como objeto de desejo, de reprodução, de domínio, sendo, portanto objetos da violência física, psicológica e simbólica.

Ao refletirmos sobre esses aspectos é importante ressaltar uma discussão realizada por Valcárcel (1991) sobre o real significado dos direitos adquiridos pelo movimento feminista para os homens e o modo de produção capitalista. A autora faz uma reflexão bastante pertinente ao comparar o patriarcalismo como uma mola propulsora para o sistema econômico capitalista: “em uma sociedade em que todo mundo pensa em adquirir dinheiro sem cansar-se, há que modificar a vida dos homens e das mulheres” (1991, p.232).

Ainda segundo Valcárcel (1991) “[...] o sistema econômico não pode permitir que as mulheres voltem a seus respectivos lares. Não pode dar ao luxo. É demasiado complexo” (p. 233). Nessa circunstância, a autora nos diz que os homens, “[...] descobriram que a emancipação feminina, passados os primeiros temores, lhes dá muito que ganhar” (p. 233).

Sobre a relação familiar, a autora reflete que:

> o casamento não está pensado para ser uma relação entre iguais, a taxa de divórcios se dispara, e, se não é mais veloz, é porque as precárias condições econômicas não permitem que as mulheres se divorciem (VARCÁRCEL, 1991, p. 233).

Dessa forma,

> a mudança produzida nos mores oferece aos homens muitas possibilidades de expandir seu ego e até mesmo seus fantasmas: companheiras economicamente independentes, casamentos que podem ser desfeitos, anticoncepção e aborto, disponibilidade sexual, serviços toleráveis, e tudo só à custa de ser um pouco mais amáveis. Porque a chamada definição do varão se limita a isso (VARCÁRCEL, 1991, p. 233-234).

Portanto, os direitos concernentes às mulheres.

> hablar de los derechos humanos en un tomo especialmente dedicado a ello requiere, ciertamente, una visión especial referente a las mujeres, a su condición de género, y más si cabe, en un espacio específico que suscita la temática de la educación humana (PHILIPP, 2010, p. 136).

A luta pelos direitos das mulheres aponta para um descontentamento em relação ao papel desempenhado pelas mulheres na sociedade, principalmente nos aspectos políticos e de formação educacional, ou seja, estado de não cidadã, os limites impostos pela sua condição biológica que foram durante séculos, construídos socialmente. As mulheres foram educadas apenas para ser o sexo frágil, a reprodutora, a invisível, aquela que é despossuída de direitos políticos e de racionalidade.

As inquietações de Christine de Pizán, a primeira escritora reconhecida no século XIV, demonstram o caráter particularizado que vivia as mulheres em seu tempo. Pizán fez críticas às obras literárias da sua época denunciando a perda, por parte da sociedade, da concepção de pessoa do cristianismo até aos argumentos misóginos e a violação do acesso das mulheres ao conhecimento (VARELA, 2013).

A concepção retratada por Pizán em relação à concepção de pessoa por parte do cristianismo inicial revela a visão de que todos os sujeitos, à luz da Palavra de Deus, são possuidores de direitos, e podem exercer seus direitos como sujeitos. Conforme Philipp (2010), o cristianismo atribuía essa característica a todos os sujeitos independente de sua condição social e classe.

> cabe pues preguntarse cuándo nace la idea de la dignidad humana, cuándo da comienzo la idea de unos derechos y una dignidad que son inherentes a todas las personas. Sobre este particular hemos de remontarnos al ideario cristiano y, por tanto, a los orígenes del cristianismo. Así es un hecho que el tema de los derechos y la dignidad humana para todos los seres humanos, la persona como sujeto de derechos y de derecho, está presente en la historia occidental desde los comienzos del cristianismo, aún cuando este particular es olvidado a menudo en foros científico-sociales que pretenden una reflexión sobre el ser humano y la adecuación de las circunstancias sociales a su condición. Es la concepción cristiana del ser humano, la que le concede a todos los seres humanos la misma condición de dignidad humana, la que elimina la visión clasista del ser humano y de sus derechos (PHILIPP, 2010, p. 139-140).

A concepção cristã inicial inseria, em seu âmago, mulheres e homens de população de classe inferior como principais seguidores desta religião. Assim, a

participação das mulheres causou, entre outras coisas, (PERNOUD, 1984, p. 18) “[...] a entrada das mulheres na história no momento em que se desenvolve a fé cristã, e o zelo que manifestam para implantar”. A autora ainda reflete que esse fato não pode ser apenas uma coincidência, já que as mulheres não possuíam direitos como os homens, mas o cristianismo possibilitou o reconhecimento na equidade dos direitos e do seu exercício. Em conformidade com essa realidade Philipp nos diz que:

> de modo preciso, aparece la formulación la dignidad humana y, por tanto, de los derechos de las personas para todos los seres humanos de forma explícita como idea principal en el cristianismo como presupuesto básico. Todos los seres humanos, esto es, hombres, mujeres, niños, esclavos, son iguales, son potencialmente seres de Dios (2010, p. 140).

A igualdade ensejada pelas mulheres e por outras pessoas da sociedade que eram despojadas de direitos os conduziu a serem seguidores do Cristianismo, haja vista que nesse meio havia o reconhecimento de homens e mulheres, independente de classe, como pessoas de direitos. Sobre a participação das mulheres no Cristianismo, Philipp ainda versa que:

> [...] “la primera en beneficiarse será la mujer”. Se fundan, entonces, las congregaciones femeninas que se convierten en el primer espacio de dominio femenino exclusivo, dedicado a la producción y reproducción de cultura (estudio y copia de la Biblia, la instrucción de otras mujeres y de los niños de las clases nobles). Las mujeres pueden, por primera vez, decidir libremente su vida. Entre otras cosas se les pregunta, si han venido libremente para contraer matrimonio (2010, p. 140-141).

Percebe-se que a visão primitiva do cristianismo não depreciava as mulheres, ao contrário, as tinham como participantes da mesma fé e colaboradoras na evangelização, ou seja, pregavam, estudavam a Bíblia e podiam compartilhar o conhecimento que possuíam com outras pessoas. Contudo, essa concepção foi transformada a partir do momento em que a Igreja Católica moldava-se ao Direito Romano e às tradições judaicas com bases androcêntricas.

Em relação ao direito romano, Pernoud nos revela que não há como compreender a liberação da mulher sem conhecer a sua condição no Ocidente, no mundo romano. A autora reporta ao Direito Romano, à sua história, a compreensão

dos costumes, pois é o direito que os revela e os modela, “[...] através da sua história reflectem-se as evoluções e as interferências perpétuas entre governantes e governados, entre o que é desejado e o que é vivido” (1984 p. 19).

A absorção de tradições e costumes judaicos e romanos ao seio do Cristianismo retirou a definição anterior de “pessoa” e conduziu a convivência da Igreja a um modelo androcêntrico de sociedade. Com essas influências, o ser humano feminino perdia o seu caráter de pessoa e o pensamento social fundamentava-se em paradigmas iluministas de igualdade de liberdade e racionalidade do sujeito, despojando a mulher da participação do saber e dos direitos políticos, por conseguinte, do espaço público.

De acordo com Philipp é nessa circunstância que inicia a luta das mulheres por seus direitos. Nesse sentido, os paradigmas iluministas fundaram um movimento político-social, que se caracterizou pela credibilidade dada ao progresso e a crença na razão como um marco para a liberdade de pensamento. Esse pensamento foi a base filosófica para o pensamento político liberal burguês que questionou a ordem estabelecida e lutou contra o Estado Absolutista do século XVII, reivindicando os direitos políticos e a liberdade econômica. O pensamento liberal, conforme Costa (1998) enfatizou a liberdade individual e o direito à propriedade privada. Para a autora, essa doutrina política institucionalizou o antagonismo entre o público e o privado. Designando assim as diferenças entre as funções do homem e da mulher entre esses espaços.

A diferenciação entre o espaço público e privado, concepção adquirida dos gregos, excluía as mulheres do espaço público e caracterizou o espaço privado como um lugar eminentemente feminino. O homem era considerado como um cidadão livre de posses, alguém que teria autonomia para desenvolver-se no espaço público. Assim, no cenário filosófico do patriarcalismo liberal, “[...] sobre o qual se construiu a sociedade moderna, sob a hegemonia da burguesia, as mulheres não ficaram satisfeitas e não gostaram do papel que lhes foi atribuído de mera propriedade do homem [...]” (COSTA, 1998, p. 64), uma espécie de ocupação, conforme a autora, como um “[...] atendimento de suas necessidades, de simples sustentação, através do privado, de suas atividades na esfera pública (COSTA, 1998, p. 64). Essa realidade fez com que as mulheres buscassem seus direitos e lutassem por uma transformação social do seu papel na sociedade.

2.2.1 A luta pelos direitos das mulheres

Contraditoriamente, a base da luta pela liberação da mulher constituiu-se pela universalização da razão iluminista. As mulheres passaram a rejeitar as explicações concernentes às suas funções em relação ao espaço privado e público. Porém, foi na Revolução Francesa que esses questionamentos tornaram-se públicos. Segundo Costa,

> em pouco tempo, as mulheres conseguiram mudanças significativas e inimagináveis nos direitos civis e nos costumes; era a liberação da mulher em quase todos os sentidos. Mas essa liberação tem limites: não chega à estrutura do poder. À mulher, é concedida a autonomia civil, mas não a autonomia política, a cidadania. A igualdade só é possível na sociedade e no matrimônio, mas o poder político continua pertencendo exclusivamente aos homens. É necessário manter a prerrogativa patriarcal. As mulheres conseguem penetrar no espaço da Revolução, mas não logram transformá-lo de fato (1998, p. 65).

Contudo, as mulheres não conseguiram mudanças significativas no espaço revolucionário. Essa conjuntura ocorreu em função do paradigma liberal que concretizou suas idéias entre os séculos XVIII e XIX, na Revolução Francesa e na Industrial especificamente, influenciando nas transformações políticas, sociais, culturais, econômicas e na produção do conhecimento. Deste movimento, surgiram os direitos humanos, a igualdade de todos perante a lei, a valorização da experiência, dos sentidos e dos sentimentos, no entanto foi ainda, sem duvida, um caminho muito longo.

Para Cruz (2009), a Revolução Industrial, especificamente, foi o movimento que transformou as relações sociais de diversos grupos, e entre os homens e as mulheres. Como os homens, que tinham posses e títulos, é quem detinham o poder político e econômico,

> [...] eles estavam em posição de poder na relação com o Estado e com a família e também estavam imbricados na relação de poder no que tem a ver com a construção da teoria. [...] as mulheres não estavam autorizadas a estudar, muito menos em nível de universidades e círculos culturais, que se dedicavam a construir as novas teorias [...] (CRUZ, 2009, p.95).

A análise desse movimento demonstra quem teria o poder de construir e articular a nova ordem social. Nesse sentido, a exclusão das mulheres, não somente delas, mas também de homens despossuídos, das crianças e dos idosos, evidencia que a sociedade estava fundamentada no Direito Greco-romano. Essa época também, paradoxalmente, é a era dos direitos, da modernidade, de um progresso que se estabelece de forma contraditória, desigual e ambígua.

Foram esses movimentos que difundiram contradições na sociedade, e que estimularam e produziram movimentos contrários à sua ordem. A luta pelos direitos das mulheres foi um exemplo clássico, pois se fundamentou nos ideais da Revolução Francesa ou Burguesa e se apoiou no pensamento social iluminista reivindicando os valores de liberdade, igualdade e fraternidade para homens e mulheres que eram propostos anteriormente pela burguesia. Porém, a revolução culminou em direitos para os homens burgueses e excluiu as mulheres e a população menos favorecida do processo. A Revolução Francesa não apenas incitou a luta pelo movimento das mulheres, mas também ao pensamento socialista obreiro no século XIX, que se caracterizou pela luta aos direitos a todos os sujeitos, principalmente para a classe trabalhadora. De acordo com Philipp,

> en cuanto al vínculo del feminismo con el movimiento basado en el pensamiento socialista obrero, éste pretende la extensión de los derechos de ciudadanía reclamados en la revolución francesa, a todos los sujetos, también a aquellos que solo poseen su fuerza de trabajo, para lo cual promueve la abolición de las clases sociales, esto es, la superación de la estructura social capitalista (2011, p. 186).

A visão proposta pelo movimento obreiro se conecta com a exploração sofrida pela classe trabalhadora no capitalismo e demonstra que a situação da mulher foi pontuada como uma questão de classe e não de gênero. Contudo, Philipp (2011), em seus estudos sobre a luta pelos direitos da mulher aponta que nos escritos de Friedrich Engels, sobre a Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado, refere às diferenças de gênero tecendo uma análise relacional de traços patriarcais no seio da família como a classe burguesa e a condição da mulher como a classe operária. Todavia, esses argumentos, conforme a autora possui um cunho mais teórico do que político e prático, sendo assim, não resolve a condição da mulher, pois não considera a construção social numa perspectiva de gênero.

Essa realidade fez com que o movimento feminista recebesse maiores influências e estímulos dos ideais da revolução burguesa do que por esse movimento propriamente dito, ainda que ela só enfoque os direitos do homem. A menor influência do movimento obreiro se comprova por uma frase de Engels que diz: “[...] a divisão do trabalho entre os dois sexos depende de outras causas que nada têm a ver com a posição da mulher na sociedade” (1984 p. 51-52). Para ele, a posição do homem era determinada pela riqueza que possuía. Essa diferença, a do poder econômico, era a causa que situava a mulher em uma posição inferior a do homem no interior da família sem, contudo, considerar a posição social da mulher, o homem era o burguês e a mulher a proletária, o caráter da questão não era de uma perspectiva de gênero e sim de cunho econômico. A sua posição é de inferioridade porque não toma parte na produção.

> não é melhor o estado de coisas quanto à igualdade jurídica do homem e da mulher no casamento. A desigualdade legal, que herdamos de condições sociais anteriores, não é causa e sim efeito da opressão econômica da mulher. [...] o governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social (ENGELS, 1984, p.79-80).

A história das mulheres nos mostra que essas participaram ativamente de cada movimento social, elas não foram apenas expectadoras, não se colocaram em posição de prostração, de indiferença quanto a sua condição. No entanto, é fato que os olhares dos movimentos não possuíam interesses de acabar com as diferenças de gênero que permaneciam enraizadas na sociedade androcêntrica. Apesar de não concordar com a postura teórica de Beauvoir (1970, p.92), essa realidade corrobora com uma frase da filósofa que diz que a mulher é “[...] apenas a mediadora do direito, não a detentora”.

De acordo com Varela (2013), essa época se caracterizou por profundas mudanças para o desenvolvimento científico e técnico, o que pautou suas ideias no racionalismo, na compreensão da realidade por meio de princípios racionais; no empirismo que norteou o conhecimento de acordo com a experiência dos fatos e por último, no utilitarismo que estabelecia que, a veracidade de uma teoria consistia em seu valor prático. Além dessas transformações, a autora relata ainda que, essa

ordem também subsidiou a queda do absolutismo, o surgimento da democracia e a revolução nos métodos e técnicas de produção.

Com todas essas mudanças e a defesa de princípios de igualdade e cidadania para os homens burgueses, a mulher era vista como aquela que deveria permanecer confinada ao espaço privado e vinculada a natureza, sua condição natural-biológica e sem nenhum direito político. É nesse cenário que as discussões sobre os direitos das mulheres são afloradas e, o Movimento Feminista surge como um movimento político e reclama pelos Direitos das mulheres.

Essa discussão, cerceada por uma sociedade em mudanças, discutia sobre os direitos da mulher com uma visão androcêntrica. Para os ideólogos da Revolução Francesa, as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, essa visão contraditória, mesmo em um período, que se questionava a ordem vigente, a situação das mulheres permanecia estancada. Perrot (2008) aponta que a Revolução Francesa foi contraditória, pois outorgou o direito civil para as mulheres, mas as excluiu dos direitos políticos, do direito ao voto.

Conforme Varela:

> a pesar de todo ello, la Constitución de 1791, cuyo preámbulo era la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano de 1789, afirmaba la distinción entre dos categorías de ciudadanos: activos – varones mayores de 25 años independientes y con propiedades -, y pasivos – hombres sin propiedades y todas las mujeres, sin excepción (2013, p. 34).

O olhar para essas categorias reflete a sociedade que se formava por meio de uma condução pautada no vigor, não apenas físico, mas, baseada na intuição dos saberes e de posses, e nessa segregação, não eram apenas as mulheres que permaneciam fora desse modelo, mas também os homens que não possuíam tais atributos. Talvez por isso, as mulheres que escreveram sobre a circunstância de vida nessa sociedade, fossem, em sua maioria, pertencentes à classe de intelectuais e nobres, pois não havia um respeito, ou uma deferência da situação das mulheres, sejam ricas ou pobres, ambas se encontravam na mesma posição em relação à sociedade, uma disposição de desigualdade não apenas pela classe social que pertenciam, mas pela própria condição do ser mulher.

Portanto, os séculos XVIII e XIX projetaram para o mundo, novas discussões, novas temáticas, numa perspectiva de mudança social por meio dos usos e

costumes, desde os aspectos morais até os políticos, era a ruptura com o mundo clássico, suas tradições e uma nova concepção de pensar, associados a uma percepção da sociedade moderna que nascia com estreita relação com o conhecimento cientifico e com a tecnologia.

Essa era uma sociedade que buscava na razão um meio criterioso de investigação, de progresso e por isso ascendia para um desenvolvimento científico e capitalista. A razão era absoluta e objetivada, não era considerada a subjetividade dos sujeitos. Esse pensamento apresentava a maneira de conviver em sociedade, de forma harmoniosa, com igualdade perante a lei, liberdade de expressão e o direito à propriedade privada, que deveriam ser garantidos pelo Estado, sem os quais, o povo teria o direito de se rebelar. Esses direitos eram denominados de Direitos Naturais do Homem e do Cidadão, mas não da mulher, porém sabe-se que tais direitos não eram facultados a todos os cidadãos e sim para os cidadãos homens e de posses.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, apesar de seu caráter androcêntrico, foi um documento essencial para instigar a luta pelos direitos das mulheres. Esse documento não foi o primeiro, anterior a ele existiu, em 1776 a Declaração de Independência dos Estados Unidos. Ambos foram formulados tendo como base as declarações de direito, liberdade e igualdade para o homem, certamente não consideravam os direitos para as mulheres.

A Declaração de 1789 foi um dos legados da Revolução Francesa, pois permitiu a concessão de direitos, que até os dias de hoje, são considerados inalteráveis. Apesar do caráter androcêntrico, foi por meio dessa declaração que muitas mulheres encontraram alicerces para o movimento feminista. Como as mulheres participaram do movimento, discutiram também sobre a possibilidade de se formular a declaração da mulher e da cidadã, todavia o termo “Homem” foi compreendido, pelos líderes revolucionários, como abrangente entre homens e mulheres.

Essa concepção transformou a definição de indivíduo e de cidadão tendo como alicerce o universalismo. Os atributos do indivíduo eram determinados por meio das características de um único sexo, o masculino. Esse conceito foi combatido pelo pensamento sufragista que se estendeu desde a metade do século XVIII até a Primeira Guerra Mundial.

Conforme Varela, essa realidade desencadeou a reação de algumas mulheres como Olímpia de Gouges em relação aos direitos das mulheres, mas também dos líderes revolucionários androcêntricos, aos finais de século XVIII,

> [...] las mujeres son excluidas de los derechos políticos recién estrenados. [...] es guillotinada Olimpia de Gouges. Muchas mujeres son encarceladas. En 1795, se prohíbe a las mujeres asistir a las asambleas políticas. Aquellas que se habían significado políticamente, dio igual desde qué ideología, fueran llevadas a la guillotina o al exilio (VARELA, 2013, p. 41).

Essa história difundiu um movimento social que concretizou e proporcionou a construção de uma memória feminina que até então era invisível. A manifestação dessa construção pode ser percebida na leitura do texto sobre os Direitos da mulher como cidadã formulada pela primeira vez pela francesa Olympe de Gouges em 1791, intitulada como a “Declaração dos direitos da mulher como cidadã”, e no texto sobre a “Reivindicação dos direitos da mulher” escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft (PHILIPP, 2010).

No preâmbulo da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, Gouges inicia com questões bastante pertinentes: “Homem, sabes ser justo? [...] Dize-me, quem te deu o soberano poder de oprimir o meu sexo? A tua força? As tuas capacidades? Observa o Criador na sua sabedoria;”. Essas questões demonstram a visão machista e o dilema das mulheres no convívio com tamanha indiferença. Gouges, ainda pontua que o homem estaria cego e cheio de sagacidade em pleno século das luzes, pois exercia poder sobre o sexo oposto que também era possuidor de toda a capacidade intelectual.

Os pensamentos de Mary Wollstonecraft, e de Olímpia de Gouges, tornaram-se efervescentes e possibilitaram novos olhares sobre a situação das mulheres. Wollstonecraft defendeu o direito a educação para as mulheres, contestando a Rousseau que expõe em sua obra Emilio, o não direito de educação às mulheres baseado na liberdade, autonomia, criatividade e racionalidade em relação à sua condição como sujeito. Sobre isso, Philipp (2010) diz que, para Rousseau, o direito de desenvolver-se de forma livre e autônoma como ser humano era reservado ao homem.

Para Rousseau, um dos idealistas da Revolução Francesa e defensor do sufrágio universal, das liberdades individuais e da racionalidade, o homem possui

poder porque é constituído de força física natural. Por isso, todos os membros da família, filhos e mulheres devem conservar-se no espaço privado, manter o patrimônio para que ele possa atuar no público.

Neste cenário, em 1792, Wollstonecraft formulou a Vindicação pelos Direitos da Mulher. A escritora investigava no espaço público a explicação de sua vida no espaço privado. De acordo com Varela (2013, p. 37), Wollstonecraft buscava o "[…] igualitarismo entre los sexos, la independencia económica y la necesidad de la participación política y representación parlamentaria". Segundo Philipp (2013, p. 46), Wollstonecraft discute sobre o direito à educação, a "[…] una y otra vez en una educación racional para las féminas, la educación racional para un sujeto libre – que Rousseau reserva a Emilio – para todas las mujeres en condiciones de igualdad con los varones".

Anterior a aprovação da declaração dos direitos aos homens, as mulheres formularam o Caderno de Queixas e Reclamações, que reivindicava, entre outras coisas, que a própria mulher pudesse ser representante das mulheres, pois teriam os mesmos interesses e o conhecimento da sua própria condição (VARELA, 2013). Como as queixas não foram consideradas, dois anos depois da promulgação da declaração dos direitos do homem, Olímpia de Gouges, formulou a sua Declaração dos Direitos da Mulher como Cidadã, certamente com bases feministas, adaptando o texto citado. De acordo com Varela (2013), o documento apresentado por Gouges representou a formulação política mais contundente em relação à defesa pelos direitos da mulher:

> con su Declaración, Olimpia denunciaba que la revolución había denegado los derechos políticos a las mujeres y, por lo tanto, que los revolucionarios mentían cuando se les llenada la boca de principios "universales" como la igualdad y la libertad pero no digerían mujeres libres e iguales (2013, p. 32).

Gouges lutou e foi rechaçada pelos lideres revolucionários, ela que, em seus discursos buscava tanto a igualdade de direitos entre homens e mulheres acabou por morrer na guilhotina. Talvez esse tenha sido o único ponto que igualava homens e mulheres e assim comprova que, nas transformações ocorridas, no mundo da modernidade, a mulher, mesmo com toda a exclusão, começava a trilhar uma luta política em prol dos seus direitos, pois os fundamentos teóricos revolucionários impulsionaram os ideais de emancipação na luta pelos direitos das mulheres e

proporcionou, mais tarde, a busca pelo conhecimento sobre as mulheres, como sujeito do saber.

2.2.2 Os direitos das mulheres e o conhecimento das mulheres

Segundo Philipp, a discussão promovida por Olímpia de Gouges e Wollstonecraft abriu caminhos para o reconhecimento dos direitos da dignidade humana e da cidadania para as mulheres, incluindo-se o direito à educação e à participação política. E, aos finais dos séculos XIX e início do XX as mulheres tiveram o direito ao voto. Entretanto, Philipp (2012), alerta que, do movimento pelos direitos das mulheres se desprende a reivindicação de um conhecimento epistemológico-crítico sobre as mesmas, pois:

> defendemos la tesis de que el proprio origen crítico ideológico social de movimiento por los derechos de las mujeres apunta a una concepción epistémica que excluye planteamientos analítico-teóricos que desvinculan los contenidos cognoscitivos de las relaciones intergénero de los intereses que guían este conocimiento, esto es, del contexto constitutivo de este conocimiento y de su aplicación (2012, p. 18).

Por meio dessa reflexão, compreende-se que o conhecimento sobre as mulheres, o seu modo de vida, sua posição na sociedade, o saber, cuidados, direitos e trabalho, nunca foram tão evidenciados como nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Os movimentos que ocorreram nos séculos XVIII e XIX possibilitaram, durante o século XX, além da luta pelos direitos das mulheres, a constituição do saber sobre as mulheres. Denota-se ainda que, o conhecimento sobre as mulheres relaciona-se diretamente com a forma e estrutura de sociedade em cada época.

As mortes, a coação realizada pela revolução burguesa alimentou na população o regime do medo. As mulheres viviam sem o direito a liberdade pelos seus atos, viviam enclausuradas no espaço privado, eram apenas as reprodutoras, objetos sexuais. Em seus escritos sobre Cartas da Pérsia, Montesquieu (2005), um dos líderes da revolução, aponta que na vida das mulheres, seus atos e deveres estão constantemente vigiados pela subordinação e autoridade do seu dono.

Essas transformações que cercaram a sociedade pós-revolução burguesa foram realizadas para que o projeto da modernidade pudesse ser executado,

garantindo assim o seu caráter de dominador. O projeto da Razão, também compreendido como um projeto de modernidade tem sua expressão maior no século XIX no processo de industrialização, o que Habermas (1980) demarca como um projeto incompleto, um projeto que tem sua origem no Iluminismo do século XVIII. Conforme Habermas (1980), o projeto estava fundamentado sob as bases do desenvolvimento de uma ciência objetiva, racionalista, uma moral universal, com leis e artes autônomas reguladas por lógicas próprias. Para o filósofo social, o conceito de moderno, baseava-se numa relação renovada em relação à tradição clássica, um "[...] cambió a partir de la confianza, inspirada en la ciencia, en un progreso infinito del conocimiento y un infinito mejoramiento social y moral. Surgió así una nueva forma de la conciencia moderna" (HABERMAS, 1980, p.01).

A reflexão que o filósofo social faz acerca da Modernidade, não cogita o conhecimento sobre as mulheres e a sua condição para a época, mas nos faz conjeturar sobre as transformações e não transformações dessa modernidade. Para Habermas, o conceito implantado de modernidade, arraigou uma oposição abstrata entre a tradição e o presente. Aquilo que era chamado de novo, na verdade, estava cercado e cerceado por um conjunto de ideologias da tradição.

Esse pensamento demarcou o campo das ideias e da ciência e trouxe consigo novas maneiras e formas de pensar. Diante disso, onde estavam as mulheres? Esse movimento trouxe de fato a igualdade para todos? As mulheres alcançaram emancipação? Lamentavelmente, aquilo que se anunciava como novo, apenas referendava o homem como o modelo de avaliação, a representação de sujeito da humanidade. Na ciência, as pesquisas baseavam-se sob a ótica, unicamente masculina, e os resultados deveriam ser validados para homens e mulheres. Diante disso, com caráter androcêntrico, distorceu a realidade e gerou graves consequências para a construção da história da vida cotidiana e durante séculos, várias lacunas foram deixadas em aberto.

Esse aspecto comprova que as mulheres não permaneceram como espectadoras da história, as escritas de várias mulheres, podem confirmar isso. As mulheres, pós-revolução, protestavam pelos seus direitos, direitos à educação, ao trabalho, direitos matrimoniais, ao fim da prostituição, da violência contra mulher e, sobretudo, direito ao voto.

De acordo com Philipp,

> la reclamación de los derechos de las mujeres está desde sus principios centrada en el derecho a la educación, según vimos, una educación en condiciones de igualdad, conservando algunos aspectos particulares referidos a temas específicos de la feminidad, y el acceso de las mujeres a la educación superior [...] (2012, p. 25 - 26).

Somente nos finais do século XIX e início do século XX, é que tal visão começa a ser modificada, principalmente nos Estados Unidos, na Alemanha e Austrália. Philipp ressalta que o reconhecimento do direito ao voto para as mulheres e a consecução dos direitos civis, foi a base de luta do movimento aos finais do século XIX e início do XX na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Esse direito político promoveu o fortalecimento do movimento feminista e contribuiu para a declaração dos direitos civis das mulheres na atualidade.

> ahora bien, de modo evidente el gran logro del movimiento feminista, aún cuando ha sido un movimiento complejo y con tendencias diversas, ha sido a parte de la consecución de los derechos básicos, la preparación del camino para una igualdad efectiva de las mujeres y la concienciación sobre la problemática de las relaciones intergénero. En este sentido constituye la base práctica y teórica para la situación social y política actual y también para el tema de los estudios e investigaciones de las mujeres (PHILIPP, 2012, p. 26 – 27).

Essa realidade impulsionou, na década de 1970, a criação dos primeiros seminários de mulheres que se organizavam com o intuito de reivindicar a inclusão da mulher como sujeito do conhecimento científico. É importante destacar que, o movimento pelos direitos das mulheres está intimamente relacionado com o reconhecimento pelo conhecimento específico das mulheres, um conhecimento não neutro axiologicamente e centrado em mudanças sociais da própria posição social e prática da vida das mulheres.

A luta pelo direito das mulheres possibilitou a construção de estratégias para a formação da igualdade entre homens e mulheres e identificou os mecanismos sociais e culturais que influenciavam o domínio de uma hierarquia feminina. Dessa forma, pensamos como Varela (2013) que aponta que todo esse processo histórico e social contribuiu para a construção da emancipação feminina e o reconhecimento da mulher como sujeito do conhecimento.

Contudo, é necessário enfatizar que, mesmo com todo o progresso e o processo de inclusão da cidadania e direitos para todos os sujeitos, como as

mulheres, esse estado de mudanças não ocorre de forma ordenada e igualitária em todos os países.

Procuramos relacionar, no movimento pelos direitos das mulheres, os aspectos que contribuíram para a formação de um movimento político que deu origem ao movimento feminista. Nessa ótica, buscamos avaliar a oposição universal e tão bem difundida em nossos dias sobre os papéis sociais de homens e mulheres na esfera pública e privada. Todavia, percebemos que nenhuma sociedade poderá ser igualitária no sistema de produção vigente. Não compreendemos uma igualdade em que homens e mulheres se opõem e competem entre si.

O que se percebe, há séculos, é uma distância entre o privado e público, entre o ser mãe, pai e o mundo do trabalho, das expectativas profissionais. O que torna o espaço público tão importante? Será que de fato ele é a materialidade da igualdade? O debate a que se submete o movimento feminista está, a nosso ver, ainda que possua características legais e morais, cada vez mais amplo e se esquece de compreender as relações de família, não somente entre pais e mães, mas também com os demais membros, entre o que é ideal e a realidade existente e nesse sentido, cria-se conflitos no seio da sociedade tanto para os homens quanto para as mulheres. Porém, esse fator é outro ponto a ser observado e pesquisado: o papel dos filhos nesse conflito e de como está a mulher nessa nova realidade.

2.3 CONHECIMENTO E CONHECIMENTO EPISTEMOLÓGICO SOBRE AS MULHERES

A nova forma do olhar para as mulheres proporcionou, a partir das décadas de 1970 a 80, a busca por bases teóricas que rompessem com as concepções teórico-metodológicas que se apresentavam universais e androcêntricas. Dessa forma, nascia o desejo de escrever a história das mulheres por meio de outra concepção, de outro relato, de outra história (PERROT, 2008).

Apesar disso, escrever sobre a história das mulheres não é tão simples, a falta de documentos, de arquivos e fontes acarretam uma necessidade de reconstrução, quando há possibilidade, da memória, uma memória feminina. São histórias que ficaram esquecidas pela História, de uma história universalista.

A falta de história das mulheres é, segundo Perrot (2008), um aniquilamento social, um extermínio da memória feminina, de memórias singulares. Muitas vezes, a

própria mulher se encarrega de destruir sua história, pois a concebe como insignificante, pois também é vitima de um pensamento patriarcal do qual participa ativamente. Nesse sentido, podemos encontrar os arquivos das mulheres comuns, e não sobre elas, no espaço privado, lugar onde suas memórias, foram escritas em folhas de papel, cartas, diários.

No espaço público, as memórias das mulheres, em particular as de classes mais pobres, em sua maioria não consta nos Arquivos Públicos. Esse é outro fator que dificulta ainda mais a apropriação dessas memórias, pois como a sociedade é desigual, até as memórias dos arquivos são seletivas. Sobre a falta de fontes sobre a história das mulheres, Perrot (2008), nos diz que:

> Todas estas razones explican que haya una carencia de fuentes, no sobre las mujeres – y menos aún sobre la mujer -, sino sobre su existencia concreta y su historia singular. En el teatro de la memoria, las mujeres son sólo sombras (p.26).

Sendo assim, para apropriarmos dessa memória e da concepção sobre a mulher e o modelo de sociedade, buscamos em alguns filósofos a visão que conduziu, em certo sentido, as mulheres a um lugar de invisibilidade na sociedade. Principiaremos então com Aristóteles (384-322 a. C) que, realizando um estudo sobre os seres vivos, machos e fêmeas, analisava que existia uma diferença de perfeição, o macho, por uma condição biológica, seriam mais perfeitos, em relação à intensidade no ato sexual, ao seu vigor físico. O pensador também atribuiu à mulher características de ser suave, maliciosa, mais impulsiva, mais corajosa, mais atenta quanto aos cuidados com os filhos. O macho, por sua vez, é mais animado, mais brutal, mais simples e menos astuto. Sobre a mulher, ainda tece algumas considerações:

> a mulher é mais compassiva do que o homem, chora mais facilmente, e ao mesmo tempo é mais ciumenta, mais briguenta, mais propensa a xingar e bater. Além disso, ela é mais propensa ao desânimo e é menos esperançosa do que o homem, tem menos vergonha ou auto-respeito, é mais mentirosa, mais enganadora e possui uma memória melhor. Ela também é mais alerta, mais tímida, mais difícil de ser levada à ação, e exige menor quantidade de alimentos (ARISTOTELES, 608ª 33 – 608B - 17).

Percebe-se que as características das mulheres estão relacionadas aos aspectos mais sensíveis em relação à personalidade. Aristóteles, em sua obra sobre

a Política, argumenta que a família é a base para a formação de uma cidade, ela é um elemento de coesão social. A união entre um homem e uma mulher seria uma necessidade natural, para a perpetuação da espécie.

Esse pensamento fundamenta todo o pensamento filosófico-social científico ocidental, e corresponde o entendimento que, o espaço da mulher era o privado, na casa, a importância dedicada à mulher era apenas de reprodução. O feminino era como nos disse Simone de Beauvoir, uma representação do segundo sexo. Essa concepção determinou as bases para o Direito Romano, e influenciou o pensamento da Ciência Moderna e de muitas teorias científicas.

Por essa razão, pensar no estudo sobre mulheres, na atualidade, é movimentar-se além do que se observa. Devemos buscar a compreensão do seu espaço a partir das conjunturas históricas e sociais construídas. É movimentar-se para a sociedade que nos circunda e para o seu modelo social, percebendo que essas construções, fundadas no processo histórico-social, não são naturais, elas foram construídas e possuem marcas de um poder hierarquizado. Esse processo conduz à organização de grupos hierárquicos que subordinam outros por meio da coação política, econômica, social e, no caso específico das mulheres, pelo sexo. Destacam-se nesse grupo, também o grupo de homens considerados despossuídos das características descritas por Aristóteles, àqueles que não possuem virilidade.

Essa discussão nos reporta a Sardá (1988) sobre a ordenação hierárquica da vida social, tendo como ponto de vista o androcentrismo. Para a autora, o androcentrismo é uma ordenação hierárquica centralizada da vida social, e, a divisão por sexos, um ingrediente dessa ordenação.

Nesse sentido, a autora, realizando um estudo sobre a Política de Aristóteles, argumenta que a concepção do filósofo é androcêntrica e escamoteia um modelo de homem universal que, não apenas exclui as mulheres, mas também os homens. A autora explica que a concepção do homem aristotélico seria aquela com capacidade de sobrepor-se aos outros, com características de virilidade, de força, de domínio. Nessa condição, a exclusão não seria apenas para as mulheres, mas também para os homens que eram despossuídos desse predicado. A reprodução desse pensamento, sobretudo, no mundo Ocidental, significou, para a autora, uma forma de opacidade androcêntrica, pois pelas características atribuídas, o homem era o sujeito forte, era a referência para a humanidade, tanto no âmbito público como no acadêmico.

É mister assinalar que os escritos de Aristóteles influenciaram também as obras literárias na Idade Média e induziram muitas mulheres a denunciarem sobre suas condições e a forma como eram tratadas, porém não era uma discussão que questionasse a subordinação feminina e seus direitos como pessoa, esta atitude não significou o começo de um movimento político-social. Foi aos finais dessa época que surgiu o Renascimento, um movimento artístico e científico dos séculos XV e XVI, inspirado nos valores greco-romanos, que marcou a etapa das transformações das tradições medievais para uma nova maneira de conhecer e pensar as coisas e sobre elas, principalmente nas esferas das artes, política, religião, literatura e nos aspectos socioculturais.

Entretanto, com tantas rupturas, o homem foi colocado numa posição de modelo de representação social, mudou a concepção do divino e do próprio homem, que passava a ser um sujeito livre e racional. Para a mulher, era o início de uma exclusão sistemática da vida pública e social. O principal foco desse movimento ocorreu na Itália, sendo propagado posteriormente para outros países da Europa. E, é nesse meandro que Christine de Pizán, escreveu no ano de 1405, no livro intitulado “La ciudad de Las Damas”, sobre as razões que conduziam a tantos homens a injuriarem as mulheres, apesar dessa realidade ter sido iniciada no século XII, (VARELA, 2013).

A leitura da obra citada nos faz refletir sobre a visão de mundo da Idade Média e sobre as mulheres, mais precisamente em 1405, ano em que foi escrito. Observar a linguagem de uma mulher que era leitora e escritora, originária de uma família de intelectuais, narrar sobre a sua época, de como as mulheres eram versadas nas obras literárias e da experiência religiosa que teve para escrever sobre a Cidade das Damas é realmente algo inusitado e que pode passar despercebido pelos leitores e estudiosos sobre o movimento feminista (CALADO, 2006). Calado ainda nos diz que, nesse período da história, Christine havia sido escolhida para ser a defensora das mulheres, uma pioneira no processo de conscientização da mulher.

Mesmo com toda a riqueza de descrição e discussão sobre o tratamento dado à mulher e sobre a falta de acesso ao conhecimento, Varela (2013) nos diz que a obra de Christine de Pizan não pode ser considerada uma literatura feminista, isso porque não há um rebatimento político sobre o modelo androcêntrico da sociedade em que vivia. É importante salientar ainda que Pizan não tenha inserido em seus escritos aspectos políticos do movimento feminista, a sua obra descreve o papel das

mulheres, suas vivências e atribuições na sociedade medieval. É um fato que Christine de Pizán rebate com seu novo modelo de cidade o modelo androcêntrico e introduz de fato uma visão feminista.

Calado (2006), diferentemente de Varela, nos revela que essa escritora, em sua obra, “Cidade das Damas”, descreve a própria condição de vida, isso demonstra uma maneira de representação da memória feminina. De uma memória vivida no interior de uma sociedade androcêntrica. Para Calado, “[...] a condição de alteridade dos textos femininos implica na forma diferente de representar o mundo na sua escrita” (2006, p. 16). Assim,

> a busca por esse espaço significante na História constitui a essência da escrita feminina como meio de libertação através da autonomia de expressão. A questão da autonomia apresenta-se como o desafio feminino enquanto sujeito coletivo de construir outra verdade livre das estruturas de poder e dominação características do discurso androcêntrico (CALADO, 2006, p. 17).

Escrever sobre a história das mulheres nos dias atuais, mesmo que haja diversas pesquisas e estudos, ainda se constitui como um campo do saber bastante fértil. Sobre isso, Calado reflete:

> [...] o reconhecimento da escrita das mulheres enquanto objeto e sujeito, proclamada em especial nos anos 70, com o movimento de libertação das mulheres, a questão atual continua emaranhada de interrogações, de prejulgamentos, de buscas, reivindicações, como sempre aconteceu nas tentativas femininas de escrever sua própria história, de romper com o olhar androcêntrico da história no masculino (2006, p. 18).

No entendimento da autora, mesmo que as mulheres tenham alcançado o reconhecimento e um espaço para um conhecimento científico, ainda sim, esse conhecimento ocorreu de forma árdua, com o enfrentamento de grandes debates políticos e intelectuais.

Os escritos femininos, a maioria aponta para uma contradição nas relações sociais entre homens e mulheres e o papel de cada um no espaço público e privado. Desde Pizan a Beauvoir notam-se escritas de experiências pessoais que foram articuladas ao contexto social de cada época. Beauvoir, em sua obra, “O Segundo Sexo”, publicado em 1949, apresenta uma obra contundente e provocadora sobre o processo histórico e social da condição das mulheres. Seus escritos, certamente

foram muito importantes para as lutas e pensamentos feministas dos dias atuais. A filósofa faz críticas sobre a maternidade, à moral e as tradições, defendendo a liberação da contracepção e do aborto.

Contudo, o que mudou? Será que há algo novo para a escrita da história das mulheres? Sabemos que os escritos sobre as mulheres e das mulheres se desenvolveram por meio de uma memória feminina e suas vivências, para um estudo de gênero. Todavia, as diversas pesquisadoras, filósofas e sociólogas que estudam e escrevem, ainda narram sobre as desigualdades e a forma do olhar para a mulher no contexto masculino.

Nesse contexto, o anseio pelas transformações político-administrativas, sobre a difamação das mulheres nos meios de comunicação, nas músicas, a violência contra as mulheres, a perda dos valores e da identidade feminina, de ser mãe, são conteúdos que estão sendo discutidos e analisados no século XXI.

Outro aspecto importante sobre a história das mulheres diz respeito à vivência dessas com o Cristianismo em diversos contextos históricos. Encontramos na literatura feminista divergências sobre a relação concebida do cristianismo com as mulheres e, consequentemente, a escrita sobre a história das mulheres.

Na atualidade, ouvem-se distintas discussões que combatem a relação do cristianismo com a mulher. Tais debates não se apresentam apenas nos discursos, mas também nas diversas obras literárias feministas. No entanto, Pizán faz uma defesa do seu pensamento em relação ao que está escrito no livro de Gênesis sobre a criação do homem e da mulher e diz que a mulher deveria “[...] ficar ao seu lado como uma companheira, e não a seus pés como uma escrava – e que ele deveria amá-la como se fosse sua própria carne” (1405, p. 54).

Christine de Pizan ainda cita a vida da virgem Maria e outras mulheres da Bíblia como nobres ocupantes de sua cidade. A escritora faz referência à santa Catarina de Alexandria que foi uma mártir cristã no ano de 307, que defendia a devoção e a castidade.

Portanto, a maior parte das mulheres, sejam ricas, pobres, brancas, negras, intelectuais ou não, donas de casa, trabalhadoras, mães, rezadeiras, latoeiras, educadoras, parteiras, devem ser objeto de discussão. E, por estar nessa posição, a sua memória necessita ser testemunhada para ser escrita, lida, analisada e interpretada como sujeitos de uma história em um determinado tempo e espaço.

Os deslocamentos teóricos elaborados pelo feminismo difundiram uma nova maneira de escrever a história. Esta deveria abdicar de sua essência universalista e masculinizante, abrir-se para a emergência de novos temas, objetos e questões, principalmente a partir da década de 1970.

Fica claro que, essas “novas” temáticas surgiram, em certa medida, pela inserção das mulheres no espaço público, principalmente no acadêmico. Foi a partir daí que surgiram novos núcleos de pesquisa que estudavam as histórias das mulheres, suas memórias e lutas.

A história seria então, pressionada a mudar, as próprias mulheres passariam a escrever as suas memórias. A narração se deslocava do campo dos reis e rainhas para as rezadeiras, educadoras, latoeiras, benzedeiras, donas de casa. A ampliação dessas categorias proporcionou o direito à história e à memória por parte dos sujeitos que até então permaneciam invisíveis, à margem de uma historiografia universalista, que era precária por não registrar as práticas sociais, que embora existissem, passavam a ser transparentes.

Nesse sentido tornou-se interessante o saber sobre as mulheres, seus escritos, suas memórias, sobre o espaço privado, sobre a criação de filhos, sobre a maternidade, sobre o ser mulher numa sociedade que privilegiava o espaço público em detrimento do privado.

2.4 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO MODERNO E O CONHECIMENTO DAS MULHERES

É importante aclarar que a permanência das mulheres, como seres invisíveis para a ciência, deveu-se ao fato de, durante muitos séculos, ficarem confinadas ao espaço privado da casa, cuidando exclusivamente da família, ainda que, houvesse mulheres também no espaço público como rainhas, mulheres com ofícios, curandeiras, etc. Essa ordem, para muitas sociedades, era vista como natural. Por esse motivo, os escritos sobre as mulheres apontavam, de forma geral, para imagens representadas, descritas ou narradas por homens que não estavam relacionadas com a realidade das mulheres, eram estereótipos criados. Os relatos de historiadores gregos e romanos descreviam apenas o espaço público (PERROT, 2008).

Essa forma de contar a história é descrita por Burke (1991) quando nos afirma que a história tem sido escrita por meio de crônicas de monges, memória política e tratados de antiquários. Porém, a forma influente de escrita diz respeito à narrativa dos acontecimentos políticos e militares, comparecida como a história dos grandes feitos de grandes homens, militares e reis. Dada à sua importância, sabe-se também que os documentos das mulheres, como diários, cartas e outros, não eram encontrados ou poderiam até desaparecer dos arquivos.

Conforme Perrot (2008), nos séculos XVIII e principalmente no século XIX, os historiadores passam a escrever um pouco mais sobre as mulheres e a relação entre os sexos. Porém, suas histórias são permeadas pelo uso inconveniente do poder, de rainhas e de conteúdo biográfico, sem um cunho de sujeito da história. O fato é que, a escrita sobre a mulher dizia respeito à sua posição de destaque na sociedade com uma forte influência da representação dos papeis entre os sexos, eram histórias que ascendiam à glória da mulher pelo martírio, de uma honra esplêndida.

Um período importante para a história das mulheres está relacionado com os períodos de entre guerras no século XX, pois é nesse momento que as mulheres passam a trabalhar no espaço público e ter acesso à universidade. Com essa nova perspectiva, as próprias mulheres começam a se interessar pela história das mulheres e do feminismo. Entretanto, mesmo com a transformação da historiografia e o rompimento de uma visão unicamente política da história, a academia continuava a marginalizar a mulher.

Essa nova abertura foi proporcionada pela Escola dos Annales, importante escola formada por historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre no ano de 1929. Porém, para a história, não começou apenas nessa época, no século XIX, os historiadores Michelet e Burckhardt, possuíam uma visão mais ampliada acerca da história e que, em certa medida, foram importantes para a elaboração dos estudos sobre as mulheres. Burckhardt pensava a história como campo que interatuavam o Estado, a Religião e a Cultura. Michelet defendia a ideia de que a história deveria ser escrita na perspectiva dos grupos subordinados, ou seja, aqueles que sofreram, trabalharam, extenuaram-se e morreram sem a possibilidade de expor seus sofrimentos. (BURKE, 1991).

Em relação às mulheres, Perrot (2008), diz que Michelet escreve sobre a “mujer del pueblo” em seu livro História da Revolução Francesa, porque compreendia que não havia mais pueblo (povo) do que a mulher. A autora ainda

reflete que esse tipo de escrita era muito comum, era a maneira como as mulheres apareciam nos chamados manuais escolares.

As mudanças na escrita da história proporcionavam novas discussões no âmbito da academia e promovia o surgimento de novos campos do saber. Todavia, para Perrot (2008), tais modificações não foram suficientes para inserir a história sobre as mulheres, a escola denominada Annales permanecia dando prioridade aos aspectos econômicos e sociais. Não se considerava o modelo androcêntrico da história.

Nas décadas de 1960 e 1970, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, ocorreu um movimento de questionamento aos modelos teórico filosóficos de pensamento. Esses questionamentos foram provocados por meio do movimento feminista e das transformações ocorridas no papel das mulheres na sociedade. As mulheres passaram a participar de forma mais intensa no espaço público ao serem inseridas no mercado de trabalho e na educação. Com isso, modificou-se também a forma do olhar de investigação científica sobre as mulheres.

O momento descrito era propício, pois se mudavam os intelectuais e a forma de escrever a história. Surgia, então, temáticas sobre a família, natalidade, mortalidade, o que em certa medida, coagiam os estudiosos, principalmente os historiadores, a pensar sobre a mulher como sujeito (PERROT, 2008).

Em relação às décadas citadas, Motta (2005), nos diz que foi marcadas por um intenso despertar em relação à crise dos paradigmas da ciência e da reprodução capitalista. Para a autora, tanto a ciência quanto o modo de produção capitalista, oportunizaram a urgência de uma nova percepção social no que diz respeito a novos sujeitos coletivos e movimentos sociais. Esses sujeitos foram abarcados pelas Ciências Sociais e se constituíram nas dimensões sexo/gênero, idade/geração e raça/etnia.

Esses movimentos confrontaram os discursos dominantes e tornaram público seus questionamentos e manifestações. Nesse cenário, o movimento feminista expressou o seu descontentamento quanto às relações sociais, que coagia a mulher a um papel de exclusão na sociedade. A década de 1970 significou para as mulheres um período de difusão do Movimento de Liberação das Mulheres (MLF). Esse movimento tomou corpo no mundo Ocidental, levou muitas mulheres às ruas das cidades para lutar pelos seus direitos. Para Perrot (2008, p. 203) “La fuerza del MLF de los años setenta y ochenta residió en la extensión del apoyo popular; éste

prestó su voz a la reivindicación masiva que las mujeres hicieron del derecho a la libre maternidad".

Nesse clima de mudanças, favoráveis às mulheres, a década de 1970 também possibilitou, a criação de um Movimento Feminista Moderno de Segunda Onda que lutava pelos Direitos das mulheres. As mudanças ocorridas foram possíveis devido à consolidação do movimento feminista frente aos seus direitos políticos e sociais. O movimento de liberação das mulheres proporcionou, por meio de leituras de mulheres intelectuais, como Simone de Beauvoir (1949), o interesse pela busca da memória feminina e de sua legitimação. Pensava-se em todas as mulheres e em todas que lutaram pelo movimento e que até então se encontravam invisíveis na história da humanidade e em seu papel histórico-social.

Foi por meio do movimento pelos direitos das mulheres que os estudos sobre as mulheres começam a ser incorporados pela academia. Aos finais dos anos de 1960 e início de 1970, a situação das mulheres sob uma ótica discriminatória e desvantajosa em relação ao campo do conhecimento social, tem a sua condição modificada desde campo político social para um campo epistemológico. Destaca-se que as lutas anteriores desvelaram ao reconhecimento das mulheres como pessoa, como sujeito da história. Porém, para que esse reconhecimento ocorresse seria necessário ter uma nova concepção sobre as mulheres, do ponto de vista epistemológico. Essa era a base imprescindível para a construção de um conhecimento teórico e social.

Conforme Philipp (2010), as primeiras inquirições dos estudos sobre as mulheres foram realizadas sob um ponto de vista feminista para averiguar como a mulher comparecia, se como objeto ou sujeito da ciência. Essas primeiras investigações culminaram com uma relevante importância, a de saber qual era o conhecimento científico predominante e os padrões de investigação usados. Na segunda etapa, aos finais dos anos de 1970 principiam as investigações sobre a problemática das mulheres no espaço social, no trabalho, na política, na família e na educação.

Segundo a autora, esse momento significava a construção de um conhecimento novo, baseado em fatos empíricos concernentes às mulheres, seu papel (rol) e funções na sociedade. Contudo, nas Ciências Sociais, esses estudos se apresentavam sob duas óticas, a primeira com estudos meramente descritivos,

neutros, com apresentações de dados e o segundo, com a intenção de romper com a prática científica existente, a teoria Crítico ideológico-feminista.

Os estudos realizados sobre as mulheres, nas ciências sociais, na primeira ótica, têm sido desenvolvidos sob a perspectiva do positivismo, por meio da neutralidade axiológica do conhecimento, partindo de uma visão androcêntrica, ou seja, uma relação hierárquica de dominação na qual as mulheres são concebidas como inferiores aos homens (PHILIPP, 2008).

A neutralidade axiológica da ciência moderna tem sido amplamente criticada, pois exacerba seus critérios por meio de uma legitimação ideológica da desigualdade, uma limitação dos processos de investigação, partindo da universalidade e objetividade da ciência, sem, contudo, fazer uma reflexão da conjuntura do processo social e histórico.

Para Philipp (2008), o estudo de gênero e das mulheres só pode ser realizado sob a ótica crítico-ideológica. É importante ressaltar, guardando as devidas proporções, que os estudos sobre gênero e mulheres ainda residem em limites ideológicos, um território de disputas que reduzem as discussões à luz de orientações idealistas e culturalistas.

A autora reflete que as discussões atuais sobre gênero são parte da estrutura social que estabelece novas atribuições para ambos os sexos e, portanto, requer uma nova concepção desses atributos, tanto para as mulheres como para os homens. Assim, torna-se necessário uma nova redefinição dos papéis de gênero masculino e feminino, sobretudo, no que diz respeito aos espaços doméstico privado, público e do trabalho extradoméstico. Portanto, compreender as diferentes funções executadas pelas mulheres e pelos homens, por meio da divisão sexual do trabalho, é de suma importância para a organização da vida em sociedade.

De acordo com Philipp (2008) é necessário que o gênero masculino também assuma as funções que eram tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres. A autora defende uma nova concepção de identidade de gênero masculina e feminina, sobre a qual se estabeleça os valores do cuidado, ancorada em orientações de moral e justiça num plano horizontal e não vertical a qual é ratificada nesse trabalho. Torna-se essencial uma recuperação dos valores que foram imputados historicamente à identidade coletiva feminina, bem como a compreensão de um caráter epistemológico com os valores do cuidado por meio de uma visão feminista.

A possibilidade de construir uma teoria para o estudo sobre as mulheres reporta-se para os trabalhos de construção das teorias, dos pensamentos e suas bases científicas. Faremos então, uma relação a essas teorias e a possibilidade dada por elas para a construção de uma episteme sobre as mulheres. Portanto, iniciaremos por Kant, um dos ideólogos da ilustração, que atribuiu crédito à experiência empírica e à razão como base para o conhecimento humano.

Segundo Philipp,

> para este filósofo la metodología emerge de los principios mismos de la razón, que son aquellos que permiten que el conocimiento de cualquier campo se convierta en conocimiento sistematizado, es decir, en una Ciencia (1996, p. 28).

Essa concepção trouxe, por meio do Racionalismo, o sujeito para o espaço da produção do conhecimento e a possibilidade para novos estudos e novos campos de saberes. O postulado empiricista, tem na experiência, a base para a explicação da verdade, por isso nega o caráter absoluto da mesma. A verdade para esse conhecimento é tudo aquilo que pode ser observado, apreendido. No entanto, esse conhecimento sofreu diversas criticas, visto que para os racionalistas, a base deve ser a razão, pois a experiência sensorial pode provocar conflitos em relação à realidade do mundo. Assim, apenas um conhecimento racional, usando de princípios lógicos é que poderá atingir o verdadeiro conhecimento, ou aquele que seja reconhecido universalmente.

Nesse sentido, Kant (1983) assevera que o conhecimento é possível porque o homem possui faculdades, capacidades de conhecê-lo. Para Kant tanto o empirismo quanto o racionalismo são a base para o conhecimento, pois sem a experiência, não há intuição, a percepção daquilo que se pode observar no mundo. Logo, os pensamentos seriam vazios, sem a racionalidade, sem os conceitos, os sentidos (empirismo) não possuem nenhuma lógica para o ser humano, para a ciência. Em suma, o filosofo sustenta a tese de que a aquisição do conhecimento tem conexão direta com a representação de um objeto percebido e a compreensão que se tem dele. Por conseguinte, há uma relação estabelecida entre o pensamento puro (razão) e as experiências (sensoriais).

A faculdade para poder pensar a realidade é uma característica que se move para quem está além do espaço privado, que é participante da vida pública, da

política. Sendo assim, apesar de sua importância, a perspectiva Kantiana gerou um problema para a visão feminista, pois fundamentou a capacidade de discussão como uma habilidade masculina, inerente ao homem, um ser racional. O Movimento Feminista, na luta pelos seus direitos compreendeu que a situação das mulheres revestia-se de matizes filosóficas androcêntricas.

Dessa forma, a ciência moderna limitou, na nossa visão, o campo de ação do conhecer, pois apenas este fica preso a categorias fechadas do pensamento e não considera as particularidades e as singularidades dos fenômenos humanos, tornando-se universalista, com uma única visão, a visão masculina. Nessa ótica, não haveria uma possibilidade para o campo do saber sobre as mulheres.

Essa universalidade humana, produzida pelo Iluminismo, foi contestada por Mary Wollstonecraft. A contradição era comprovada pelos argumentos usados por alguns homens ilustres, como Kant, Montesquieu, Rousseau, que defendiam a idéia de que a mulher era possuidora de uma natureza materna, sensível, não era apropriada ao espaço do saber, do conhecimento por não ter aptidão. Logo, deveria permanecer no espaço que era propicio à sua natureza, o espaço doméstico.

Em razão dessa conjuntura, o conhecimento científico em uso, foi criticado pela teoria feminista, colocando em xeque o patriarcado como forma ideológica de poder e domínio. Essa problemática do conhecimento epistemológico excluiu durante muito tempo o saber referente ao contexto social das mulheres, como o cuidado, os sentimentos, os valores da vida, por isso, excluíram a mulher como sujeito vinculado ao conhecimento científico por meio da racionalidade, e a vinculou aos estudos de concepção maternal (PHILIPP, 1993, 2001, 2008, 2012).

Buscando compreender a concepção kantiana e a sociedade da sua época, apresentamos, de forma abreviada, o pensamento que envolvia o filosofo e sua teoria. Na obra intitulada “O belo e o sublime” (1993), Kant, faz uma descrição bastante poética sobre a mulher, suas características, personalidade, enfim, particularidades que observou.

Ao falar sobre a mulher, Kant reflete que, por possuir uma natureza bela, a mulher não poderia meditar sobre os pensamentos mais nobres, já que essa ação era considerada pelo filósofo como uma ação penosa, dura, e por isso não eram peculiares ao sexo frágil. O filósofo exemplifica o seu pensamento com uma mulher, que em sua época, discutia sobre os fundamentos da mecânica e prossegue dizendo que faltava uma barba para ela, pois a barba poderia conceder uma melhor

expressão de profundidade. Para ele, a mulher não poderia aprender nenhuma geometria, elas deveriam saber apenas o necessário para compreender o espírito das anedotas nas poesias.

As mulheres não deveriam se preocupar com os escritos e experiências científicas de Newton, de Descartes, não deveriam encher a cabeça com os conhecimentos geográficos, da guerra. Kant diz que se caso a mulher partilhasse desse espaço, poderia, por suas características pessoais, caminhar na busca de benevolências, pois o conteúdo da ciência da mulher é mais humano que físico, era mais emoção que razão. A mulher não era para a razão, para raciocínios, mas para a sensibilidade. Kant dizia que até para os homens era uma tarefa difícil.

Outro filósofo contemporâneo de Kant, considerado iluminista moderno, e que difundiu o pensamento machista foi Rousseau. Em sua obra intitulada “Emilio” em relação à educação, a condição racional e livre do sujeito, reflete:

> a primeira educação é mais importante e cabe incontestavelmente às mulheres. Se o autor da natureza houvesse desejado que ela coubesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentar as crianças. Assim, falai sempre de preferência às mulheres em vossos tratados de educação, pois, além de estarem em condições de tratá-la mais de perto do que os homens e de influírem sempre mais, o êxito também lhes interessa muito mais, já que a maior parte das viúvas se acha como que a mercê dos filhos e eles então lhe fazem sentir vivamente, no bem e no mal, o efeito da maneira como foram educados (ROUSSEAU, 2004, p. 7-8).

Rousseau esclarece como filósofo mais avançado da época, quanto à visão racional e de liberdade do sujeito e como defensor de uma nova visão pedagógica, que a mãe, como mulher, é que provê a condição de alimento para a criança. Sendo assim, somente a mãe poderia acompanhar o seu desenvolvimento. A justificativa do filósofo remete para uma defesa da concepção de natureza biológica da mulher.

Foi esse o pensamento que estava cravado nas mentes dos teóricos daquela época e que permeou por gerações. A mulher ficava fora do conhecimento, era apenas natureza, uma visão iluminista do sujeito que excluía as mulheres do conhecimento (PHILIPP, 2001, 2012). Portanto, as mulheres não eram vistas como necessárias para o conhecimento, não era ser da ciência e da cultura era somente natureza, suas características e atributos não deveriam ser considerados pela ciência, esse não era o seu espaço, o seu espaço era o privado, era o da

reprodução biológica, suas características pessoais e sensíveis não serviam para o conhecimento.

Esse modelo de conhecimento, um conhecimento positivista, foi desenvolvido de forma sistemática, para o conhecimento social, por filósofos como Comte, Durkheim dentre outros. Segundo Philipp (1996) a tradição positivista e as Ciências Sociais entendiam que o conhecimento social estaria baseado nos direitos objetivos empíricos numa visão dedutiva do conhecimento natural e social.

Para Philipp (1996), a concepção positivista Comtiana, em relação às Ciências Sociais, possui um conhecimento social baseado na organização das sociedades por meio das leis análogas às das Ciências Exatas. Nesse sentido, não se considera as diferenças, apenas o universo empírico, externo, público. Já Durkheim, para a autora, radicaliza a perspectiva de Comte e considera os direitos sociais.

No entanto, para Philipp (1996), a visão mais moderna do positivismo, a Racionalista de Popper utiliza-se da técnica para compreender os fatos sociais. O conhecimento estaria baseado na lógica dedutiva e abarcaria os problemas sociais. Porém, essas mudanças não foram suficientes para transformar a visão do conhecimento, da Ciência, uma visão androcêntrica e não neutra.

Nesse sentido, podemos inferir que muitas feministas abdicaram dessas características em prol de atributos masculinos, como uma forma de buscar por meio da assimilação do sujeito, na visão iluminista, uma concepção teórica do feminismo da Igualdade. Sendo assim, muitas dessas mulheres criticam e rejeitam a essência feminina e tornaram o movimento, além da luta pelos direitos das mulheres, como mais uma forma de buscar o poder, o poder masculino.

Sendo assim, a Ciência, elaborada com uma concepção científica social moderna, dizendo-se interpretativa e neutra, pois o resultado passava pelo crivo de observações e de interpretações dos fenômenos estudados metodologicamente, paradoxalmente, possui uma lógica universal, a de que o mundo do conhecimento, por meio de sua neutralidade axiológica, teria o homem como parâmetro central.

Para Philipp (2008), o modelo epistemológico moderno baseia-se na neutralidade do conhecimento e com a sua falsa neutralidade aporta para uma legitimação ideológica de desigualdade entre o homem e a mulher e desvincula a realidade do conhecimento a respeito dos fatos em seu contexto social e histórico. Para isso, seria necessário um conhecimento científico das mulheres e do gênero

com um enfoque epistemológico crítico-emancipativo, ou seja, uma concepção crítico-ideológica, o que não é possível no paradigma científico-positivista-moderno (PHILIPP, 1993, 2001). Sobre isso, Sardá (2010), conjectura que o silêncio e a invisibilidade da mulher na e pela ciência, conduziu as investigações sobre a sua situação e a necessidade de sua inserção no interior da academia como sujeitos ativos para o passado e presente.

A concepção epistemológica - crítica do conhecimento das mulheres e a relação da mulher como sujeito do passado e o presente, retratam a busca de mulheres que foram referências para a construção da memória empiricocoletiva de diversas sociedades, especialmente das mulheres e do seu protagonismo social. Esses estudos permitem a investigação dos seus espaços, hábitos, cotidiano, lutas, trabalhos e leituras de mundo, aspectos que proporcionaram ao tempo e ao espaço diversas histórias que não ficaram fora do âmbito da história das sociedades, seja ela qual for.

3 MEMÓRIA E ESPAÇO SOCIAL

A história dos seres humanos tem sido narrada e até mesmo escrita sob diversas óticas. Estudar sobre essas histórias nos faz adentrar em um mundo particular dos documentos e dos testemunhos de vida, aqueles que narram suas histórias, os que vivenciaram os fatos ou que ouviram falar sobre eles, e ainda aqueles que puderam registrar, por meio dos documentos, as suas memórias. Nessa visão, a história sobre as mulheres, nos emerge nesse mundo de descobertas, social, de desvelamento da memória que se tem, de uma memória social que é um meio para a exploração do passado e o seu conhecimento.

Essa memória, carregada de subjetividades é o lugar de vivências e experiências de homens e mulheres, que são, no tempo e no espaço, construídas e reconstruídas por seus sujeitos e pelos grupos aos quais fazem parte. Nesse sentido, essas memórias são individuais e coletivas e se materializam no espaço ao qual o grupo faz parte. Esse espaço é o lugar, a esfera social onde os sujeitos vivem e trabalham um ambiente para além do físico, é o espaço das lutas, das diferenças, das interações, dos grupos e das relações sociais.

É nesse espaço que a estrutura social é criada e repensada através da interação dos sujeitos e da construção dos significados sociais. Tal estrutura, também é historiada pela escrita e, de certa forma, pode ser dominada por grupos e por seus interesses com uma forte conotação de poder.

Com esse entendimento, ao construirmos conhecimentos dos sujeitos sociais, homens e mulheres, é necessário garantir um diálogo de suas vivências e experiências, construindo os significados partilhados de suas vidas, reconstruindo na memória, as suas histórias, dando vozes para a construção de uma História social que tenha significado para estes sujeitos.

Por isso, o olhar para a sociedade de Rio de Contas, composta por mulheres e homens, proporciona o conhecimento de suas realidades, que ora passou e que ainda permanecem vivas nas memórias dos testemunhos. Esses relatos possibilitam a compreensão e contextualização da sociedade a qual viveram, vivem e sobrevivem. Assim sendo, o conhecimento sobre as mulheres não pode ser visto de forma isolada e linear, esse conhecimento interpõe-se por toda a sociedade e perpassa pelo próprio conhecimento sobre os homens, o paradigma da sociedade que se constrói e que se deseja transformar.

Reconhecendo as mulheres como pertencentes a um grupo da sociedade, parte de uma memória social, torna-se relevante a compreensão sobre o seu contexto histórico e social, por meio da memória, o que possibilitará uma maior apreensão da sua geografia social, bem como do espaço em que está inserida.

Deste modo, conhecer a memória das mulheres que se situa no tempo e no espaço é também pensarmos o conhecimento da própria sociedade que a circunda. É necessário contextualizar a realidade de vida dos sujeitos, investigarmos, na memória social, a sua condição como sujeito. Ao refletirmos sobre essa condição dos sujeitos, e em particular, das mulheres, aderimos à reflexão de Michele Perrot (1989, p. 01) quando nos diz que, "[...] no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues", isso significa dizer que a história tradicional, por registrar os acontecimentos apenas públicos, excluiu as mulheres, ou pouco se relatou sobre elas, porque as mesmas não faziam parte desse espaço. Essa situação demonstra a importância dada ao espaço público em detrimento ao doméstico. Porém, há relatos de mulheres que trabalhavam fora de suas casas para a manutenção e sobrevivência de suas famílias, essas mulheres eram negras e brancas de classe pobre, que faziam parte do espaço público, mas que eram invisíveis aos olhos da sociedade.

Nesse contexto, escrever sobre a memória das mulheres no espaço social é produzir um novo olhar e uma nova leitura sobre os estudos da memória, do espaço doméstico e do espaço privado. É dar visibilidade a uma história que por muitos séculos permaneceu escondida nos registros da História, principalmente àqueles que dizem respeito aos aspectos econômicos e políticos.

Portanto, conhecer algumas concepções que nortearam o estudo da memória nas Ciências Sociais foi de grande relevância para o estudo dessa tese, pois possibilitou uma nova leitura da organização do espaço da sociedade quer seja público ou privado.

Para compreender o contexto que envolve as particularidades desse estudo faremos uma breve exposição da composição teórica da memória e de espaço enquanto categoria analítica da Ciência Geográfica. Nesse entendimento, para a memória, serão utilizados os estudos de Maurice Halbwachs (2004, 2006), Paul Ricoeur (2007), Walter Benjamin (1985, 1987, 1986), Paolo Montespirelli (2004), Jô Gondar (2005), dentre outros. Em relação à memória feminina, a feminista Michele Perrot (1989, 2008) que escreveu sobre as "Práticas da memória feminina", "As

mulheres ou os silêncios da História” e “Mi historia de las mujeres”. Em relação ao espaço tomamos como arcabouço teórico as teorias de Milton Santos (2002), Ruy Moreira (2007) e Henry Lefebvre ((1992 [1974], 2006).

3.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA MEMÓRIA SOCIAL

O campo da memória social é permeado por vários conhecimentos, por isso, conceituar essa área do saber é de certa forma, complexo. É difícil porque possui um conjunto de representações que abarca, em certa medida, diversas áreas da ciência, possuindo, portanto, características que se configuram por um processo permanente de construção das lembranças e do que foi esquecido. Por essa razão, escrever sobre a memória nos faz refletir sobre o que foi dito por Gondar (2005, p. 17): “O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente”.

Portanto, este trabalho, mesmo com as implicações nas diversas perspectivas sobre a concepção da memória, não pretende permanecer numa visão neutra, pois compreendemos que não devemos ocultar ou até mesmo encobrir um posicionamento ético e político em relação à concepção adotada para a reconstrução da memória das mulheres estudadas, pois assim correríamos o risco de conduzir o nosso ponto de vista para uma reprodução da história e não para uma análise mais aprofundada e crítica da sociedade e das memórias que desejamos reconstruir.

Como essa tese estabelece uma relação direta com o uso da memória social de Rio de Contas para a reconstrução das memórias das mulheres pesquisadas, é de suma importância compreender o caminho percorrido na aplicabilidade desse campo do saber por diversos filósofos e pensadores e o vínculo com a reconstrução das memórias femininas.

O estudo sobre a memória remonta à Grécia Antiga, lugar de efervescência intelectual sobre os estudos filosóficos referentes ao homem e à memória. Tais discussões proporcionaram especulações e, principalmente, um exercício crítico sobre a sabedoria e o conhecimento. Essas especulações e pensamentos excluíam as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Essa realidade pode ser observada, mais especificamente, nas obras de Aristóteles que tão grande influência teve para a

Filosofia e a Ciência Moderna Ocidental, como também de outros filósofos, como Platão (SARDÁ, 1998).

Ainda que tenhamos a consciência da exclusão das mulheres por parte desses filósofos, abordado no capítulo anterior, é necessário conhecermos suas contribuições para o estudo da memória e dos aspectos que influenciaram e repercutiram para o exclusivismo da representação do homem na Filosofia. Por isso, utilizamos esses conhecimentos para compreender os processos de construção e reconstrução das memórias e o reflexo desses para a reconstrução da memória feminina, das memórias das mulheres.

Ao fazer uma incursão na obra de Platão, em particular, na narração de Apolodoro sobre o Banquete, percebemos a importância da memória na vida cultural da Grécia Antiga. A forma de narrar o fato demonstra o pensamento e a maneira de discorrer sobre memória. No “Problema da Física”, o filósofo relata:

> Muitas vezes detive-me seriamente a examinar questões como esta: se, como alguns pretendem, os seres vivos se originam de uma putrefação em que tomam parte o frio e o calor; se é o sangue que nos faz pensar, ou o ar, ou o fogo, ou quem sabe se nada disso, mas sim o próprio cérebro, que nos dá as sensações de ouvir, ver e cheirar, das quais resultariam por sua vez a memória e a opinião, ao passo que destas, quando adquirem estabilidade, nasceria o conhecimento (PLATÃO, 1991, p. 170).

A memória era considerada como um exercício de uma experiência vivida, do que foi visto e conservado, um instrumento para o conhecimento, um modo de consciência compartilhada como uma reminiscência. Para Platão, a teoria da memória também pode ser considerada uma teoria do conhecimento, ou da reminiscência, uma arte, na qual a existência de um saber inato pode ser recordado e evocado, quando desejado. A memória era, portanto, uma virtude que deveria ser conservada.

Dessa forma, seria então, constituída pela conservação, o que possibilitaria a sua evocação pela recordação, tornando o que “foi” parte do presente. Para Platão e Aristóteles, esses momentos são, respectivamente, conservação de sensações e reminiscências.

De acordo com o filósofo (1991), esses momentos são distintos, e por isso, os sentidos proporcionam um despertar das lembranças adormecidas, o que pode ser lembrado é o que já foi conhecido. Para Platão, a alma seria imortal e, portanto, não

há nada que ela não tenha conhecimento. Neste sentido, ela tem a capacidade de evocar a lembrança das imagens que foram vistas anteriormente, ou seja, é uma forma de dispor dos conhecimentos passados.

Assim, a memória passou a ser um instrumento importante para a compreensão de fatos que dantes não eram percebidos ou não despertaram interesse e trouxe importantes aportes para a percepção daquilo que, segundo Ricoeur (2007), aconteceu no tempo, e oferece uma melhor apreensão do passado. Para Platão e Aristóteles a memória é do indivíduo e por isso é uma virtude, um dom conferido a determinados homens de posses, que detinham o poder e a virilidade, uma característica transcendental, metafísica (SARDÁ, 1998). Ao passo que as mulheres, por não possuírem tais atributos, permaneciam afastadas desse conhecimento, portanto, sem possibilidades de vivenciar essas memórias.

Pensando no compromisso dessa tese, na reconstrução da memória feminina, debruçamos também sobre os estudos da memória entre os séculos XIX e XX, para nortear a nossa posição e concepção. Aos finais do século XIX e início do XX, pensadores clássicos como Nietzsche (2003), Bérgson (1999) e Freud (1996) inclinaram-se sobre a temática enfatizando a dimensão processual da memória, dos confrontos e das lutas entre as lembranças e os esquecimentos, os hábitos, o pré-consciente e o consciente respectivamente, ou seja, os conflitos estabelecidos no processo de construção da memória entre o que se lembra e o que é esquecido.

Ainda no século XIX, diferentemente da compreensão de Aristóteles e Platão, a memória foi comparada com as representações sociais, dito de outro modo, a própria sociedade seria a representação da conexão entre o seu passado e o seu presente. Nessa perspectiva, “[...] o campo da memória é o campo das representações coletivas” (GONDAR, 2005, p. 23). Essa percepção baseia-se no pensamento de Durkheim (1994) sobre as representações individuais e as representações coletivas. A memória seria um conjunto de dados das representações da sociedade, nessa visão, não se considera aquilo que não é representável, como um conteúdo abstrato, como o afeto, os sentimentos, as práticas e as ações sociais.

Analisar a memória nessa perspectiva é desconsiderar os conflitos, as divergências, as desigualdades e as interações nas relações sociais. Para Gondar, essa forma de abordar a memória, de relacioná-la como uma representação coletiva possibilita apenas um olhar para a sociedade e observar apenas o que é aparente,

de uma enganosa coesão social, de uma homogeneização que, na verdade é inexistente nas relações sociais e no sistema econômico vigente. Nesse sentido, apontamos a condição das mulheres, das exclusões, da invisibilidade e desigualdades geradas pelo androcentrismo.

Dessa forma, há uma abstração nas representações porque não se considera as práticas sociais e suas relações. Assim, referir à memória como uma representação, invalida o seu caráter processual que está repleto de “impressões ou lembranças, aquelas que nos afetam em um campo das relações” (GONDAR, 2005, p.25). Esse entendimento não anula a representação coletiva, mas a posiciona como uma parte que integra o processo de construção da memória, ao menos aquelas que podem ser representadas de forma real.

Nessa perspectiva, de acordo com Gondar (2005, p. 11) a memória social nos coloca “diante de um território móvel, cujas fronteiras alojam uma multiplicidade de definições”. Portanto, devemos tomar cuidado também, com a multiplicação de interpretações e fundamentações acerca da memória e, em especial, das obras de Halbwachs. Por isso, torna-se importante buscar a fonte, conhecer os conceitos formulados pelo autor, a base para o conhecimento da memória coletiva, dos quadros sociais da memória e o contexto social da época em que tais formulações foram produzidas, pois o autor viveu em um determinado tempo e espaço.

Para o estudo em questão, entendendo que existem outros autores que contribuíram de forma pontual para a discussão sobre a memória, recorremos, primeiramente, às fundamentações teóricas e reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004, 2006), considerando como um clássico que concebeu a memória como uma construção social. Mesmo compreendendo a estrita vinculação desse autor com a teoria de Durkheim, uma vez que essa tese rechaça a concepção teórica desse sociólogo, tornou-se importante o trabalho com o conceito formulado por Halbwachs como um instrumento teórico que nos auxiliou na reconstrução da memória das mulheres estudadas.

Para Halbwachs, nenhuma memória é construída apartada da sociedade, dos grupos aos quais os sujeitos fazem parte, como a família, a escola, a igreja etc.. Em sociedade, os sujeitos evocam suas lembranças e recorrem às lembranças dos outros para construção e reconstrução de suas memórias. Desta forma, “[...] um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não vêem” (HAMBWACHS, 2006, p. 23). A memória

coletiva está em correspondência direta com as bases comuns de uma sociedade. Isso significa dizer que:

> Todo recuerdo, por personal que sea, incluso aquellos de los acontecimientos de los cuales hemos sido los únicos testigos, incluso aquellos de pensamientos y de nociones que muchos otros también poseen, con personas, grupos, lugares, fechas, palabras y formas del lenguaje, también con razonamientos e ideas, es decir con toda la vida material y moral de las sociedades de las cuales formamos o hemos formado parte (HALBWACHS, 2004, p. 55).

O autor referenciou os quadros sociais da memória como uma forma de contestar o pensamento puramente individual e de convergir, para a construção de uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006). Do mesmo modo, admitiu uma multiplicidade de tempos e de memórias no espaço, conforme a quantidade de grupos existentes. Para o autor, o processo de recordar seria, portanto, uma atividade construtiva e racional da mente.

Em razão dessa realidade, o estudo sobre a memória se constitui como um importante campo do saber e demarca uma multiplicidade de conhecimentos. Tomando como base os estudos de Durkheim, sobre a “consciência coletiva”, conceito que teve o significado ancorado numa visão estritamente social, isso é, sociológica do fato, o sociólogo Maurice Halbwachs (2004), em 1925, em sua obra “Os Contextos Sociais da Memória”, compreende como uma impossibilidade a concepção das recordações e a localização das lembranças fora de um contexto social real, necessário na reconstrução da memória. Para o autor, é impossível conceber a memória fora das relações sociais dos grupos, já que ela é produto do pensamento coletivo e das relações sociais reais.

Essa visão ultrapassa a dimensão da memória individual, pois a memória não seria apenas do indivíduo, uma vez que não está materializada nos corpos ou mentes e sim na sociedade circundante por meio dos grupos sociais que a compõem. Diante disso, a memória é concebida como um fato social delimitado por meio dos padrões de comportamento (HALBWACHS, 2006). Tal pensamento conduz para a compreensão da memória como dotada de uma coerção social, por isso, para Halbwachs, não é um fenômeno orgânico e nem psíquico, pois emerge nas representações e ações de uma coletividade.

Com essa concepção, Halbwachs (2006) argumenta que a memória está sujeita aos quadros sociais, como a Família, a Igreja, o Estado, etc., essa lógica é incorporada ao contexto das representações coletivas vinculadas ao cotidiano dos grupos com a tradição. Assim, a construção da memória, nos indivíduos, manifesta-se por meio de uma disposição eventual das memórias dos diferentes grupos. Para o autor, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas e não ultrapassa seus limites, ou seja, o seu tempo.

Assim, em Halbwachs (2006), compreendemos que a memória está situada nos grupos sociais aos quais os sujeitos fazem parte. Esse entendimento é, para essa tese, importante, pois privilegia o estudo mais particularizado sobre as mulheres, conhecendo as suas singularidades e a posição que ocupam na e para a sociedade. Estudar a memória feminina, observando que a mulher faz parte de um grupo social, nos direciona para a um entendimento de que não nos bastará a busca por documentos, por uma narrativa histórica tradicional que lança bases no espaço público e na ausência das mulheres da narrativa histórica.

Conforme Perrot (1989, p. 01), a ausência das mulheres nos registros históricos se deve “[...] pela carência de pistas no domínio das “fontes” com as quais se nutre o historiador, devido à deficiência dos registros primários”. Sendo assim, não permanecemos apenas no que sustenta os arquivos, pois se assim o fizermos, não poderíamos reconstruir a memória feminina no tempo e no espaço.

O tempo da memória pode, também, ser reflexionado na obra clássica “A memória, a história, o esquecimento” de Paul Ricoeur (2007) que nos conduz para uma discussão fenomenológica sobre o tempo e a narrativa e o impasse entre a memória e o esquecimento e a memória e a História. Para o nosso trabalho, nos apegamos à compreensão das análises realizadas pelo referido autor no que concerne ao caminho epistemológico para a representação do passado por meio do testemunho. Pois, referenciando o testemunho poderemos reconstruir a memória das mulheres, objeto de nosso estudo, corroborando com o pensamento do autor que aponta que: “a idéia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos” (RICOEUR, 2007, p.17) a memória é também o meio que temos para atingir “[...] o discurso comum, o discurso da vida cotidiana [...]” (p.40). A faculdade pela memória justa é compreendida na visão de que não há memória sem testemunho. Seja na vida ou no arquivo, a memória é “[...] a convicção

de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória [...]" (RICOEUR, 2007, p.40).

Com essa visão, a memória não é apenas uma capacidade de imaginação, daquilo que é fictício, irreal, mas a habilidade de remeter ao passado, de reconstruir fatos que não conhecemos e que podem permanecer arquivados pela mente humana. Por isso, o entendimento que Ricoeur nos oferece é de que a memória também pode ser reconstruída por meio dos testemunhos, ainda que seja um estudo complexo e contraditório. Nas palavras do autor, "... não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela" (RICOEUR, 2007, p. 40).

Nesse entendimento, a memória pode ser concebida não somente como uma ferramenta de guardar dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re) significação dos fatos e de sua representação, que podem ser rememorados quando evocadas aos grupos sociais ou aos sujeitos aos quais fazem parte.

Assim, as memórias individuais e do grupo são atestadas por Ricoeur (2007), quando traz a discussão sobre a veracidade do testemunho como uma ferramenta metodológica para o campo da memória. O autor concebe a memória como a guardiã do que "efetivamente ocorreu no tempo", é uma matriz da história. Ela inicia por meio do testemunho, a chamada memória declarativa que se localiza no espaço-tempo histórico dos grupos, na sociedade. Essa visão conduz à compreensão da memória como capaz de remeter ao passado por algum acontecimento que ficou guardado, arquivado na mente humana.

Para o autor, "[...] se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar" (2007, p. 40). A veracidade da memória, parte, então da confiabilidade, ainda que parcial, dos testemunhos, e se apresenta como o "[...] nível médio de segurança de linguagem de uma sociedade" (2007, p.40).

Desse modo, Ricoeur usa a noção do pharmakon, do Fedro de Platão, para pôr em dúvida a veracidade da memória, do documento e da história. A memória compreende a linguagem do testemunho, que a atesta, mas não dispensa a indagação sobre a sua veracidade, pois, de acordo com a ideia de pharmakon, ela pode ser remédio ou veneno.

O autor promove uma viagem filosofal no capítulo que retrata sobre a Fase documental: a Memória arquivada, em sua obra “A memória, a história, o esquecimento”, discutindo sobre o constitutivo dos testemunhos para a pesquisa e nos chama atenção para a confiança em relação aos testemunhos, pois é o momento de atestar com a prova documental, isto é, a memória viva e a história escrita. A memória seria um recurso importante para o conhecimento de um determinado fato, por meio do testemunho.

A relação da memória viva com a história escrita reflete à discussão que se faz sobre a veracidade do testemunho para a História. Pois, para esta, os documentos traduzem certa eficácia que os conduzem a uma segurança sobre o que está sendo construído. Contudo, Benjamin (1987, p. 224) ao buscar uma compreensão da sociedade moderna, enquanto crítico da filosofia do progresso e defendendo uma visão crítico ideológica, assinala que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”, visto que é uma reminiscência. Em virtude disso, o autor indica que a memória é um meio de exploração do passado (BENJAMIN, 1987, p. 239). Por isso, é necessário escavar com certo cuidado para não torná-la reprodutora de histórias.

Para Benjamin (1986), a escrita da história está intrinsecamente ligada às questões relacionadas a uma prática política e à narração, por isso o autor produz as suas teses questionando sobre “[...] o que é contar uma história, histórias, História?” (p. 07). Esse autor indica uma desconstrução do que ele denominou de repetição histórica, em um tempo que não é vazio e nem homogêneo, pois a historiografia oficial, positivista, disseminou a história dominante sobre o progresso e a modernidade da sociedade capitalista, sendo, portanto, reproduzida de forma linear, ratificando a visão dominante.

Fica claro que, na sociedade há uma diversidade de comportamentos, intenções, anseios, e essas características se materializam por meio das relações sociais. Nesse sentido, Halbwachs (2004, 2006), nos estudos sobre a memória coletiva ou social, nos auxilia e possibilita observações da vida social concreta e cotidiana por meio da memória que se estabelece nas relações sociais, partindo-se de uma dimensão individual para a coletiva, pois as lembranças não podem existir separadas da sociedade, elas são contidas por meio dos Quadros Sociais da Memória. Esse pensamento nos aproxima da concepção sobre a posição das

mulheres em sociedade e nos possibilita a compreensão da realidade concreta e um novo olhar para a vida cotidiana.

Essa visão atribui à memória, a função de fomentar a relação entre os membros de um grupo, tendo por base o seu passado coletivo, com valores e significações. Dessa forma, a memória coletiva é o lugar de ancoragem da identidade do grupo, de base comum, características que atribui a sua continuidade no tempo e no espaço (HALBWACHS, 2006).

Nessa perspectiva, existe uma necessidade de compreensão da vida dos grupos, dos comportamentos, por meio da lembrança do indivíduo, que está no limite e aparece na interseção do “pensamento coletivo”. As lembranças são como balizas que podem situar o indivíduo nos contextos sociais e na experiência coletiva histórica.

Esse conhecimento permitirá a utilização da memória como um importante recurso para a concepção do comportamento das mulheres. Pois se entende que, através da memória do grupo e das pessoas que fazem parte desse grupo, esse exercício é possível em virtude das palavras e idéias que são expressas pelos indivíduos ligados e inseridos nos grupos, limitando-se ao espaço e ao tempo podendo ser mais próxima ou distante.

Portanto, nesse percurso, a memória que se estabelece para a construção da Geografia Social das Mulheres se identifica com as mudanças da humanidade, ocorridas, sobretudo, a partir do século XIX, tanto na ciência como na própria sociedade. Essa realidade se constituiu por rápidas e profundas transformações no que tange à organização da sociedade no tempo, no espaço e no ritmo de vida. Por isso, tornou-se urgente a reconstrução da memória de mulheres com protagonismo social, histórico-coletivo, pois é por meio dela que as sociedades, circundadas por grupos, evoluem e se constituem.

3.2 ESPAÇO SOCIAL

Como a concepção da memória nesse trabalho está fundamentada na compreensão de que ela se constrói e reconstrói por meio dos grupos sociais aos quais fazem parte, o entendimento sobre o espaço também é ancorado numa relação histórica, produzido pelos sujeitos por meio das relações sociais estabelecidas.

Para a Ciência Geográfica, as diversas construções epistemológicas sobre o seu objeto de estudo, o espaço geográfico, a conduziu para uma renovação do pensar sobre o objeto e reconstruí-lo, tendo como base as discussões sobre a natureza e a sociedade. A relação desses elementos tornou possível diversas críticas ideológicas sobre a concepção do objeto de estudo da geografia. Nesse sentido, segundo Moreira (2007), duas percepções críticas conduziram para um novo olhar sobre o espaço geográfico, a primeira levantada pelo geógrafo francês Yves Lacoste e a segunda pelo geógrafo brasileiro Milton Santos.

O primeiro fundamentou a sua crítica tendo como base a geografia praticada pelos organismos militares e do capital e a segunda pela universidade e por órgãos de planejamento do Estado. Nas duas visões, são apresentadas preocupações de uma geografia de cunho historicista e de poder, ou seja, “[...] ideias que convergem aqui para a legitimação do Estado e para a consolidação de símbolos de representação da ordem” (MOREIRA, 2007, p. 31). Essa percepção demonstrou que a noção do espaço geográfico foi relegada em segundo plano, se discutia muito mais sobre a ciência do que sobre o seu objeto. Um objeto que foi por muito tempo, absorvido por uma compreensão física e natural.

Nesse sentido, um problema se instalou na geografia em relação ao seu objeto. Como estudar o espaço geográfico? Como identificar a sua construção e suas relações? As respostas a essas questões foram de suma importância para definirmos a concepção de espaço que delinearia o nosso trabalho. Diante disso, pensar nessa categoria nos fez refletir sobre a sua criação e os sujeitos que neles viviam e vivem.

Sabemos que o espaço geográfico é o lócus da vida em sociedade, que produz, dia a dia, estruturas e um modo de vida. Como a geografia é uma ciência social, ela faz a leitura da realidade sob uma ótica espacial. Esse olhar permite a apreensão, de modo dialético, da vida em sociedade, da espacialidade dos diversos grupos sociais, suas contradições e lutas. Na materialização desse espaço, também pode ser observado à historicidade da paisagem, construções criadas pela sociedade que consolidam o seu contexto social e histórico no tempo. O espaço geográfico é, portanto, o lugar de objetos, da vivência de sujeitos, por isso o olhar do pesquisador não pode ter uma ligação restrita ao aspecto econômico, pois se assim o fosse perderíamos a compreensão da lógica e da dinâmica que é peculiar à produção social do espaço.

A base relacional do espaço como produto social foi, durante muitos anos, um problema para a compreensão do objeto de estudo da geografia, pois o sujeito era o próprio espaço (MOREIRA, 2007). Para o autor, “[...] o espaço foi sempre tomado como sujeito da história, como em afirmações do tipo” a organização da sociedade pelo espaço, como inverter a ótica?”(p. 33).

O autor aponta que a forma de resolver tal problema está na relação direta do “sujeito-objeto”, ou seja, sociedade e espaço pautados em um movimento mútuo e sucessivo de produção e reprodução da sociedade humana na história. Porém, o autor observa um problema nessa relação, a submissão do sujeito ao objeto, o espaço torna-se um fetiche. Dessa forma, o conceito de espaço permaneceu limitado, porém organizou caminhos para novos olhares e possíveis rupturas com o pensamento tradicional.

No descompasso de tais discussões o que torna evidente é a postura adotada por diferentes autores geógrafos que trabalharam para a construção do conceito do objeto da geografia. A exemplo disso tem a influência do trabalho de Henri Lefebvre The production of space (La production de l’espace) (1992 [1974]). Lefebvre assinala que o espaço social, ou seja, o espaço da sociedade é produto das relações sociais de produção e reprodução e, ao mesmo tempo, funciona como suporte para essa estruturação.

A compreensão de espaço social criada por Lefebvre influenciou alguns geógrafos a empregarem tal concepção para apresentar, por meio de uma visão geográfica, o conceito de espaço. Assim, ao falarmos sobre o espaço, um conjunto de concepções nos é apresentado e muitas vezes nos faz refletir a visão mais adequada. Como a memória, o espaço também está carregado de definições teóricas e, muitas vezes, abstratas. Definições estas que dizem respeito à visão de mundo de quem a constrói, de uma dimensão política. De acordo com Lefebvre (2006) muitas das concepções oferecidas são confusas e contraditórias, é um conceito que, segundo o autor, está na “moda”, por isso, muitas vezes, se torna “um recipiente sem conteúdo” (p.03).

Para Lefebvre (2006) o espaço social compreende:

> [...] as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização (2006, p.35).

Assim, podemos interpelar que, para o autor, as relações entre o homem e a mulher fazem parte de uma função social organizada do espaço. Nesse sentido, as diferenças provenientes dessa relação repercutem diretamente na organização da família e na divisão de papeis. Em conseqüência disso, baseada numa relação androcêntrica, os espaços, tornam-se diferenciados.

Para Moreira (2007), o espaço possui relações sociais, "[...] que nas condições históricas do presente são relações de classe" (p. 62). De acordo com o autor, o espaço é história, princípio do conhecimento para a geografia, pois é no espaço geográfico que a história se desenvolve, sendo, portanto, "[...] uma entidade de rico tratamento científico" (p.62). Sendo assim, o espaço é movimento. Qualquer objeto que compõe a sua paisagem não pode ser analisado fora da totalidade social, pois sem essa reflexão perderia "[...] completamente sua expressão e seu valor analítico" (p.63), essa relação é também um revelar das "[...] relações sociais que a originaram e comandam"
(p.63).

Na concepção que temos para entendimento do espaço social das mulheres nessa tese, não compreendemos as relações de classe, mas as relações sociais fundadas por uma construção comportamental da condição do ser mulher numa sociedade com forte inclinação para privilegiar e centralizar o masculino como representação da humanidade.

Nessa compreensão, a geografia se apresenta como uma ciência de caráter eminentemente social, pois se constrói,

> [...] sobre um objeto de natureza historicamente determinada (o espaço), e que, portanto, seus objetos (os objetos espaciais), como a fabrica do nosso exemplo citado anteriormente, tiram seu significado da natureza da totalidade social de que fazem parte, perdendo completamente sua expressão quando isolados dessa totalidade (MOREIRA, 2007, p.63).

O caráter social da geografia é proveniente do caráter social da categoria espaço, pois como diz Moreira (2007, p.64), o espaço como sendo objeto de estudo da geografia é "[...] um ente social". Nessa lógica, o espaço não é uma base física, "[...] o espaço geográfico é um espaço produzido" (MOREIRA, 2007, p.64). Isso significa dizer que o conceito de espaço não é estático, passivo ou neutro. O espaço é produto e produtor das relações sociais, ou seja, ao mesmo tempo em que é

resultado é o responsável pela organização da sociedade, das suas relações, da construção e reconstrução da memória, é o lugar do material e, ao mesmo tempo, do imaterial, da fragmentação e das lutas sociais.

Para Lefebvre (1992 [1974], p.26) “o espaço (social) é um produto (social)” e por isso não pode ser sintetizado apenas como o físico, pois abrange as relações sociais. Sendo assim, podemos inferir que o espaço é o espaço da vida social, do trabalho, das tradições, dos grupos, das socializações, das contradições, das construções e reconstruções da memória.

Assim, podemos concluir que, em relação à memória, guardadas as devidas proporções, o espaço recebe a marca dos grupos, “nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 157). O espaço pode ser material e imaterial, o lugar dos grupos, das lembranças, dos relacionamentos, das discussões,

> [...] cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade [...] (HALBWACHS, 2006, p.160).

Se o espaço recebe a marca do grupo, então compreendemos, conforme Lefebvre, que o espaço social muda conforme o contexto de cada sociedade, da composição dos grupos sociais. Ele “[...] reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (LEFBVRE, 2006, p. 6). Em resumo, o espaço não possui uma existência do nada, ele foi e é produzido por homens e mulheres em um processo histórico, por meio das relações sociais constituídas, que podem alterar a natureza em função dos interesses dos grupos sociais que compõem a sociedade.

Por isso, não podemos estudar uma determinada sociedade sem, contudo, observar as distintas configurações espaciais, pois o mesmo não submerge, mas contém informações, lembranças e marcas de diversos tempos.

O espaço social, aqui contextualizado, é materializado dentro de uma conjuntura capitalista e, por isso, revela, em uma percepção dialética, certa característica, que é socialmente construída, por meio das relações humanas e de seus interesses econômicos. Contudo, não podemos refletir apenas sob essa ótica, entendemos que tudo que compõe o espaço, as paisagens e as relações sociais estão incluídas dentro de uma lógica concebida pelos grupos sociais, de acordo com

a coerência que está proposta pelo sistema econômico, pelo aspecto cultural e social. Nessa relação, as memórias dos grupos são construídas e materializadas no espaço social, ou seja, no espaço da sociedade, dos grupos, do cotidiano, das tradições.

Essa especificidade confere ao espaço, um caráter social, pois ele se produz e reproduz em sociedade através das relações intersubjetivas e por meio dela, em determinados contextos históricos. Moreira (2007) também reflete sobre os diversos tipos de arranjos espaciais, ou seja, a ordem de organização de um espaço. Assim, um dos arranjos nomeados, conforme o autor é o arranjo espacial ideológico - cultural que dissemina valores e visões de mundo que são assimilados e reproduzidos pela sociedade. Nesse arranjo, estão presentes os grupos sociais, a família, a escola, a Igreja, etc. Para Moreira, no seio desses grupos, os valores se tornam sólidos, concretos.

Sendo assim, os espaços são estruturados e constituídos conforme os interesses e padrões assimilados. Dessa forma, foi constituído o espaço privado e o público, ou seja, o doméstico e o extradoméstico, espaço das mulheres e dos homens respectivamente, uma construção de valores que foram consolidados por valores culturais que destituiu, durante muitos séculos, as mulheres de direitos e deveres políticos.

Portanto, o espaço é para a Geografia Social, numa perspectiva crítica, o lugar de vida das mulheres, dos homens, dos idosos e das crianças, ou seja, o espaço social, criado e constituído por meio das relações sociais que abarcam sucessivas comunicações e conhecimentos entre os sujeitos. É através dela que se dá a possibilidade de compartilhar idéias e experiências com base em um plano interpessoal. É importante esclarecer que ainda que haja uma ideologia e um poder econômico dominantes, a configuração do espaço não deve ser concebida, exclusivamente, por meio dos aspectos econômicos, pois o colocaria fora da concepção de totalidade, e ao mesmo tempo, o faria perder sua característica de estrutura social, visto que o econômico se apresenta como mais uma realidade e não como o todo determinante.

A concepção que se tem para efetivação desse trabalho é que dessa totalidade surgem outros aspectos, como a ciência, os saberes, as artes, a política, o social, os direitos, etc. Dessa forma, a apreensão da totalidade é um exercício fundamental para o conhecimento das partes e do seu funcionamento. Se não nos

posicionarmos dessa maneira o estudo sobre as mulheres não tem condições de ser concretizado, pois são conhecimentos que devem ser realizados, de forma específica, independente de classe social.

3.3 O ESPAÇO DOMÉSTICO

O espaço social é o espaço que é produzido e reproduzido por meio das relações sociais e que tem como alicerce o espaço geográfico, que é parte importante para o processo de "[...] produção espacial e da estrutura de controle da sociedade" (MOREIRA, 2007, p. 62). Essa lógica direciona para a apreensão do espaço como uma "[...] formação econômico-social – o de produção social e o de controle de suas instituições e relações de classe. No entanto, essa tese não caminhou no sentido de conceber uma discussão de classe social e sim no sentido de compreender que no interior das classes, independente do poder econômico, as mulheres vivem em condição de subalternidade e desigualdade, uma condição que foi, durante muitos séculos, construída por um padrão de sociedade androcêntrico.

No entanto, o nosso entendimento norteia-se na concepção de que o espaço é produto das relações sociais intersubjetivas, ele é geográfico e social ao mesmo tempo. São essas relações que criam e recriam as estruturas e os arranjos espaciais em um processo histórico. Dessa forma, compreender que essa construção se dá pelas relações sociais, nos conduz para a apreensão de que os espaços podem ser criados e estruturados de acordo com os papéis e atividades que são desempenhadas na sociedade. Nesse contexto, os espaços são pensados e criados em função de uma ótica hegemônica e produtiva. Eles não são criados de forma neutra, assexuado e homogêneo, isso significa dizer que os espaços foram criados numa ótica masculina, considerando apenas as experiências dos homens.

Nesse sentido, os arranjos espaciais ou objetos espaciais, não permanecem livres no espaço, eles são detentores de uma organização e uma lógica que compõe o contexto da sociedade no tempo. Assim, a casa, a empresa, a escola, a igreja podem ser reprodutoras e criadoras de um processo de estruturação espacial que encontra na representação masculina o seu fundamento maior dentro de uma totalidade social.

Desse modo, a casa, como parte do arranjo espacial se configura como um espaço da família. É nesse espaço, que aqui denominamos espaço doméstico, que

se configura o trabalho doméstico, como sendo um trabalho exclusivo para as mulheres, independente de classe, cor e raça. É o entendimento androcêntrico do lugar das mulheres, que garante o funcionamento e a reprodução da família, um trabalho que é concebido como fundamental para a vida em sociedade (PERROT, 2008).

Além desses atributos, a mulher deve ser também uma dona de casa perfeita, um modelo idealizado por uma sociedade que a concebe como objeto, aquela que deve estar a serviço dos homens, cuja função não possui importância, a não ser dentro do espaço doméstico, um trabalho que é "[...] invisible, fluido, elástico. Es un trabajo físico, que pone en juego el cuerpo, es poco calificado y poco mecanizado a pesar de los cambios contemporáneos" (PERROT, 2008, p. 145). A autora ainda menciona as especificidades e nomenclaturas do trabalho doméstico em um processo histórico que conferiu à mulher como: a ama da casa, a dona da casa, a criada e a empregada doméstica.

Contudo, conforme a autora, esse trabalho não é um trabalho sem relevância. Durante os séculos XVIII e XIX,

> [...] se toma conciencia de la importancia del trabajo doméstico en la vida de las familias y las sociedades. La "buena ama de casa" se vuelve objeto de consejos, de tratados de economía doméstica o de educación, y más tarde de escuelas, especialmente en las grandes fábricas, que gustan de formar a las mujeres de los obreros (PERROT, 2008, p. 146).

Essa realidade é criticada pelo movimento feminista que percebe esse trabalho como sendo exaustivo para as mulheres. Porém, para Perrot, se a mulher deixa de ser uma boa dona de casa, seu marido e a casa podem sucumbir ao contexto das estruturas e sistemas espaciais de produção e reprodução do modo econômico de produção.

A realidade da dona de casa burguesa não difere muito da realidade das trabalhadoras, o único ponto que se distingue é a condição financeira e a distribuição do serviço no interior da casa, pois possui trabalhadoras domésticas. De acordo com Perrot,

> Ella es responsable del mantenimiento del hogar: del orden de La casa o del apartamento, de la ropa, de lo que se ha de comer, del cuidado de los hijos y su educación temprana, de la organización de

> las tardes familiares, de las recepciones mundanas. Una burguesa, aun de La burguesía media, tiene su salón, su día, fastuoso o austero según sus posibilidades (PERROT, 2008, p. 147).

Verifica-se que a mulher burguesa difere da trabalhadora em relação ao trabalho, porém a função do papel em seus lares teria os mesmos objetivos do cuidado e da reprodução. Todavia, as mulheres trabalhadoras, estavam a serviço das mulheres burguesas. Em suas casas, elas estavam presentes no espaço extradoméstico, sendo remuneradas. Conforme a autora, no século XV, esse foi o principal emprego para as mulheres, além do seu tempo e força de trabalho, há uma relação pessoal que, na maioria das vezes, excede à responsabilidade que lhe é peculiar e ou, que condiz com a realidade salarial.

Em verdade, qualquer atividade laboral, desempenhada pelas mulheres, era inferior em relação à dos homens. O trabalho doméstico, até os dias atuais, é desvalorizado, o lugar de quem não faz nada, de quem não exerce nenhuma função na sociedade. Até as que são remuneradas, são depreciadas. Por não ser uma atividade importante para a sociedade, ela se tornou invisível.

O desempenho de uma função tida como humilhante, induz as mulheres a buscarem seus direitos e um lugar no espaço extradoméstico. Assim, as mulheres sempre viveram em conflito com o espaço e o tempo. Com o espaço no que diz respeito a sua condição e função desempenhada, tanto doméstico quanto extradoméstico. No tempo, em relação aos acontecimentos que marcaram o processo de luta pelo reconhecimento e pela desconstrução de uma representação societária masculina, que institui, de acordo com seus interesses, o espaço das mulheres. Esses acontecimentos, as guerras, a política e a ciência, apesar de ter tolhido as mulheres e tê-las confinadas ao espaço doméstico, também possibilitou uma maior ação coletiva pela luta dos seus direitos.

Segundo Perrot, “A primeira vista, las mujeres parecen confinadas. El sedentarismo es uma virtud femenina, un deber de las mujeres atadas a la tierra, a la família, al hogar” (2008, p. 171). Esses aspectos demonstram que no contexto de uma sociedade, as espacialidades podem ser vinculadas a um determinado grupo e assim, atrelar o seu papel a construções de conceitos que excluem e impedem a participação dos sujeitos de forma igualitária no espaço social.

Nesse contexto, podemos refletir sobre a idéia de Moreira que nos diz que, “a organização espacial da sociedade começa com a prática da seletividade” (p. 82).

Essa seletividade é, segundo o autor, um processo de escolha do local em que a própria sociedade inicia a ordem da sua estrutura geográfica. Sendo assim, as mulheres carregam a marca de um espaço que foi edificado e solidificado para elas, por isso o pensamento filosófico atribuiu características peculiares à mulher e as confinou ao espaço doméstico. Esse pensamento pode ser atribuído a Kant (1983) e a Protágoras (ARISTÓTELES, 1009ª, 21; I, 2, 982ª) que diziam respectivamente que, o espaço da mulher era o da casa e a mulher em público está sempre fora do seu espaço, o doméstico.

Essa divisão sexual do espaço como pode dizer, também do trabalho, estabeleceu e diferenciou as atividades femininas das masculinas. Com as mudanças ocorridas após a industrialização, a família deixou de ser uma unidade produtiva e assim, houve uma separação da produção social e da reprodução. A produção social passou a se concentrar nas fábricas e a reprodução no confinamento do espaço doméstico. Nesse sentido, a industrialização não apenas diferenciou a produção da reprodução, mas também promoveu as centralidades em espaços, o público e o privado, ou seja, o extradoméstico e o doméstico.

Atrelada a essa realidade, sabemos que as relações entre os homens e as mulheres são relações de poder e assim, por possuir essa característica, os espaços da sociedade são estruturados conforme essas relações, agora não é apenas o capital que determina as diferenças espaciais, mas também as relações sociais estabelecidas nele.

3.4 A GEOGRAFIA SOCIAL E O CONHECIMENTO SOBRE AS MULHERES

A Geografia como uma ciência de caráter social, proporciona a leitura do espaço geográfico, dos arranjos espaciais, das relações sociais e dos grupos sociais que compõem o espaço social. A ciência geográfica estuda as influências e as interações que a produção desse espaço produz sobre a vida das pessoas em sociedade. São pessoas que modificam o lugar onde vivem, construindo e reconstruindo o espaço no qual está inserido. Não há sujeitos passivos, todas as ações no meio, decorrem de construções políticas, coletivas e históricas.

Durante muitos anos os estudiosos da ciência geográfica tomaram como ponto principal de discussão os lugares, os territórios de poder, a habitação e principalmente, os aspectos relacionados ao modo de produção e as relações de

trabalho. A ciência geográfica, no século XVIII e XIX estava atrelada ao mapeamento do mundo com um rigor matemático da localização e da quantidade dos recursos “[...] que a nova economia decreta como a prioridade das prioridades” (MOREIRA, 2007, p.15). Assim, a Geografia transformou-se na ciência dos grandes espaços e o geógrafo um especialista em teoria e prática das localizações. Nesse sentido, algumas categorias de estudos da sociedade permaneceram, durante muitos anos, confinadas ao esquecimento ou de certa forma, foram negligenciadas pelos pesquisadores da ciência. Os espaços, na verdade, tomados como totalidade, não conseguiam dar conta de especificidades como o estudo sobre as mulheres, pois a representação do espaço ainda permanecia masculina.

Era comum, por exemplo, encontrarmos relatos sobre o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, porém, a visão era apenas de uma concepção de exploração do trabalho, da mão de obra e não havia uma intenção de refletir sobre a conjuntura das mulheres na sociedade. Não se discutia sobre a participação política, seus direitos e deveres. A geografia, assim como as demais ciências permaneciam em seus territórios de interesse, estudando apenas o que fosse oportuno para os pesquisadores e teóricos.

O motivo pelo qual a geografia negligenciou por muito tempo o estudo sobre a situação das mulheres decorreu de um conhecimento equivocado sobre o conceito das categorias “domicílio” e “trabalho”, como campos autônomos (HANSON e PRATT, 1988). Tal divisão aconteceu, sobretudo, em virtude da fragmentação da Ciência Geográfica que atribuiu à geografia econômica o encargo pelo estudo da categoria “trabalho”, dando enfoque na produtividade e serviços. Assim, a temática sobre o domicílio ficou sob a responsabilidade da geografia humana, numa perspectiva de planejamento habitacional e ambiente residencial. Nenhuma dessas temáticas abordava a condição da mulher, pois até mesmo o trabalho era analisado como um lugar eminentemente masculino.

Sobre a concepção do espaço social, é essencial adentrarmos no campo da Geografia Social, campo referenciado para o conhecimento sobre as mulheres nesse trabalho. A geografia social é a parte da Geografia Humana, cujo surgimento se deu na França, em meados da década de 1960 impelida por explicações marxistas sobre a sociedade, adotou a ordenação espacial como resultado das relações sociais de produção, envoltas numa estrutura de classes. Nas décadas de 1970 a 1980, período de intensos movimentos sociais, entre eles o movimento

feminista, existiu novas discussões sobre as desigualdades sociais, as quais foram abarcadas pela Geografia Marxista (MALHEIROS, 1994).

Foi por meio da Teoria Social Crítica que a Geografia Social obteve a maior influência, realçando, em suas análises, a categoria espaço. Para Soja (2004), não podemos pensar na construção de uma sociedade sem, contudo, incluir o tempo percorrido com o espaço que se constrói, pois é nesse espaço que as marcas do tempo são produzidas pelos sujeitos por meio das relações sociais estabelecidas. Para o autor, a sociedade é o espelho de uma socialização que é resultado da inter-relação do tempo com o espaço. Essa vinculação é elementar para o entendimento da constituição das relações humanas no espaço e no tempo.

Tendo consciência dessa complexidade, alguns geógrafos, ligados à geografia social, pautaram novamente sobre as desigualdades sociais. Deste modo, incorporaram a dimensão da injustiça social, especificamente, sobre as temáticas do patriarcalismo e o racismo, que embora tenham uma analogia com a estrutura de classes, não procedem, unicamente, dela (SOJA, 1989). Sobre isso, Soja reflete:

> A Geografia Humana reconstituída deve voltar-se para as lutas emancipatórias de todos aqueles que são marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo (e do modelo de socialismo existente, também) – trabalhadores explorados, povos tiranizados e mulheres dominadas (1989, p. 74).

Tais considerações apontam, dentre outras, para um entendimento de que a condição da mulher deveria ser uma temática apropriada pela Geografia Social contemporânea. MacDowell (2000) indica que a geografia passou a incluir os estudos feministas a partir da década de 1970. O intuito era assinalar os problemas de gênero e a promoção das mulheres no âmbito acadêmico. Porém, a autora diz que “[...] la práctica de nuestra disciplina tienen algo irremediablemente masculino” (2000, p. 48-49).

Dessa forma, como relacionar o espaço social da geografia com o estudo das mulheres? O espaço, como vimos, é o lugar das relações sociais, da produção e reprodução. A geografia social estuda o espaço humano ou social expresso no meio de vida dos homens e das mulheres, por isso, é mutável no processo histórico, é social. A intenção para compreender o conceito de espaço, o espaço social, geográfico é de poder decifrar as forças que movem sobre esse lugar e delimita territórios, tornando-o, de certa forma, lugar de conflitos, de desigualdades.

McDowell (2000, p. 15) nos diz que, “Lo que define el lugar son las prácticas socioespaciales, las relaciones sociales de poder y de exclusión”. Segundo a autora, os espaços originam-se e são produzidos pelas relações de poder, são elas que estabelecem os padrões, os limites e os comportamentos para os sujeitos na sociedade.

A realidade descrita interfere diretamente nas relações sociais de homens e mulheres e determina os limites, tanto sociais quanto espaciais da posição de pertencimento a um espaço ou a uma função nesse espaço. Segundo essas circunstâncias, McDowell (2000, p. 15), afirma que, “[...] las normas definen los límites, que son tanto sociales como espaciales, porque determinan quién pertenece a un lugar y quién queda excluido”. Sendo assim, a relação de pertencimento das mulheres com o espaço doméstico, privado, foi uma construção de padrões e normas que foram estabelecidas pelas relações de poder, não apenas econômico, mas de poder masculino. Esses espaços são criados conforme a consciência de ser homem e mulher, “[...] tanto las personas como los espacios tienen um género, y que las relaciones sociales y las relaciones espaciales se crean mutuamente” (MCDOWELL, 2000, p. 53-54).

A relação apresentada pela autora aponta que os espaços podem ser afetados pela relação de gênero. Tais espaços são constituídos por pensamentos comuns que convertem em relacionamentos sociais localizados, a vida cotidiana se torna objeto local, com suas culturas e hábitos próprios, são práticas sociais que acontecem no tempo e espaço (MCDOWELL, 2000). Ainda segundo McDowell (p. 55), “[...] los distintos espacios tienen distintos significados y representan distintas relaciones de poder que varían com el tiempo”. Isso significa dizer que:

> la casa puede constituir para las mujeres que tienen niños pequeños, por ejemplo , un lugar seguro y una trampa al mismo tiempo, y para los trabajadores asalariados, al acabar la jornada, puede convertirse en un refugio largamente deseado o en el espacio donde hay que negociar y renegociar continuamente unas complejas relaciones de edad y género (MCDOWELL, 2000, p. 55).

Essa visão nos move para a compreensão de que o espaço doméstico exerce, também, uma influência de forma diferenciada. Ele não é apenas o espaço do descrédito, do despossuído, do excluído, mas um espaço que desempenha uma

função determinada pelos seus membros. Dessa forma, essa função pode ser androcêntrica ou não, de inferioridade ou de igualdade.

Conforme Santos (2002), o espaço é o conjunto de formas e funções que são testemunhas da história “[...] escrita por processos do passado e do presente” (p.153). Portanto, não há como reconstruir a memória de mulheres de uma dada sociedade sem conceber esse conjunto de representações das relações sociais do passado e do presente.

No espaço geográfico, as ações e os objetos são inseparáveis, e realizar um estudo sem tal consideração não teria sentido, visto que o espaço social está conjugado ao espaço geográfico, e os objetos só têm significado por meio da ação humana. Santos (2002, p. 163) ainda afirma que “quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem”.

O espaço da sociedade materializa-se como produto, de forma diferenciada, logo, torna-se uma arena de lutas dos diversos grupos, assentada por conflitos decorrentes de contradições inerentes às diferentes necessidades e aos pontos de vista de uma sociedade de classes.

Em oposição a essa realidade, surgem os movimentos sociais ancorados, sobretudo, nesses conflitos, da luta entre o mutável e o permanente, o racional e o irracional. Assim, para compreender a sociedade bem como a sua dimensão social e histórica é necessário entender o espaço onde ela situa o seu cotidiano, o modo de vida. Pois, o espaço materializa-se, nas relações da história dos homens e das mulheres, carregada de ideologias como resultado de um processo histórico e social.

3.5 GEOGRAFIA E ESPAÇO GEOGRÁFICO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS

O nascimento da sociedade capitalista implicou numa nova configuração do espaço geográfico, ou seja, o espaço produzido pelos seres humanos através do seu trabalho. Sabe-se que o conceito de espaço para a Filosofia desde Aristóteles e Platão, possui uma diversidade de objetos. Porém, para a Geografia, ciência que nos interessa nesse estudo, o espaço é o espaço humano ou social que expressa o meio de vida do homem e das mulheres, ele é o objeto de estudo da Ciência Geográfica, por isso é mutável no processo histórico, é social.

Conforme Santos o espaço é o conjunto de formas e funções que são testemunhos da história “[...] escrita por processos do passado e do presente” (2002, p.153). Portanto, não há como estudar a memória de uma dada sociedade sem conceber esse conjunto de representações das relações sociais do passado e do presente. O autor ainda conjectura que “[...] de fato, o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado” (p. 181). Nesse sentido, para nosso trabalho, é particularmente importante, a visão do espaço das mulheres numa perspectiva científico social do espaço público e particular.

Com todas as modificações advindas do século XIX, a Geografia, em relação ao seu objeto de estudo, passou por diversas alterações, e como o saber foi usado com o intuito de perpetuar a ordem vigente, criou certa indefinição, pois fundamentou o seu objeto por meio da origem da etimologia da palavra Geo + grafia, ou seja, descrição da terra, um estudo sobre a superfície terrestre. Dessa forma, coube a essa ciência a descrição dos “[...] fenômenos manifestados na superfície do planeta, sendo uma espécie de síntese de todas as ciências” (MORAES, 2003, p. 21).

A geografia seria, portanto, um ramo da ciência que compreenderia o conhecimento das demais, cabendo a ela a sistematização desse conjunto. Essa concepção é amplamente criticada e debatida em virtude do seu caráter elusivo, contudo ainda alimenta grande parte dos geógrafos nos dias atuais e proporciona diversas concepções sobre o seu objeto.

Conforme Moraes (2003), a primeira está relacionada ao estudo da paisagem. Para os autores dessa concepção, o objeto da geografia estaria relacionado aos aspectos concretos, aos acontecimentos e a descrição de dados bem como a discussão das configurações dessas paisagens e o funcionamento das mesmas.

Outra proposta é a concepção da geografia como a ciência que estuda a individualidade dos lugares, ou seja, abarca os fenômenos que estão presentes numa determinada área para conhecimento do todo por meio das partes, esse ponto de vista tem suas bases na Geografia Regional e por isso utiliza de uma determinada porção do espaço terrestre para ser individualizada e conseqüentemente apreendida. Assemelhando-se a essa proposta está a diferenciação de áreas, pois procura individualizar as áreas para realizar

comparações de uma com a outra com o intuito de buscar as singularidades das mesmas, no entanto, essa perspectiva é explicativa e generalizadora.

Observa-se, portanto, que o século XIX exigiu da Geografia um conhecimento do mundo por meio da elaboração de mapas de localização e descrição das áreas conquistadas e suas riquezas. Logo, a ciência geográfica transformou-se numa ciência dos grandes espaços e o geógrafo um mero especialista. Porém, no final do referido século e início do XX, houve a necessidade de estudos sobre o homem e sua relação com o meio, bem como a organização dos domínios dos territórios conquistados. Assim, era introduzido o estudo da relação da sociedade/espaço (MOREIRA, 2007) desde um ponto de vista social, isso é das relações sociais. No presente trabalho, compartilhamos dessa concepção social do espaço, alargando a nossa visão especificamente para as mulheres.

3.5.1 O conhecimento científico do espaço geográfico na ciência atual moderna: distintas concepções epistemológicas

A Geografia como estudo do espaço é uma "[...] questão polêmica, ao nível da própria Filosofia" (MORAES, 2003, p. 24). Nessa condição, Moraes aponta ainda três possibilidades (FIGURA 1) sobre a definição do mesmo:

FIGURA 1: Possibilidades de definição do espaço como objeto da Geografia

Forma de conhecimento por meio de categorias, como tempo, grau, gênero, espaço, etc.
Espaço como: atributo dos seres, ou seja, as coisas existem porque ocupam um lugar no espaço.
Ser específico do real, com características e uma dinâmica própria.

Fonte: MORAES (2003, p. 24). Elaboração: BENEDICTIS, N.MªS. M.

Na primeira concepção o espaço apresenta-se privado de sua realidade empírica, por conseguinte, não tem condição de caracterizar a especificidade da geografia, pois seria um elemento de toda a maneira de conhecimento. Na segunda, o estudo dar-se ia por meio de uma análise sistemática do fenômeno, dessa forma, não haveria um estudo particularizado da geografia. Na terceira possibilidade, o espaço apresenta-se como uma "[...] busca da lógica e da distribuição e localização dos fenômenos [...]" (MORAES, 2003, p. 24), uma qualificação para a dimensão

espacial e os estudos geográficos. Essa última concepção é um campo de discussão da geografia atual.

O objeto de estudo da geografia também pode ser o estudo das relações entre o homem e o meio, ou ainda, entre a sociedade e a natureza. A discussão aqui concerne no entendimento das relações entre esses fenômenos. É a relação direta entre as ciências naturais, humanas e as sociais.

Essa compreensão expressa três concepções: a primeira determinista, a qual concebe o domínio da natureza sobre as condições de vida do homem; a segundo como uma ação contrária à primeira, ou seja, a ação do homem sobre o meio, a ênfase está voltada para os fenômenos humanos e não da natureza como na primeira visão; a terceira concepção faz uma relação de ambos os termos, sociedade e natureza não como fenômenos dicotômicos e sim como um conjunto relacional.

As concepções de Geografia apresentadas foram delineadas por meio de uma concepção da Geografia Tradicional calcada sobre uma base teórica metodológica Positivista. Esse método restringe a realidade ao mundo dos sentidos e por isso limita o trabalho científico à aparência dos fenômenos, aquilo que é real, palpável. A Geografia tornou-se uma disciplina empirista/cientificista, pautada na observação e o pesquisador um mero observador da realidade.

Ao considerar os referidos aspectos é importante ressaltar que, o objeto de estudo dessa ciência ainda permanece em constante discussão e faz parte da Geografia Renovada que “[...] não se prende a uma visão tão estanque da divisão das ciências, não coloca barreiras tão rígidas entre as disciplinas” (MORAES, 2003, p.26), busca uma legitimidade na operacionalização “[...] ou na relevância social de seus estudos” (MORAES, 2003, p. 27).

Porém, pela concepção adotada nesse trabalho, teríamos um problema, pois não concebemos diferentes percepções do espaço. O espaço não é a soma dessas percepções individuais, isoladas, ele é produto das ações humanas através do trabalho. Mas concordamos com Halbwachs quando reflete que o espaço tem a marca dos grupos, e por isso, vamos além quando inferimos que essas marcas são efetivadas pelas atividades humanas que constroem e reconstroem o espaço, num sistema de produção e reprodução de acordo com as relações sociais estabelecidas, pois “[...] só através de sua produção é que o conhecimento do espaço é atingido” (SANTOS, 2002, p. 161).

Portanto, no espaço geográfico, as ações e os objetos são inseparáveis e realizar um estudo sem tal consideração não teria sentido, visto que, o espaço social é o espaço geográfico e os objetos só têm significado por meio da ação humana. Santos (2002, p.163) afirma que “quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem”.

Quanto à memória social, Halbwachs (2004, 2006) a concebe como fato social que se constitui como exterior ao indivíduo e dotado de uma coerção social por meio dos quadros sociais da memória. Assim, esses quadros, denominados aqui como grupos sociais são referenciados na família, escola, igreja, ou seja, grupos que os indivíduos possuem convívio e referências particulares.

Em “Los Marcos Sociales de la Memória”, Halbwachs (2004) aponta que a memória depende do seu entorno social, ou seja, as recordações que possuímos são manifestações aportadas nos grupos que participamos. Isso significa dizer que, a memória não é solitária, ela é social e por isso, não pode ser estudada fora da sociedade, pois é nela que a vida humana adquire suas recordações, evoca, reconhece e localiza-se. Logo, a memória está sujeita aos seus suportes sociais, pois não está materializada nos corpos ou mentes, mas na sociedade circundante, por meio dos grupos que a compõem.

Deste modo, arrazoar sobre a memória e a geografia social de mulheres é adentrar no espaço dessa sociedade, organizada por grupos sociais, entendido aqui, como o lugar das relações humanas, que é construído e reproduzido de forma desigual e contraditória (CARLOS, 2005). Nesse sentido, há que se compreender o espaço vivido, o seu cotidiano e as relações sociais constituídas historicamente. Sobre a memória e o espaço, Halbwachs (2006) relata que quando o grupo está inserido em um espaço, ele o marca e ao mesmo tempo é marcado, assim, não há memória social fora de um contexto espacial, ele é material e simbólico.

O espaço da sociedade materializa-se como produto, de forma diferenciada, logo, torna-se uma arena de lutas dos diversos grupos, assentada por conflitos decorrentes de contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes. Em oposição a essa realidade, surgem os movimentos sociais ancorados, sobretudo, no conflito, na luta entre o mutável e o permanente, o racional e o irracional. Assim, para compreender a sociedade bem como a sua dimensão social e histórica é necessário entender o espaço onde ela vive, o seu cotidiano e o seu modo de vida. Pois, o espaço materializa-se, por meio

das relações da história dos homens, carregada de ideologias como resultado do processo de trabalho, de sua divisão técnica e também de sua divisão social.

Essa configuração espacial nos remete a uma discussão sobre o momento histórico e as consignações sociais, políticas, ideológicas que se articulam na totalidade de um processo de formação histórico e social. Nesse processo, a sustentação do poder se organiza pela manutenção da hierarquia dos grupos sociais. Portanto, os grupos dominantes utilizam de diversos meios, como a escola, a igreja, que são reprodutores de uma ideologia do Estado, com o intuito de reafirmação da classe hegemônica e da naturalização da sociedade estratificada.

Assim sendo, o espaço é produzido por meio de lutas, de mudanças e transformações sociais. Nesse processo, as lutas são apresentadas por meio de grupos que se identificam e se integram. Portanto, o espaço não é apenas uma produção do capital, mas também das condições de reprodução da vida humana, é também o lugar praticado pelos grupos, uma “[...] história de como os homens, ao produzirem sua existência, a produzem enquanto espaço de produção, de circulação, da troca, do consumo, da vida: como uma obra de uma história contraditória.” (CARLOS, 2005, p. 84).

Portanto, torna-se necessário apreender essas contradições, tendo em vista a polissemia e a complexidade da inserção nesse espaço, de grupos sociais que são dominados e explorados e divididos em classes e gênero. Logo, essa configuração, sobretudo, no tocante às questões de gênero, deve ser investigada com o intuito de revelar o papel dos diferentes sujeitos sociais, especialmente o da mulher, na luta por uma sociedade mais igualitária.

Scott (1994) alerta que esses estudos, devem cooperar para uma transformação social na vida das mulheres, no sentido de equalizar as relações entre homem e mulher e a promoção de mudanças epistemológicas que alterem a dicotomia entre o feminino e o masculino. Porém, o nosso trabalho atentará para a contribuição de um melhor conhecimento das relações das mulheres com os diversos espaços da sociedade, seus aportes e o seu papel como sujeitos sociais.

3.6 ASPECTOS HISTÓRICOS GERAIS DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Iniciamos esse tópico abordando sobre as principais mudanças que ocorreram na sociedade européia e no Brasil, sobretudo, no século XIX. A escolha

do referido século não desconsidera as transformações dos séculos anteriores. É importante ressaltar, que a seleção se deve, especialmente, para compreender o contexto de vida da sociedade que lançou as bases para as mudanças do mundo privado e público das mulheres. Foi o momento em que as mulheres começaram a participar de forma significativa na produção econômica e na elaboração do mundo, "[...] um mundo que pertence aos homens (BEAUVOIR, 1949, p.15), alavancando as discussões sobre os seus direitos, que até então permeavam apenas o campo teórico.

Dessa forma, o século XIX é um marco para a consolidação dos acontecimentos que ocorreram durante os séculos XV a XVIII, como a expansão marítima, o comércio, o imperialismo, a utilização do método experimental para a ciência, a primeira revolução industrial e, sobretudo, o que nos interessa de modo particular, as primeiras manifestações feministas que contribuíram de forma "[...] significativa para as lutas e conquistas atuais [...]" (SILVA, 2008, p. 226).

Esse processo de desenvolvimento dos países europeus, principalmente a Inglaterra, fundou em curto prazo um novo paradigma de "[...] uma sociedade dinâmica, empreendedora, criativa, industrial, confiante na Ciência e crente no progresso" (ROSA, 2012, p. 16). Essas características situaram a Europa no âmbito mundial, com poder e influência que marcaram toda a história da humanidade. Contudo, o processo de transformação também gerou sérios problemas para a sociedade que urgia - a sociedade urbana. Como as transformações ocorreram de forma rápida e profunda, gerou conflitos e contradições na vida cotidiana urbana e criou o antagonismo de classes e interesses.

Deste modo, observam-se amplas modificações na dinâmica do sistema capitalista, com a utilização de novas matérias primas, novas formas de energia, o que culminou para o fortalecimento da estrutura das indústrias e a concentração do capital. À medida que tais transformações ocorriam, havia um aumento da produção, e com ela, uma necessidade cada vez maior de mão de obra e de novos mercados consumidores. Esse momento é denominado por Hobsbawm (2003) como a era do imperialismo.

O autor fala de um novo imperialismo, pois o seu caráter distingue-se dos antigos impérios da História. Para compreendermos sobre esse fenômeno, utilizaremos dos aspectos econômicos como base, pois não se pode, nesse momento da História, desvincular a economia das práticas políticas, sociais e

culturais, como também do que impulsionou o movimento feminista, ao menos de forma expressiva.

Dessa forma, não se devem dissociar as mudanças econômicas e sociais, advindas do imperialismo da expressão do papel das mulheres na sociedade a partir do século XIX com reflexos no movimento feminista de épocas posteriores. Não é nosso objetivo enfatizar o determinismo econômico frente aos demais fenômenos, mas cremos que é um meio de interpretação das decisões políticas e sociais no período de expansão capitalista.

O século XIX modelou o que se conhece hoje por modernidade e concebeu as bases de uma sociedade com novos padrões sociais, políticos, econômicos e culturais, um alicerce distinto de práticas anteriores. Uma dessas práticas, segundo Hobsbawn (2009, p. 24) faz parte da “dupla revolução”, a primeira foi a Revolução Industrial, que instituiu um sistema de produção e promoveu a acumulação do capital, criando bases para uma escala mundial, tendo a Grã-Bretanha como carro chefe. A segunda, a Revolução Política Franco-Americana que constituiu padrões dominantes de Instituições Públicas da sociedade burguesa que estava em ascensão, dos quais, emergiu o sistema capitalista do século XIX.

Uma coisa é certa, pensar numa sociedade, é pensar em uma determinada época, no seu espaço, no pensamento que determinava as ações desses sujeitos, pois o pensamento de um período da história é criado e recriado pelos sujeitos e pelos grupos sociais aos quais fazem parte, são sujeitos que se movem e são transformados por circunstâncias históricas no tempo e no espaço.

O olhar para o passado, para a sua natureza, nos faz locomover para uma sociedade que está em constante produção e reprodução no espaço. Um processo que espelha as mudanças ocorridas em um passado que nos parece longínquo. Um passado que possibilitou novas efervescências no pensamento, que desencadeou importantes transformações no modo de vida da sociedade européia e outros países.

Essa expansão fez com que países como a Grã-Bretanha e a França, explorassem continentes como a Ásia, América e Oceania e, em especial, o continente africano, impondo uma política de dependência econômica com os centros industrializados. Com isso, a marca dos padrões europeus era disseminada em várias partes do mundo,

> aos poucos, conforme se chega ao último quartel do século XIX, o romantismo cede lugar ao realismo, e a exploração e a colonização se tornam cada vez mais vinculadas a interesses nacionais bastante concretos. Os diferentes tipos sociais diretamente envolvidos no processo de expansão colonial proclamam em claves diferentes os pressupostos da ideologia que parece conferir a todos e cada um deles uma legitimidade inconteste: a missão civilizadora em nome de um progresso que justifica por si só a livre exploração de todas as riquezas naturais. Assim, a ambição sem limites, a busca de lucro, a convicção da superioridade da cultura (cristã ocidental) sobre tudo aquilo que se apresenta como barbárie e atraso, não apenas permitem mas impõem como dever de consciência a tarefa civilizacional, a difícil missão a cumprir mesmo à custa da resistência de seus supostos beneficiários, ou seja, a dura realidade que constitui 'o fardo do homem branco' (FALCON, 2009, p.200).

Esse domínio de populações era legitimado por um discurso de que os países industrializados eram civilizações mais avançadas. Por isso exercia uma lógica natural, a das espécies, onde os fortes subjugam os mais fracos. Essa ideologia foi justificada na ciência, mais precisamente usando a teoria de Darwin, sobre a evolução das espécies, originando o "darwinismo social". É importante salientar que essa ideologia não tinha uma relação com a teoria proposta pelo cientista.

As transformações sociais nos países industrializados, sobretudo, na Inglaterra, ocorreram devido à mudança na forma de produção com o desenvolvimento das máquinas, e a consequente substituição da manufatura pela maquinofatura. Assim, alterou-se a forma e as relações de trabalho e o ritmo de vida da população. Essas alterações foram perceptíveis tanto no campo como na cidade, pois com a inserção das máquinas na agricultura houve uma migração em grande escala da população camponesa para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido, a atividade industrial modificou o espaço geográfico e o avanço tecnológico proporcionou a passagem de uma economia agrária e artesanal para uma economia industrializada. Essa realidade foi acentuada pelas atividades desenvolvidas durante o século XVIII que tinha a manufatura e o artesanato como principais fontes econômicas. Porém, é importante destacar que o sistema de produção artesanal, continuou existindo, embora de forma restrita, até o início do século XIX.

Com a Revolução Industrial, os artesãos, que até então possuíam as matérias-primas e os instrumentos de trabalho, em sua maioria, passaram à

condição de trabalhadores assalariados, vendendo sua força de trabalho para os burgueses, donos dos meios de produção e dos lucros. Assim, a máquina substituiu o operário que manobrava uma única ferramenta por um mecanismo que operava com várias ferramentas idênticas ou semelhantes (MARX, 1978).

Essas características proporcionaram também um intenso crescimento demográfico urbano, com isso, a população se constituiu, basicamente, de duas classes: a dos operários e a dos burgueses. A classe operária era formada por homens, mulheres e crianças que, em certa medida, abandonaram o artesanato e o campesinato para trabalhar nas indústrias. A condição de vida dessas famílias era precária, pois moravam em bairros próximos às indústrias, local onde a poluição e a falta de infraestrutura básica tornavam o ambiente propício para contrair doenças.

Os burgueses, por sua vez, com o poder nas mãos, passaram a conduzir a economia e, ao contrário dos operários, residiam em casas luxuosas, lugares distantes das fábricas e inauguravam novos padrões de cultura e de comportamento, caracterizado pela administração racional do tempo e do dinheiro.

Portanto, para compreendermos a sociedade atual é necessário entendermos, por meio dos aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos as modificações advindas, desde o século XVIII, que alteraram as relações sociais, o modo de vida e de pensar na Europa, no Brasil e em boa parte do mundo. Essas transformações geraram uma nova maneira de organização social, das normas, valores e tradições, uma nova cotidianidade. Nesse tempo, o Iluminismo, fundou novos paradigmas e propagou suas ideias em torno da razão, ou seja, a sociedade e a natureza deveriam ser estudadas por meio da racionalidade. Sobre isso Cruz (2009, p. 94) relata que:

> das grandes transformações políticas, sociais e culturais dos séculos XVIII e XIX, temos conhecimento que foi a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e o pensamento (teorias e doutrinas) que deram lugar a estas transformações da ordem política, sobretudo o modo de pensar a ordem política e decidir não somente essas estruturas políticas, senão a forma de pensar esta ordem.

Dentre os três eventos, a Revolução Industrial segundo o autor, modificou de forma intensa as relações entre os grupos sociais, dos sujeitos entre si e entre as mulheres e os homens. O pensamento mais fluente foi, conforme o autor, sobre o tipo de sociedade que seria fundada, o momento não era mais a sociedade do

âmbito doméstico e do privado, e sim uma sociedade em que o âmbito doméstico fosse parte integrante das atividades de “produção e consumo ao mesmo tempo” (p.95).

Concomitante a esses grupos sociais, a mulher emergia em uma sociedade muito diversa da que havia quando a Europa era basicamente agrária. Com o desenvolvimento da vida urbana e o trabalho nas fábricas, passou, também, a freqüentar a escola e a assumir cargos de trabalho como professoras, vendedoras, serviços públicos. Esse ritmo de vida das mulheres a projetou para uma vida pública que até então era fundamentalmente dos homens.

Com a introdução das máquinas, a força muscular de trabalho deixou de ser necessária para as indústrias têxteis. Com isso, passou-se a ser aproveitado o trabalho de mulheres e crianças, com salários mais baixos do que o que se pagava ao homem adulto. Beauvoir (1949, p. 17) diz que: “no século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das conseqüências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor”. É o momento em que a luta teórica do movimento feminista, encontra nos aspectos econômicos, fundamentos para sua luta.

O crescimento do trabalho feminino na dimensão pública, não concebeu as mulheres uma emancipação desejada, pois, conforme a autora “[...] os patrões muitas vezes as preferem aos homens. “trabalham melhor e mais barato” (BEAUVOIR, 1949, p. 149). Esta expressão impiedosa elucida o drama do trabalhador feminino. “Porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta” (BEAUVOIR, 1949, p. 149). Dessa forma, a mulher era vista como um objeto para a acumulação do capital.

A sociedade era masculina, arbitrária e injusta. Para se compreender melhor, a própria burguesia que empregava as mulheres, tinha a concepção de que deveriam viver conforme a antiga moral, que era o caminho para o fundamento da família, pois são nessas bases que a propriedade privada se sustenta. Por conseguinte, a mulher deveria permanecer no lar, pois sua emancipação tornara-se uma ameaça. Essa realidade era perceptível também na classe operária, pois observava na mulher uma espécie de ameaça no trabalho por salários mais baixos. Conforme Beauvoir (p. 17),

> a fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia, experimental etc. Quando muito, em conceder ao outro sexo “a igualdade dentro da diferença”. [...] Essa segregação, pretensamente igualitária, só serviu para introduzir as mais extremas discriminações.

Mesmo com essas imposições, no início do século XIX, as mulheres formavam cerca da metade da mão de obra das fábricas inglesas. As fontes bibliográficas que relatam o cotidiano da época descrevem que a disciplina no trabalho era rigorosa e os acidentes eram muito frequentes, reflexos da má alimentação e do cansaço.

> [...] o trabalho infantil, que, juntamente com o das mulheres, representava uma mão de obra superexplorada, que realizava o mesmo trabalho, porém recebendo salários menores. [...] Os industriais justificavam o uso do trabalho infantil como uma forma de proporcionar a crianças pobres e abandonadas seu próprio sustento, livrando-as da mendicância. Contudo, era muito comum que os aprendizes – crianças ou jovens, muitas vezes órfãos, que começavam a trabalhar nas fábricas por um salário muito pequeno para aprender sua função – fossem tratados de forma desumana. Seu trabalho era cansativo, repetitivo e praticamente igual a dos adultos [...] (MENEGUELLO e DECCA, 1999, p. 40-41).

A família do trabalhador era transformada, uma mudança da esfera privada para a pública, da qual apenas os homens adultos faziam parte. Como o uso da maquinaria tornou supérflua a força muscular, permitiu a contratação de mulheres e crianças e inseriu a família do trabalhador sem distinção de sexo e de idade, sob o comando do capital. É importante observar, que alguns fabricantes priorizavam o emprego das mulheres casadas, especialmente as que tinham filhos e que dependiam delas para a sobrevivência (MARX, 1978).

Assim, o novo modo de produção, impôs uma nova disciplina da fábrica, a divisão do trabalho e a mecanização da produção. Junto a isso, veio uma mudança na percepção do tempo, alterando o ritmo das atividades cotidianas das pessoas. O tempo era medido pelo relógio, criou-se então uma jornada de trabalho para controlar a produtividade. De acordo com De Decca,

> essa imposição de normas e valores por um determinado setor da sociedade pode ser percebida decisivamente quando tomamos a noção de tempo útil, produzida pela ampliação da esfera do mercado e que não só disciplina a classe burguesa como também procura se introjetar no âmbito da gente trabalhadora. Essa introjeção de um

> relógio moral no corpo de cada homem demarca decisivamente os dispositivos criados por uma nova classe em ascensão (1990, p. 15).

Esse tempo útil a que se refere o autor diz respeito ao capital. Assim, com a grande quantidade de oferta de mão de obra, os empresários começam a explorar os trabalhadores e trabalhadoras no que tange a jornada de trabalho com o intuito de aumentar a produtividade e conseqüentemente os lucros.

O sistema também exigia da população uma adaptação ao novo estilo de vida, que lhes impunha uma necessidade de consumo a bens e serviços. Essas mudanças alteraram consideravelmente a forma de viver no meio urbano e as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, os quais lutavam pelos direitos sociais e pela redução da jornada de trabalho.

Outro aspecto fundamental nessa época foi a ascensão da Ciência como a principal referência para a obtenção do conhecimento, suplantando a Filosofia e a Religião, além também de influenciar no comportamento cotidiano das pessoas. Portanto, era a abertura para o mundo das novas idéias, o triunfo da ciência e a eliminação de dogmas ultrapassados.

A Europa durante o século XIX foi o principal centro produtor e transmissor do pensamento e do conhecimento científico. Essa realidade se deu em virtude da vinculação da ciência com a técnica que foi responsável pelas profundas mudanças ocorridas na sociedade durante essa fase. As transformações fizeram de alguns países europeus difusores de grande poder político, econômico e militar.

Dessa forma, o padrão europeu foi exportado e disseminado a outras culturas por meio de uma política colonialista/imperialista. De acordo com Rosa (2012, p. 15 - 16): “[...] suas decisões políticas, doutrinas sociais, teorias econômicas, manifestações culturais, descobertas científicas e inovações tecnológicas se imporiam no mundo e serviriam de modelo e de guia em todos os continentes”.

Essa primazia europeia ocorreu em virtude de um desenvolvimento científico iniciado em séculos anteriores. Como a sociedade passava por rápidas e profundas mudanças, foi necessária a criação de teorias sociais, políticas e econômicas para atender aos problemas que enfrentava em consequência das mudanças, como: a explosão demográfica, urbanização desordenada, êxodo rural, mecanização industrial, desemprego, má distribuição de renda, concentração de capital, manutenção de privilégios, exploração do trabalho infantil e de mulheres.

Portanto, essas questões sociais, eram objeto de estudo e debate dos mais diversos segmentos da sociedade da época, como intelectuais, trabalhadores e trabalhadoras, políticos e industriais. Havia um interesse de solucionar tais problemas mediante os interesses de cada parte. Deste modo, como a ciência era a base do conhecimento seria necessário tratar as questões sociais por meio de uma análise metodológica e não pelo domínio da especulação, improvisação e empirismo até então utilizados (ROSA, 2012).

Assim, os fenômenos sociais, de natureza humana deveriam ser objeto de estudo da física, química e biologia, ciências que utilizavam de método científico para compreensão da realidade. Dessa forma, eram dispensadas as bases teológicas e metafísicas como justificativas para os assuntos sociais. Nesse ínterim, em meados do século XIX, seria criada a Sociologia com o objetivo de analisar os fatos sociais. Tanto a Sociologia como a Biologia chegariam ao final do século XIX, como importantes campos para a Ciência.

Essa dimensão da ação humana nos fenômenos sociais representou um dado significativo nas mudanças que ocorreram no século XIX, era a constituição vitoriosa do pensamento científico no que tange às questões da sociedade. Diante disso, constituíram-se quatro doutrinas principais: a liberal, a socialista, a comunista e a progressista. De acordo com Rosa,

> essas doutrinas, nascidas e desenvolvidas ao longo do século XIX, estabeleceriam acirradas divergências e sérias confrontações no terreno das idéias e no plano político, e criariam um clima de aberto antagonismo entre defensores e detratores, que continuaria, e até se agravaria, no século XX (2012, p. 18).

A Ciência, que preconizava os estudos físicos, humanos e sociais em bases racional, experimental, quantificada e positiva, tornou-se relevante para a compreensão dos fenômenos sociais. Essa função atribuiu um reconhecimento por parte da sociedade, da sua importância como contribuinte para os estudos de caráter social, deixando de ser um fim para se tornar um meio.

Entretanto, os estudos científicos por muitos anos não considerou os problemas relacionados à mulher, pois eram invisíveis diante da cegueira científica em relação de gênero. A mulher foi confinada à esfera do lar, ao mundo doméstico reprodutivo, não era considerada ativa na esfera pública, já que o seu espaço era o

privado. Por isso, havia uma neutralidade axiológica no conhecimento científico social das mulheres e do gênero (PHILIPP, 2008).

Sabe-se que essa estrutura do século XIX, não teve um surgimento fora de um contexto histórico. Para que essa nova estrutura se estabelecesse, foi necessário que a velha tenha deixado de satisfazer aos anseios e interesses das classes sociais que a compõem.

O século XIX alavancou as mudanças da sociedade contemporânea, e proporcionou à ciência, uma explicação racional e científica. É claro que foi a Idade Média e início da Moderna (séculos XV - XVIII), que ofereceu ao século XIX tais atributos. Os cientistas passaram a fazer seus estudos de forma sistemática, com intuito de obter um conhecimento metódico sobre a natureza, pois conforme Roberts (2001, p. 488) tal conhecimento “[...] daria ao homem enorme poder sobre a natureza”. Com os avanços científicos do século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo e do pensamento liberal, no início do século XIX, ocorreu a necessidade de compreender as transformações e o desenvolvimento desse sistema econômico por meio de estudos criteriosos da sociedade, com base empírica.

Para Hobsbawn (1962) no centro da sociedade burguesa avançada estava a Ciência, ela se localizava acima das artes. Conforme o autor, a arte era apreciável, porém, para essa sociedade “[...] os seus verdadeiros esforços culturais se dirigiam para a difusão e o avanço do conhecimento [...]” (p. 196), assim, fica claro que “[...] a ciência e a técnica foram as musas da burguesia [...]” (p.197). Ainda segundo o autor, algumas palavras resumem muito bem esse momento da história:

> as palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. Consideremos algumas palavras que foram inventadas, ou ganharam seus significados modernos, substancialmente no período de 60 anos de que trata este livro. Palavras como "indústria", "industrial", "fábrica", "classe média" ', "classe trabalhadora", "capitalismo" e "socialismo". Ou ainda "aristocracia" e "ferrovia", "liberal" e "conservador" como termos políticos, "nacionalidade", "cientista" e "engenheiro", "proletariado" e "crise" (económica). "Utilitário" e "estatística", "sociologia" e vários outros nomes das ciências modernas, "jornalismo" e "ideologia", todas elas cunhagens ou adaptações deste período *. Como também "greve" e "pauperismo" (HOBSBAWN, 1962, p.02).

Para o autor, pensar a sociedade moderna sem tais vocábulos, ou seja, sem os fatos e as concepções de cada nome, seria analisar a dimensão da revolução

sem as suas principais características. Para o autor, essa revolução proporcionou a maior transformação da história humana. Ela modificou e "[...] continua a transformar, o mundo inteiro" (p.02).

Foi também essa ciência que produziu princípios sexistas e ideológicos, pensava-se a partir de conceitos universalistas e masculinos. Dessa forma, tudo que fosse referente ao homem seria valorizado, o mundo público ao mundo privado, o lugar dos homens em detrimento ao lugar das mulheres. Assim, essa base científica possui

> [...] as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos (RAGO, 1998, p. 25).

Esse padrão de desigualdade limitou a mulher ao espaço doméstico e demarcou a luta pelos direitos das mulheres de igualdade com o homem. Porém, com o desenvolvimento das indústrias e o crescimento urbano no século XIX a condição das mulheres passou a ser alterada. Elas migraram, com suas famílias, do campo para as cidades e começaram a trabalhar nas fábricas.

Esse fenômeno ocorreu devido ao processo de industrialização que favoreceu o deslocamento de milhares de pessoas do campo para as cidades. A urbanização gerou também um crescimento desordenado, sobretudo, nas cidades dos países europeus, locais onde iniciou o processo. Com o crescimento surgiram também os problemas urbanos, a marginalidade, a fome, a pobreza, as desigualdades, dentre outros. Para Oliva (2003, p. 77), "[...] todas as consequências de uma dada produção ou organização do espaço são produtos da ação humana, da sociedade, que é o verdadeiro sujeito do processo". Portanto, toda construção espacial é produto social. Tal construção decorre de práticas sociais em busca de interesses, sejam elas individuais ou coletivas.

Foi nessa época também, que ocorreu a substituição, em partes, dos instrumentos de trabalho pelas máquinas e pela introdução do carvão e do vapor como fontes de energia. Em razão disso, houve um grande aumento da produção de bens manufaturados, e de trabalhadores e trabalhadoras. Essa realidade concedeu o nascimento de uma sociedade assalariada e transformou a vida urbana, gerando um deslocamento da população para as cidades.

Pode-se compreender que a Revolução Industrial provocou diversas mudanças na sociedade. Essas mudanças puderam ser percebidas na agricultura, nos transportes, bancos, comércio, no trabalho e no espaço doméstico, lugar destinado às mulheres. A máquina suplantou o trabalho humano e o capitalismo financeiro e monopolista tornou-se hegemônico. Assim, ocorreu a divisão internacional da produção e do trabalho. Com a concentração de capital nas mãos dos burgueses, acentuou a exploração da mão de obra dos trabalhadores, que se constitui numa classe de assalariados.

Percebe-se então que os acontecimentos do século XIX provocaram uma série de mudanças e rupturas nas sociedades europeias. O surgimento e a hegemonia da sociedade capitalista burguesa deram origem a vários movimentos liberais e nacionais. As sociedades presenciaram períodos tensos com os avanços liberais, as conquistas democráticas e as revoluções socialistas.

Essa conjuntura também proporcionou uma nova estrutura social, com novos padrões e hábitos de consumo. Com a aglomeração da população no espaço urbano, tornou-se visível a estratificação entre os grupos sociais, principalmente entre a classe operária e a burguesia. Essas contradições eram tão acentuadas, que fundamentavam as críticas feitas ao sistema capitalista patrocinador do enriquecimento de poucos em detrimento de muitos, mas também, significou para as mulheres trabalhadoras, a saída do espaço doméstico para trabalhar nas fábricas.

No entanto, não eram apenas esses dois grupos que existiam nas cidades, havia aqueles que preservavam as antigas técnicas de produção, como pequenos camponeses, artesãos, bem como outros grupos como o das mulheres, do étnico-racial e das crianças.

Apesar do desenvolvimento e do crescimento urbano, acelerou também as desigualdades sociais e econômicas. Por isso, foi uma época de muitos debates políticos sobre os direitos individuais, principalmente o das mulheres e das crianças que foram submetidos, juntamente com o trabalhador masculino, a extensas jornadas de trabalho, com uma carga horária de 14 a 16 horas diárias nas fábricas, porém, tanto a mulher quanto a criança recebiam uma remuneração inferior ao que se pagava aos homens. Essa nova realidade para as mulheres, não a destituiu da situação de desigualdade a que era sujeita anteriormente em relação à sua condição biológica.

Beauvoir (1949) compreendeu muito bem esse momento da história para as mulheres, pois reflete que as mulheres saiam para o espaço público do trabalho, para participar da laboração do mundo, contudo, um mundo de trabalho androcêntrico, “[...] no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (1949, p. 15).

Dessa forma, a mulher passou do domínio privado para o público, local, dantes masculino e essas transformações, sobrevindas da industrialização, provocaram uma nova reflexão sobre a sua função social, pois, como trabalhavam nas fábricas, começaram a ter acesso às escolas e a assumir novos cargos e posições na sociedade. No entanto, conforme Beauvoir, “a burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina” (1949, p. 18).

Nessa perspectiva, a nova maneira de viver, nas cidades, desde o século XIX, desencadeou, dentre outras coisas, um processo de modernização, que gerou uma forte homogeneização social no que tange aos costumes, atitudes e valores. Porém, essa homogeneização não foi capaz de sustentar uma sociedade “desenvolvida”, pois aumentava a pobreza, a discriminação étnico-racial e a inferiorização das mulheres. Foi o momento também de reivindicações das mulheres em relação aos seus direitos de igualdade social, principalmente nos aspectos políticos e econômicos.

Tal realidade ensejou uma nova perspectiva em relação aos estudos científicos, que por muito tempo concedeu privilégios aos aspectos gerais da sociedade em nível macro. Hoje, há uma necessidade de conhecimento das particularidades, pois há diversos movimentos que questionam a realidade social e reivindicam seus direitos e uma igualdade jamais alcançada e nem homogeneizada.

Essa desigualdade social, que é uma marca da sociedade capitalista, e a expressão de uma sociedade hierarquizada, também é palco da reprodução humana que nos insere em um cenário de conflitos. Essas contradições não estão presentes apenas na dimensão econômica, elas perpassam a vida cotidiana e o modo de vida que é o lugar em que essas manifestações se aprofundam.

Neste contexto, há diversas resistências, lutas que os indivíduos travam para buscar seus lugares, suas identidades, dentro de uma ordem em que as relações objetivas convivem com as subjetividades, um espaço em que grupos procuram

reconstruir e constituir novas relações para a condição humana. É nesta conjuntura que a mulher se localiza, vale ressaltar, não como classe social, mas como membro participante de grupos que compõem a sociedade, sejam eles pobres ou ricos.

3.6.1 As mudanças sociais no Brasil

No Brasil, o século XIX, compreendeu os governos regenciais e o do Imperador D. Pedro II. As primeiras décadas do referido século foram marcadas pela conservação da composição social constituída durante o período colonial. As elites agrárias continuavam no cume do conjunto social.

Como sustentaram a independência do país acabaram por assumir o poder garantindo-lhes os seus interesses.

Diferentemente da Europa, não houve grandes mudanças na economia ou nas relações de trabalho. O país continuou a ter uma economia agroexportadora, baseada no trabalho escravo. Como os países colonizados, o Brasil permanecia dependente economicamente do mercado externo para abastecimento de produtos manufaturados e das exportações de produtos primários.

Contudo, nesse período, verificou-se uma queda das exportações brasileiras devido à concorrência externa e um aumento na importação de produtos manufaturados que eram consumidos pela população urbana. Com a concorrência de alguns produtos pelo mercado externo, o café tornou-se a nova base da economia do país.

Com isso, criou-se uma nova classe na elite, a chamada burguesia cafeeira, ou os Barões do café. Todavia, passou a reivindicar poder político, pois era uma classe que se adequava aos moldes do capitalismo moderno, com padrões de vida urbanos e europeus. Diferentemente dos arquétipos agrários do país, possuíam um estilo de vida próprio, com modelo capitalista, pois contratavam professores particulares, adquiriam produtos de cidades européias.

Em 1850, com o fim do tráfico negreiro internacional e o alto preço do tráfico intraprovincial, as principais regiões produtoras do café tiveram que contratar mão de obra dos imigrantes europeus. Por conseguinte, com o crescimento das indústrias nos países europeus e com a maquinização da agricultura, tornou-se impossível absorver toda a mão de obra desempregada, diante disso, muitos imigrantes saíram de seus países para a América.

Grande parte desses imigrantes, homens, mulheres e crianças trabalharam nos cafezais. Com os maus-tratos a que eram submetidos nas fazendas de café, muitos desses imigrantes deixavam as lavouras e iam para as cidades em busca de melhores condições de vida. Assim, formava nas cidades brasileiras, principalmente em São Paulo, uma nova massa de trabalhadores, artesãos, ferreiros, carpinteiros e sapateiros, outros ainda trabalhavam nas indústrias.

É certo que a produção de café no país proporcionou também uma mudança nos hábitos e costumes urbanos. Pois a elite do café investia na infraestrutura comercial e financeira, ampliava o sistema de transporte ferroviário e substituía a mão de obra escrava pela assalariada. Dessa forma, nas últimas décadas do século XIX, o país abria espaço para uma nova diversificação econômica, trazendo novos elementos para a realidade brasileira, como a urbanização e um embrionário crescimento industrial deste modo formavam-se uma nova configuração do espaço.

Nessa conjuntura, as ideias iluministas advindas do final do século XVIII influenciaram intelectuais e políticos. Por isso, argumentavam a favor das liberdades individuais, do progresso, do trabalho livre e o fim ao trabalho escravo, pois acreditavam que o trabalho livre seria de certa forma, importante para o desenvolvimento da nação. Era um projeto de nação calcado no modelo europeu, pois o objetivo era o de aperfeiçoar o povo brasileiro, avaliado como uma população sem limites ou ordem (FARIA et al., 2010).

Esse momento marcou o principio das transformações e materialização do capitalismo no país, a expansão de uma vida urbana com novas relações sociais e o surgimento “[...] de uma nova mentalidade – a burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor” (D’ INCARO, 2012, p. 223).

No entanto, essa não era a realidade de todo o país, na região Centro-sul houve uma especialização da economia nas áreas urbanas com produtos manufaturados, comércio e serviços públicos. Na região Sul foram distribuídas terras para os imigrantes, a fim de formarem de colônias com o intuito de povoamento. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste permaneceram na produção da monocultura e no uso da mão de obra escrava. Ainda sim, as elites nordestinas mantiveram uma forte influência na vida política do país.

Diante dessa situação, o lugar que a mulher ocupava na sociedade brasileira no século XIX era determinado pelo tipo de família existente, a família patriarcal. De acordo com Corrêa,

> a história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a "família patriarcal"-, um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais (1994, p. 15).

Esse modelo de família permeou o Brasil, principalmente as regiões de plantação da cana de açúcar e café, e caracterizou-se pela forte influência de clãs masculinos que asseveravam a indivisibilidade de seu poder. No entanto, esse tipo de família não existiu sozinho e nem tampouco dirigiu a formação da sociedade brasileira ou das mulheres, mas exerceu uma forte influência no cotidiano de vida das mulheres (CORRÊA, 1994).

As mulheres eram orientadas de forma a obedecer às normas e os padrões ensinados. Estudos da época demonstram que a Igreja se apropriou "[...] também da mentalidade patriarcal presente no caráter colonial e explorou relações de dominação que presidiam o encontro entre os sexos" (CORRÊA, 1994, p. 22). Isso significa dizer que a mulher era tratada de forma a compreender que o seu espaço era o doméstico, ela existia para cuidar do lar, reproduzir, cozinhar, lavar e servir ao marido. Beauvoir (1949, p.75) se refere a esse momento como "[...] o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida". O que torna a exploração ainda maior é o fato de a mulher não possuir uma condição econômica, a autora diz que essa condição é amenizada no momento em que a mulher penetra o espaço público.

Em estudo sobre a origem das famílias portuguesas no Alto do Sertão da Bahia e do poderio do patriarcalismo, Neves descreve:

> poucos membros da nobreza portuguesa transferiram-se para o Brasil, em geral retornavam para Portugal após a exoneração dos cargos que ocupavam. Apenas representantes da pequena aristocracia rural formaram a base da elite colonial. A extensão do reino de Portugal e a distância da Corte fizeram dessas famílias "poderosas instituições econômicas e políticas", através das quais, o Estado lusitano impunha-se onipresente. Com alianças intra e interfamiliares e estratégias variáveis conforme as regiões

> alcançavam seus objetivos sociais, políticos e econômicos de colonização e controle social (2011, p. 67).

Esse quadro apresenta a real situação da história da família brasileira, uma espécie de instituição familiar que unia não apenas o pai, a mãe e os filhos, mas os parentes, agregados e escravos numa organização hierárquica social, política e econômica, ou seja, a base da origem da sociedade brasileira. Nesse sentido, há uma explicação para a visão androcêntrica da sociedade, ou seja, havia uma disposição em privilegiar a concepção masculina ou considerá-la como concessionária da maioria, em particular da mulher.

Assim, com a abertura da economia agrária para a capitalista moderna, o Brasil conheceu, além das mudanças no espaço geográfico, uma alteração no cotidiano de vida da sua população e das mulheres. Um estudo realizado por Silva (2010) sobre a obra de Tânia Quintaneiro (1993), intitulada, Retratos de mulher; o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viageiros do século XIX revela que ao final do século citado, as instituições sociais no país sofreram mudanças e conseqüentemente expandiu o espaço das mulheres.

Em conformidade com essa conjuntura, D'Incaro aponta:

> presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível (2012, p. 223).

Deste modo, foram alteradas as normas e os valores que disciplinavam o casamento, a relação entre o homem e a mulher, a educação, o papel da mulher na família e na própria economia. A mudança no conjunto dos hábitos intelectuais da população, não foi suficiente para reconhecer a mulher como sujeito na sociedade, pois ainda continuaram as "[...] limitações que a colocavam como um ser inferior, sem direito à liberdade de ir e vir, de se educar e de se manifestar em público; em suma, de realizar-se como individualidade moderna" (SILVA, 2010, p.148).

Essa realidade fortalecia o país como uma sociedade patriarcal, era muito comum a diferenciação entre os sexos. O país tinha uma economia basicamente agrária e adentrava no século XIX, com uma prática capitalista, porém, com padrões de comportamento e convivência de estrutura escravista. Todavia, as mudanças

apregoadas pelo século, sobretudo francesas, influenciaram os aspectos sociais e econômicos em algumas partes do Brasil, por isso, com a entrada de imigrantes no país novas culturas eram amoldadas na sociedade e com isso, as mulheres começavam a demonstrar características com novos comportamentos em uma sociedade ainda conservadora.

Del Priore (2012) enfatiza que a sociedade brasileira sofria fortes influências de obras literárias que retratavam as relações entre os sexos. O debate era carregado de metáforas religiosas, pois o pudor era uma característica basilar da mulher e sua vocação diferente da dos homens. Por isso, o seu cotidiano fundava-se nos quefazeres domésticos, e, por essa razão, muitas delas não pleiteavam os estudos, era muito comum a busca pelo casamento e a constituição de uma família. Esse padrão era influenciado pelos romances literários que cercavam os pensamentos das mulheres e instigava a procura do verdadeiro amor. A autora ainda comenta:

> [...] a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORE, 2012, p.07).

Assim, as transformações na função das mulheres no Brasil durante o século XIX foi de forma branda e diferenciada, as mudanças dependiam da classe a qual participavam, portanto do grupo familiar. As que tinham direito à educação tornavam-se diferentes dos homens e por isso ostentavam um lugar no espaço público. As mulheres negras, indígenas e pobres ficavam à margem desse processo, pois às pobres cabiam os cuidados domésticos, a criação dos irmãos menores e o trabalho na roça. Já para as mulheres dos grupos sociais privilegiados a educação era de certa forma, uma obrigação. Pois tinham que aprender a ler, a escrever, estudar as noções básicas de matemática, do francês, piano, dentre outras. Mesmo com todos esses atributos, também era ensinado a terem habilidades domésticas, como costurar, cozinhar, bordar e o comando das criadas. A educação da mulher era no sentido de consolidação da moral, dos bons costumes e a manutenção do lar, essa era a função da mulher.

Contudo, o século XIX, ainda sofrendo transformações, muitas delas de forma incipiente, apontava um novo modelo de família, portanto, deveriam vir

acompanhadas de alterações no comportamento da própria mulher. Por esse motivo, precisavam estudar para então formar a sua família em padrões da modernidade, sob a égide da religião, entretanto, muitas dessas mudanças não foram incorporadas pela sociedade patriarcal, havia muitos conflitos na conjuntura da população, da economia e da cultura. Era uma quebra de paradigmas para a nova sociedade emergente, principalmente no que se referia à emancipação da mulher.

Nesse Brasil tão diversificado em diversos aspectos, existiram mulheres que lutaram por sua emancipação, participaram ativamente do abolicionismo, do movimento republicano, contra a exclusão, e utilizavam da escrita e do conhecimento com a finalidade de fazerem-se visíveis à vida pública e adquirirem educação o suficiente para a sua profissão. Esses e outros motivos cravaram novos paradigmas na história da luta das mulheres de diferentes camadas sociais por uma nova maneira de ser e pensar a mulher numa sociedade machista.

Contudo, esse movimento não alterou de forma geral a representação das mulheres para a sociedade. De acordo com Carvalho (2004), o caminho da conquista pelos direitos das mulheres foi uma passagem difusa e preconceituosa, pois parte dessa luta se deu pela participação no mundo público e político, considerado até meados do século, no Ocidente, como lugar masculino.

Assim, as mulheres brasileiras, calcadas em bases de uma sociedade positivista, a qual tinha como lema a ordem e o progresso, deveriam assumir as atividades domésticas, cuidando dos filhos e do marido, sendo à base de sustentação para uma postura profícua da sociedade, por conseguinte, não deveria assumir um cargo de trabalho no espaço público.

Entretanto, esse paradigma se aplicava às famílias mais nobres da sociedade, cabendo às outras, às mulheres de classe inferior, uma realidade completamente diferente. Estas deveriam trabalhar para não permanecerem ociosas, assim sendo, muitas acabavam por trabalhar como lavadeiras, costureiras, doceiras. Muitas dessas mulheres da zona urbana sofriam violência moral e física, por isso acabavam abandonando os seus próprios filhos e negando a maternidade, situação que era problemática para a sociedade da época. Devido aos valores religiosos, muitas dessas mulheres sofriam preconceitos.

Como a sociedade vigente era constituída por mestiços, havia um interesse das autoridades em transformar o estereótipo de família, em vista disso, lançaram

bases na educação com o intuito de formar professores. A participação feminina foi muito forte na educação, nas demais áreas de trabalho, as mulheres assumiam postos com cargos inferiores ao homem e de menor salário. Essa situação estava diretamente ligada às questões biológicas, o que impedia as mulheres de desempenhar o seu papel na sociedade, pois a sua condição era de reprodução.

Como um grande número de mulheres pobres eram violadas e ou abandonadas pelos maridos, muitas delas tornaram-se chefes de suas famílias e por isso havia uma concepção de honra e de casamento diferentemente daquelas que eram apregoadas pela alta sociedade. Dessa forma, eram tidas como uma ameaça à moral e aos bons costumes para a sociedade que surgia, a sociedade burguesa.

É importante enfatizar que as mulheres no Brasil, desde o período colonial, não são vistas por alguns autores como vítimas e sem capacidade de resistência, antes, são agentes de mudança desafiando uma ordem androcêntrica, numa sociedade movida por um cotidiano bastante ambíguo (DEL PRIORE, 1993).

3.6.2 Aspectos históricos das mudanças sociais no Estado da Bahia e em Rio de Contas

Nessa conjuntura, torna-se salutar a compreensão de que as transformações descritas não aconteceram de forma homogênea no Brasil. Fato que se pode verificar nas regiões que exploraram o ouro e diamantes, no interior do país, como na Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Essa era, século XVIII, denominada o “[...] “Século de Ouro” na história do Brasil [...] “(FIGUEIREDO, 2012, p. 141), alavancou um período de conquistas e glórias, foi o momento do enriquecimento, da abundância de riquezas, o ouro tornara-se a principal moeda do país, o auxilio do esplendor da corte portuguesa e de seus aspectos políticos nas alianças diplomáticas.

Diante desse panorama, qual o espaço das mulheres nessa sociedade? Figueiredo (2012) estudando as mulheres nas Minas Gerais relata sobre o lugar das mulheres, ou seja, o não lugar das mulheres: política, administração eclesiástica e colonial ou outro qualquer cargo que lhe conferisse o reconhecimento social. Há registros, segundo o autor, de que o alcance da mulher na produção do ouro era o de carregadoras de gamelas, pois na extração, exigia-se um trabalho de força muscular, o que não era atribuído às mulheres. Assim, “os trabalhos mais penosos

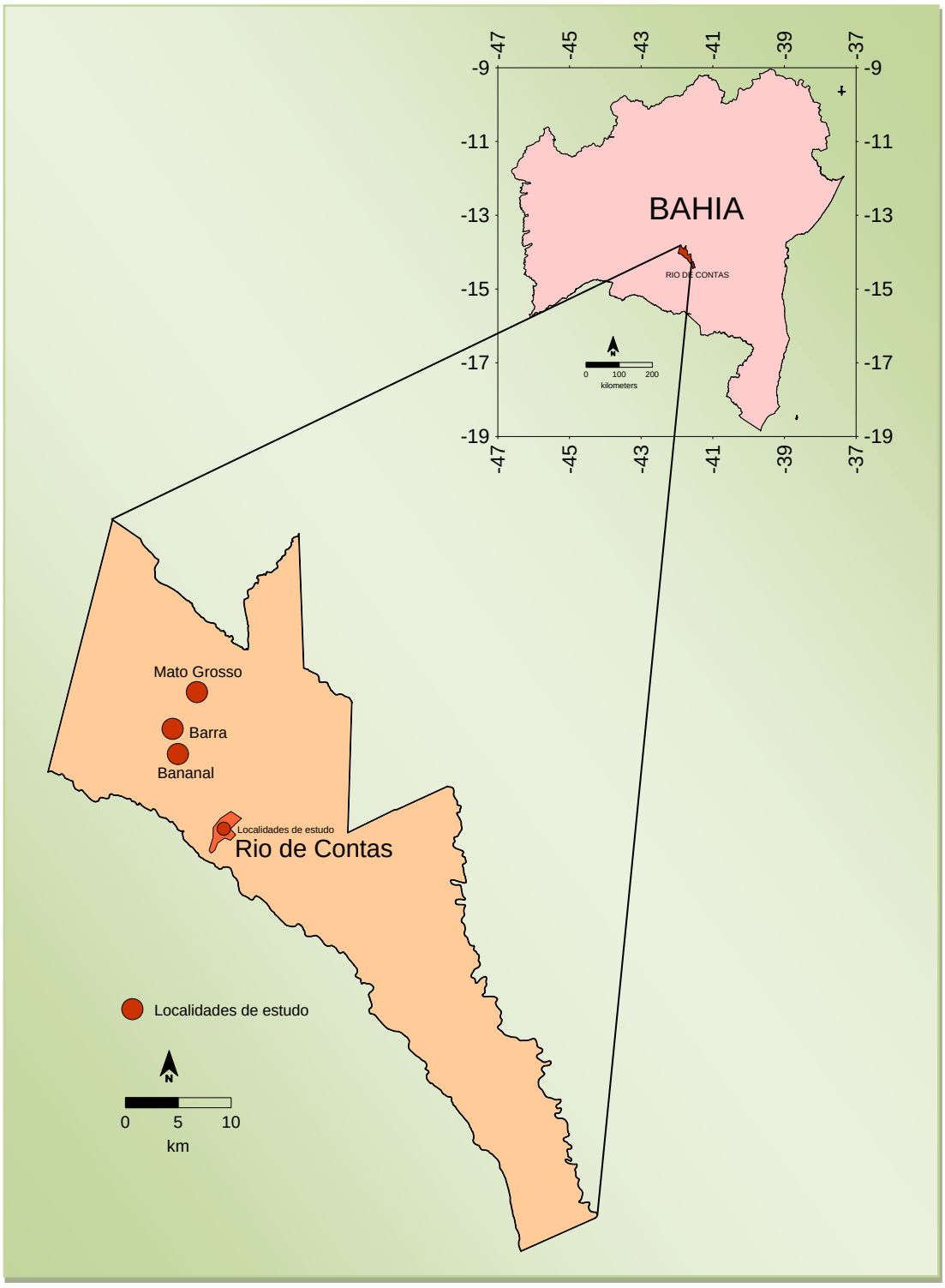
na extração do ouro são executados pelos negros e os mais fáceis pelas negras. Os primeiros tiram o cascalho do fundo do poço, as mulheres o carregam em gamelas, para ser lavados.” (MAWE, 1978, apud FIGUEIREDO, 2012 p.143).

Em relação às propriedades de terras, o autor afirma que, para receberem, além das requisições habituais, como o de ser dono de amplo número de escravos, das mulheres era exigido o consentimento do pai ou do marido. Essa realidade demonstra porque o número de mulheres possuidoras de terras no interior do Brasil era na proporção de uma para cada 35 homens. Nesse contexto, também havia mulheres que trabalhavam em terras arrendadas criando gado, aves, plantando produtos de subsistência, produzindo pão e queijos.

Com o declínio na produção de ouro nas minas, final do século XVIII e início do XIX, a participação das mulheres foi intensificada na agricultura, a exemplo disso é o que retrata Figueiredo (2012, p. 143) sobre a cidade de Vila Rica em Minas Gerais, que “[...] nos primeiros anos do século XIX, do total de roceiros, lavradores e hortelões anotados pelo censo, encontraremos 51 mulheres para 27 homens”,

Nesse contexto, a cidade de Rio de Contas e as Comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, importante vila na produção de ouro no país entre os séculos XVIII e XIX, localizada no Estado da Bahia (FIGURA 2, p. 115), na região Centro-Oeste da Chapada Diamantina, é o lócus do saber das mulheres, que tiveram uma expressão na organização da sociedade e que é objeto dessa pesquisa. Dessa forma, guardadas as devidas proporções, a cidade, possui uma característica semelhante em relação à função social das mulheres das demais regiões produtoras de ouro.

FIGURA 2: Mapa de localização das localidades de estudo: cidade de Rio de Contas e das Comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso no Município de Rio de Contas- Bahia.



Fonte: Base cartográfica: GodenSoftware Inc. / SeEI BA. Elaboração: Edvaldo Oliveira/ Nereida de Benedictis.

Como a origem da cidade de Rio de Contas está intrinsecamente ligada à extração do ouro na Bahia, houve uma grande migração de mão de obra masculina para a região (SANCHES, 2008, p. 49). Nesse sentido, Almeida (2006), aponta que a população escrava era de 426 homens para 100 mulheres no século XVIII, isso significa dizer que por se tratar de uma sociedade com poder masculino, havia uma necessidade de homens para o trabalho nas minas.

Porém, no século XIX, a população masculina escrava era de apenas 138 homens para 100 mulheres, de acordo com Sanches (2008) tal situação se deve ao:

> [...] alto preço de mão de obra masculina e a sua pequena demanda para a comercialização nas Lavras Diamantinas, também pode ser considerado como fator de diminuição no número de homens e aumento o número de mulheres. Tal conjuntura corroborou para uma queda na aquisição da mão de obra masculina e africana, então mais cara (2008, p. 50).

Essa realidade nos leva a compreender que a cidade de Rio de Contas no auge da extração do ouro empregava basicamente homens escravos, isso porque o número de escravos masculinos, segundo os dados, era maior e também porque não há registros de mulheres, como em Vila Rica, que levavam as gamelas contendo as pepitas de ouro.

Outro aspecto importante são os registros que caracterizam os donos de escravos. Há também um dado bastante reduzido se comparado ao dos homens sobre a quantidade de mulheres proprietárias de escravos, essa relação corrobora com a afirmação de que a presença das mulheres no sistema produtivo das minas era ínfima em relação à dos homens.

De acordo com Almeida (2006), durante o século XIX o número de mulheres alforriadas era maior que a dos homens, por isso há registros de uma quantidade de mulheres que trabalhavam como domésticas, cozinheiras, na técnica do metal, bordados e no artesanato. É importante ressaltar que a população de escravos era de 70% durante o século XVIII, considerando os 30% de livres, pobres, forros e proprietários. Conforme Sanches (2008), quando o ouro passou a ser próspero a população multiplicou e era constituída basicamente por: escravos, proprietários, comerciantes, artesãos, clérigos, boticários e um contingente flutuante que estava em busca de enriquecer com a exploração do mineral.

Há dois aspectos importantes sobre as pesquisas e estudos baseados nas descrições dos viajantes que passaram por Rio de Contas no século XIX: o primeiro diz respeito à queda da produção do ouro e, por conseguinte a estagnação econômica e a consequente redução da população; em segundo lugar, foi o século que a antiga Vila de Minas de Rio de Contas foi elevada à categoria de cidade.

Após a decadência do ouro, a economia foi alicerçada na agricultura de subsistência e no artesanato. O século XIX foi também o período de fome na cidade, entre os anos de 1830, 1860 e 1890, causado pela seca. Essa situação provocou fome e um excedente de mão de obra, o que culminou para uma intensa migração populacional em direção a região de expansão do café, o Vale do Paranaíba nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Neves (2001) esse momento vivenciado pela economia local contribuiu para uma escassez de trabalho e consequentemente uma situação de miséria para a população pobre do Alto do Sertão da Bahia.

Os estudos sobre a memória de mulheres em Rio de Contas e a sua importância na organização da sociedade ainda carece ser testemunhado, pesquisado e analisado. É um percurso que exige um olhar sem convencionalismos presentes nas fontes documentais, seus espaços, suas veracidades. Torna-se o momento de compreender as mudanças, contextualizando o que aconteceu no espaço e no tempo, com os seus sujeitos, o movimento da lógica constituída, pois a mesma desempenhava um papel no processo histórico de transformar mentalidades, ideologias, que estão arraigadas na memória individual e coletiva.

4 MEMÓRIA E TESTEMUNHO

Como foi abordado no tópico anterior, a memória faz parte da sociedade. Ela existe e é construída em sociedade, por meio das relações sociais dos seus sujeitos no tempo e no espaço. Esse espaço é também geográfico, o espaço produzido por homens e mulheres. Ele é testemunho de uma história que foi escrita por processos do passado e do presente, como afirma Santos (2002), mas também pelas histórias que nunca foram desvendadas, reveladas e até mesmo escritas, como as das mulheres.

A construção da memória não é pertencente a apenas uma determinada classe, ela foi e está sendo construída por sujeitos, homens e mulheres, independente da classe social a que pertencem. O estudo da memória nos permite realizar a reconstrução da história das mulheres, dos homens, da família, dos filhos, das crianças, dos idosos, dos seus afazeres, suas dores, aflições, lutas, por fim, dos aspectos sociais que nortearam a vida em sociedade. Esse estudo é realizado por meio de documentos escritos e pela busca do testemunho de pessoas.

Portanto, a construção da memória perpassa pela vida cotidiana dos sujeitos que vivenciam ou que vivenciaram um determinado tempo, em um determinado espaço e que, estabeleceram bases para a construção, também, da sua história, seja ela transmitida ou documentada. São histórias narradas por pessoas que ouviram ou presenciaram os fatos, os acontecimentos, são os testemunhos de pessoas que respaldam as suas falas no: eu vi, eu ouvi de minha mãe, isso aconteceu aqui ou ali. São, portanto, os testemunhos da memória escrita e ou falada.

Parafraseando Del Priori (2012), entendemos que o documento nos permite estudar o cotidiano das mulheres e dos homens, suas práticas, representações, sonhos, anseios. As esposas, as mães, as perseguidas, as odiadas, as queridas, as operárias, as professoras, as latoeiras. Documentos que possuem a memória dos testemunhos, das complexidades, das diversidades de experiências. Uma memória feminina que levanta “[...] o véu que cobre sua intimidade, os comportamentos da vida diária, as formas de violência das quais elas são vítimas ou os sutis mecanismos de resistência dos quais lançam mão [...]” (DEL PRIORI, 2012, p 09). Nesse anseio, o que pretendemos é dar vida a esses testemunhos e estabelecer

uma relação direta com o mundo e o espaço social vivenciados pelas mulheres pesquisadas e com os documentos escritos.

4.1 O TESTEMUNHO

A prática do testemunho, na produção do conhecimento moderno, tornou-se bastante questionada em relação à sua comprovação. Para a ciência, a validade é processada por meio do que pode ser experimentado e comprovado, logo, o conhecimento científico transformou-se em conhecimento técnico e universal. Sendo assim, o conhecimento humano, suas vivências, tradições e experiências ficaram perdidas e desmerecidas como fontes históricas, pelas diversas ciências, principalmente a história.

Porém, epistemologicamente, outro entendimento vem ganhando força, ou seja, a de que o testemunho é um fenômeno social. Dessa forma, a habilidade de transmitir conhecimento, tornou-se objeto de discussão em diversas áreas do saber e inseriu o testemunho como parte importante do conhecimento epistêmico. Sobre isso, Rodrigues (2012, p. 98) assevera:

> [...] além da sua natureza social se acredita que o testemunho possa servir, ou não, como transmissor (ou gerador) de justificação e/ou conhecimento. Visto que boa parte das nossas evidências e daquilo que sabemos possuem base testemunhal, podemos imaginar a relevância dessa questão em nossas práticas epistêmicas e, de modo geral, para a análise epistemológica.

A palavra testemunho designa uma declaração, uma narração, um vestígio de uma experiência, considerando-se as circunstâncias externas e internas de um determinado acontecimento que foi vivenciado. Para Benjamin (1936), a experiência diz respeito a uma observação do passado e não a uma imagem imortalizada do passado ou a uma experiência matemática e mecânica que era considerada por Kant, ou seja, um “[...] conceito de conhecimento de orientação unilateral [...]” (BENJAMIN, 1936, p. 9).

Portanto, o testemunho desempenha a função de reconhecer as memórias evocadas, de realizar uma conexão da vida atual com o vivido, de trocar experiências. E, essa experiência é

> [...] a experiência que passa de boca em boca e que o mundo da técnica desorienta. A Guerra, a Burocracia, a Tecnologia desmentem a cada dia o bom senso do cidadão: ele se espanta com sua magia negra, mas cala-se porque lhe é difícil explicar um Todo irracional (BOSI, 1994, p. 84).

De acordo com a autora, referenciando Benjamin sobre a arte de narrar, há dois tipos de narradores, "[...] o que vem de fora e narra suas viagens; e o que ficou e conhece sua terra, seus conterrâneos, cujo passado o habita" (BOSI, 1994, p. 84). Isso significa dizer que "[...] o narrador vence distâncias no espaço e volta para contar suas aventuras (acredito que é por isso que viajamos) num cantinho do mundo onde suas peripécias têm significação [...]" (BOSI, 1994, p. 84).

Ainda segundo Bosi (1994), a capacidade de narrar não está limitada aos livros, o seu meio é oral, pois quem narra o faz pela experiência de sua memória, de suas lembranças. É claro que esse tipo de narração se configurou, desde a modernidade, como algo do que é ultrapassado e por isso já não se escuta mais essas histórias. O que move a sociedade moderna é a informação do presente, da tecnologia, da efemeridade, ou seja, do que é passageiro.

O conceito de experiência versado por Benjamin compreende um contexto social vivenciado pela intensificação do desenvolvimento capitalista, da técnica e do distanciamento entre os grupos sociais, principalmente entre as gerações. Esse distanciamento, para Benjamin, foi intensificado em função das transformações das condições de vida, o ancião já não era mais o narrador de experiências transmitidas às gerações mais novas, pois o seu testemunho para essa geração era considerado desnecessário.

Essa realidade foi avaliada por Benjamin (1986) como sendo o momento em que ocorre o enfraquecimento da experiência com o conhecimento tradicional, para o mundo capitalista moderno. A modernidade criou um ser individualizado, sem tradições, especialista, alguém que vivencia o que lhe é atribuído e não o que ele mesmo pode criar e elaborar são as chamadas experiências artificiais. Dessa forma, o autor considera que a experiência da arte de narrar estaria em extinção.

Dialogando com a teoria do conhecimento, especificamente a kantiana, Benjamin abarcou a definição de experiência e apreciou que a experiência, nesse sentido, seria um saber dissimulado, tirano e metódico, por isso não daria conta de ordenar os diversos tipos de experiência.

Benjamin (1986) apontou que com a falta de esperança no mundo moderno, a experiência havia fracassado e com seu fracasso, o fim da arte de contar. Essa situação decorreu porque o contar história não possui condições de prática numa sociedade capitalista moderna, pois o que deve ser contado, também tem de ser comprovado. O valor estaria nos documentos, nos arquivos e o testemunho, por sua vez perdeu seu crédito, é como se os documentos fossem desprovidos de testemunhos.

A teoria da experiência de Benjamin (1986) fundamentou o nosso entendimento sobre a importância do testemunho para a construção e reconstrução da memória e possibilitou um olhar para a importância deste, sobretudo no que diz respeito à construção e a reconstrução da memória. O testemunho não é solitário, individual, ele é uma construção social e está envolto pela sociedade, portanto a sua construção perpassa pelos grupos.

4.2 O ENFOQUE METODOLÓGICO DOS TESTEMUNHOS NA PESQUISA SOCIAL

Na atualidade, alguns estudos têm permeado as discussões sobre a memória de mulheres. No entanto, esse ainda é um debate incipiente que necessita de um maior aprofundamento teórico e metodológico. Essa compreensão perpassa as discussões do conhecimento da Ciência, da vida cotidiana, do espaço geográfico e do tempo, pois a memória é uma construção social, produzida por homens e mulheres por meio de suas relações, de seus valores e de suas experiências vividas.

Nesse sentido, algumas questões nos ajudaram na definição de parâmetros que nortearam o estudo, ainda que não tenha sido o objeto central do trabalho: Como então conceber a memória para esse estudo? Que caminhos percorrer para situá-la no cotidiano de uma sociedade? Como os testemunhos se apresentam nessa pesquisa? Como penetrar no campo dos testemunhos, da sua veracidade, vitalidade e inspiração? Outro aspecto importante dessas questões, diz respeito à relação conflitante entre história e memória.

Nesse desafio, algumas ideias transcorrem o pensamento sobre a importância do fazer responsável, da pesquisa que poderá oferecer novos direcionamentos, discussões, uma ruptura com o que foi por muito tempo escrito sobre uma sociedade e sobre as mulheres, e, no caso específico as que viveram na cidade de Rio de

Contas - BA e em comunidades deste município como a Barra, Bananal e Mato Grosso.

Diante disso, recorremos a Ricoeur (2007) para compreender que essa preocupação eminente, tem um significado. O autor discute sobre o que está sendo e foi escrito afirmando que o conhecimento não tem início nos registros e sim nos testemunhos. Dessa forma,

> [...] apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (RICOEUR, 2007, p.156).

Como foi abordado anteriormente o enfoque sobre a memória e os testemunhos que o autor faz está baseado na noção do Pharmakon, do Fedro de Platão, com a intenção de problematizar o tema da memória, da prova documental, do arquivo e da história. Com isso, Ricoeur busca compreender que a ideia do Pharmakon consiste em averiguar se a linguagem usada pela testemunha é um remédio ou um veneno, ou seja, se é verdadeira ou falsa. O autor chama atenção para essa veracidade, compreendendo que é o ponto primordial dos testemunhos, é o momento de atestar com a prova documental, isto é, a memória viva e a história escrita.

Nesse sentido, qual o lugar do testemunho nessa história? Como é uma concepção linear e positivista, o testemunho perde importância e é submergido por uma gama de documentos. Sem os testemunhos, a memória perde sentido e é absorvida pela historiografia. Dessa forma, o lugar dos acontecimentos, o espaço habitado, lugar de base para a memória coletiva e a privada, se desfigura (RICOUER, 2007).

A ideia apresentada demonstra que o espaço habitado é o lugar onde as manifestações coletivas e individuais acontecem, a expressão da estrutura e da vida em sociedade. Para Halbwachs (2006), o espaço reflete a vida dos grupos sociais que o compõem, por isso, é o lugar de construção e reconstrução da memória, dos acontecimentos e dos testemunhos.

Sendo assim, o testemunho é um recurso primordial, pois ele cria condições de reconstrução do cotidiano de vida, de gênero, de classe. É o momento de rever

os diversos grupos participantes da sociedade, incorporando as suas experiências de vida, e usando da oralidade como um dos procedimentos metodológicos qualitativos utilizados por estudiosos das Ciências Sociais.

Antes de adentrarmos na importância do testemunho para as Ciências Sociais, buscaremos uma compreensão na Grécia Antiga no ensaio de Aristóteles contra Protágoras (ARISTÓTELES, 1009ª, 21; I, 2, 982ª, 15). Esse ensaio trata de uma crítica de Aristóteles às teses de Protágoras. O processo dos sofistas diz respeito ao excesso de exposição e de defesa das idéias, sobretudo quando ressaltavam sobre persuasão e não à verdade da argumentação. Essa apreciação era amparada, também, por Platão e Sócrates. No texto, há uma diferença nos tipos de testemunhos, o de Platão como base no testemunho presencial e o de Aristóteles, instrumental.

O testemunho de Platão fundamenta-se nos fatos manifestos no presencial. Aristóteles, por sua vez, faz o seu pronunciamento por meio do que ouviu e do que leu, isto é, um testemunho com base em provas, que observam desde o saber a discussão da causa.

O texto apresenta uma continuidade processual de testemunhos e um ponto interessante sobre a preocupação de Aristóteles sobre a prova. No testemunho de Platão, percebe-se que o mesmo não desconhece o deslumbramento e a admiração que ele exerce sobre quem o ouve. Por isso referencia que, por essa condição, pode manipular e distorcer os fatos.

Todavia, Aristóteles ao usar do testemunho instrumental, apresenta a prova instrumental, logo, compreende que o testemunho faz referência “a questões de fato ou a questão de caráter pessoal” (ARISTOTELES, 1009ª, 21; I, 2, 982ª, 15), e pode ser considerado um procedimento de prova para as hipóteses que anunciam os acontecimentos.

Os filósofos inserem dois tipos de testemunhos e colocam uma preocupação imanente, a da persuasão e da veracidade. A noção de testemunho na filosofia grega diz respeito a dois aspectos: o primeiro no que foi vivenciado, presenciado e por isso poderá por meio da palavra ser testemunhado; e o outro, pela percepção do testemunho, pelo que ouviu falar sobre os fatos e o que leram sobre os mesmos.

Nessa conjuntura, o presente estudo, utiliza dos dois tipos de testemunhos. Pois, compreende-se que em função do período temporal das mulheres pesquisadas, os seus contemporâneos, ou melhor, a maioria dos membros dos

grupos aos quais pertenciam já não existe mais. E conforme Halbwachs (2006, p. 31), “[...] para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível”.

A concepção do autor se fundamenta no entendimento de que as lembranças continuam coletivas e por isso são lembradas por outros, mesmo as que tenham ocorrido nos momentos em que o grupo não estava presente. Essa percepção acontece no entendimento de que o grupo nunca está só, ele vive em sociedade. Por conseguinte, “[...] não é necessário que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Desse modo, não estamos sós, pois até os nossos pensamentos situam-se nos grupos aos quais participamos e que nos ajudam a recordar.

Portanto, como se considera que o indivíduo vive em sociedade e que a sua memória se constitui por meio das relações sociais vivenciadas nos grupos, esta pesquisa deverá apontar a utilização do testemunho como um dos procedimentos metodológicos qualitativos. E, por esse estudo se enquadrar na área de conhecimento que retrata o homem em sociedade, as Ciências Sociais, emprega o uso de procedimentos e teorias capazes de ampliar o desenvolvimento da pesquisa empírica.

Desse modo, a definição dos procedimentos reflete na escolha do método e por isso deve-se considerar a visão de mundo do pesquisador, pois esta não deve estar desvinculada de sua postura teórico-metodológica. Sobre isso, Gatti (2002, p. 42) discorre: “[...] método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização do trabalho investigativo, na maneira como olhamos as coisas do mundo”.

Contudo, na pesquisa social, a opção do método empregado precisa estar articulado com o objeto e com o problema e não apenas com as prioridades especiais do pesquisador. Para Philipp (1996), todas as ciências que buscam solucionar os problemas sociais carecem de métodos que se adéquem aos estudos do mundo social com todos os seus fenômenos particulares. Essa visão remete a uma construção, a uma estrutura do saber, nas Ciências Sociais, calcada em bases epistemológicas.

Assim, para o estudo em questão, Memória e a Geografia Social de Mulheres: a participação feminina na organização da sociedade de Rio de Contas – BA foi necessário pensar a sociedade como um conjunto de sujeitos que se expressam e se comunicam por meio das relações sociais nos mais diversos aspectos da vida social. Portanto, considerar-se-á o contexto histórico e as circunstâncias sociais, particularmente, das mulheres, preconizando-as como sujeitos. Sobre isso, Philipp reflete:

> en este mundo, el interés epistemológico emancipativo garantiza la interrelación entre el saber teórico y esa práxis de vida que apunta a una transformación de las represiones pseudonaturales llevando a la creación de circunstancias sociales razonables (1996, p. 58).

Esse saber emancipativo das mulheres deve ser realizado por meio de uma investigação empírico-teórica que considere as diferenças de gênero vinculadas à identidade feminina e indica um conhecimento sobre as relações de gênero e seus papeis na sociedade. A autora ainda alerta para o cuidado com a multiplicidade epistemológica, que tem como meta o conhecimento científico sobre as mulheres e o gênero, e que reproduz um conhecimento de forma vaga e indiferente, com uma neutralidade axiológica moderna.

Nesse contexto, para compreender o papel da mulher na sociedade de Rio de Contas será necessário utilizarmos o testemunho como procedimento, pois Ricoeur (2007, p. 170) aborda que ele inaugura “[...] um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”. Nesse sentido, o testemunho “[...] nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado [...]” (RICOEUR, 2007, p. 170).

O testemunho é de grande importância para esse estudo em virtude da delimitação temporal da pesquisa. Como a escolha das mulheres se deu pela indicação da própria população da cidade e das comunidades, foi estabelecido um parâmetro temporal de acordo com o tempo de vida. A primeira mulher a ser indicada foi Maria Brandão do Reis, que nasceu no ano de 1900 e faleceu em 1970, nesse caso todas as demais deveriam ser contemporâneas dela.

A indicação dos nomes ocorreu em função de uma pesquisa exploratória sobre as mulheres. A pergunta foi direcionada tanto a homens quanto a mulheres sobre a existência de alguma mulher que teria sido expressão na localidade e assim

surgiram: na sede do município de Rio de Contas, Maria Brandão dos Reis (Comunista, Revolucionária), Ana Silva (Latoeira), D. Eufrosina Silva (Latoeira); nos povoados Bananal e Barra: Ana Carolina Aguiar (A Patrona) e no povoado de Mato Grosso, Aurora de Lima Oliveira (Educadora Primária).

O trabalho de construção dos testemunhos remete ao conhecimento da própria memória. Testemunhar significa preencher as lacunas da história oficial e implica numa tentativa de reconstrução da própria história e da memória que se encontra fragmentada. Testemunhar denota um "[...] recurso à experiência alheia ou às asserções alheias como método de prova para as proposições que expressem fatos" (ABBAGNANO, 2007, p. 1139). Para Ricoeur, o testemunho pode ser utilizado em diversos momentos,

> [...] o testemunho tem várias utilidades: o arquivamento em vista da consulta por historiadores é somente uma delas, para além da prática do testemunho na vida cotidiana e paralelamente a seu uso judicial sancionado pela sentença de um tribunal. Além disso, no próprio interior da esfera histórica o testemunho não encerra sua trajetória com a constituição dos arquivos, ele ressurge no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens (2007, p. 170).

O autor menciona essas utilidades para reafirmar que o testemunho resistiu ao tempo e a historiografia. Porém, Ricoeur aponta para uma questão essencial, "[...] até que ponto o testemunho é confiável? Essa questão põe diretamente na balança a confiança e a suspeita" (2007, p.171). Diante disso, ele insere 06 componentes para essa operação, conforme demonstra a figura 3:

FIGURA 3: Componentes essenciais da operação de confiabilidade do testemunho

A prova do testemunho
A autenticidade do testemunho
A presença do testemunho nos locais de ocorrência e a declaração de que estava lá
Fase do dialogo, a testemunha solicita que acreditem nele
Confronto das testemunhas por meio da confrontação de outros testemunhos
A testemunha confiável é aquela que sustenta seu testemunho no tempo
O testemunho como fator de segurança no conjunto das relações constitutivas do vínculo social

Fonte: RICOEUR (2007, p. 171). Elaboração: BENEDICTIS, N.Mª.S.M.

O quadro demonstra que é necessário atestar a confiabilidade da testemunha, pois, conforme o autor, o testemunho é de certa forma uma espécie de "[...] nível médio de segurança de linguagem de uma sociedade" (2007, p.175). No entanto, essa operação não deve suspeitar a ponto de excluir o testemunho, pois a própria história demonstra que várias pessoas nunca foram ouvidas em função desse rigor de confiabilidade. Nem mesmo a história pode determinar com precisão a veracidade das testemunhas e dos documentos, porque essa realidade é uma construção histórica, que descreve o testemunho, ajustando a memória e o esquecimento.

Nessa condição de dar voz ao testemunho, na América Latina, a partir da década de 1960, a história sobre os campos de concentração nazista fez florescer o testemunho como modelo para as discussões sobre a subalternidade. Assim, com o ensejo de novas práticas culturais, surgiu o direito de voz às mulheres, prisioneiros políticos, entre outros. Para Le Goff (2003, p. 471), "[...] a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens" e das mulheres.

Conforme o autor, a memória é um elemento fundamental de manutenção da identidade individual e coletiva de uma determinada sociedade, mas, também, pode se tornar um meio para manutenção do poder e tecer quantas histórias forem necessárias para a sustentação da classe dominante. Por essa situação, os testemunhos, segundo o autor, podem ser usados como meio de debate desta história oficial, pois oportunizam o clamor dos sujeitos que por muito tempo permaneceram emudecidos por uma história oficial e pelas condições de vida no passado.

A realidade descrita demonstra o quanto a memória e o testemunho foram ficando à margem dos estudos a partir do momento em que o Positivismo foi instituído como método científico. Nesse momento a objetividade abria as portas para a utilização das fontes escritas e dos documentos. Segundo Le Goff (2003, p.529) "[...] com a escola positivista, o documento triunfa" e os historiadores "[...] que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento" (LE GOFF, 2003, p. 529).

A partir do século XX, a memória passa a ser de grande importância para as Ciências Sociais e juntamente com ela, os testemunhos. Halbwachs (2006) traz a

discussão de que a memória individual é parte de uma memória coletiva, sendo, portanto uma construção social. Ricoeur (2007) também reflete sobre a importância da memória ao afirmar que a linguagem é uma espécie de precursora da memória, pois é no ato de transmissão do testemunho que a memória se difunde.

Fica claro, diante do que foi exposto, que o testemunho, considerado como fonte, tem a capacidade de esclarecer os espaços vazios, conforme Benjamin (1987), da história oficial. Por isso, seu campo de estudo é amplo, e como qualquer prova documental, deve ser analisada a sua veracidade. Nunca é demais compreender o que Platão e Aristóteles defenderam na crítica a Protágoras, como também na alusão do Pharmakon de Ricoeur ao testemunho, pois tanto o documento quanto o testemunho podem sofrer alterações ao longo do tempo.

A busca pelo testemunho é uma realidade crescente nos dias atuais, o pesquisador/pesquisadora, principalmente o social tem desenvolvido essa habilidade para se apropriar dos fenômenos sociais e contribuir com os fundamentos da ciência de forma qualitativa, o que corresponde a um olhar qualitativo. Porém, para muitos ainda é um problema e uma forma de representação imagética.

No entanto, essa representação, para Ricoeur (2007, p. 25), seria uma imagem, ou seja, “[...] dizemos indistintamente que nos representamos um acontecimento passado, ou que temos dele uma imagem que pode ser quase visual ou auditiva”. Essa visão seria uma tradição da filosofia que fez da memória o lugar da imaginação, por isso foi tratada com desconfiança. Essa divisão, memória-imaginação, nos remete a uma discussão que envolve a visão platônica e aristotélica.

Assim, tais preocupações nos conduziram a questionamentos em relação ao objeto de pesquisa e foram de suma importância na utilização dos testemunhos como uma forma do saber: Como conduzir meu objeto de pesquisa a uma veracidade? O testemunho poderá nos direcionar para isso? As fontes são confiáveis? Como qualificá-las? Essas questões foram de extremo valor para o desenvolvimento da parte empírica do trabalho, já que requereu a construção e reconstrução do passado, e é esse passado que sustenta a memória.

Um exemplo disso é a representação na imaginação de algumas pessoas sobre Maria Brandão. Como era ativista do Partido Comunista, recebeu um prêmio de “Campeã da Paz” pelo próprio partido, o que lhe concedeu o direito de receber o prêmio em Moscou, porém a história oficial e a rememoração de alguns familiares,

diz que ela não realizou a viagem, sendo substituída por um jovem intelectual. Todavia, para alguns testemunhos da cidade de Rio de Contas: “[...] ela era a mulher negra e comunista que foi até para a Rússia”.

Nessa situação, não há como desprezar essa informação, mas o que deve ser feito? O presente é do que já não o é, ou seja, ausência na presença. Percebe-se assim, que o objeto da memória pode nos imergir no problema da temporalidade, pois o tempo é movimento.

Retornando então ao aspecto da viagem de Maria Brandão, a lembrança que as pessoas têm é que ela foi para a Rússia, esse dado é o que está vivo na memória de algumas pessoas da cidade. Para Platão, a visão das pessoas contemporâneas é uma fábula, ficção, pois não teria um aporte nos fatos que o torne fidedigno.

Para explicitar melhor essa visão platônica é necessário compreender a sua concepção de memória. Assim, a memória instituiu-se como conservação de conhecimentos passados, portanto é retentiva. E, como conhecimento do passado, para torná-lo presente, a memória é recordação. Esses momentos são respectivamente conservação de sensações e reminiscência.

Deste modo, o lembrar sobre Maria Brandão torna-se uma fábula, um simulacro. Como então atribuir uma veracidade a essa visão? O que está registrado, o que consta na história? Ou o que é lembrança das pessoas? Platão aponta também um problema da cópia/ impressão, pois quanto mais nos afastamos do que é modelo, ou seja, daquilo que de fato ocorreu no passado, menor a veracidade da cópia, pois é um sinal de alguma coisa que já passou a presença na ausência, seria uma imagem sem semelhança, um simulacro fantasma.

Essa visão dialética de Platão anula o tempo, pois para o filósofo a preocupação com a temporalidade seria um empecilho para a busca do conhecimento. Por isso, não discutia a memória, o esquecimento e as lembranças, pois temia que a imaginação se estabelecesse sobre a verdade.

Logo, a ideia de que Maria Brandão teria ido à Rússia seria um problema, pois a memória não teria uma correspondência integral com a verdade, seria um simulacro-fantasma.

Essa realidade, para Ricoeur (2007), evidencia a disposição da memória não apenas como resultado de uma imaginação aparente, mas como uma habilidade de se remeter ao passado por meio de dados que estão “conservados” na memória como referência ao passado.

Em Ricoeur o estudo sobre a memória tem uma influência dos filósofos gregos. Essa influência decorre, principalmente, no que concerne ao conceito de recordação como eikon, ou seja, imagem, cópia de Platão, pois para este filósofo a lembrança estaria no espírito, porém ele não considerou a memória como passado. Assim, a memória é uma imagem e está relacionada à sabedoria.

Em Aristóteles, por sua vez, a memória é passado e toda lembrança está relacionada ao tempo e concebe a memória numa dimensão da recordação, apontando seu caráter temporal. A memória seria a representação do que pode ser percebido ou adquirido anteriormente e essa noção de tempo pertence somente aos seres que podem distinguir entre o antes e o depois.

Apesar de Platão ser o mestre de Aristóteles e de debaterem sobre a memória porque estavam inseridos num contexto político que preconizava a formação do homem para esse exercício, acreditavam que a teoria do conhecimento se dá por meio da formação política, e a problemática da memória aparece como um meio para essa formação. Deste modo, o conhecimento não seria apenas uma aquisição, ele está em movimento dialético e por isso o discípulo necessitava perfilhar e despertar para os princípios da moralidade, justiça, coragem, o que importava eram as virtudes.

Porém, para Platão a memória é uma forma de evitar o esquecimento, é a condição para o conhecimento. Contudo, para Aristóteles, a memória é uma técnica e não uma faculdade da alma transitando numa dicotomia entre a verdade (realidade) e a certeza (falso). Portanto, essas concepções divergem porque para Platão o mundo das idéias é a única verdade e o mundo dos fenômenos só existe porque participa do mundo das idéias do qual é apenas cópia. Essa teoria foi criticada por Aristóteles porque compreende que a ciência é o conhecimento verdadeiro e recusa a teoria das idéias de Platão, afirmando que todo ser é constituído de matéria e forma, e por isso são indissociáveis.

No contexto teórico dessa tese, a construção social da Memória, desde a ótica coletiva como a individual possui um conhecimento baseado em evidências empíricas e não somente nas idéias, no sentido proposto por Platão, que são apenas teóricas. O conceito de verdade aqui, refere-se ao contexto empírico do testemunho e não ao mundo das idéias. Logo, o objetivo da tese é construir um conhecimento social e não um conhecimento ontológico.

Desse modo, a memória em Platão é ontológica, pois permite à manifestação do ser imutável, ela não é individual e nem social e por isso não possui a função de reconstruir e ordenar o passado. De acordo com Vernant (1973, p.93), a memória em Platão “[...] não é pensamento do tempo; é evasão para fora dele. Não visa elaborar uma história individual [...], mas quer realizar a união da alma com o divino”.

Essa concepção foi usada por muitos pensadores clássicos e outros teorizaram de forma diferenciada, mas a busca pela eternidade, pelo divino era uma marca geral. Porém, esse paradigma foi quebrado no momento em que a filosofia e a ciência passaram a abstrair desse caráter divino situando-se nos valores pertencentes ao homem.

Na concepção aristotélica, a fala sobre Maria Brandão, não seria um simulacro e sim uma lembrança e estaria inserida em um tempo que não existe mais, é o que passou. Todavia, essa lembrança torna-se uma busca livre e pode transitar na verdade e no falso e poderia ser uma espécie de rememoração do que ocorreu.

Assim, a teoria aristotélica foi relevante para os estudos sobre a memória porque estabelece uma associação entre a impressão e a inscrição, ou seja, entre a cópia e o desenho. Aristóteles ainda reflete sobre a noção de inscrição (graphe) e impressão de Platão, para ele a impressão é uma imaginação que decorre da produção de uma imagem independente dela estar presente. Essa associação dependerá da maneira como percebemos o objeto, ou seja, quando o consideramos em si mesmo ele é apenas uma representação ou uma imagem, mas quando relacionado a outro objeto é uma cópia e uma recordação.

Nesse sentido, se a teoria platônica da eikon acentua o fenômeno da presença de algo que está ausente, então se torna um obstáculo para a função temporal da memória. Por isso, Ricoeur (2007) volta-se para Aristóteles para compreender essa especificidade e ao mesmo tempo ser guiado pela expressão aristotélica “De La mémorie et de la réminiscence”, ou seja, a memória é passado.

Essa concepção repercutiu na visão fenomenológica da memória e influenciou a obra de Paul Ricoeur (2007). Esse autor se preocupou com as habilidades apreendidas, e o uso da memória. A memória é ao mesmo tempo mecanismo da lembrança e esquecimento, ou seja, o fazer memória é uma faculdade de produzir lembranças e ao mesmo tempo esquecimentos. Para o autor, o estudo sobre a memória e o esquecimento é uma preocupação pública, “[...] pertuba-me o

inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros da memória – e de esquecimento" (2007, p. 17).

Para Ricoeur, essa dinâmica de produzir lembranças e esquecimento insere a memória em um campo particular do privado e do público. Portanto, compreender a especificidade da memória é compreender a sua fragilidade e os seus abusos. Quanto à sua fragilidade, diz respeito à tradição filosófica grega que concebe a memória como o imaginário individualizado e interiorizado, ou seja, o passado constituído por imagens e representações resultando, assim, num objeto de desconfianças.

Para o autor a importância da memória, não está localizada apenas no saber e sim no que é feito e de como é executada. Logo, estaria centrada nas habilidades apreendidas no seu uso, na importância do novo com o passado, no entendimento de que não há conhecimento sem memória, dessa forma, a memória é uma construção de critérios de relação da lembrança e do esquecimento. A memória deixa de ser uma técnica e passa a ser um exercício da faculdade de memória, ou seja, mnemônica. Ela é a fonte e origem da história, isso porque a história se constitui por meio dos registros e documentos, é a memória arquivada dos sujeitos, numa visão sociológica. Nesse sentido, cabe a história dominar, regular, e esclarecer sobre a memória.

Em relação à discussão apresentada por Ricoeur (2007), sobre a noção do Fedro de Platão, estudo que possibilitou a problematização sobre a visão da memória, do documento, do arquivo e da história, concordamos com o autor, o qual destaca que, metodologicamente "[...] o testemunho é originariamente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escrita; ela é lida, consultada" (p. 176).

O testemunho é o seguimento de uma narrativa, ou seja, uma memória declarativa, uma memória que se exterioriza, que evidencia a força do próprio testemunho. No entanto, quando há uma narrativa, há uma oscilação do que foi dito "[...] do campo da oralidade para o da escrita" (RICOEUR, 2007, p. 155). Para Ricoeur, esse momento proporcionou o nascimento do arquivo, pois é delimitado como um confronto entre o que foi narrado e o que está nos documentos, nos arquivos. Dessa forma, o testemunho, para a ciência, perdeu legitimidade e, aliado a ele, a memória.

A escrita arquivada de um documento, que não pertença a um receptor exato, torna-se como um documento mudo e órfão dos registros que foram herdados, ao passo que, o testemunho pode perder sentido se estiver desvinculado de um interlocutor que recebe a transmissão. Assim, como questiona Ricoeur (2007, p. 192): “[...] Pode a história romper todas as suas amarras com a memória declarativa? [...] a prova documental é mais remédio que veneno para as falhas constitutivas do testemunho?”

É certo que existem proeminentes distinções quanto às finalidades dos testemunhos. Para a historiografia, a narrativa de um testemunho circunscreve para a criação da prova documental. Nesse caso, o testemunho limita-se a uma estrutura subjetiva entre o fato narrado e a sua pessoa enquanto sujeito.

4.3 O TESTEMUNHO DE MULHERES COMO RECURSO METODOLÓGICO NOS ESTUDOS DE GÊNERO

Como vimos nos tópicos anteriores o testemunho é um recurso muito importante para a reconstrução da memória, é por meio dele que poderemos vivenciar a memória de mulheres que foram, no tempo e no espaço, protagonistas de uma realidade de vida, de suas contradições, que se constituiu, durante muitos séculos, entre elas, o seu tempo e com a sociedade. De acordo com Priore (2012, p. 09), “[...] Trata-se de desvendar as intricadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual é parte integrante”.

Podemos perceber que o cotidiano de mulheres, suas narrativas e relatos podem ser observados por meio dos diários escritos, de documentos, poesias, dos relatos dos viajantes, da literatura e das cartas. São testemunhos de mulheres que foram vitimas e protagonistas, são memórias femininas que foram escritas, inicialmente sobre o corpo e o papel da mulher, para se tornar uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra e da criação (PERROT, 2008).

Ao falarmos do testemunho de mulheres, documentados em livros, diários, registros, pensamos na obra de Christine de Pizán no século XV, na Reivindicação dos Direitos da Mulher e na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania de Mary Wollstonecraft e Olímpia de Gouges, escritos no século XVIII e no discurso

proferido por Sojourner Truth no XIX, uma escrava livre de Nova York. Há também diversos diários e cartas, escritos por mulheres singulares, que fornecem uma memória viva da condição das mulheres numa sociedade em que as relações de gênero sujeitam as mulheres a um padrão de inferioridade.

Beauvoir (1949) ressalta que as únicas mulheres que tiveram em sua história o reconhecimento de realizar obras comparadas às dos homens são as que a força das instituições sociais as exaltou acima de qualquer diferenciação sexual, pois lhes foram extinta, socialmente a feminilidade. Eram mulheres que reinavam a exemplo de Isabel da Inglaterra e Catarina da Rússia, "[...] não eram nem mulher nem homem: eram soberanas" (1949, p. 169).

A partir desses escritos que testemunharam a atuação das mulheres e das sociedades no tempo e no espaço é que a situação das mulheres tomou outro rumo e passou a ser discutida e estudada de forma científica. Podemos dizer também que foi por meio da construção dessa memória feminina que a história das mulheres foi inserida em um novo patamar de estudo, a mulher saiu de uma condição de invisibilidade para ser sujeito.

No entanto, os registros históricos que antes priorizavam o espaço público, e por consequência disso excluía as mulheres, ainda possuem um emaranhado de dados masculinos, ou contadas pelo universo androcêntrico. É ainda muito comum observarmos essa realidade em alguns arquivos públicos. A memória das mulheres, sobretudo das mais pobres e pertencentes à raça negra, ainda permanecem na invisibilidade, os registros da história e dos arquivos públicos, por sua vez, demonstram uma desigualdade significante nas relações de gênero. Segundo Beauvoir (1949, p. 298),

> definindo a mulher, cada escritor define sua ética geral e a idéia singular que faz de si mesmo. É também nela que, muitas vezes, ele inscreve a distância entre seu ponto de vista sobre o mundo e seus sonhos egoístas. A ausência ou a insignificância do elemento feminino no conjunto de uma obra já é sintomática.

Essa representação da mulher nas obras literárias, descritas por Beauvoir em sua obra "O Segundo Sexo" nos permite, por meio de um processo histórico, perceber as nuances que tornaram as mulheres em simples alegorias, o outro insignificante. A autora conclui que: "[...] toda a história das mulheres foi feita pelos homens" (1949, p. 167).

Se os escritos das mulheres dos séculos anteriores descortinaram as suas condições, também possibilitaram uma nova forma de luta e de mobilização para a compreensão do papel das mulheres na sociedade. As mulheres já não podem ser apenas os

> [...] ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e a condição do marido. Atrizes no verdadeiro sentido do termo, elas desfilam nos salões, no teatro ou no passeio público e é a forma com que se vestem que interessa aos cronistas [...]. Quanto às mulheres do povo, só se fala delas quando seus murmúrios inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarras contra os comerciantes ou contra os proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas (PERROT, 1989, p. 10).

Para a autora, as observações feitas sobre as mulheres obedeciam a julgamentos de ordem e papel. Essa percepção condiz mais ao discurso do que às práticas. São cronistas masculinos que observavam um padrão de comportamento, de posição, uma "[...] entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais" (PERROT, 1989, p. 11). Porém, as mulheres que eram desprovidas de critérios estabelecidos ou que não pertenciam a uma determinada classe social, permaneciam carentes de existência.

Fica claro que, ao escrever sobre as mulheres, os homens possuíam um padrão específico, uma caricatura modelada por uma sociedade que, além de excluir a mulher do espaço público, testemunhou para a história a partir de uma ótica masculina e a deixou fora dos registros, dos documentos, dos arquivos públicos, como sujeito.

Podemos citar autores masculinos que escreveram sobre as mulheres, sobre a sua posição na sociedade, esse exemplo é descrito por Varela (2013), Beauvoir (1949), dentre outras. Segundo Varela (2013), no século XVII havia um padre francês chamado Poulain de la Barre, que escreveu sobre a igualdade dos sexos. Para Varela, o padre filósofo compreendia que a igualdade entre homens e mulheres teria uma relação direta com a educação e em segundo lugar deveria ser desconstruída a argumentação de inferioridade das mulheres na sociedade.

Contudo, foram as próprias mulheres que desenvolveram suas histórias, suas memórias, foram elas que inseriram um novo paradigma nos estudos sobre as

mulheres, que compreenderam a situação das mulheres como uma questão social e política, aspectos de grande relevância a serem estudados e investigados.

Para Benhabib (1992, p. 38) “[...] las mujeres sean objeto de investigación y que sean sujetos que desarrollan esa investigación [...]”, pois são as mulheres que possuem autoridade para testemunhar sobre elas mesmas, da contradição, do padrão de uniformidade, da injustiça e da desigualdade que preponderavam nas sociedades. Para Guggisberg (2013, p.01)

> O testemunho, porém, traz em si a potência da reflexão sobre o indizível, sobre as vozes aparentemente ocultadas e silenciadas. Mesmo se referindo a uma situação real, ele transita entre o que é possível dizer e o que diz de fato. Testemunhar é um processo que implica uma seleção consciente ou inconsciente daquilo que foi presenciado; é capaz de restituir fragmentos, unir restos, esclarecer, organizar e reconstituir parte das consciências social e histórica.

De acordo com a autora o testemunho indizível é aquele que sofreu traumas, mas que já não existe mais. Foram pessoas que vivenciaram acontecimentos, mas que por uma questão da morte, não narrou a sua memória. Assim, o testemunho de pessoas que vivenciaram, mas que ainda não morreram pode sofrer influências da temporalidade. Contudo, o testemunho revela “[...] a experiência, de fazer viver, com a possibilidade de realocá-la; é também uma maneira de homenagear a memória dos que não sobreviveram” (GUGGISBERG, 2013, p.02).

Assim, o testemunho possibilita uma maneira de registrar os fatos, e a construção e reconstrução da memória que foi registrada, arquivada. Ele pode fornecer novos vestígios para a história e até mesmo a transformação desta. Porém, a memória arquivada, conforme relata Guggisberg (2013, p.02),

> [...] pode ser também um dispositivo político de poder, pois seleciona aqueles que merecem permanecer na memória pública. Aqueles que não são dignos de serem documentados, pelos interesses políticos, correm o risco de ser apagados definitivamente. Dessa forma, a história é construída e, ao mesmo tempo, deformada, pois preserva documentos e arquivos selecionados, fragmentados e repletos de vazios, preserva aquilo que é do interesse político, apagando os rastros dos não eleitos.

Corroboramos com a autora quando afirma que a memória também pode ser manipulada. Se a história é o relato de uma sucessão de acontecimentos na sociedade por meio de diversas correntes epistemológicas, podemos dizer que, por

ser a mulher parte da sociedade, não deveria permanecer na obscuridade. A memória pública é a memória dos que possuem influências no espaço público, que permanecem presentes, atuantes no meio político e econômico.

Os diversos relatos que existem sobre as mulheres até os dias atuais contêm pouca profundidade, indicando uma reprodução que está presente na história desde os séculos anteriores, são relatos de rainhas, de mulheres do poder. Porém, as notícias mais veiculadas sobre as mulheres dizem respeito ao seu corpo, comportamentos, a sua beleza, sensualidade, como um objeto de sedução. Para Perrot (2008, p. 19),

> […] es cierto, se habla de mujeres, pero de manera general. “las mujeres son...”, “La mujer es...”. La verbosidad del discurso sobre las mujeres contrasta com la ausencia de información precisa o detallada. Lo mismo ocurre com sus imágenes. [...] ellas son imaginadas, representadas, más que descritas o narradas.

Essa forma de escrever, de relatar, evidencia o desprestígio das mulheres, da diferença sexual das fontes, para Perrot (2008, p. 20), “[...] el silencio más profundo es el del relato”. O relato dos primeiros historiadores diz respeito ao espaço público, à história de homens ilustres, às guerras, aos reis. Uma visão influenciada pela representação dos papeis desempenhados por cada sexo.

Conforme Perrot (2008), nas décadas de 1960 e 1970, o crescimento da presença das mulheres nas universidades gerou um interesse pela constituição dos estudos acerca da memória das mulheres. Contudo, para a escrita dessa memória faltavam fontes, documentos, já que as fontes históricas, presentes nos arquivos, eram masculinas. A autora ainda aponta que a falta de documentos e a destruição dos arquivos femininos, muitas vezes, pelas próprias mulheres, torna a escrita da história das mulheres mais difícil.

Dessa forma, o testemunho tornou-se um instrumento peculiar na escrita da memória feminina. Ele é um recurso que converge para a escrita da história, no tempo e espaço. Todavia, o testemunho também pode se apresentar com muitas lacunas, e em razão disso, o olhar e a reflexão dialética deve ser de suma importância para a construção e reconstrução da memória. Pois a memória não está isenta de manipulações, sejam elas de qualquer dimensão.

Por fim, compreendemos como Guggisberg (2013) quando aponta que o testemunho oferece o conhecimento das vivências, dos acontecimentos que não

foram assistidos e que podem ser compartilhados. O testemunho é aquele que grita por contar a memória daqueles que já não existem mais. Ele é um catalisador da própria história humana, de homens e mulheres e torna possível a construção de uma nova estrutura da experiência por meio da memória.

5 DELIMITAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

Para o pesquisador ou pesquisadora essa etapa da pesquisa envolve o conhecimento sobre o mundo empírico na qual vivem homens e mulheres, um mundo do vivido, das subjetividades, do percebido, da reflexão e da ação.

Essa fase é também aquela que apresenta o resultado da teoria e metodologia aplicadas, é ela que dinamiza o processo do conhecimento, pois o campo empírico pode ser comparado a um organismo em constante atividade, uma realidade que deve ser observada minuciosamente pelo pesquisador/pesquisadora.

Diante disso, as reflexões que passaremos a escrever, de forma sistematizada, desde o surgimento das ideias, dos questionamentos, da escolha da teoria, do olhar aguçado que delineia a busca e o desvelamento do objeto possuem um modo científico, uma teoria que direcionou o conhecimento. Teoria que não se opõe ao objeto, mas que possui uma interação, e por isso são dinâmicos no processo de produção do conhecimento.

O saber de um trabalho acadêmico pode ser influenciado por dois sistemas de valores, um deles é o conhecimento popular e o outro, o universo científico. Esses valores podem ser refletidos de forma política pelo pesquisador/pesquisadora com o intuito de apreciar a ética científica e julgar de que maneira pode-se trabalhar a relação entre ciência e conhecimento comum para produzir e alcançar o conhecimento que se deseja.

Sendo assim, o conhecimento que ora produzimos buscou na Teoria Crítica, “[...] introducido por Max Horkheimer como concepto epistemológico de forma nítida em el año 1937” (PHILIPP, 1996, p. 51), um importante recurso para a apreensão do objeto. Foi essa teoria que proporcionou a observação do nosso objeto de estudo e nos guiou para a tomada de decisões sobre os caminhos que deveríamos percorrer.

Como esse estudo possui dois campos do saber, a Geografia e a Memória, ponderamos que deveríamos fazer uma articulação desses campos para obtermos o conhecimento sobre as mulheres. À primeira vista foi muito difícil essa relação porque não há trabalhos na área de Geografia que pudessem nortear tais discussões.

Assim, partimos do entendimento de que a ciência busca investigar as partes e o todo numa relação dialética dos aspectos de uma realidade e, utiliza-se de um método como um meio de interpretar essa realidade. Um método que seja coerente

com o objeto estudado, que compreenda os conflitos e as contradições históricas e sociais e que não advogue em causa da objetivação para que não descaracterize o fenômeno e os processos sociais contidos nele. Um método que apesar dos interesses e visões de mundo que são peculiares aos pesquisadores e pesquisadoras, de certa forma, constituídas historicamente, poderá construir uma identidade entre sujeito e objeto, pois conforme Minayo, “[...] a visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação” (1994, p. 14).

Dessa forma, compreendemos que cada Ciência possui seus próprios termos para designar os conceitos e/ou categorias que podem nortear um trabalho acadêmico. Pensar nessa dinâmica nos remete à compreensão de que a Geografia é uma Ciência essencialmente qualitativa, que rompe com os pensamentos sociais hegemônicos e a ordem constituída para utilizar o seu saber como uma forma de transformar a sociedade e a sua conjuntura social, política, econômica e cultural.

Nesse sentido, a análise geográfica realizada nesse estudo teve o intuito de ir além dos estudos geográficos, pois ofereceu os instrumentos de análise para compreender o papel das mulheres na sociedade de Rio de Contas – Bahia, um papel que até então permanecia invisível.

A categoria espaço proporcionou um exame mais cuidadoso da sociedade e uma análise mais aprofundada da posição social das mulheres e suas vivências. O espaço não foi o sujeito da história, foi o instrumento capaz de fornecer um olhar geográfico para compreender os espaços das mulheres, suas organizações, relações e papéis desempenhados.

A Ciência Geográfica é uma área do conhecimento que possibilita uma observação mais criteriosa dos espaços vividos pelas mulheres, desde as residências às instituições políticas. No processo de construção dessa ciência faltou uma visão para a sociedade, no sentido de averiguar os papéis dos sujeitos, homens e mulheres e sua composição desigual no espaço social.

A Geografia, portanto, também estuda os arranjos espaciais, logo favorece a disposição dos sujeitos nesses arranjos. É a geografia que permite de forma clara os estudos dos valores circundantes, da sua reprodução e assimilação pela sociedade que circunscreve no tempo e espaço a visão de mundo e de uma hierarquia constituída. É essa Ciência que poderá, assim como outras, dar voz às diversas

mulheres que viveram e vivem no espaço social, mas que permanecem invisíveis, no sentido de que, ainda não se tem o conhecimento sobre suas memórias.

Certamente, nos dias atuais observa-se uma vasta produção acadêmica sobre o conhecimento das mulheres, no entanto, ainda há um campo amplo para esse estudo, principalmente para o saber sobre as mulheres das classes menos abastadas da sociedade, aquelas que não possuem suas memórias nos Arquivos Públicos, para a Historiografia. São mulheres da sociedade que aparentemente não possuem um valor para uma análise investigativa da historiografia universalista, pois não fazem parte de uma escala hierárquica, de uma classe hegemônica.

Assim, escrever sobre a Geografia Social dessas mulheres não foi um processo fácil, pois foi necessário adentrar em suas histórias, contidas nas narrativas de homens e mulheres que lhes foram contemporâneos e coetâneos e também aqueles que ouviram falar sobre elas. Esse processo exigiu a interação com o objeto da pesquisa e nos inseriu em espaços sociais fragmentados, desiguais e extremamente ricos de saberes popular e de tradições.

São memórias de vida que estão contidas nos grupos sociais e que não foram escritas e nem estudadas pela ciência. É nesse meandro que a pesquisa se alicerçou. Um estudo complexo pelas contradições e concretudes de uma sociedade desigual e injusta. Porém, com a relação cientifica da Memória e da Geografia Social, pudemos descortinar a memória que se apresenta.

A cidade de Rio de Contas é o cenário para essas memórias e Geografia Social. Memórias e Geografias de mulheres rezadeiras, latoeiras, professoras, comunista e curandeiras. Quem não ouviu falar, seguramente terá o acesso para o conhecimento dessas mulheres, mães, solteiras, conselheiras, trabalhadoras, revolucionárias que introduziram na memória social de Rio de Contas suas histórias de vida. Suas histórias, por sua vez, produziram mudanças no espaço social da sociedade e deixaram marcas nas memórias dos testemunhos daqueles que conviveram ou que ouviram falar sobre suas vidas.

5.1 O ESPAÇO SOCIAL DE RIO DE CONTAS: O CENÁRIO DO ESTUDO

Ao olhar para a cidade de Rio de Contas e as comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso nos deparamos com lugares diferentes de algumas cidades brasileiras, pois nos deparamos com muita calmaria. Diferentemente dos grandes

centros urbanos, em suas ruas e ruelas há pessoas que transitam com muita tranqüilidade e segurança. Essa sociedade já não é mais a sociedade que reinou em épocas auríferas, apesar de ainda conter em suas memórias e comportamentos uma vida que remete a essa época. De acordo com a memorialista Arakawa (2006, p. 21) “O ouro acabou, mas o tesouro adquirido pelo refinamento dos tratos sociais, dos costumes, da cultura, dos aprendizados para as artes em geral, recebido dos ancestrais, perdura até os dias de hoje”. Para Pereira (1957, p. 102),

> quem hoje percorre as ruas de Rio de Contas, contemplando-lhe os casarões assobradados, o calçamento feito com as grandes pedras que os anos poliram quem lhe conhece e interpreta a organização social econômica, sente que a cidade já teve sua época de grandeza e prestígio durante um ciclo histórico, mas decaiu. Aliás, a decadência consolada pela antiga riqueza e o abandono conformado pela glória passada, dá-lhe aquêle aspecto de cidade adormecida num modesto e longo sono histórico.

As características descritas sobre a população de Rio de Contas é percebida nos diversos jornais da época, nos escritos de viajantes e nas diversas leituras de textos acadêmicos que descrevem a cidade, o que demonstra uma particularidade no comportamento e no cotidiano da população riocontense que ainda vive e convive em sua memória com um passado glorioso. A maioria das pessoas com as quais realizamos entrevistas ainda descreve o tempo do ouro, como Rio de Contas possuía uma nobreza nas festas, os visitantes ilustres, os bailes. Assim, para compreendermos a expressão das mulheres nessa sociedade é interessante conhecer um pouco da sua história.

Conhecer essa história, para nós, em particular, é nos inserir numa memória de vivências que são perpetuadas de geração a geração pela população da cidade. São narrativas rememoradas que voltam ao conhecimento e que foram despertadas por um evento reconhecido. É dessa forma que os testemunhos evidenciam as memórias das mulheres estudadas nessa sociedade.

Minas do Rio de Contas, região aurífera do período colonial, século XVIII, a atual cidade de Rio de Contas – Bahia, elevada a essa categoria em 1833 é o espaço do estudo da Geografia Social e Memória de Mulheres no processo de organização da sociedade. Reconstruir a participação das mulheres que foram estudadas nessa sociedade é esboçar os engendramentos de uma sociedade que

criou e recriou espaços sociais por meio das relações dos grupos sociais no seu interior.

As mulheres e os homens são, portanto, protagonistas da memória social dessa sociedade. Uma sociedade que está estabelecida numa base de valores e que rompe com o esquecimento para proporcionar uma nova dimensão de uma parte da história do período aurífero dessa região e das relações sociais que existiam.

A sociedade que estudamos possuía características diferentes da estrutura colonial brasileira, pois como esta se compunha de senhores e escravos, Rio de Contas se assemelhava com um estrato populacional bastante diversificado. Lá existia um grande número de pessoas negras, homens e mulheres pobres e livres, e como era uma região de mineração, de acordo com Sanches (2008, p. 49),

> [...] o fluxo migratório intenso refletia o fato de que, uma simples descoberta poderia conduzir à região milhares de pessoas, e os milhares poderiam com o passar dos dias, a representar milhões. [...] Entrar e sair das vilas mineiras era fato cotidiano.

Essa característica possibilitou, para a região, um fluxo populacional oscilante, isso porque, segundo dados do Fundo Mineralógico de Rio de Contas de 1769, fonte documental que contabilizava a quantidade de ouro extraída na região e demais produtos comercializados, o índice populacional era impreciso.

Buscando responder às indagações do tempo presente, o estudo sobre essa sociedade nos conduziu para uma reconstrução da memória social das mulheres tomando como base o seu cotidiano, os moradores, os aspectos populacionais, econômicos e culturais. Esses aspectos estão constituídos na produção e reprodução do espaço geográfico, o espaço que é, portanto, o lugar e o ambiente das diferenças, dos comportamentos e dos valores.

Rio de Contas, considerando as características históricas, mantém em sua memória social, as tradições de um contexto de hegemonia e declínio do ouro. Para Aguiar (1979, p. 156),

> [...] Rio de Contas nadou em ouro, de uma maneira tal que parecem exageradas as arrobas de que falam os arquivos da Câmara e os próprios Compromissos das Irmandades. A moeda corrente era o ouro em pó ou em barra.

Mas essa não é apenas a história de uma cidade do ouro e sim de homens e mulheres que produziram uma história viva, de relações sociais desiguais, de explorações, de opulências, de dinamismo, de desenvolvimento, de crenças, valores e tradições.

Contudo, não se pode negar que o vínculo com a mineração fez de Rio de Contas- BA, uma importante cidade da Chapada Diamantina durante os séculos XVII e XVIII. O Município possui uma influência na formação da sua sociedade e da configuração do espaço geográfico com o processo histórico da mineração. Dada a diversidade da população, essa conjuntura beneficiou o crescimento urbano e permitiu o aparecimento de novas atividades econômicas. Nesse sentido, apresentou marcas no espaço urbano de grandes casarões e prédios, e em relação à população, o desenvolvimento de novos padrões de vida, nas artes, na educação e, sobretudo, novos hábitos e costumes.

Nesse contexto, a população de Rio de Contas foi constituída por Bandeirantes paulistas, portugueses, índios e escravos foragidos que estabeleceram quilombos e comunidades em áreas circunvizinhas à cidade. No século XVIII, Rio de Contas chegou a ser a segunda cidade mais importante da Bahia, decorrente de sua grande riqueza aurífera.

Conforme Neves e Miguel (2007), o desenvolvimento do ouro na região possibilitou a ampliação do Alto Sertão da Bahia e seduziu milhares de pessoas. Porém, o ouro não era a única atividade econômica, concomitante, existia a pecuária e a agricultura, voltadas para as demandas do comércio local e regional. Em relação à agricultura, encontrava-se, na configuração espacial da Vila, no seu entorno, uma ampla zona rural com plantação de mandioca, milho, feijão e arroz. Além disso, era cultivado o algodão e a cana-de-açúcar, que é, até os dias atuais, cultivada em pequena escala para a produção de raspadura e aguardente.

De acordo com os escritos em um diário de campo de uma expedição realizada pelo engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio ao Rio São Francisco e Chapada Diamantina no século XIX,

> [...] como quase todos os lugares que tiveram origem na mineração, a Vila do Rio de Contas cresceu irregularmente, desenvolveu-se e prosperou com o progresso das lavras auríferas do leito do Brumado, e por fim estacionou ou decaiu com o esgotamento das minas. Todavia, alguma coisa lhe ficou da prosperidade de outrora. As suas construções de pedra e seus edifícios públicos revelam ainda que

> esse lugar teve um nascimento rico e promissor, que o futuro aliás não confirmou. A vila não tinha mais que uns trezentos prédios e sua população não atingisse 2mil almas (SANTANA, 2002, p. 230).

A realidade descrita pelo viajante demonstra a importância dada à exploração do ouro. A cidade parou no tempo, tornou estático o seu presente pelo passado e consolidou na sua arquitetura a memória social de uma sociedade que foi glamurosa e opulenta, relacional e desigual.

De acordo com Azevedo (1980), a malha urbana de Rio de Contas se configurou por meio de uma recomendação, em meados do século XVIII, por parte do Império, que indicava a localização do sítio e a construção de prédios (FIGURAS 4, 5 e 6). Conforme Neves (2007), essa Provisão significou, a implantação de uma estrutura que fosse capaz de extrair o ouro, exportar, e ao mesmo tempo, controlar o pagamento de impostos à coroa portuguesa. Portanto, a vila constituiu-se por vias oficiais de acesso que possibilitava o fluxo de pessoas e mercadorias, principalmente do ouro e do diamante que eram produzidos em outras regiões da Chapada.

FIGURA 4: Escola Municipal Barão de Macaúbas – Rio de Contas - Bahia, 2013.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

FIGURA 5: Igreja Nossa Senhora Santana – Rio de Contas - Bahia, 2013

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

FIGURA 6: Antiga Casa de Fundição – Rio de Contas - Bahia, 2013.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Gomes (1952), realizando um estudo sobre o povoamento da Chapada Diamantina, apresenta dados interessantes sobre a história de criação da cidade. A autora assevera que a mineração no Brasil provocou uma intensa migração de pessoas, sobretudo de garimpeiros para essas áreas, “[...] verdadeiras correntes humanas, dominadas pela febre do ouro, convergiram dos mais variados pontos para a região cobiçada” (p. 225).

Esses garimpeiros, ao explorar a região não tinham a menor preocupação com outras atividades que não fosse o ouro. Assim sendo, descuidaram de cultivar alimentos para sua subsistência e por isso, a fome passou a ser um grave problema

dessa região. Em 1722, essa afluência de mineradores, provocou, também, a descoberta de novas jazidas no Vale da Serra do Tromba, nas nascentes do Rio de Contas. Local, onde hoje situa o Povoado de Mato Grosso.

O referido povoado surgiu no início da descoberta do ouro, com isso, teve sua importância até a sua estagnação. No povoado, ainda é observada a antiga Igreja de Santo Antonio (FIGURA 7) construída pelos padres jesuítas. Com a decadência da mineração, como em outros lugares, a localidade perdeu a sua importância e passou a cultivar a agricultura como a principal atividade econômica. Hoje, a produção do povoado abastece o mercado de Rio de Contas, Livramento e Brumado.

FIGURA 7: Igreja Santo Antonio, Comunidade de Mato Grosso - Rio de Contas - Bahia, 2013

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Em relação ao povoamento da Chapada, Gomes afirma:

> [...] o povoamento da Chapada Diamantina realizou-se por etapas. Sucessivamente, uma após outra, as 3 cumiadas que a integram receberam o influxo das levas humanas, à proporção que deixarem vir a tona suas riquezas.
> A mais ocidental delas atraiu para si, em primeiro lugar, os interesses dispersos, com as ricas descobertas de jazidas de ouro em toda sua extensão.
> Foi o ouro, o fator que nos começos do século XVIII determinou o início de ocupação desta zona até então deserta (GOMES, 1952, p. 227).

No entanto, Neves (2007) assinala que Rio de Contas começou a ser povoada em meados do século XVII por escravos foragidos que se instalavam à margem esquerda do Rio das Contas Pequeno, atual Rio Brumado. E, na última década do referido século, surgiu um pequeno povoado situado no Planalto da Serra das Almas, chamado de Creoulos. Esse povoado servia de pouso para os viajantes que transitavam de Goiás e do norte de Minas Gerais em direção à Salvador e ao Vale do São Francisco ao Caminho da Costa, ou seja, da cidade de Cachoeira à cidade de Ilhéus, ambas do interior do Estado da Bahia.

Conforme o jornal O Cinzel (1913, p. 01), Rio de Contas, chamada de Minas do Rio de Contas foi elevada à categoria de Vila em 1724, e à cidade, em 1885, pela Resolução nº 2544. O jornal descreve que tal mudança foi ocasionada "[...] por sua antiguidade, grandeza e civilização, é uma das mais importantes do sertão desse Estado" (p.01). Assim, a descoberta das minas de ouro e conseqüentemente a sua exploração,

> [...] determinou a afluência de aventureiros e mineradores de toda parte, principalmente de Minas Gerais.
> Em pouco tempo a população se idsseminou pela vasta região serrana. Com a prospera exploração das minas de ouro, a povoação rapidamente se desenvolveu, manifestando 'a riqueza pública (A CIDADE, 1913, p. 01).

Em função dessa conjuntura, o ouro tornou-se a principal moeda, tanto em barra como em pó, conforme dito anteriormente. E a população de Rio de Contas era formada basicamente de escravos, sendo a maioria homens, um percentual bastante significativo, numa proporção de 426 homens para 100 mulheres negras. Esse índice representa a realidade do trabalho nas minas, pois como era exigida a força muscular, a maioria dos trabalhadores eram homens. Contudo, com a estagnação do ouro, conseqüentemente intensificou a migração para as regiões diamantinas, na metade do século XIX, esses números eram de 138 homens para 100 mulheres.

Na sociedade riocontense havia proprietários, comerciantes, artesãos, clérigos e boticários. Nesse cenário, a situação das mulheres, de certa forma, acompanhou os padrões androcêntricos do Brasil. Porém, há relatos de mulheres, em número reduzido, que eram proprietárias de escravos. Outro dado importante, sobre a população negra feminina é de que o número de alforrias eram maiores do

que a dos homens, esse fato decorre pelo valor de mercado das mulheres e pelos laços que possuíam com seus senhores (ALMEIDA, 2006, p. 02-06).

Essa circunstância, quiçá, justifique a quantidade de mulheres negras domésticas, cozinheiras, rezadeiras, benzedeiras que trabalhavam em outras atividades como nas tendas de latoaria, nas pequenas plantações, nas tendas de calçados etc.

A riqueza do ouro durou até 1844, meados do século XIX, quando encontraram diamantes na região da Chapada. Sobre isso, O Cinzel relata:

> a fama da nova lavra propagou-se, levada a toda parte, escaldando as imaginações, e accendendo a ancia pela riqueza fácil e quase miraculosa, que a abundancia do diamante a todos promettia.
> Um êxodo quase geral se deu nas populações fascinadas do sertão. As lavouras foram abandonadas, como agora está se dando com a emigração para S. Paulo, as povoações ficaram quase desertas, e a mineração do ouro foi reputada desprezível, em comparação a das preciosas pedras, que a todos attrahiam (A CIDADE, 1913, p. 02).

Tal situação levou Rio de Contas a um estado de inércia. Entretanto, o Município, conforme um escrito da “Memória sobre o Estado da Bahia” feita por ordem do então Governador do Estado Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima e pelo Diretor do Arquivo Público, Dr. Francisco Vicente Vianna e José Carlos Ferreira, de 1893 (APMRC), ainda possuía fabricas de “[...] açúcar, raspaduras, cachaça, panos de algodão, freios, esporas, ferramenta de lavoura, objetos de ouro e prata, telhas, tijolos, vasos de barro, etc”. Ainda que estivesse em estagnação econômica, conforme o Cinzel era uma das cidades mais desenvolvidas do interior da Bahia, as marcas do ouro na configuração espacial são notórias até os dias atuais com “[...] vários largos, regularmente edificados, ostentando casaria excelente, destacando-se muitos sobrados e belos prédios de edificação moderna” (1913, p. 01).

A cidade também desenvolveu, de acordo com a sua cultura, um centro de produção artística em artefatos de prata, ferro, ouro, latão e cobre. O periódico cita essa produção identificando-a com os homens e chama atenção de outros tipos de artesanatos como: o bordado, prendas domésticas e flores artificiais como sendo “[...] a parte feminil [...]” (p.01). Essas “prendas femininas” eram produzidas pelas moças de uma camada social mais elevada. Porém, a maior dedicação se encontrava nos serviços domésticos como uma tradição do período colonial (PEREIRA, 1957).

No entanto, há testemunhos, que relatam sobre o trabalho de mulheres negras nas tendas de fabricação de produtos do latão. Foram às chamadas “mulheres latoeiras”, como dona Ana Silva e sua mãe Eufrosina Novaes da Silva, a qual era proprietária de uma tenda que se localizava em sua própria residência. De acordo com os testemunhos, existia em Rio de Contas, cerca de 20 a 20 tendas, sendo os proprietários brancos e negros e destes, duas mulheres. Conforme testemunho de D. Iraci Silva Barbosa Trindade, filha de dona Ana Silva e neta de D. Eufrosina, na tenda:

> [...] só trabalhava negros, na tenda dos negros as mulheres trabalhavam, era igual lhe falei, eles tinha o processo de fazer as peças de metal, mas no processo de derreter metal para fazer as peças, ai era mais os homens, porque é pesado né: pega o metal quente ali na boca daquele forno..., então às vezes, eu me preparava para na hora que meus tio chegar, aquele processo já estava pronto para colocar naquela..., para formar as peça que já tava ali tudo já prontinha (Entrevista concedida em novembro de 2014).

As diferenças de gênero nas atividades revelam que esse quadro não difere, de forma significativa, das atividades realizadas pelas mulheres em outras regiões do Brasil como em Minas e Goiás. Mas, há algo que chama atenção para a história de Rio de Contas, a participação de mulheres negras em trabalhos ditos masculinos. Eram mulheres que, por sua cor e grupo social, necessitavam manter as suas famílias e por isso, trabalhavam nas tendas. No testemunho, verificamos que além desse trabalho, as mulheres latoeiras também, realizavam os afazeres domésticos em suas casas e na de particulares, a miséria era tão grande que muitas delas trocavam alimentos por qualquer tipo de serviço, principalmente nas casas de famílias da elite de Rio de Contas.

Esse padrão representa a cultura dominante da época, uma população diversificada em termos culturais, econômicos e sociais. Esses aspectos remontam, também, à própria tradição calcada no trabalho escravo, desde a mineração, aos trabalhos considerados inapropriados para a elite. Pois, assim como em outras partes do Brasil, havia em Rio de Contas, uma relação escravista baseada nas hierarquias sociais, que estão diretamente vinculadas ao preconceito de raça.

Nesse sentido, sobre a população de Rio de Contas, Pires (2004, p. 01) expõe que, “[...] durante o século XIX, escravos, forros e trabalhadores pobres

podiam ser vistos com frequência nos espaços das ruas e das roças no Alto Sertão da Bahia era muito comum". A autora ainda relata:

> [...] nas diversas fontes de pesquisa relativas a Caetité (Serra Geral) e Rio de Contas (Chapada Diamantina) localizam-se escravas e escravos lavradores desempenhando funções como costureiras, pedreiros, ferreiros, sapateiros, fogueteiros, funileiros. Certamente, um ou outro se ocupava particularmente de serviços mais especializados, como o artesanato (PIRES, 2004, p. 01).

A função de ferreiro e de latoeiro foi uma das mais importantes atividades artesanais de Rio de Contas, era muito comum à indústria-doméstica, o que nos leva a inferir de que era uma tradição e dessa tradição algumas mulheres negras fizeram a sua condição de vida. De acordo com Pereira (1957), após o estabelecimento do núcleo populacional, o artesanato tornou-se uma importante atividade econômica. Sobre isso o autor aponta:

> [...] mas, para se ter uma noção do que o artesanato em Rio de contas representava outrora, basta saber-se que quando paralisada ou decaída a mineração pela descoberta dos diamantes no Mucugê, a cidade sofreu os terríveis efeitos de um êxodo clamoroso que lhe afetou desastrosamente a economia pelo abandono da lavoura. Nesta época foi o prestígio de que já gozavam as suas obras de metal e couro que lhe manteve um equilíbrio sofrível. Intensificaram o fabrico de bridas, esporas, selas, etc... exportando para lugares vizinhos e outros Estados (PEREIRA, 1957, p. 107).

Embora o artesanato fosse uma atividade econômica importante, a sua remuneração não era fixa e os artífices recebiam uma quantia inferior aos gastos na compra da matéria prima. O autor ainda apresenta uma relação dos artífices de Rio de Contas, nela está presente a tenda de Dona Petrina Santos, fabricante de bridas de latão e contemporânea de Eufrosina, que no período da contagem, a sua tenda estava sob a responsabilidade de seus filhos.

Sobre a educação, O Cinzel relata que havia 05 escolas no início do século XX em todo o município, mantidas pelo Estado, o seu funcionamento era por sexo. Segundo Pereira (1957, p. 104), a educação riocontense se transformou numa lenda por sua riqueza e opulência, havia escolas de Português, Francês, Filosofia e de Gramática Latina. Conforme Aguiar (1979), a maioria das pessoas que estudavam pertencia à classe mais abastada, e havia poucas mulheres, a maioria era por homens.

Atualmente, o Município de Rio de Contas, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), possui uma população de 13.616 habitantes, dos quais 48,9% residem na zona urbana e 51,1% na zona rural. Esses dados demonstram que o município diferencia-se da maioria das cidades brasileiras e do próprio país que possui uma população urbana de 84,35%, e é contraditório em relação ao seu passado aurífero, onde a sua população era basicamente urbana. Outro aspecto é que, de acordo com os dados do último Censo/2010 para a estimativa de 2012(IBGE) houve um decréscimo da sua população de 0, 899%, que era de 13.007 habitantes.

Rio de Contas é a cidade mais antiga da região do Centro Sul Baiano, foi elevada a categoria de cidade pela Resolução Provincial no 2.544, de 28 de agosto de 1885, naquela época, a área territorial do município se estendia ao limite do estado de Minas Gerais, abrangendo a Serra Geral, algumas áreas da Chapada Diamantina, Bacia do Rio de Contas, grande extensão da Bacia do Paraguaçu e parte da Bacia do São Francisco (AZEVEDO, 1980).

No século XIX, a sua população se distinguia das demais do interior da Bahia pela educação e riqueza. (AZEVEDO, 1980). Portanto, é nesse cenário que esse estudo emergiu, numa sociedade emblemática que revelou uma diversidade de tradições, de multiplicidade de histórias e de memórias. De importante centro de mineração de ouro (Sec. XVII), Capital Regional do Estado. Com o esgotamento das jazidas, tornou-se uma cidade como atesta Gomes em 1952

> floresceu com a mineração do ouro, com ela também decaiu; e ainda hoje permanece com o aspecto característico das cidades que tendo conhecido anos da vida intensa e conseqüente progresso, sofreram depois brusca modificação no curso de suas existências, mergulhando em verdadeira letargia (1952, p. 232).

Com essa realidade, a economia de Rio de Contas passou a ser representada basicamente pelo artesanato. Na atualidade, segundo dados do IBGE (2015) o setor de serviços representa a maior parcela da economia do Município, seguido da agricultura e da indústria. Contudo, quando se observa o dinamismo da cidade o que prevalece é a sua história,que atrai muitos visitantes e impulsiona o setor de serviços que sobrevive pelo elevado número de turistas que visitam a região em várias épocas do ano. Dessa forma, a história de Rio de Contas, de seu espaço social, continua a viver por meio das diversas memórias que a compõem. São

memórias de homens e mulheres que estão presentes no Arquivo Público, nas recordações dos prédios, das casas, praças e, sobretudo, nos grupos sociais que vivenciaram e vivenciam o seu cotidiano.

5.2 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE RIO DE CONTAS - BA

Esse tópico tem a pretensão de expor, por meio de análises e estudos realizados nos documentos e jornais do Arquivo Público da cidade de Rio de Contas-Bahia, a maneira como as mulheres são representadas nas narrativas e nos textos escritos pela sociedade local. Foram examinados os documentos que entendemos ser importantes para a escrita desta tese. No entanto, no decorrer das buscas passamos a nos interessar diretamente por vários documentos que revelavam a história local e que continha em seu conteúdo uma representação feminina, desde cartas de alforria, registros de nascimento, livros e qualquer texto que tivesse registro no Arquivo.

Assim, foram observados os materiais desde o século XVIII até meados do ano de 2009. Porém, com o intuito de perceber a visão das mulheres para a sociedade, e na busca impetuosa pela memória feminina, principalmente das mulheres estudadas, não nos prendemos a uma base temporal fixa que essa tese se submete. Essa posição se deve ao entendimento de que, para a compreensão do contexto estudado, era necessário investigar a conjuntura década a década e relacionar com os acontecimentos sociais que ocorriam no Brasil e no mundo.

O Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC) - Bahia foi criado pelo Decreto Nº 10 de 29 de agosto de 1989. No arquivo é possível encontrar documentos que remontam ao século XVIII, como cartas de alforria, matrícula de escravos, Decretos do Império, inventários, dentre outros. No universo dos documentos há também jornais e periódicos que datam do século XX.

A representação aqui proposta refere-se à imagem ou a noção do arquétipo de mulher que foi narrada nos documentos. Considerando que a cidade de Rio de Contas foi importante na exploração do ouro, a sua população era de maioria escrava, que segundo dados do Fundo Mineralógico de Rio de Contas de 1769, essa população chegou ao patamar de 70% da população local até o declínio do ouro.

A cidade é marcada pela história de homens que comandavam os negócios e os rumos que estes tomavam. Homens com títulos hierárquicos como “Coronéis” e “Intendentes”. Parte da população viveu, durante muitos anos, ou melhor, durante a fase aurífera, com esplendor. Segundo diversos documentos do Arquivo Público, a moeda corrente era o ouro em pó ou em barra. Conforme Aguiar (1979, p.156), “[...] contam os velhos que nas festas públicas, que ali se faziam pomposamente, elegiam um Rei e uma Rainha, para solenizar os atos; e nas cabeças de ambos derramavam cartuchos de ouro em pó!”. Esses atos demonstram a opulência de uma população e a representatividade do poder e influência dos coronéis. Segundo O Cinzel (A CIDADE, 1913, p. 03) “[...] a cidade existem abundantes minas e pode-se dizer que por toda parte mesmo à flor do solo, o ouro aflui abundantemente”.

A vida em Rio de Contas era diferente das regiões que se desenvolviam com base na agricultura. A Vila possuía uma população bastante peculiar das regiões auríferas. Conforme documentos do APMRC essa mobilidade dava à Vila um caráter cosmopolita. Com tais características, a Vila, em 1885, conforme dito anteriormente, por meio da Resolução Provincial 2544, passou à categoria de cidade.

Esses aspectos também influenciaram na dinâmica da população. Na cidade, a população passou a considerar-se divergente à do campo. A visão que se tinha é que o campo era um espaço do atraso, por isso eram menos privilegiados e discriminados por seus costumes menos aristocráticos.

A partir do século XIX, com o declínio do ouro a população elitizada de Rio de Contas passa então a depender do Poder Público e a exercer cargos de natureza governamental. Partindo dessa realidade, percebemos a dimensão dessa sociedade, e por isso procuramos ter um olhar mais cuidadoso da vida cotidiana, das mulheres, escravas, brancas, esposas, mães, trabalhadoras, para então reconstruir a memória feminina. Pelas análises dos documentos, entendemos que a vivência dessa população e a sua história foram responsáveis pela construção da memória social da cidade e de suas representações.

Nos diversos documentos estudados, observamos a presença de textos de cunho sexuado, que privilegiam o espaço público, a memória de coronéis, intendentes e muitos textos sobre algumas famílias, ditas tradicionais da cidade. Uma prática interessante que foi observada em alguns documentos é que as próprias famílias escrevem sobre alguns membros da família e encaminham para o APMRC, assim, observa-se uma necessidade de manter viva a memória da família.

Apesar do porte da cidade, de possuir uma população pequena, Rio de Contas, contou, no início do século XX com 03 jornais: O Cinzel, O Pequeno e O Riocontense (Figura 8). Nesses jornais, as notícias estão relacionadas a viajantes, ditos homens “ilustres”, à descrição de festas religiosas tradicionais que mencionam nomes de mulheres como encarregadas da festa, notícias das minas de ouro, do mercado municipal, sobre a educação, uma educação, que até a década de 1920 continuava sexuada, sobre a história da cidade, publicidade, dentre outras.

FIGURA 8: Jornais em circulação na cidade de Rio de Contas – Bahia, no início do século XX

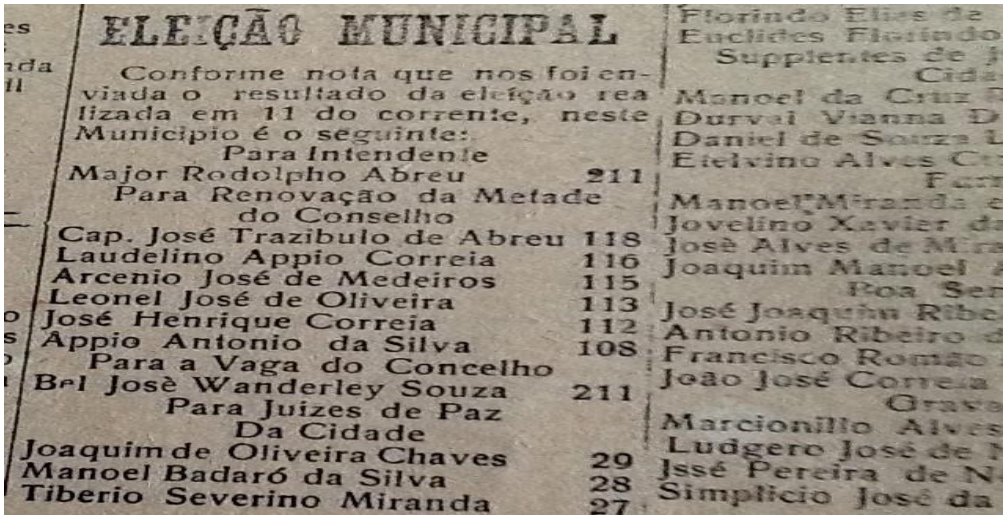
Fonte: Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC), junho de 2013.

O jornal O Pequeno (1923), traz uma matéria, sobre o funcionamento das escolas e menciona que, no Município há escolas que funcionam de forma sexuada. O editor ainda diz que, faltavam escolas nos povoados da região para crianças e que o número de analfabetos era muito grande. No mesmo número, é feita uma alusão aos governantes e a referência de que o exercício de governar relaciona-se aos homens e não as mulheres.

> [...] seremos um país democratizado e teremos uma república de republicanos, e governada por homens genuinamente republicanos, e não por essa republicidades que pulam desde o vasto Estado do Amazonas [...] (O PEQUENO, SEMPRE, 1923, p. 03).

Tal afirmação pode ser percebida numa matéria sobre a eleição municipal e a distribuição de cargos como Intendente, Conselheiro Municipal e Juízes de Paz. Esses cargos eram ocupados exclusivamente por homens, conforme Figura 9.

FIGURA 9: Informação sobre o resultado da Eleição Municipal em Rio de Contas – Bahia de 1923



ELEIÇÃO MUNICIPAL

Conforme nota que nos foi enviada o resultado da eleição realizada em 11 do corrente, neste Municipio é o seguinte:

Para Intendente

Major Rodolpho Abreu	211

Para Renovação da Metade do Conselho

Cap. José Trazibulo de Abreu	118
Laudelino Appio Correia	116
Arcenio José de Medeiros	115
Leonel José de Oliveira	113
José Henrique Correia	112
Appio Antonio da Silva	108

Para a Vaga do Concelho

Bel Josè Wanderley Souza	211

Para Juizes de Paz Da Cidade

Joaquim de Oliveira Chaves	29
Manoel Badaró da Silva	28
Tiberio Severino Miranda	27

Fonte: Jornal O Pequeno, Nº 24, 02 de outubro de 1923.

Outro texto de cunho androcêntrico, publicado pelo jornal O Riocontense (30 de setembro de 1921, nº 05), descreve sobre a feira de alimentos e uma possibilidade de manifestação a ser realizada pelos homens. O autor relata que a população urbana de Rio de Contas, em sua maioria, vivia das artes, do artesanato e por isso aos sábados deveriam ser abastecidos. No entanto, faz uma reclamação de que a prática de preços era elevada e não condizia com a realidade da maioria da população. Assim, o autor propõe uma marcha da igualdade por produtos mais baratos: “[...] à boa marcha da igualdade, que todos os homens devem ter, em relação aos seus direitos”.

O jornal O Riocontense (1921-1922) expõe, durante o período apontado em seus textos, sobre a higiene urbana, a presença de animais e de dejetos nas ruas da comarca e refere-se às gentis senhorinhas costureiras. O cinzel (fevereiro de 1913) reverencia o amor à arte, fala sobre a história do Município, da grande quantidade de ouro e sua exploração, da arquitetura da cidade e do que ela possui, reporta-se ao Barão de Macaúbas como uma pessoa ilustre da cidade. Quanto às mulheres, são mencionadas como mulheres que produzem prendas domésticas, flores artificiais e bordados.

Outro aspecto interessante sobre a sociedade riocontense pode ser percebido em uma exposição, longa e gradual, feita sobre a introdução da lei do divórcio no Brasil. O autor da matéria chama a atenção sobre essa lei que deveria ser aprovada e introduzida na cidade e diz que essa lei seria como “[...] um cancro que virá

extirpar o sossego e a felicidade do lar domestico" (O CINZEL, O DIVÓRCIO, 1913, p. 01). Essa lei é chamada de lei liberal, que "[...] virá prodigalizar aos esposos os mais legaes de, porém termo a uma união vexatória e para qual jamais poderá ser encontrada uma reconciliação possível".

Esse ponto de vista sobre a família demonstra o pensamento da sociedade da época, considerando o divórcio como uma lei liberal e imoral que alimentava os objetivos de homens contrários a honra de "pobres mulheres". Portanto, o divórcio é considerado, pelo autor, como uma

> [...] lei imoral que poderia alimentar a índole perversa dos bárbaros detratores da honra de pobres mulheres que lhes foram entregues como esposas e que, coactas ante accusação tremenda que lhes é feita, recebe a sentença de uma separação proposital e aleivosamente provocada [...] (O CINZEL, O DIVÓRCIO, 1913, p. 02).

O autor se preocupa com a lei em função de compreender que seria um mal para as mulheres, "[...] a família é sagrada, digna de todo respeito, que não pode ser profanada ou destruída por atos antissociais corruptores dos bons costumes e da mais santa moral" (O CINZEL, O DIVORCIO, 1913, p. 02).

No manifesto, o lar é o lugar da união conjugal, "[...] que se prepara os espíritos da prole amorosa, que tem de fazer parte, muitas vezes saliente, na sociedade futura". O autor continua o seu escrito afirmando ser a mulher a responsável por essa preparação. E, o divórcio reduziria a mulher a uma mera personagem, colocando-a em uma condição de escrava, pois teria a obrigação - e não o amor, o carinho e o reconhecimento - de uma missão sublime. Para o autor, "[...] Se assim nos exprimimos, em linguagem tão franca e rude, é porque vemos que o ente mais prejudicado com a lei do divórcio, é ou será, incontestavelmente a mulher, tão digna "aliás" da nossa proteção e do nosso amparo" (O CINZEL, O DIVORCIO, 1913,p. 01).

Ainda em relação ao convívio do lar e o divórcio, o autor menciona que:

> [...] é no aconchego do lar, no doce convívio da união conjugal, que se preparam os espíritos da prole amorosa, que tem de fazer parte, muitas vezes saliente, na sociedade futura, inquestionavelmente é a mãe de família que cabe esta honrosa tarefa. A que estado de servilismo querem reduzir essa personagem importante e que desempenha com amor e carinho uma missão tão sublime? À triste condição de misera escrava, que tem por obrigação forçada e não

> por amor o desempenho desse dever (O CINZEL, O DIVÓRCIO, 1913, p. 01).

O jornal ainda aponta que a única pessoa a ser prejudicada com a lei é a mulher, pois ela seria digna da proteção e do amparo masculino, e o casamento se constituía como uma família autêntica e legal. Diante disso, o autor faz um questionamento,

> ora, quando se dissolver, por força da lei do divórcio, uma união conjugal, da qual já existam alguns descendentes; quando uma mãe deixar o lar querido onde viu nascer os fructos inestimados de suas entranhas, quem delles cuidará? (O CINZEL, O DIVORCIO 1913, p. 01).

Tal preocupação retrata as mulheres como pessoas importantes para o cuidado com os filhos, pois são sensíveis, destituídas de direitos e de condições econômicas. Aqui há um sinal claro da espacialidade doméstica das mulheres, a visão de que as mesmas nasceram apenas para tais atividades. O casamento era uma forma de conceder às mulheres os direitos como donas de casa, de serem mães, de proteger e darem segurança.

Outra consideração sobre a condição da mulher após o divorcio, diz que: “[...] Além disto, dado o caso de divorcio, quão difícil não será encontrar, a pobre mulher divorciada, um novo homem que a queira desposar?” (O CINZEL, O DIVORCIO 1913, p. 01). Aqui, há um conceito do lugar da mulher, pois ao se divorciar não alcançaria um julgamento adequado, e nem estaria livre de difamações, afrontas e preconceitos. A referência à vida das mulheres após a separação seria a possibilidade do homem e da própria sociedade, de levantar calúnias contra as mulheres e presenteá-las com os mais “[...] feios epítetos [...]” (O CINZEL, O DIVORCIO 1913, p. 01). Portanto,

> [...] o divorcio destrói a feição mutua, fornece perigosos estímulos a infelicidade é um embaraço à educação e a proteção dos filhos; é uma dissolução das sociedades domesticas; derrama germens de discórdia entre as famílias e deprime a dignidade da mulher (O CINZEL, O DIVÓRCIO, 1913, p. 01).

Percebe-se que a sociedade de Rio de Contas, assim como em outras partes do Brasil, possuía uma visão da mulher como sendo do lar, os atributos e a função

social estariam relacionados aos afazeres domésticos, ao espaço privado. A imagem é de um ser fragilizado, que tem a sua dignidade atrelada ao comportamento masculino. O casamento era visto como uma instituição com um caráter moral, social e reprodutivo e, a mulher, uma espécie de mártir.

Como é possível perceber no excerto a seguir:

> devemos especificar as virtudes primordiaes indispensáveis n'um lar dictoso, que são as seguintes: amor ao trabalho, educação moral e intellectual, lealdade no amor e repseito escrupoloso pela dignidade do caracter. Todas estas virtudes são necessárias, mesmo imprescindíveis, porque sendo a família cellula do organismo social, ela deve funccionar como se fora o mais bello estimulo moral para a pertencibilidade do homem. Ao casal, porém, não deve também faltar a illustração suffictente para que a mãe saiba formar a alma da creança, acompanhando com critério a sua evolução psychologica, e ao mesmo tempo defendendo-lhe a saúde, visto que Ella é, por preceito educativo e tradicional, a primeira educadora e conselheira do filho (JORNAL O CINZEL, 10 DE JUNHO DE 1914, p. 02).

O periódico ainda relata que o marido seria uma espécie de libertador da mulher. Em outro artigo, escrito pelo mesmo jornal, no ano de 1917, o autor faz referência a um texto formulado por pedagogos ingleses ao tipo de mulher ideal:

> há pouco tempo, pedagogos inglezes formularam a seguinte definição da mulher perfeita, ideal: a mulher perfeita, deve ter quarenta anos de idade, ser casada, e mãe de cinco filhos. Deve ter o bastante para poder habitar em um aprasivel lugar do campo, próximo da cidade. Sua morada deve ser confortável, devendo reinar n'ella, o bom gosto e a hygiene. Ella deve também possuir o senso commum e estar ao corrente dos negócios. Ella deve ser patriota, caridosa e supprimir as causas dos sofrimentos ao redor de si, nas classes menos afortunadas. Deve ser sociável, religiosa e cumprir seus deveres para com DEUS e para com seu próximo. Deve passeiar, fazendo mesmo longas marchas a pé; deve saber andar em bicycleta, nadar, dansar, patinar, escalar montanhas, montar a cavalo e dirigir um automóvel. Deve saber fazer todos os trabalhos domésticos. Deve conhecer as leis, saber administrar os seus bens, e poder em caso de necessidade, servir-se de uma machina de escrever. Deve ler muito: cada dia um livro serio, um bom romance, sem se descuidar dos jornaes. Deve saber três línguas, alem da sua língua materna, afim de poder ler as obras primas da literatura estrangeira. Deve gostar de jardinagem, dedicar-se a algumas artes recreativas, taes como bordados, programas, etc. concordam as nossas amáveis leitoras com esta definição? Haverá uma mulher que possua todos os requisitos exigidos pelos pedagogos inglezes? (CINZEL, A MULHER IDEAL, 1917, p. 02).

As características citadas demonstram o tratamento conferido às mulheres européias de classe dominante. Esse estereótipo retira da categoria de “mulher ideal” as mulheres das camadas menos favorecidas da sociedade. Ainda que o texto não se refira ao contexto das mulheres riocontenses, mas, de todo modo, as qualidades que se apresentam, resguardando as diferenças sociais, econômicas e culturais entre as duas sociedades, aponta para uma qualidade do que é ser mulher em Rio de Contas nos finais do século XIX e início do XX.

No entanto, ao inserir em um jornal que tinha na época, certa influência sobre a sociedade, corrobora com as evidências aludidas à questão de inferioridade da mulher. Essa elucidação é legitimada pela pergunta do escritor ao final da matéria: “concordam as nossas amáveis leitoras com esta definição? Haverá uma mulher que possua todos os requisitos exigidos pelos pedagogos ingleses?” (CINZEL, A MULHER IDEAL 1917, p.02). Ao fazer esses questionamentos, o autor não clarifica sobre os reais motivos de ter inserido essa matéria no jornal e nem tampouco conclui sobre a temática. Como o modelo da elite colonial era o europeu, podemos inferir que há uma diferenciação desse padrão para com o das mulheres da elite de Rio de Contas.

Em relação a essa ideia, presume-se como as mulheres eram concebidas, por parte da sociedade intelectual de Rio de Contas.

Corroboramos com a noção de Perrot (1986) que aponta:

> [...] a observação das mulheres em outros tempos obedece a critérios de ordem e papel. Ela diz respeito mais aos discursos que às práticas. Ela se detém pouco sobre as mulheres singulares, desprovidas de existência, e mais sobre “a mulher”, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a constatação de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados (1986, p. 10-11).

De acordo com Perrot, os textos produzidos demonstram uma carência muito grande em relação à condição das mulheres. Essa omissão transforma os documentos dos arquivos, em sua maioria, em um complexo vazio, cheio de lacunas em relação à vida das mulheres e sua posição na sociedade. Para Perrot, “[...] os arquivos públicos, olhar de homens sobre homens, calavam as mulheres” (1986, p. 11).

Assim, as mulheres permaneciam no silêncio dos quartos, das cozinhas, dos sótãos, eram invisíveis no mundo público. Seria um excesso, para elas, lerem histórias dos homens e, as suas histórias contadas por homens, numa visão androcêntrica. Uma visão em que ninguém lhes perguntava o que eram, o que faziam e como estavam. A visão propagada era a de um mundo que a limitava como sujeito da história, logo as suas memórias permaneciam invisíveis.

No jornal O Cinzel de 10 de junho de 1914, nº 09, foi publicada uma matéria sobre o casamento, dessa vez, com o intuito de reafirmação da posição em relação ao divórcio. O jornal trouxe uma discussão sobre o casamento e manifesta sua posição trazendo a seguinte afirmação:

> [...] o casamento deve ser encarado sempre na sua dualidade moral e social. É uma função da necessidade da espécie é conjuntamente a expressão sociológica da mais completa integridade moral do individuo. Pelo casamento realiza-se o desdobramento da personalidade, e consequentemente, a ele se deve a perpetuação do gênero humano (O CINZEL, O CASAMENTO 1914, Nº 09).

Para o autor do texto, o casamento tem duas funções a cívica e paterna e a segunda de sentimento. O casamento torna possível a identificação de costumes. Nesse sentido, ele nos diz que para a realização de um bom casamento as duas funções deveriam estar presentes na união conjugal de forma mútua. Assim, o autor dita as virtudes de um lar feliz: “Amor ao trabalho, educação moral, intelectual, lealdade no amor e respeito escrupuloso pela dignidade do caráter” (O CINZEL, O CASAMENTO 1914, Nº 09).

As virtudes apontadas pelo autor são aparentemente, um caminho para um bom casamento e para o funcionamento da moral e da perfeição do homem. A família é vista como sendo “a célula do organismo social”, logo, a mãe é o elemento principal desse processo, já que é “[...] por preceito educativo e tradicional, a primeira educadora e conselheira do filho” (O CINZEL, O CASAMENTO 1914, Nº 09).

O pai, por sua vez, é concebido pelo autor como o executor da força de correção, aquele que forma o criticismo e imbute nos filhos a subordinação, a racionalização e metodificação dos instintos e dos sentimentos. Portanto, no lar, a família é arquitetada como a escola moral dos sentimentos. O autor finaliza sua exposição tecendo considerações sobre as mulheres da sequinte maneira: “[...]

Procurar uma esposa é fácil, visto que a mulher actual é ainda a escrava do prejuízo que a leva a reconhecer no marido apenas o único libertador dado pela sociedade" (O CINZEL, O CASAMENTO 1914, Nº 09).

A visão apresentada nos permite tecer observações de que a visão abordada pelo jornal concebe a mulher como aquela dotada de fragilidade. Essa percepção é facilmente entendível quando o contexto vivenciado pelas mulheres é masculino. Contudo, o jornal traz considerações importantes em relação à responsabilidade tanto do homem quanto da mulher na constituição de uma família, os dois devem possuir uma expressão de justiça humana.

Porém, como acreditar em tal justiça, estando às mulheres na condição de inferioridade, e de exclusão? O que foi descrito pelos jornais do início do século XX certamente ainda se fazem presentes em diversas sociedades, mesmo com as transformações e com o reconhecimento dos direitos das mulheres, ainda persiste a ideia de que as mulheres devem permanecer em uma posição de domínio, de controle e despossuídas de direitos na vida prática. O texto publicado pelo jornal O Cinzel, a cópia de um escrito que caracteriza as mulheres, inserindo um modelo a ser alcançado, reflete os atributos de um ideal feminino e de uma padronização universal.

Essa realidade demonstra, ainda que seja um texto reproduzido de um ideário inglês, que há uma forte diferença nos papéis desenvolvidos por homens e mulheres numa sociedade como a de Rio de Contas. O padrão idealizado não foge às características mais gerais da sociedade mundial, ainda mais a um tipo de modelo de mulher de uma classe social abastada. Esse relato evidencia que as mulheres que não possuíssem tais características não estariam incluídas nesse modelo de representação masculino. O interessante é que o editor faz uma pergunta para as mulheres, mas não há registro de respostas nas edições posteriores. Será que seria um silêncio feminino ou a oportunidade de espaço para a escrita por parte das mulheres?

Aos finais do século XX, uma mulher de uma família insere no APMRC, em papéis manuscritos, as memórias escritas sobre a família e nesse ínterim, registra a memória de mulheres que foram educadoras e tiveram uma participação na vida política da cidade em meados e aos finais do século XX. Porém, esses escritos não nos interessaram diretamente por entender que essa tese propôs a reconstrução das memórias das mulheres que fazem parte de uma classe social menos abastada,

mulheres singulares que não tiveram suas vidas registradas e nem descritas no APMRC, são as “[...] mulheres do povo” (PERROT, 1986, p. 10).

Assim, sem tais registros partimos em busca dos arquivos privados, aqueles que pertencem às famílias, que foram escritos pelas próprias mulheres. Todavia, esses arquivos conforme Perrot (1986, p. 12) “[...] sofrem constante destruição e, somente seus escombros – hoje preservados graças ao fato de seu interesse ter sido finalmente reconhecido – nos sugerem sua riqueza!”.

Esse exemplo pode ser relacionado com a busca das memórias das mulheres estudadas. Em pesquisa de campo foi identificada a destruição de escritos de uma das mulheres estudadas pela própria família e quanto às demais não possuem arquivos particulares porque eram iletradas e por isso foi necessário buscar os testemunhos de vida. De acordo com Perrot (1986, p. 12),

> essas destruições provêm dos acasos das sucessões e das mudanças, do gosto pelo segredo que cimenta a intriga familiar, mas também da indiferença dos descendentes constrangidos pelos legados incômodos de seus antecessores; indiferença agravada pelo caráter subalterno atribuído a esses escritos de mulheres.

De acordo com Perrot (1986), as próprias mulheres destruíam seus escritos, pois temiam a indiferença, incompreensão ou até mesmo a ironia da própria família. A autora ainda aponta que, assim como a leitura, a escrita também é uma espécie de produto proibido para as mulheres. Essa situação reflete na dificuldade pela reconstrução das memórias femininas, pois a forma de registro está articulada à sua condição na família e na sociedade.

Nota-se que essa pesquisa, apesar de ter como fonte histórica o Arquivo Público de Rio de Contas, parte de um olhar diferente, numa ótica crítica para a reconstrução da memória social que consta no arquivo. Contudo, a memória social que nos propusemos a construir está fundamentada no conhecimento das próprias mulheres aqui estudadas, seu espaço social e por meio dos grupos aos quais fizeram parte.

Fica evidente que houve uma necessidade de buscar documentos, cartas, diários e testemunhos que possibilitassem a reconstrução das memórias femininas. Esse trabalho empírico da memória, é, como reflete
Benjamin,

> o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades ficaram soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos' nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Nesse fragmento de texto, Benjamin (1987), trata sobre a exploração, a escavação do passado, das histórias que estão soterradas. Nesse sentido, o trabalho de campo se assemelha a uma busca minuciosa por pistas, vestígios que podem se perder no tempo e no espaço à medida que os grupos perdem sua existência. Assim, o cavar da memória é de suma importância na busca por sinais, indícios da presença e/ou atividade pretérita das mulheres, nos espaços sociais, sejam eles público ou privado, bem como na busca pelos remanescentes que revelam as condições do espaço geográfico em que elas viviam

Essas reflexões remetem a um diálogo com a realidade, à percepção do espaço social estudado, da interação do pesquisador/ pesquisadora com o objeto dentro de um contexto histórico-social. Assim, ao adentrar na parte empírica da pesquisa, assunto que será tratado no próximo capítulo, ainda que tenha realizado algumas meditações com o que foi discutido até aqui, percebemos que o campo é um espaço cheio de construções e representações, é a realidade de um cotidiano social que é vivenciado por homens e mulheres e os grupos dos quais fazem parte num processo dinâmico de interação social.

5.3 O CAMPO COMO PARTE DE UM MOMENTO EXPLORATÓRIO PARA A REFLEXÃO DO ESTUDO: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Conforme anunciado, o nosso objeto de estudo define-se pelo entendimento de que a memória social de Rio de Contas – Bahia multireferencia as mulheres como participantes da organização econômica, política e social do Município. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com diversos sujeitos da sociedade de Rio de Contas, homens e mulheres, principalmente aqueles que participaram dos grupos

que conviveram ou conheceram a história das mulheres estudadas, essa relação justifica a quantidade de pessoas entrevistadas.

Para tanto, realizamos um trabalho tomando como base a teoria hermenêutico-crítica frankfurtiana. Com o embasamento nessa teoria, a visão que se pretendeu para esse estudo se acercou de uma proposta que compreende o sujeito numa concepção dialética e interacionista/subjetiva, atuando de forma emancipativa, com ações interacionistas na sociedade em que vive. O sujeito não é apenas o reprodutor de uma práxis, mas também produtor dessa práxis. Esse pensamento nos fez refletir sobre a atuação das mulheres estudadas e sobre os papéis desenvolvidos por elas na sociedade riocontense. Com este olhar, compreendeu-se que os sujeitos não estão alienados ou indiferentes em suas ações no espaço social, mas são capazes de atuar e transformar comportamentos, perspectivas e ou normas sociais.

Essa visão nos remeteu para um trabalho com narrativas, numa dimensão da memória. Em o narrador, Benjamin (1985) faz uma reflexão entre a memória à arte de narrar, para isso nos diz que a pessoa que narra recorre às experiências da vida que foram vivenciadas por ela e pelo grupo do qual faz parte. Essas narrativas são experiências ouvidas, vividas e apreendidas, são memórias, uma capacidade de se conservar e recontar o que pode ser narrado.

A narrativa se constitui das histórias de sujeitos que foram enlaçadas de significados e ações no tempo e no espaço. Sujeitos que se envolveram nos grupos sociais e que instituíram elementos importantes para a vivência em sociedade, considerando-se como parte de uma totalidade. Nesse sentido, participar ativamente desse conjunto introduz referências sociais importantes nas dimensões econômicas, política e social.

É oportuno destacar que o sujeito é histórico e por isso suas narrativas não podem ser limitadas a uma mera constituição do real, daquilo que apenas se apresenta no espaço social, como sugeria a história positivista. A narrativa é uma construção de quem fala (testemunhos) e de quem ouve (pesquisador) e poderá ser apoiada em referências reais.

Para Ricoeur (1997), a importância da narrativa está no estabelecimento de referenciar o que foi vivido pelo sujeito e o que por ele foi narrado. É um movimento de uma narrativa histórica sobre si (testemunho) e das mediações do pesquisador/ pesquisadora que constrói o documento e, também, do próprio leitor que exercita a

leitura como uma forma de ressignificar o texto histórico, abarcando por meio dele, a si mesmo e ao contexto social. Esse é o trabalho pensado por Ricoeur, um trabalho de um hermeneuta. Para o autor,

> [...] é preciso lutar contra a tendência a só se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irrevocável. É preciso reabrir o passado, nele reviver potencialidades não realizadas, contrariadas ou até massacradas (RICOEUR, 1997, p. 372).

Assim, a Hermenêutica, como um campo teórico-metodológico, nos abriu possibilidades para a reconstrução da memória feminina, dando significados ao outro, às mulheres, ao seu passado e as ações sociais potencializadas pelas mesmas no tempo e no espaço. Portanto, ouvir as narrativas nos permitiu descortinar um tempo do vivido, que não é estático, mas que se move pelas consciências, pelas memórias, por um espaço social.

5.3.1 A hipótese central do trabalho e as categorias analíticas

No ano de 2012, fui a Rio de Contas e ouvi, durante uma entrevista de uma professora aposentada, a seguinte frase: “[...] aqui em Rio de Contas tinha uma mulher negra que foi até para a Rússia, ela era comunista”, ao escutar o que foi mencionado, perguntei a entrevistada o nome da mulher e ela me disse: “era Maria Brandão, era da família Brandão, daqui de Rio de Contas”. O mais interessante nesse momento, que vale a pena observar, é que eu não estava como entrevistadora e sim como ouvinte.

Começamos, então, a perguntar para a professora onde poderíamos obter informações sobre a Maria Brandão e ela nos indicou nomes de pessoas da família Brandão que poderia nos ajudar. Buscamos os familiares que pudessem nos ajudar, porém, alguns se recusaram, diziam que não sabiam e desconversavam. Assim, era necessário escrever sobre essa história.

A partir dessa ocasião passei a sentir a necessidade de uma aproximação com o campo, de observar para melhor delinear as questões investigativas. No entanto, uma questão começou a fervilhar: como eu sendo moradora da cidade de Rio de Contas e não sabia da existência dela? Que história não nos foi permitido ser contada? A cidade havia inaugurado um Centro Cultural em sua antiga casa, porém

muitas gerações novas não sabiam da sua existência, ao menos nunca ouvimos falar sobre ela.

Essa fase de exploração foi muito importante, pois organizamos o pensamento no sentido do que seria investigado sobre essas mulheres, a delimitação espacial e temporal, a formulação do problema, do objeto e dos objetivos. Assim, entendemos que era necessário um estudo sobre essas mulheres, pois suas memórias estavam sendo contadas por moradores do Município de Rio de Contas. Contudo, o que deveria ser estudado sobre a vida dessas mulheres? Quem eram? Qual a importância delas? Como viveram? Onde viveram?

Desde então, passei a investigar e conversar com muitas pessoas em Rio de Contas, na Barra e em Mato Grosso, as quais também indicaram outros nomes das mulheres investigadas na tese e que foram contemporâneas de Maria Brandão. Quando percebi, as mulheres apontadas faziam referência a nomes de mulheres que tiveram expressão para a cidade de Rio de Contas, não importando o seu nível social. Para o grupo de testemunhas, elas foram importantes pela força que representavam e pelo enfrentamento de causas sociais.

Nesse sentido, passamos a construir as proposições que norteariam a obtenção dos dados, das análises dos mesmos e das categorias. As hipóteses ou proposições foram sendo pensadas como um “[...] diálogo que se estabelece entre o olhar do pesquisador e a realidade a ser investigada (DESLANDES, 1994, p. 40-41). Assim sendo, compreendemos como proposição central a tese de que essas mulheres são multirreferenciadas pela sociedade de Rio de Contas e as mesmas tiveram uma expressão na participação da organização da sociedade, aos finais do século XIX até a década de 1970. O período escolhido se refere a um momento de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que projetaram essa sociedade emblemática e tradicional para um novo contexto social.

Os trabalhos que tratam sobre as mulheres nesse período, possuem certa limitação em relação às fontes documentais. A pesquisa realizada no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas retrata muito pouco sobre as mulheres, conforme visto em tópico anterior. E, no caso das mulheres selecionadas, em virtude de sua condição social, não foi encontrado nenhum documento sobre a vida delas, que de forma discreta e revolucionária, vivenciaram esse período histórico e contribuíram, de certa maneira, para a organização da sociedade riocontense.

Rememorar essas vidas é compreender essa sociedade que traz no seu âmago um conservadorismo, onde as mulheres eram incessantemente cerceadas em seus direitos e padrões. Por isso, tiveram que enfrentar essa realidade para avalizar a sua condição e o seu papel frente a uma sociedade preconceituosa. Portanto, realizar um estudo dessa espécie, nos remeteu aos seguintes questionamentos: Qual a expressão da mulher nessa sociedade? Qual o seu papel social? As mulheres da classe menos abastadas participaram na organização da sociedade riocontense?

Como o estudo possuiu um corte temporal entre 1900 até 1990, foi realizado o levantamento da vida de 05 mulheres, que se constituíram como expressão para a organização econômica, social e política do Município de Rio de Contas, abarcando a sede e as comunidades de Mato Grosso, Barra e Bananal, são elas: Maria Brandão, Eufrosina Silva, Ana Silva, Aurora Lima e Ana Carolina.

Nessa perspectiva, buscamos reconstruir a memória e a geografia social das mulheres, para compreender a história de vida das mesmas e do espaço social em que estiveram inseridas. Assim sendo, formulamos como hipótese central do trabalho: as mulheres estudadas são multirreferenciadas pela sociedade de Rio de Contas porque tiveram uma expressão na participação da organização da sociedade, aos finais do século XIX até a década de 1970.

O protagonismo social destas mulheres aponta também para uma proposição de que a memória social de Rio de Contas possui uma visão distinta da existente nos documentos oficiais e arquivos, assinala que, essas mulheres exerciam importantes funções sociais na comunidade, sem as quais, a vida em comunidade, ou seja, a sua dinâmica social não é explicável. O protagonismo e a participação social das mulheres estudadas no espaço social, também público, de Rio de Contas - Bahia, que foi invisível é considerado absolutamente fundamental para compreender esta sociedade e sua história. As mulheres estudadas também assumiam na comunidade, funções consideradas masculinas e os dados mostram como romperam com os papéis sociais tradicionais de gênero. Além disso, postulamos que tais questões são possivelmente extensível a outras mulheres da comunidade riocontense, isto é, nossa hipótese fala da existência de um protagonismo social das mulheres diferente do constatado nos documentos históricos oficiais e nos arquivos da comunidade estudada.

Nesse contexto encontramos o protagonismo e a participação social feminina nos aspectos econômicos, sociais e políticos, identificando a sua formação social e influência na organização das comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, importantes povoados do município que possuem características bastante diversificadas. A questão do protagonismo social das mulheres está presente, igualmente, em populações tão diferentes como a população de origem quilombola e portuguesa respectivamente.

No estudo concreto, foi muito importante uma apreensão da memória construída por meio do contato direto com as pessoas que viveram as experiências do grupo e que também mantiveram contato com as mesmas pessoas pesquisadas, através das suas recordações.

A seleção dessas mulheres ocorreu por meio da expressividade que os grupos lhes conferem, o que correspondeu aos anseios das seguintes questões: Onde as mulheres aparecem nessa sociedade? Qual a expressividade dessas mulheres para essa sociedade? A posição que assumiram tem uma relação direta com alguma formação? Para dar suporte a essa pesquisa, utilizamos a memória como um recurso das experiências pessoais que foram vividas pelas mulheres em um contexto social.

A definição do nosso objeto não consistiu numa inquirição em si, mas na sua elucidação e contextualização. Para tanto, o objeto, através de uma teoria científica, foi ordenado por meio de investigações exploratórias a campo, o que possibilitou a constituição de categorias que pudessem nos municiar nas análises, em relação às fontes que foram adquiridas sejam elas materiais ou nas narrativas.

Assim sendo, foram pensadas categorias que pudessem apontar a expressão da mulher nos espaços da família, no espaço social da comunidade, e a definição das atividades desenvolvidas no contexto da família, no espaço público da comunidade e as relações de gênero/ com os homens da família e no espaço social público da comunidade.

Tais experiências foram singulares para o entendimento das funções das mulheres estudadas e para a reconstrução da memória feminina. Nesse sentido, consideramos a ideia de Benjamin (1998) que nos diz que a narração está diretamente relacionada com a prática. Isso significa dizer que a prática associa-se a experiência e essa, à narração. Logo, a experiência é a arte de transmitir “[...] de boca em boca” (1985, p. 198).

Assim, nessa tese foi identificada por meio da memória social, a origem de outras historias, não uma “[...] imagem eterna do passado [...]” (BENJAMIN, 1985, p. 198) como o Historicismo fez, mas uma necessidade de manifestar as experiências com o passado, uma experiência vivida que garantiu a reconstrução de uma memória com suas tradições e coletividades.

Nesse sentido, as diferentes mulheres e seus espaços sociais nos possibilitaram conjecturar que, apesar de viverem em um mesmo tempo e espaço social os aspectos em comum, compartilhados por elas, quanto aos papéis sociais de gênero introduzem novas características na definição dos papéis de gênero procedente das funções sociais masculinas.

5.3.2 As entrevistas semiestruturadas como um instrumento para a construção das narrativas

A fim de compreender o conjunto da memória social, utilizamos entrevistas semi-estruturadas. Esse procedimento nos proporcionou "[...] enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação" (MINAYO, 1994, p. 121).

Para atingir os nossos objetivos entrevistamos moradores da cidade de Rio de Contas e dos povoados de Barra, Bananal e Mato Grosso. Esses sujeitos deveriam ter idade acima de 60 anos. Foram encontradas pessoas que tinham idade entre 90 a 100 anos e entre 60 a 80 anos. Ainda encontramos pessoas com idade acima de 30 anos que conviveram com Dona Aurora Lima, Dona Ana Silva e com Dona Ana Aguiar.

Como havia o interesse de reconstruir a memória feminina, os sujeitos entrevistados deveriam estar inseridos nos grupos sociais que conviveram com as mulheres estudadas e que ouviram falar sobre a vida delas. Deste modo, foram entrevistados os familiares, amigos, pessoas próximas da convivência familiar e pessoas que não possuíam nenhum parentesco, abarcando um total de 50 sujeitos, destes, foram selecionadas apenas as narrações que inseriam dados interessantes e não repetitivos, pois a maioria dos testemunhos reproduziu acontecimentos semelhantes.

Ressalta-se ainda que, os sujeitos entrevistados se reportaram a mais de uma das mulheres estudadas e no momento da entrevista, narraram fatos que não estavam presentes nas questões propostas e alguns deles, literalmente, vivenciaram aspectos da memória das mulheres estudadas.

Assim, para compreender essa complexidade, empregamos a metodologia qualitativa que,

> trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Dessa forma, a complexidade para a reconstrução da memória feminina está submerso em um movimento dinâmico das relações entre os sujeitos que viveram o tempo das mulheres e aqueles que ouviram falar, ou ainda que fossem apenas adolescentes quando as conheceram. Assim, a conjuntura da vida social pode motivar essas memórias e suas narrações na medida em que as relações sociais e dos grupos se modificam.

Na análise dos dados procuramos usar a perspectiva hermenêutica - dialética, pois ponderamos que sob este ponto de vista, foi possível apreender a dimensão prática e histórica em que se constituem as memórias femininas e seus significados no espaço social. De acordo com Minayo,

> a união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico. Esse texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais (1994, p. 227).

A autora ainda reflete que o método hermenêutico-dialético é aquele que nos municia e possibilita uma “[...] interpretação aproximada da realidade. Ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida" (MINAYO, 1994, p.231). Nesse sentido, usamos uma metodologia de narrativas que abarcou uma

metodologia de análise hermenêutica - descritiva, uma análise com uma explicação descritivo-narrativa. No próximo capítulo serão apresentadas as narrativas dos testemunhos das mulheres estudadas e os resultados das análises das pesquisas e das narrativas.

6 APRESENTAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FEMININA EM RIO DE CONTAS – BAHIA: AS NARRATIVAS DAS MULHERES ESTUDADAS

A faculdade de narrar, segundo Benjamin (1985) é a troca de experiências. Como foi trabalhado no ponto da fundamentação metodológica, o autor nos diz que a experiência tradicional perdeu campo na sociedade moderna, o que há é a experiência individual, não há mais tempo para contar e nem para ouvir, as experiências não são mais importantes. Ainda que Benjamin tenha feito uma referência a essa perda da tradição por parte dos artesãos, essa alusão nos ajudou a pensar as narrativas sobre as mulheres estudadas.

Conectando com as ideias de Benjamin sobre a reconstrução da memória nos dias atuais e como construir as memórias com sujeitos solitários nessa sociedade, passamos, em primeiro lugar, a compreender o contexto social de cada mulher, o tempo e o espaço vividos, a sociedade em que estavam inseridas. Partindo dessa ideia, passamos a buscar testemunhos de pessoas que conviveram ou ouviram falar sobre as mulheres.

A nossa inserção nessa reconstrução ocorreu na medida em que fomos ouvindo e buscando os documentos, os vários tempos e espaços, as pegadas dessas mulheres, tudo que poderia estar relacionado com suas vivências. Assim, trabalhamos com categorias, que foram construídas numa relação dialética com o marco teórico, com as hipóteses da pesquisa, com as fontes documentais e com as entrevistas realizadas. Como trabalhamos com as mulheres que tiveram uma expressividade para a sociedade de Rio de Contas consideramos os papéis desenvolvidos por elas em relação à família no espaço familiar e no espaço público.

Dessa forma, foram constituídas categorias que pudessem nos municiar nas análises, em relação às fontes que foram adquiridas, sejam elas materiais ou imateriais como as narrativas. Assim sendo, foram investigados os seguintes aspectos: definição do papel feminino na família; definição do papel feminino no espaço social da comunidade; as atividades desenvolvidas no contexto da família; as atividades públicas desenvolvidas no espaço público da comunidade e as relações de gênero/ com os homens da família e no espaço social público da comunidade.

Assim, passamos a compreender o contexto de vida, a vivenciar o mundo feminino das imagens a partir do momento em que escutávamos. As memórias não

estavam mais no mundo invisível, elas projetavam o desejo de uma escrita sobre o que estava sendo narrado, o desejo de conhecer mais, de ouvir mais, de dar voz a essas experiências que estavam mergulhadas na memória social de uma sociedade que, de certa forma, perde suas experiências tradicionais. Agora, não é mais a experiência e sim o conhecimento científico, aquele que é comprovado que foi experimentado.

Em função disso, buscamos nos arquivos, documentos, jornais, outras formas de narrativas que nos indicasse o conhecimento. Essa realidade ocorreu, porque "[...] no momento em que a experiência coletiva se perde, em que a tradição comum já não oferece nenhuma base segura, outras formas narrativas tornam-se predominantes" (BENJAMIN, 1985, p. 14).

Contudo, essas narrativas, podem ser plausíveis e controláveis. Fazem-nos compreender que mesmo utilizando de outras formas de narrativas, essa tese teve como base, para a reconstrução das memórias femininas, as narrativas tradicionais dos testemunhos, a narração das experiências, do tempo vivido, de um tempo que pode ao longo dos anos, serem esquecidos.

Assim, as narrativas que apresentamos a seguir têm o intuito de dar visibilidade à memória das mulheres estudadas, contribuindo para a reconstrução de suas histórias e o restabelecimento dos espaços que ocuparam na sociedade. Fazendo isso, estamos de certa forma, contribuindo para que as memórias dessas mulheres possam ser conduzidas a um lugar na história da cidade de Rio de Contas.

6.1 MARIA BRANDÃO (1900 – 1970)

FIGURA 10: Foto de Maria Brandão dos Reis Brandão, Rio de Contas – Bahia (Data desconhecida)

FONTE: Arquivo pessoal da família. Trabalho de campo, 2013.

Para a reconstrução da memória social de Maria Brandão dos Reis, foi necessário utilizarmos de narrativas de testemunhos, pois não foram encontrados documentos escritos sobre sua história nos Arquivos públicos de Rio de Contas e no Arquivo Público da Bahia, na cidade de Salvador. A realidade foi percebida ao pesquisarmos no Arquivo Municipal e nas conversas com a população idosa do Município. São muitos dados que são desconhecidos pela população mais jovem, apesar do espaço geográfico de Rio de Contas ser reflexo de uma sociedade marcada pela memória e tradição. No Arquivo Público da Bahia nos foi informado de que, sendo ela comunista, os documentos estariam em outro lugar, e que o arquivo não tinha conhecimento de onde seria e que vários arquivos de pessoas que foram perseguidas na mesma época não constavam lá.

Outro aspecto em relação aos testemunhos sobre a vida de Maria Brandão, é que, buscamos pessoas que a tivessem conhecido e tivesse uma proximidade com a sua experiência de vida. Quando começávamos a procurar essas pessoas, era como se tivéssemos realizando um trabalho de escavação, pois foi encontrado um número bastante reduzido de testemunhos de pessoas que conviveram com ela, porém em relação ao ouvir falar, foram diversas pessoas que tinham conhecimento da sua existência, principalmente aqueles que possuíam um convívio de proximidade com

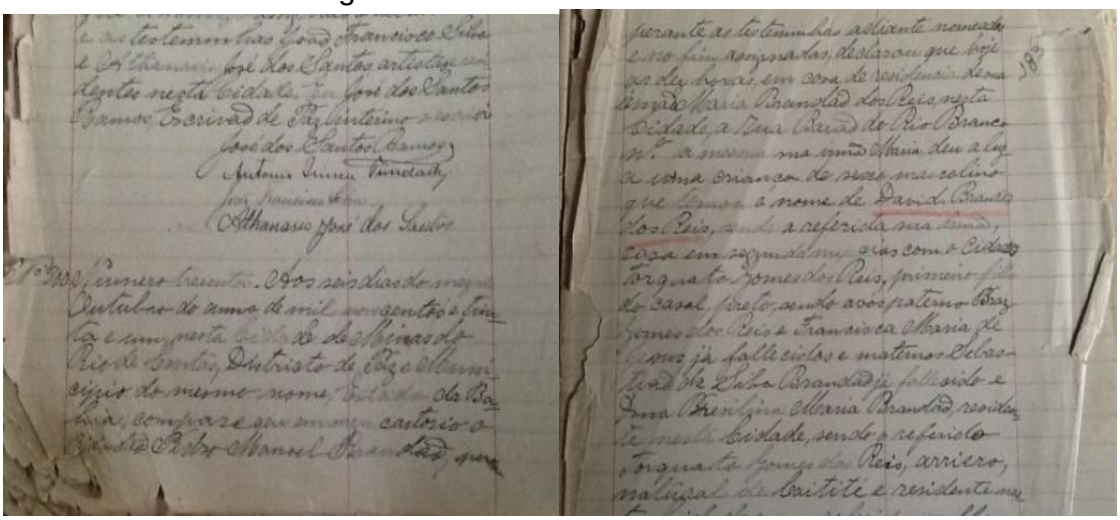
os grupos sociais dos quais ela participava. Contudo, houve muitos cuidados e receios para falar de Maria Brandão, as pessoas ainda temiam o comunismo e as perseguições que poderiam sofrer na sociedade de Rio de Contas, sobretudo, os mais velhos.

Aqueles que rememoraram, exceto dona Edézia, filha de Maria Brandão, serão tratadas aqui com o nome de rosas: Cravo, Crisântemo, Girasol, Lírio, Narcisio, Delfínio e Tulipa. Essa nomenclatura foi necessária e é habitual pela própria dinâmica das pesquisas sociais, e porque ainda há um receio, por parte das pessoas entrevistadas que seus nomes sejam citados. As entrevistas ocorreram entre o período de 2012 a 2014. Assim, foi perguntado a uma professora denominada Cravo, sobre o porquê das pessoas terem medo de falarem sobre Maria Brandão e ela nos respondeu:

> porque antes o povo dizia que ela era comunista, achava que era como um criminoso, como se fosse uma pessoa que matou e que roubou, o povo tinha medo de falar dela. Ela falava mesmo, como tinha uns majoritários queria podar, achava que ela falava demais.

O único documento encontrado, no Arquivo de Rio de Contas foi o Registro de nascimento do seu filho David Brandão dos Reis (FIGURA 11), feito por Pedro Manoel Brandão, irmão de Maria Brandão, no dia 06 de outubro de 1931. O documento também registra o nome do segundo marido de Maria Brandão, o Sr Torquato Gomes dos Reis, os nomes dos pais dele, Braz Gomes dos Reis e Francisca Maria de Jesus e dos pais dela, Sr Sebastião da Silva Brandão, naquele momento já falecido e Dona Presilina Maria Brandão. Pelo documento, o senhor Torquato era natural da cidade de Caetité - Bahia, e trabalhava como arriero, ou seja, uma pessoa que se dedicava aos transportes de animais de carga, porém, ela se tornou viúva ainda muito jovem.

FIGURA 11: Registro de nascimento do filho de Maria Brandão



FONTE: APMRC/BA – Trabalho de Campo, 2013.

Maria Brandão dos Reis nasceu na cidade de Rio de Contas - Bahia, no dia 22 de julho de 1900 e faleceu em 1974, na cidade de Salvador - Bahia. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro e teve 04 filhos, Sabino, Davi, Edézia e Divina, todos falecidos. Maria Brandão ficou viúva do primeiro marido, Sabino Luz, ainda muito jovem. Conforme Arakawa (2006, p. 209), uma memorialista que escreveu sobre a história de Rio de Contas, e que buscou no testemunho de Dona Edézia Luz Souza um pouco da memória social de Maria Brandão, nos diz que a família tinha muitas preocupações com a filha, pois:

> [...] desde muito cedo, passara por muitos sofrimentos, tendo se tornado viúva muito jovem e, para procurar um meio de melhorar o seu sustento e da sua família, deslocou-se para fixar residência em Salvador, enfrentando imensas dificuldades, batalhando, sempre com esperança de dias melhores. Valente, sempre de cabeça erguida, com espírito empreendedor e imbuída de grande otimismo, conseguiu vencer obstáculos, considerados àquela época, intransponíveis.

Em relação à vida pessoal de Maria Brandão, Crisântemo outra professora de 69 anos nos diz que:

> ela se casou, teve dois casamentos, com 20 anos mais ou menos que ela começou a falar de política, ela colocou o filho na escola e houve desavenças entre os Abreus e o filho dela. Depois ela teve que sair daqui, ela também era muito autoritária, o problema do filho foi de racismo na escola, ele estudava. Isso forçou ela ir embora pra

> Salvador, com espírito de otimismo, de política, que ela ia mudar a vida de todos

Corroborando com essa visão, Narcisio, em outro testemunho nos diz:

> Maria Brandão dos Reis era uma pessoa disposta que queria ajudar as pessoas e que não tinha condições e teve uma época de política aqui em Rio de Contas, só que eles foram contra ela, daí foi preciso ela sair de Rio de Contas e foi morar em Salvador.

Essa personificação de Maria Brandão demonstra a sua expressividade em uma sociedade que a discriminava não somente por ser mulher, mas também pela cor. De acordo com os testemunhos, essa representação de mulher forte, remonta às décadas de 1920 a 1970, período que se caracterizou por um importante momento histórico e político de nosso país. O período de 1920 a 1950 foi um momento entre o final da Primeira e a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, esse período foi, dentre outras coisas, marcado por revoltas militares, greves, criação de sindicatos e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Conforme testemunho da filha de Maria Brandão, Dona Edézia Luz Souza, nascida em 06 de outubro de 1913 (entrevista concedida a Carlos Landulfo de Souza Pau-Ferro no dia 22 de maio de 2006 e em vídeo no dia 13 de setembro de 2007), sua filha primogênita e que conviveu com a mãe até a sua morte, a mãe saiu da cidade de Rio de Contas em função de sofrer muitas perseguições e discriminações, “Mamãe não era comunista não, mamãe era revoltada com o sofrimento, com a perseguição, viu?”. A filha diz que após um conflito que houve entre o filho Sabino e um filho do prefeito, a mãe passou a ser perseguida e discriminada e não teve nenhuma condição de trabalhar em Rio de Contas, assim foi embora para Salvador.

Dona Edézia ainda diz que Maria Brandão não havia conhecido Luiz Carlos Prestes, líder revoltoso e posteriormente um dos fundadores do PCB, em Rio de Contas, no momento da passagem da Coluna Prestes pela cidade em 06 de abril de 1926 (JORNAL O CINZEL, 16 DE SETEMBRO DE 1926, Nº 26), e sim em Salvador. Sobre a passagem da Coluna Prestes em Rio de Contas transcrevemos abaixo um trecho de um texto do Cinzel após a invasão dos revoltosos:

> temos a mais grata satisfação em trazer hoje a presença dos nossos amáveis e distintos leitores, o nosso humilde periódico

> completamente reformado; mormente quando por motivos imperiosos fomos forçados a suspender sua publicação abruptamente, de modo que não nos foi dado ao menos o ensejo de apresentar escusas que nos justificasse perante o publico. Ainda perdura na memória do povo riocontense a lembrança do pânico de que se viu apossado quando na data inesquecível de 06 de abril deste anno, foi esta Cidade occupada de surpresa pelas tropas revolucionarias que então atravessavam o Estado de norte a sul; pois bem, este facto, concorreu poderosamente para que se desse o desaparecimento do ‘ O Cinzel’ durante esses longos mezes que são passados.

O fato relatado pelo jornal confirma o que foi dito por Dona Edézia, testemunha que, no momento da passagem dos revoltosos, tinha entre 12 a 13 anos e sua mãe 26 anos, e diz que todos ficaram com medo, isso significa dizer que até sua mãe poderia ter sentido medo, fato que ela não comentou. Ela ainda disse que viu Luiz Carlos Prestes em Rio de Contas, “[...] quando ele entrou em Rio de Contas todos correram, não ficou ninguém, as casas ficaram abertas”.

A ida da família para Salvador, em 1937 foi “[...] uma viagem muito sofrida [...]” (ARAKAWA, 2004, p. 214). Sobre essa viagem, a professora de 69 anos expõe: “Em contendas do Sincorá o filho pegou uma febre (Sabino) e morreu”.

Em Salvador, Maria Brandão abriu uma pensão, localizada na Baixa dos Sapateiros, para estudantes que se deslocavam do interior para estudar na Capital e para pessoas que necessitassem fazer exames, a casa também era um espaço de militância política, “[...] muitos dos seus hóspedes eram estudantes universitários que, mais tarde, foram presos e (ou) exilados pela repressão policial...” (ARAKAWA, 2006, p.215). Maria Brandão ajudava as pessoas que não tinham condições de permanecer na pensão. Sobre isso o Cravo revela:

> ela montou a pensão onde ela começou lutar, o partido dela era comunista. Foram muitos estudantes daqui de Rio de Contas e ficava lá na casa dela. E o povo daqui pensava que o comunismo era prostituição, coisa errada, e não tinha nada a ver. Ela queria que a pessoa estudasse. Ela também teve uma desavença com sua filha Edézia, porque no tempo do comunismo não queria que ela prosseguisse. Ela sofria demais, era presa, amanhecia na rua e os comunistas grandes colocava ela de vigia na rua para observar o que passava ali.

Outro relato de Cravo confirma essa visão:

> lá em Salvador depois de muito tempo ela começou a ter contato com as pessoas, que tinha posição e dizem que ela era do partido

> comunista, só que lá em Salvador ela foi adquirindo habilidades e conseguiu um hotel e uma casa, e nessa casa ela apoiava as pessoas. Alguns ela cobrava outros não cobrava, ela teve muito contato com as pessoas, daí ela foi crescendo.

Sobre o papel de Maria Brandão, Crisântemo prossegue relatando:

> a coluna prestes pode ter influenciado Maria Brandão. Ela lutava por Carlos Prestes e falava sobre ele. Ela vinha muito aqui, ela era bem aceita pelos humildes, para as pessoas do poder não. Nunca chegou entrar na política aqui? Não, porque ela não era aceita, porque era negra.

Esse aspecto da vida de Maria Brandão pode ter contribuído para que a mesma fosse inserida no meio de pessoas influentes. Dona Edézia narra que a mãe teve muito prestígio em Salvador, conheceu muitas pessoas influentes como Antonio Balbino, Waldir Pires, Luiz Carlos Prestes e outros políticos.

Conforme relato da filha, em Salvador, Luiz Carlos Prestes esteve em sua casa por duas vezes. Provavelmente, esse encontro com o líder comunista, teria influenciado na militância política da mãe. Maria Brandão viajava muito de avião para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Quando viajou para o Rio ela esteve com Mario Lago, ator e escritor, os dois eram muito amigos.

Contudo, para Dona Edézia a mãe nunca esqueceu Rio de Contas, “[...] ela vinha sempre a Rio de Contas, ninguém aceitou a militância dela, ela pegava o jornal colocava na cintura com a propaganda do partido, e saia pelas ruas dizendo que as pessoas tinham que pagar o sindicato”, ela falava e não se importava com o que as pessoas diziam. “Mas ninguém deu valor nela em Rio de Contas”.

No período da II Guerra Mundial, Edézia conta que a mãe ganhou o prêmio da medalha da paz que consta em sua roupa na foto apresentada, esse premio adveio por meio do PCB na sua atuação pelo recolhimento de assinaturas em Salvador, contra a guerra e a favor da paz. Conforme Dona Edézia a mãe colheu as assinaturas “[...] de porta em porta, ela arrecadou assinaturas contra a guerra de Hitler, dia de domingo ela saia e batia de porta em porta. Essa guerra foi a coisa mais triste que eu já vi na minha vida”.

Para compreendermos essa campanha e as motivações de Maria Brandão foi necessária uma busca nos arquivos do PCB em trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, Ribeiro (2008) nos diz que no início dos anos de 1950, militantes

comunistas do Brasil e do mundo, disseminaram uma campanha para arrecadar assinaturas com o intuito de defender a paz mundial.

Sobre isso o autor relata:

> no entanto, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, do início da Guerra Fria, os comunistas brasileiros passaram a desenvolver diversas campanhas em favor da paz, articulando sua política revolucionária – luta armada para a derrubada do governo – a uma política de luta pela paz no âmbito internacional (RIBEIRO, 2008, p 261).

Essa campanha de assinaturas, segundo o autor, significava para o PCB uma forma de a imprensa comunista incentivar seus leitores e principalmente os militantes na busca por assinaturas. As mulheres participavam por meio de associações, organizando palestras e comícios- relâmpago. Os comunistas incentivavam a participação das mulheres porque acreditavam que a participação das mesmas era imprescindível. Ainda segundo o autor, havia reproduções impressas de jornais que eram exclusivas para as mulheres militantes, um desses trechos relatava:

> você, que não quer que seu filho morra na guerra que não quer perder seu noivo que ama seu marido e deseja que ele viva ao lado de seus filhos, assine e mande para nossa Redação este apelo em favor da defesa da Paz entre os povos: Exigi - os a proibição absoluta da arma atômica, arma execrável e de extermínio em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um controle internacional para assegurar a aplicação desta medida. Consideramos que o governo que utilizar contra qualquer outro país a arma atômica cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra (RIBEIRO, 2008, p. 265-266).

Ainda sobre essa campanha, no manifesto do partido, escrito em agosto, por Luiz Carlos Prestes há um solicitação peculiar às mulheres:

> mulheres do Brasil! Sois as primeiras e as maiores vítimas da guerra e do terror fascista. Operárias e camponesas, donas de casa, mães e esposas. Sois vós que primeiro sentis as agruras produzidas pela fome em vossos lares. Com vossa tradicional coragem e decisão impedi o crime de mais uma guerra imperialista! (VOZ OPERÁRIA, 5/8/1950, p. 1, 2 – 4, APUD RIBEIRO, 2008, p. 266).

Como podemos observar, o incentivo e a participação das mulheres na militância do partido era intensa, isso pode ser notado nessa campanha. Dessa

forma, Maria Brandão, foi uma das militantes do partido que recebeu o Premio de Campeã da Paz o qual lhe concedia o direito de fazer uma viagem à Rússia.

Segundo Dona Edézia, a mãe jamais foi a essa viagem, ela foi substituída por um jovem intelectual que se embebedou e caiu no Rio Volga. Fizemos uma busca a esse relato nos acervos digitalizados do PCB e não encontramos nenhuma menção ao fato, porém as pessoas que conheceram Maria Brandão relatam sobre esse acontecimento e outros ainda acreditam que ela de fato foi à Rússia. De acordo com a filha, a mãe ficou revoltada com a situação, “O PCB escolheu um jovem intelectual ao invés dela para ir a Moscou, o partido não deixou ir”. Sobre isso dona Edézia diz que a mãe proferiu: “Sou preta e ignorante, mas esse papelão eu não ia fazer!” (ARAKAWA, 2006, p. 212)

Outro fato interessante narrado por Dona Edézia trata sobre a estrada que liga Rio de Contas a Livramento do Brumado. Ela disse que a mãe conhecia dois Deputados, Giocondo Dias e Jaime Maciel, e teria solicitado a eles para “[...] fazer a estrada aqui, e essa estrada ruim foi Emiliano Cardoso quem fez a pedido de mamãe, aqui ninguém fala. Depois essa estrada boa, né?”

Esse fato comprova a participação no espaço público e na política por Maria Brandão. Nesse sentido, ela foi uma mulher que esteve à frente de outras mulheres da sua época e de uma sociedade androcêntrica que a discriminava e a perseguia. Dona Edézia diz que a mãe foi perseguida por suas posições políticas em Salvador e diz que um dia o,

> Prefeito de Salvador deu fuga a mamãe, que eu fiquei besta viu, enquanto a policia estava esperando ela, não sabe, o prefeito pegou no carro dele qualquer coisa como se fosse ele que ia saindo, no entanto era ela que tava saindo, para ir para casa, e a polícia ficou (risos). A policia nunca invadiu, teve dia que esperei a polícia nunca invadiu.

Maria Brandão foi perseguida por ser militante do PCB, a filha relata que ela freqüentava um jornal comunista chamado “O Momento”. Sua filha relata que um dia a polícia disse a ela: “Dona Maria se a senhora sair daqui e entrar no jornal Momento a senhora vai ser presa viu”. Porém, Maria Brandão não se intimidava e continuava a freqüentar o jornal, pois lá havia muitas reuniões.

Dona Edézia ainda descreve que a mãe participava de muitas reuniões do partido. Em função dessa participação, em “1964 foi interrogada pela policia com o

envolvimento com os comunistas", dona Edézia disse que acompanhava a mãe e os policiais perguntavam o que ela fazia na sede do jornal, e ela não respondia, permanecia calada. Mas Maria Brandão era acompanhada mesmo sem saber. Segundo a filha a mãe sempre dizia: "Vou deixar meu nome na história".

Segundo testemunho do Cravo, nessa época, Maria Brandão esteve em Rio de Contas e foi perseguida, sobre isso ela nos diz: "Teve uma época que ela veio aqui, e foi preciso ela sair pelos fundos e esconder porque o povo queria acabar com ela porque dizia que ela era comunista", o povo que a testemunha se referia eram as pessoas da elite, da alta sociedade. Sobre isso, Sr Delfínio disse:

> ai quando teve aquela Revolução de 70, a ditadura, então ela era cotada como uma das chefonas do comunismo. Quando a coisa apertou mesmo ela fugiu pra cá e se escondeu lá no Marion e depois ela retornou pra Salvador novamente. Passava um avião aqui em Rio de Contas e o povo falava: ta caçando Maria Brandão.

Arakawa (2006, p.220) assevera:

> quando, por ocasião da revolução de 1964, e com os militares no poder, a cidade de Salvador se viu cercada pela polícia militar e civil. Maria Brandão, com receio de ser privada de seus direitos à liberdade, foi refugiar-se em sua terra natal, na Fazenda Marion. [...] Pouco tempo depois, até lá, na cidade de Rio de Contas, apareceram agentes da polícia, à cata de comunistas. As famílias apavoradas queimaram muitos livros, com receio que pudessem "incriminá-las"... Maria, como estava escondida na fazenda, não foi encontrada.

Conforme Novato (1997, p. 95),

> a palavra "comunismo" tomou conta de Rio de Contas, com a chegada de Maria Brandão, irmã de Neusa Brandão, a dona da pensão. Tinha tempos que ela se fora de Rio de Contas, e residia em São Paulo. Diziam que ela se tornara amiga de Luis Carlos Prestes. [...] dizia que Getúlio era amigo de Hitler, e traidor da pátria. Contava a história de Olga, mulher de Prestes, que fora entregue aos alemães, pela ditadura de Getulio, e dizia que, no Brasil, só tinha rico porque o pobre era explorado. – "Comunista"! – Dizia seu Juca. Devia ser expulsa da cidade! [...] Uai! Pois num dize qui os comunista é os qui separa os pai dos fio?

A autora ainda expõe que, todos se esquivavam de falar com Maria Brandão, porém falavam muito sobre ela. Novato ainda diz que, havia uma organização para expulsá-la da cidade, para isso disponibilizaram até um abaixo-assinado para levar

ao delegado. Todavia, Maria Brandão, de acordo com Novato, parecia não se envolver com os boatos. Permanecia com os passeios pelas ruas da cidade. A autora nos revela que numa confusão que houve na cidade em relação às condutas de um padre, tinham pessoas que chegavam a falar sobre ela: Mas é sincera, não esconde o seu ideal.

Além da Campanha da Paz, em março de 1949, Maria Brandão apoiou as reivindicações das moradoras do Bairro Corta Braço, atual Vila Nova do Pero Vaz em Salvador, organizando passeatas e vigílias noturnas, pois eram ameaçadas de perder as suas habitações. Segundo Castro (2004, p. 40 -50)

> [...] anos 40, época em que aquela invasão começava a se formar, nos limites do Bairro da Liberdade, onde hoje é a Vila Nova Pero Vaz. [...] a luta de um povo muito pobre para construir e manter suas casinhas numa área de terra invadida. As terras pertenciam a um italiano chamado Montecano, também proprietário de cubículos e casebres alugados à população miserável, a qual a duras penas, pagava aluguel ao cobrador oficial Dórea, pessoa de confiança do italiano. Do lado do povo, estava o Partido Comunista da época, que, através de seus representantes, chegou a contratar advogados para defender os moradores, uma vez que o proprietário reivindicara a reintegração de posse.

Como podemos perceber, as atuações de Maria Brandão estavam relacionadas à militância do partido e às causas sociais. É claro que, independente do partido, ela sempre demonstrou ser uma pessoa forte e influente, conforme Arakawa (2006, p. 214),

> o seu espírito de solidariedade era tamanho que vivia para auxiliar as pessoas com dificuldades financeiras. Apesar de pobre, hospedava, provisoriamente, em sua pensão, aqueles que não podiam lhe pagar. E estavam sempre solicitando aos políticos amigos algum emprego para os seus protegidos. Tentava conseguir livros e bolsa de estudos para os estudantes sem recursos que moravam com ela, mesmo aqueles que professavam ideologias diferentes da sua.

Sobre Rio de Contas, Dona Edézia descreveu que havia muita discriminação, existia o lugar dos pretos e dos brancos, ela se refere ao Clube Social da cidade e a Igreja Católica. Sobre isso ela diz:

> preto não chegava naquele clube, o padre Lucio não deixava a moça preta pegar nem anjo não. As cadeiras eram separadas, os negros sentavam separados, mas mamãe não sentava separado não. Não

> era banco não, eram cadeiras, os brancos sentavam na frente e os negros atrás.

Mesmo com as perseguições, Maria Brandão enfrentava a situação vivida em Rio de Contas com muita austeridade e independência. Isso significa dizer que, mesmo com as relações desiguais, o seu papel na sociedade de Rio de Contas e em Salvador demonstrou ser de grande valor para a sociedade. Os grupos sociais dos quais participava, rememoram a vida de Maria Brandão como uma mulher de caráter forte e lutador, “[...] uma guerreira, sob os preconceitos ela não se abaixou” (CRISÂNTEMO).

Ainda conforme Crisântemo, ela foi:

> batalhadora, muito otimista, lutadora, lutava pelos seus ideais, os ideais dela aqui em Rio de Contas. Ela lutava pela raça negra, ela dizia que todos eram iguais, com o mesmo poder. Aqui ela era odiada, porque ela lutava pelos seus direitos, então ela foi embora pra Salvador, o ideal dela era a política, desde a infância, ela já nasceu com aquele dom, ela era revolucionária.

Esse testemunho reverbera a nossa inferência sobre a Maria Brandão, uma mulher a frente de sua época, de expressividade. Uma mulher que trabalhava no espaço público e que desenvolvia diversas atividades no seio da família, para ajudar. Ainda segundo Crisântemo, a família de Maria Brandão

> trabalhava muito, os pais dela: Sebastião Brandão e Brasilina Brandão, a mãe era daqui do Cercadinho, o pai veio de Portugal com coronel Carlos Souto, era viajante, não tem descendente aqui, ele era negro dos olhos verdes, dizia que era português. Casou-se aqui, teve 20 filhos, alguns morreram crianças, e dez vivos. Eles moravam na beira do rio, vizinha a capela de São Sebastião. Ele quem construiu a capela, ele era devoto, e foi um tempo que teve muita doença, uma febre. Ele fez uma promessa, eles moravam ali.

Maria Brandão era semi-analfabeta e

> cresceu lutando, trabalhando, ela nunca gostou de ser dominada pelos outros, essa família sempre foi assim, sempre quis ser autônomos, dizia ela que era porque o pai dela foi criado como escravo e que ela não queria isso pra ela. Ela estudou nesse sobrado, até construir o Barão de Macaúbas (CRISÂNTEMO).

Era também uma mulher que lutou pelos direitos dos oprimidos da sociedade, por uma melhor condição de vida. De acordo com o testemunho de Narcisio, homem que conheceu Maria Brandão:

> o comunismo foi uma válvula de escape que ela abraçou e que, era o que ela queria na vida dela era isso, ela pensava que todo mundo era igual e que todo mundo tinha os mesmos direitos. Lá na beira do rio ela conversava com todo mundo, aí falava né; - Vocês deviam seguir o comunismo né, mas todo mundo tinha medo. Ela era muito positiva.

Nós perguntamos se ela reunia as pessoas para falar sobre as desigualdades e sobre a militância do partido e ele disse:

> é porque lá na beira do rio é onde ficava a casa dela, foi lá que ela nasceu ela conhecia todo mundo alí na beira do rio: meu vô, minha avô, meus bisavôs, que nasceram tudo ali. Tinha pouco branco que morava ali. Era quase que nem todo mundo reunia num lugar pra falar de Deus, ela ia encontrando e falando, ela batia nas portas ali, e cada porta que ela batia, ela ia falando, às vezes ela encontrava uma pessoa, dava uma paradinha e contava uma história e falava do comunismo, xingava, do que ela tinha sofrido, lembrava, falava, ia para outro lugar cumprimentando as pessoas e assim ia falando.

Segundo ele, as pessoas que ouviam Maria Brandão a apoiavam, mas não se tornaram comunistas, tinham medo. Esse medo foi relatado em outro testemunho: “Maria Brandão, era comunista. Sabia que tem gente que tem medo de falar do comunismo? eu mesma tenho”, depois que falou essa frase a mulher desconversou e falou do tempo em que era solteira em Rio de Contas e da sociedade, não falou mais sobre Maria Brandão.

Foi perguntado para Crisântemo se Maria Brandão, como mulher, tinha sido protagonista na história de Rio de Contas e ela respondeu:

> foi. Como Maria Brandão não tinha. Essa posição dela começa na família. A escravidão acabado há pouco tempo. Aqui em Rio de Contas eu sinto que o preconceito é uma farsa, mas ainda existe. Quando foi a Revolução da ditadura, ela veio de lá de Salvador corrida, com a turma, ela não escondeu não, ficou aqui na cidade.

Crisântemo ainda narra que, após a perseguição, e dos policiais chegarem a Rio de Contas, o pai dela, com medo, queimou os pertences de Maria Brandão, “Com medo meu pai pegou os papéis, livros, jornais e tocou fogo. Quando ela voltou

que não encontrou falou: “a maior relíquia da minha vida, você acabou com a minha vida”. Sobre isso Arakawa (2006, p. 212) narrou:

> a famosa medalha recebida, infelizmente, a sua família não pôde conservá-la, pois, por ocasião da revolução de 1964, José Brandão, irmão de Maria, atirou-a as correntezas do Rio Brumado, juntamente com todos os pertences da militante comunista, com receio de alguma perseguição policial e política.

Maria Brandão, assim como ela desejava, ficou para a história, uma história que está na memória social da população riocontense, uma mulher que, mesmo sendo negra e pobre persistiu em defesa dos mais pobres e pela igualdade social. Ela era uma mulher que estava à frente de seu tempo e mesmo sofrendo discriminações ela foi um marco para a história da sociedade de Rio de Contas. Em 1970, Maria Brandão “morreu de forma repentina”, disse dona Edézia.

6.2 A MULHER PATRONA: ANA HELENA DE AGUIAR (DATA DE NASCIMENTO E MORTE DESCONHECIDA)

FIGURA 12: Foto Ana Helena de Aguiar, Comunidade do Bananal- Rio de Contas – Bahia (data desconhecida)

Fonte: Encarte da Prefeitura Municipal de Rio de Contas – Bahia.

Antes de adentrarmos na memória de Dona Ana Helena de Aguiar é importante sabermos um pouco sobre os lugares que ela exerceu uma posição de autoridade. As Comunidades do Bananal e da Barra conforme informações da Fundação Cultural Palmares (FCP) são Comunidades Quilombolas do Município de

Rio de Contas- Bahia títulos recebidos em 18 de julho de 2000 e certificadas em 12 de setembro de 2005.

Ao verificar o significado da Palavra Quilombo no Dicionário Aurélio para o Século XXI, constatamos que o significado remete a uma formação de um Estado de modelo africano e que foi formado, nos sertões do Brasil, pelos escravos fugidos. Portanto, o Estado a que nos referimos, é composto pelas Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Sendo que, a comunidade de Riacho das Pedras, teve suas terras inundadas pelas águas da Barragem do Rio Brumado, e por isso sua população foi forçada a migrar para Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora, essa situação é outra história que necessita de uma investigação mais criteriosa, da rememoração da população que perdeu suas terras.

No ano de 2012, em visita a essas comunidades, buscamos saber sobre uma mulher que havíamos conhecido durante uma viagem aos povoados no ano de 2000, Dona Claudina Martins. Na época, a casa dela ficava no centro do Povoado da Barra e ela era muito respeitada por todos, sentimos muito prazer em ouvir suas histórias sobre a Comunidade e sobre a participação dela como uma mulher de muito respeito, tanto na Barra (FIGURA 13) quanto no Bananal (FIGURA 14).

FIGURA 13: Comunidade da Barra – Município de Rio de Contas- Bahia, 2013

Fonte: Trabalho de Campo- 2013

FIGURA14: Comunidade do Bananal – Município de Rio de Contas-Bahia, 2013

Fonte: Trabalho de Campo – 2013

Porém, quando chegamos aos Povoados do Bananal e da Barra, no ano de 2012, perguntamos sobre Dona Claudina, e infelizmente, aquela senhora tão encantadora, possuidora de experiências e tradições, havia falecido. Na Barra, os moradores informaram da morte de Dona Claudina e relataram acerca de Dona Ana Helena Aguiar, carinhosamente chamada por eles de Sá Ana. Sobre a importância dela para as comunidades, um morador a chamou de a 'patrona' dos dois povoados. Ficamos ávidas em saber sobre ela e o porquê dessa qualificação.

De acordo com algumas narrações, Dona Claudina e Dona Ana Helena de Aguiar, do Bananal, tinham "muita ligação uma com a outra". Em relação ás duas mulheres eles relataram: "elas cuidavam da igreja, das rezas. Elas também rezavam em latim e não sabiam nem ler nem escrever" (MORADORES DO POVOADO DA BARRA E BANANAL). Como se pode observar, tanto Dona Claudina como Dona Ana Helena não sabiam nem ler e nem escrever, mas ambas eram rezadeiras e faziam as rezas em latim na Congregação Católica local. Há relatos de que nos dias festivos, Sá Ana era convidada a ministrar a reza em latim em outras congregações próximas, como a do Povoado de Mato Grosso, a comunidade portuguesa.

No povoado do Bananal, segundo relatos de testemunhas, há a tradição dos moradores casarem entre si. A economia está baseada na plantação de mandioca, feijão e recentemente, na plantação de laranja. Porém, com a construção da

Barragem do Brumado na década de 1980 houve um grande alagamento das terras e muitas famílias migraram para Rio de Contas e outras regiões.

Assim, partimos para o Povoado do Bananal na expectativa de conhecer a memória social de Ana Helena de Aguiar (Sá Ana). Ao chegarmos ao Povoado observamos uma calmaria, o local parecia deserto com poucas casas e população. Encontramos com uma professora chamada Maria de Lurdes Nascimento Viana que conviveu com Sá Ana e nos disse que:

> Ana aqui pra nós era uma pessoa que a gente tinha muita consideração, que a gente respeitava que a gente conhecia, ela morreu com 115 anos, foi em 06 de janeiro, já tem mais de dez anos que ela morreu.

Como havíamos colhido informações sobre Sá Ana na Barra, e um homem a chamou de “A Patrona”, nós perguntamos a Maria de Lurdes o que isso significava e o que era ser patrona para essas duas comunidades quilombolas?

> Ana era patrona. Ela ensinava na comunidade as rezas, a igreja ela quem abria, ela que determinava, e a reza só começava depois que ela chegava, rezava as ladainha em latim, ela era solteira, morava com a família e na casa era Adelina, irmã dela, Fitinha (Sipriciano) e Joaquim Domingos, todos os irmãos moravam na mesma casa, ai os outros morreram só ficou ela e Sipriciano. Já com seus cento e tantos trabalhava, rezava, sabia muitas reza, era benzedeira. As pessoas quando adoeciam iam procurar ela pra ela benzer. Meu filho tinha uma dor forte, ela disse que era um verme que ele tinha no umbigo, ai ela chegou e fez um remédio e passou e nunca mais ele sentiu.

Nesse contexto, verificamos que o sentido da palavra patrona está relacionada com a influência que Sá Ana tinha na Comunidade, além de rezadeira, era benzedeira e cuidava da saúde dos moradores do povoado. Perguntamos qual a visão que os homens tinham sobre ela, e nos foi respondido por Dona Maria de Lurdes:

> os homens tinham muito respeito por ela, o que ela falava tá falado, ela dizia assim: Ana Helena está falando! Ela tinha influência entre os homens pra decidir as coisas na comunidade. Naquele tempo não tinha muitas reuniões que tem hoje, mas qualquer coisa que tinha uma desavença na família, todo mundo ia lá conversar com ela.

Esse relato confirma o valor de Sá Ana, não somente para a comunidade, mas para a família. A frase dita por ela “Ana Helena está falando” evidencia uma forte influência no cotidiano da comunidade, ela era alguém que possuía autoridade, confiança e segurança.

Sobre a sua condição para ler a Bíblia, a professora nos disse que: “Ela falava: mais tarde vem aqui ler a bíblia pra mim, ai eu lia, ela não lia, não sabia, se você lesse a bíblia ai ela fazia o relato pra você, ela não sabia nem ler nem escrever”. Esse testemunho demonstra que, independente do nível de estudo, Sá Ana possuía uma autoridade como mulher, no interior de uma comunidade composta de homens e mulheres, independente da sua posição educacional. Era uma mulher dotada de sabedoria, de conhecimentos e experiências. Talvez, se a história fosse contada, tomando-se como referência a experiência dessas mulheres, em suas comunidades ter-se-ia outra história.

Sá Ana era chamada assim porque, conforme informações da professora era costume chamar as senhoras por Sá. No entanto, buscamos o significado no Dicionário Aurélio para o século XXI e encontramos que é uma alteração da palavra Sinhá, que diz respeito a um tratamento dado pelos escravos à sua senhora. Se pensarmos nesse sentido, de fato poder-se-ia dizer que, Sá Ana era chamada assim, pela Comunidade, no entendimento de que, como mulher, era uma pessoa apreciada como a mais influente, com maior autoridade.

Apesar de não ser a mais velha dos povoados, porque antes dela, segundo relato da professora havia um homem por nome Januário, ela era a mulher de maior idade nas duas comunidades. Foi amiga de Dona Claudina, e ambas tomavam conta da igreja. A igreja que Sá Ana ordenava no povoado de Bananal foi construída pelos próprios moradores. Lá “teve duas igrejinha, teve uma que seu Horácio construiu e ela caiu e teve uma casa que eles faziam uma casa de oração. Essa aqui ela já tomou conta” (RELATO DA PROFESSORA), Figura 15.

FIGURA 15: Templo da Igreja no Povoado do Bananal onde Sá Ana rezava

FONTE: Trabalho de Campo 2012

A casa de Sá Ana era referência no Povoado, para os visitantes e para turistas. Era muito comum, segundo a professora, as pessoas visitarem Sá Ana, ela era reconhecida, havia pessoas que vinham ao povoado apenas para conhecê-la e pedir para ela rezar e benzer, ela também trançava chapéus.

Conforme relato da professora, Sá Ana se preocupava com quem iria assumir o seu lugar na comunidade, certa feita, ela chamou a professora e disse: “Ô Lurdinha você vê se arruma Cida aí, chama Cida pra vocês copiar a ladainha, em latim, - eu não vou agüentar muito tempo, eu não vou agüentar mais, eu vou passar a ladainha, vêm aqui copiar a ladainha”. “Assim, as cópias da ladainha, em latim, de Sá Ana encontram-se na Igreja, porém não está completa em virtude do tempo”, pois conforme a professora, “tinha muita coisa”. Após a morte de Sá Ana, para Dona Lurdes, o povoado não foi mais o mesmo, ficou um vazio. Um vazio da experiência, dos ensinamentos, do conhecimento, da sabedoria, da reza bem pronunciada, do cuidado para com o outro.

6.3. EUFROSINA NOVAIS SILVA (1901- 1982) E ANA AVELINA DA SILVA (1916-1985): A MEMÓRIA DAS MULHERES LATOEIRAS

FIGURA 16: Fotos de Dona Eufrosina Novais Silva e de sua filha Ana Avelina da

Silva, Rio de Contas – Bahia (data desconhecida).

FONTE: Foto concedida por Dona Iraci Silva Barbosa Trindade, Rio de Contas- Bahia, 2015.

Um dia nos foi enviada uma imagem de uma mulher trabalhando com latão em Rio de Contas, a partir desse momento passei a buscar nos documentos do APMRC e na Biblioteca Municipal de Rio de Contas dados sobre mulheres que realizaram esse tipo de trabalho, contudo não encontramos registros. A princípio relutei por ter um entendimento de que as mulheres não trabalhavam com esse tipo de material, um trabalho tão árduo e perigoso.

Segundo Pereira (1957, p. 108 - 109)

> ferreiros e latoeiros, além de serem os artífices encontrados em maior número na cidade, são ainda os produtores dos artigos que formam a indústria típica local: facas e punhais com os cabos de níquel artisticamente trabalhados, cabos de taca com decorativas incrustações de níquel na madeira, bridas de ferro ou latão, esporas, armações de ferro para selas e outras obras avulsas.

Nesse contexto, o trabalho de latoaria e ferro em Rio de Contas, pela sua especificidade, era um trabalho tido como muito difícil para ser realizado por uma mulher. Pereira (1957) ainda descreve que “[...] o equipamento das oficinas era bastante precário e rudimentar possível: bigorna, forja (ainda com o velho fole), furador (broca manual), torno, rolidor, esmeril (movido à mão), lima e martelo (p. 109 – 110).

Além dos instrumentos de trabalho ser de difícil manuseio havia o problema para se conseguir a matéria-prima, tanto pelo custo quanto pela exploração do minério: níquel, latão, zinco, cobre e ferro. A maior parte das matérias primas era adquirida no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Salvador.

Buscamos os registros dessas oficinas no APMRC e não encontramos. Mas, Dona Iraci Silva Barbosa Trindade, neta de Dona Eufrosina e filha de Dona Ana (entrevista concedida em setembro de 2013), nos disse que a mãe e a avó haviam sido latoeiras:

> minha mãe é Ana Avelina da Silva, ela era latoeira, minha mãe nasceu no dia 09 de dezembro de 1916. Ela trabalhava na tenda de latoaria, aqui. Minha mãe só tinha um casal, eu e um menino, Israel. Eu fui uma pessoa que comecei a trabalhar quase com cinco anos, as coisas eram assim caseiras né, e pegava muita lenha e com isso a gente não tinha muita liberdade assim de sair, às vezes ia à igreja, mas só ia acompanhada.

De acordo com o testemunho de Dona Iraci na tenda trabalhava 06 pessoas entre homens e mulheres. Dona Iraci nos contou que a mãe dela e uma tia trabalhavam na oficina, e que essa ocupação, para elas, era comum. Perguntamos quantas oficinas de latoaria havia em Rio de Contas e ela responde:

> tinha de 15 a 20 tendas, uma era da minha avó Eufrosina Novais da Silva, a gente chama ela Losinha; tinha outra ali de Meco, eu não sei mais, e Petrina aqui mesmo nessa rua; na rua do capim: França, Juvenal que é da família do Ribeiro e Geruza também trabalhava na tenda de minha avó Losinha. As mulheres que eu conheci que trabalhava nas tendas eram tudo negra, Tulica, Maria Pereira, Sebastiana. Algumas tendas eram dos brancos e outras dos negros.

Sobre o trabalho das mulheres na latoaria Dona Iraci descreveu:

> eu não lembro, nessa tenda que eu te falei só trabalhava negros, na tenda dos negros as mulheres trabalhavam, era igual lhe falei, eles tinham o processo de fazer as peças de metal, mas no processo de derreter metal para fazer as peças, ai era mais os homens, porque é pesado né: pegar o metal quente ali na boca daquele forno, então às vezes, eu me preparava para a chegada de meus tios, aquele processo já estava pronto para colocar, para formar as peça que já tava ali tudo já prontinha.

Observa-se que havia uma divisão do trabalho no processo de produção, apesar de trabalhar nas latoarias, as mulheres permaneciam com um tipo de trabalho que não era considerado pesado, a própria filha reconhece essa diferença. Das tendas citadas, duas delas pertenciam a mulheres, é o caso da Avó de Dona Iraci, Dona Eufrosina, mais conhecida na cidade por Dona Losinha. A Divisão do trabalho na tenda de Dona Losinha não seguiu o mesmo padrão das latoarias da

cidade de Rio de Contas. Na tenda dela, conforme relato da neta, “ela mesma ensinou aos filhos o oficio da latoaria e as mulheres da família também trabalhavam”.

Dona Iraci ainda nos diz que, as mulheres trabalhavam na latoaria porque havia necessidade, isso ocorria porque:

> não tinha outra opção a não ser essa, né? Não tinha estudo, minha mãe me contava que não tinha condições, a vida de Rio de Contas no inicio foi difícil. Esses trabalhos que elas fazia era assim, trabalhava de dia pra comer de noite. Ia, fazia aquela pecinha e ia entregar.

As peças produzidas eram transportadas para a Lapa. A compra das peças era realizada, segundo Dona Iraci, por compradores brancos, eles armazenavam os produtos. Dona Iraci nos disse que a família dela era negra e que não tinha muita condição, por isso havia muita necessidade de trabalhar.

> eu nasci nessa casa de tenda, o fogão era de adobão. Depois que nasci minha mãe continuou trabalhando, trabalhou até quando eu estudava. Aposentou no mesmo ano que morreu, com 69 anos. Além desse trabalho, ela costurava renda, depois que terminava os trabalhos, trabalhava como rendeira. Ela aprendeu, eu aprendi também. Era Luzia, uma senhora que tinha aqui, ela aprendeu com ela, ela morava aqui em Rio de Contas e ia passando essas coisas acredito que era negra, não sei.

Dona Iraci nos conta que o cotidiano de trabalho da mãe dela foi muito difícil:

> quatro da manhã começava, quando derretia, tornava colocar outra porção até completar aquela quantidade, os frascos é uma armadura, aonde eles moldava, depois do processo de fundição, ai começava de novo. As que saia perfeita não precisava ir pra fundição e aquelas que as vezes tinha alguma que dava que saia com algum vazamento, ai botava um chumbuzinho, ai agora ela puxava um pouquinho e derretia... minha mãe fazia tudo isso, ela não queixava porque num tinha opção, minha mãe tinha 20 irmãos. Minha mãe trabalhou desde a infância, só não sei a idade.

Como se observa, Dona Ana trabalhava desde criança para ajudar no sustento da família, nessas condições, não havia distinção de gênero, todos

deveriam trabalhar para a manutenção da família. Dos 20 filhos de Dona Eufrosina sobreviveram apenas 11, desses, 04 eram mulheres.

Dona Ana, conforme relato de sua filha, ainda se esforçou para estudar, chegou até freqüentar salas de aula, porém desistia porque tinha que trabalhar na tenda de latoaria e ainda fazer os serviços de casa. Segundo Dona Iraci,

> todo mundo ajudava no sustento da família, e os homens nas tendas também. O trabalho do homem era parecido com o trabalho da mulher, minha mãe fazia o processo da terra, colocava os molde e socava, ai virava e raspava... minha mãe fazia o que os outros fazia e, além disso, tinha o trabalho de dentro de casa. Ela tinha essa luta.

Esse relato demonstra a realidade dura de sobrevivência das mulheres, especificamente as mulheres negras em Rio de Contas. Dona Iraci nos contou que em um dia de trabalho a mãe sofreu um acidente na latoaria, ela tomou um banho de um produto que era veneno e quase morreu.

Em relação à vida afetiva, Dona Iraci nos relata que a mãe,

> casou com um homem da roça, lavrador, continuou trabalhando na tenda, num tinha casa não, morava numa casa de palha, depois a casa pegou fogo e ela e o marido veio pra aqui, e ficou dedicando mesmo só a tenda, ai com 60 e tantos que ela deixou de trabalhar, ai ela começou com a barraquinha na feira com cafezinho, fazia cocada.

Como visto, era comum o trabalho da mulher negra em Rio de Contas, ela estava no espaço público e privado ao mesmo tempo. Após a queda do ouro a população de Rio de Contas sobreviveu do artesanato. Na cidade havia muitas tendas, porém o “[...] serviço é muito árduo, trabalhava a vida toda e num tinha dinheiro, trabalhava pra comprar os alimentos e não sobrava e dos netos ninguém quis, eu aprendi essas coisinhas” (Relato de Dona Iraci).

Sobre Dona Eufrosina, a neta relata que:

> no meu tempo que eu conheci, ela sempre foi uma mulher guerreira, batalhadora, ela trabalhava não só no serviço da tenda, mas também nos serviços extras, pois ela tinha assim, aquela energia, às vezes ensinava os filhos a trabalhar todos na tenda. Nisso ela pegava outro trabalho, outros como lhe falei que naquela época tinha os marchante né, que num era marchante, na época, eu num sei, ela pegava aquele trabalho de pegar aqueles patos e destrinchar e depois devolver para os donos. Era uma troca né de fazer aquele

> trabalho, ela teve 20 filhos e só permaneceram 11. Ela teve caso com outros homens, além do marido, eu não sei quando ele morreu.

Essa revelação da memória social de Dona Eufrosina mostra uma mulher que, de fato estava à frente da sua época. Dona Iraci conta que o respeito aos pais era muito grande,

> minha filha era tão severo, o respeito pelos pais, nem tudo as crianças podiam presenciar, às vezes elas tinham que se retirar, era um povo assim de uma tradição, não sei como, nem falar, mas valeu a pena porque hoje, hoje a gente tem muito que agradecer, não é?

Perguntamos a Dona Iraci se a avó havia conhecido Maria Brandão e ela replicou:

> conheceu, elas foram muito amigas, as duas eram quase do mesmo ano. Uma nasceu em 10 de maio de 1901 e a outra em 1900, a diferença de idade eu acho que era um ano, e ela tinha muita amizade, e era parentesco também, tinha um pouco de parentesco também, com a família.

Ao ser questionada sobre se já teria escutado a avó falar alguma coisa sobre Maria Brandão ela disse:

> é isso aí que eu passei e se teve outras coisas, com o passar do tempo, eu não me lembro mais, que é igual eu lhe disse, as coisas que elas conversavam a gente não presenciava, porque era sê sabe, era sigilo.

Dona Eufrosina, como dito anteriormente teve 20 filhos, destes apenas 11 sobreviveram, 04 mulheres e sete homens. As quatro mulheres trabalhavam na latoaria, na casa e pegava lenha no mato para vender, segundo Dona Iraci a lenha rendia dinheiro naquela época.

Dona Eufrosina, segundo Dona Iraci era uma pessoa corajosa e forte, “[...] na época em que uma de suas filhas engravidou, ela incentivou a filha a continuar com o filho”, essa realidade para a época em que ela viveu não era comum.

> não, não era comum, porque quando meu avô descobriu que minha tia tava grávida, porque ela foi trabalhar na casa de um juiz, aí só que o chefe, o prefeito na época, soube, aí ele teve uma conversa, só que minha avó não aceitou o que o superior queria, queria que ela tirasse o filho, - já que aconteceu, ele não respeitou a menina nova trabalhando, ele era juiz de direito, ela disse: - Já que aconteceu

> vamos em frente, Deus vai abençoar que ele vai nascer perfeito e vai me ajudar muito. Quem pediu para tirar foi o prefeito.

Indagamos se depois desse acontecimento a avó foi perseguida,

> se perseguiu foi por coisas banais, porque naquele tempo ela não dependia deles para o trabalho dela. A tenda era dela, a dirigente era ela. Tinha cinco tornos: a bigorna no centro e o trabalho ela comprava material não era na mão deles, o material vinha, igual eu te falei o material vinha, quem trazia eram outras pessoas.

Dona Losinha comprava a matéria-prima e revendia seus produtos para outras pessoas revender. A maior parte dos comerciantes que compravam seus produtos era de cor branca. Perguntamos se Dona Losinha e Dona Ana chegaram a garimpar ouro,

> Vó Losinha levava no Rio de Água Suja para garimpar, passava assim, uns períodos de 15 dias, para ajudar na manutenção, minha mãe disse que achava umas pepitas, e chegava aqui negociava, aí agora eu não sei quem eram as pessoas que compravam. Às vezes uns ficavam trabalhando e outros iam para a garimpagem lá.

Perguntamos a Dona Iraci se sua mãe, ao se casar, continuou a trabalhar na tenda

> trabalhava, até 65 anos eu acho, que minha mãe trabalhava, meu pai era do Marion, ela ia ficava dois dias e meio. Na quarta ela vinha, e ficava na quinta e sexta, trabalhava, aí na tenda. Meu pai era lavrador, trabalhava para um advogado da cidade, então quando a minha mãe casou é que foi morar lá na roça, lá o rancho pegou fogo, porque a casa era de palha, e aí pegou fogo nas coisas dela, aí ela falou: “a partir de agora não fico mais aqui, vou embora.

Dona Iraci nos mostrou a casa em que nasceu local onde funcionava a tenda e fez a seguinte descrição:

> a casa hoje é de um primo meu, é de meu tio Zezinho, tá tudo reformado ai hoje, mudou a estrutura aí hoje. A sala de visita era a tenda, e aí, na casa, tinha esse quarto que era onde eu nasci, e aí o segundo é uma salinha. Minha vó Losinha morava nessa casinha fechada, minha mãe ficou morando aí. Aí era a casa da tenda, tinha dois quartos, não tinha a sala porque você sabe que naquele tempo não tinha sala, e a sala de visita era a sala dos tornos, cinco tornos, caixão, com a terra que era para moldar, a bigorna no meio.

Dona Iraci foi criada na própria tenda, via tudo, observava sua avó trabalhar, conforme a testemunha,

> fui criada na tenda, minha vó já era velha não trabalhava, ela morreu aposentada, meu pai também já morreu aposentado, agora eu não sei a época que foi que começou a aposentadoria, a deixa dela foi, assim que teve a idade para aposentar, aí ela já foi deixando.

Dona Iraci também relata que nessa época a lenha foi um importante recurso para a família.

> também nesse período aí, aos domingos a gente passava lá no caminho do Marion, cortava lenha e, pra pegar, segunda, terça, quarta e quinta pegavam lenha no jegue, dois jegues, eu trazia o feixinho na cabeça, todos os dias eu trazia, quatro e meio a cinco, ia lá no Riacho do Rasgão, outra hora no Riacho Fundo e colocava essa carreia de lenha e quando chegava aqui tomava o café, minha mãe ia trabalhar na tenda, além disso, aí, tinha esse outro também que era para sobreviver.

Sobre seu pai, marido de Dona Ana, Dona Iraci relatou:

> meu pai só ajudava no final de semana. Depois que a meia ia ficando mais escassa, ela começou uma barraquinha na feira e essa barraquinha era de café, e aí tinha as festas na zona rural, a gente ia em algumas, mas continuava com a tenda também.

A tenda hoje não existe mais, Dona Iraci nos contou que não sabe da data de quando ela deixou de funcionar. Dona Losinha faleceu no ano de 1982, com 81 anos e Dona Ana Avelina da Silva morreu em 1985 aos 69 anos de idade. Dona Iraci neta e filha dessas mulheres latoeiras, no momento da entrevista tinha 68 anos e é professora aposentada.

Hoje ela está escrevendo uma espécie de texto sobre sua vida e sobre algumas pessoas que conheceu na sociedade de Rio de Contas. É muito interessante ler cada parágrafo porque ela retrata aspectos da vida cotidiana de várias pessoas, e em particular da sua e de sua família. Essa é outra história.

6.4 AURORA DE LIMA OLIVEIRA (1935 – 1988)

FIGURA 17: Foto Aurora de Lima Oliveira, Comunidade de Mato Grosso – Rio de Contas – Bahia (data desconhecida).

FONTE: Arquivo pessoal da família. Trabalho de Campo, 2015.

Nascida a 31 de janeiro de 1925. Ao começarmos falar sobre Dona Aurora, vamos fazer um breve relato sobre a Comunidade da qual fazia parte. Dona Aurora nasceu e se criou no Povoado de Mato Grosso, o primeiro povoado aurífero do Município de Rio de Contas. Conforme documentos do APMRC a criação remonta ao século XVIII.

Para Gomes (1952, p. 225), o Arraiá de Mato Grosso surgiu por uma intensa migração de pessoas em busca do ouro no Vale da Serra do Tromba e na nascente do Rio de Contas, “Foi o ouro, o fator que nos começos do século XVIII determinou o início de ocupação desta zona até então deserta” (p.227) e “[...] cujas jazidas Sebastião Raposo acompanhado de sua família descobriu em 1722(23)” (p. 225).

Ainda segundo Gomes (1952),

> revelada por paulistas as primeiras riquezas minerais baianas, correntes migratórias das mais afastadas vilas da província, engrossadas por portugueses e estrangeiros que de Portugal rumavam para o Brasil em busca dos novos El Dourados convergiram para as minas baianas [...] (p. 228).

Essa formação populacional, juntamente com a exploração do ouro concorreu para que povoados e vilarejos fossem criados de uma forma acelerada (GOMES, 1952). Nesse sentido, o povoado de Mato Grosso foi criado tendo essas características na sua formação populacional, basicamente uma comunidade de portugueses. O povoado “[...] surgiu com as primeiras descobertas do ouro em terras baianas, nos começos do século XVIII” (GOMES, 1952, p. 231).

A decadência do ouro provocou uma forte queda na importância dessa região e por isso, “[...] estabeleceu-se a agricultura como principal base econômica para a sua subsistência” (GOMES, 1952, p. 231). Portanto, Mato Grosso é a mais antiga comunidade da região das minas, mais antiga que Rio de Contas.

Conta-se que a origem da população dessa comunidade estaria relacionada com a região de Mafra em Portugal, daí advêm o sobrenome da maioria dos moradores do povoado. Todavia, em visita à cidade de Mafra (Portugal) e em conversas com os moradores não encontramos nenhuma família de sobrenome Mafra, é claro que seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para fundamentarmos tal afirmação.

No entanto, Ferreira (S/ANO NA REFERÊNCIA, p. 01 e 14) realizando um estudo sobre a “Transmissão de sobrenomes entre luso-brasileiros: uma questão de classe” nos diz que há casos em que se abdica do sobrenome e usam-se nomes da cidade de origem:

> é o caso do Alferes José Maria da Cunha, natural de Lisboa, que acrescenta o nome da capital portuguesa ao seu nome. Seu filho, também alferes, terá o nome de João Maria da Cunha Lisboa. Já os seus filhos e descendentes abandonaram o nome Lisboa e ficaram só com o Cunha. Já a família Mafra iniciou com José da Silva Mafra, nascido em Mafra, Portugal, que era filho de Domingos Delgado. José abandonou o Delgado e assumiu o sobrenome duplo que perdura há mais de duzentos anos.

A pesquisa sobre a história dessa comunidade nos possibilita compreender a sua cultura, o modo de vida e as tradições que envolvem a memória social de uma população que concebeu a família e seus conhecimentos como base para a organização do povoado. Atualmente, a economia do Povoado está baseada na agricultura e possui uma população de
2.550 habitantes aproximadamente.

Assim como na Barra e no Bananal, a população de Mato Grosso casasse entre si. É muito comum, de acordo com os testemunhos, ter casos de que o homem que migrou para a cidade de São Paulo, retornar para casar com uma mulher do povoado. A base para isso seria a segurança que as mulheres do povoado proporcionam. Essa realidade vem sendo transformada, ainda que de forma pequena, contudo a tradição em sua maioria ainda persiste.

Portanto, é neste cenário que Dona Aurora de Lima Mafra Oliveira viveu.

FIGURA 18: Casa onde viveu Dona Aurora Oliveira, no Povoado de Mato Grosso Município de Rio de Contas – Bahia, 2015.

FONTE: Trabalho de Campo, 2015

Uma mulher que, segundo seu irmão, Senhor Jonas Antonio Mafra (2015):

> possuía apenas o primário, foi professora contratada pela prefeitura, ministrava aula em um prediozinho ou então na casa dela em uma pequena sala. Não teve filhos. Foi casada por duas vezes, ficou viúva do primeiro casamento e casou-se com um homem mais novo que ela.

Conforme arquivo de fotos da família, Dona Aurora foi professora da maioria da população adulta com idade acima dos 30 anos na Comunidade (FIGURA 19, p. 203).

FIGURA 19: Turmas de alunos de Dona Aurora e outros professores da Comunidade de Mato Grosso-Rio de Contas - BA.

FONTE: Arquivo pessoal da família. Trabalho de Campo 2015.

Em entrevista com a Senhora Ana Angélica Silva Mafra (2013), 35 anos de idade, sobrinha de dona Aurora, ela nos disse que a importância da tia baseava-se pela forma de tratamento concedido às pessoas do Povoado e de povoados vizinhos, como a Barra e Bananal:

> minha tia era uma mulher muito boa, ela era dona de casa, trabalhadora de casa e professora, uma excelente professora. Não fui aluna dela, mas pude ver o trabalho dela na educação enquanto criança.

Conforme Dona Ana Angélica a tia era professora e ministrava aula,

> em um prediozinho, eu me lembro que tinha um prediozinho no engenho, e ela dava aula lá né, quando não dava na casa dela. Eu me lembro que os alunos sentavam naquelas cadeirinhas, usavam o banheiro dela, ela sempre foi uma boa educadora, todos os que passaram por ela tinham respeito e aprendiam. Ela era uma pessoa muito carinhosa, muito dedicada ao que ela fazia, então é o que eu me lembro assim. Não fui aluna dela, então eu não tenho muitas lembranças.

Apesar de não ter sido aluna da tia, perguntamos sobre a origem das lembranças que ela tinha, se era próxima dela,

> era. Todos os dias eu ia à casa dela, era de manhã, de tarde, de noite, e eu não me lembro se ela ensinava dois turnos, só me lembro que ela ensinava de manhã e de tarde, e ainda tinha o Mobral também, eu me lembro que ela dava aula no Mobral, eu era bem pequenininha, aí era uma turma mais adulta que estudava com ela.

Dona Aurora, para a população de Mato Grosso, segundo dona Ana Angélica era:

> uma pessoa que trazia muita influência, tanto religiosa, como na educação. Ela fazia uns presépios muito bonitos, a casa dela e eu me lembro que a gente ficava muito tempo olhando esses presépios. Eu me lembro que os alunos também iam para lá para poder ver esses presépios e ela ficava mostrando tudo, todas as figuras, explicava tudo direitinho, o que cada uma delas significava no presépio. Era uma pessoa de muita fibra, uma mulher muito boa mesmo, que acolhia mesmo as pessoas na casa dela.

O acolhimento que Dona Aurora dava para as pessoas, segundo Dona Ana Angélica tinha uma influência educacional, mas também religiosa, “eu me lembro que ela ia muito a igreja, inclusive era ministra”. A influência de Dona Aurora ia além do povoado de Mato Grosso, havia pessoas da Barra, Bananal e do Jiló que tinham muito carinho por ela. Dona Maria de Lurdes do Bananal nos disse que em época de festas em Mato Grosso, quando o Padre não participava, Dona Aurora Chamava Sá Ana para rezar a ladainha em latim na Igreja Católica da Comunidade de Mato Grosso.

Assim, Dona Aurora foi uma mulher que atuou como protagonista no processo de organização da Comunidade de Mato Grosso. Ela foi a primeira professora com formação primária da comunidade, foi ela quem alfabetizou a maioria dos adultos da comunidade com idade hoje acima de 30 anos.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse ponto abordaremos sobre os nossos resultados seguindo as categorias que foram definidas anteriormente. Consideramos que essa parte do estudo traduz a representação de um momento em que se percebe que não há como copiar conhecimento, o que existe é a reconstrução de saberes que estão de certa forma, submersos na sociedade, nas interações e nas práticas sociais. Assim, por meio desses saberes que já é realidade, nos posicionamos para uma ordenação da reconstrução desse conhecimento de forma científica.

As categorias elaboradas se relacionam à realidade observada e à concepção da teoria crítica para o estudo sobre as mulheres, pois incorporamos a ideia de que a construção do conhecimento em relação aos estudos sobre as mulheres, não pode ser natural, racional e valorativo. A condição de sujeito deve ser para homens e mulheres, um conhecimento baseado numa concepção crítica/emancipativa. Conforme Philipp (1996, p. 58),

> en este mundo, el interés epistemológico emancipativo garantiza la interrelación entre el saber teórico y esa praxis de vida que apunta a una transformación de las represiones pseudonaturales llevando a la creación de circunstancias sociales razonables.

Para a construção da memória social as interações entre os sujeitos e suas comunicações são de suma importância para a constituição dessa memória. A memória, instituída no tempo e espaço, é estabelecida por essa atuação, em sociedade, uma ação cheia de significados e que pode gerar práticas sociais transformadoras. Nesse contexto, apresentaremos uma breve exposição das categorias de análise relacionando-as aos testemunhos e aos estudos realizados sobre as mulheres estudadas.

7.1 DEFINIÇÃO DO PAPEL FEMININO NA FAMÍLIA

O papel das mulheres, apontado pela maioria dos estudos feministas, no interior da família foi imposto pela própria condição da mulher, ao longo da história, ou seja, foi relegado a um plano de inferioridade. Essa relação é defendida pela

maioria das teorias e tornou-se como um aspecto institucionalizado e como a única verdade.

Nessa pesquisa foi verificado que as mulheres estudadas possuíam um papel de suma importância no seio familiar. Todos os testemunhos foram unânimes ao relatarem sobre os papéis que estas mulheres possuíam na família, um papel valorizado, de provedoras, de chefes de família, já que algumas não possuíam maridos. Essa realidade pode ser comprovada por alguns trechos dos testemunhos:

Sobre Maria Brandão:

> [...] para procurar um meio de melhorar o seu sustento e da sua família [...].
> [...] Ela montou a pensão onde ela começou lutar [...]
> [...] Como Maria Brandão não tinha. Essa posição dela começa na família [...]

Sobre Ana Helena:

> [...] ela era solteira, morava com a família [...] todo problema da família tinha que ser resolvido com ela.

Sobre Dona Ana Silva:

> casou com um homem da roça, lavrador, continuou trabalhando na tenda, num tinha casa não, morava numa casa de palha [...]

Assim, observamos que para essas famílias o papel da mulher não era o da dona de casa apenas, mas a de chefes de suas famílias, de provedoras. Eram mulheres que necessitavam manter suas famílias, mesmo possuindo maridos elas trabalhavam e ajudavam no sustento da casa.

Ressaltamos também que, tanto Maria Brandão como Aurora Oliveira ficaram viúvas novas e se casaram novamente, no entanto não deixaram de ter posições na família, elas permaneceram ajudando no sustento da mesma e tomando decisões importantes no seio familiar.

A posição dessas mulheres na família foi tão evidente que até os dias atuais, o marido viúvo de Dona Aurora Oliveira, que na época era mais novo do que ela, ainda mantém fotografias dela na estante da casa onde vive com sua nova família e ainda conserva intacta a casa onde viveram.

7.2 DEFINIÇÃO DO PAPEL FEMININO NO ESPAÇO SOCIAL DA COMUNIDADE

A análise dessa categoria foi uma das mais marcantes para essa pesquisa, pois nos ajudou a perceber que essas mulheres, de acordo com a memória social, desempenharam papéis importantes na comunidade.

Aurora Oliveira era uma professora primária, contratada pela prefeitura do Município de Rio de Contas para ensinar crianças e adultos nas décadas de 1970 a 1980 a ler e escrever. Todavia, possuía apenas o Ensino Fundamental I, a maioria da população do povoado foi alfabetizada por ela, pois ela foi a primeira professora que pertenceu à comunidade de Mato Grosso.

Dona Ana Helena, foi identificada de “a patrona”, uma mulher que os povoados da Barra e Bananal jamais se esquecem, a mulher sábia, rezadeira, benzedeira, conselheira de famílias. De acordo com testemunhos, com a morte de Ana Helena os povoados do Bananal e da Barra perderam a referência de uma mulher dotada de sabedoria, uma sabedoria que não provinha de uma educação formal, mas de um conhecimento prático, adquirido pela vivência de uma mulher que foi a protetora de uma comunidade.

Recorremos também às falas sobre Maria Brandão, “a mulher comunista e que foi para a Rússia”, uma mulher com características e temperamento intensos. Foi ela quem ajudou na abertura da estrada que liga a cidade de Rio de Contas a cidade de Livramento do Brumado, ela também incentivou alguns estudantes da cidade a irem estudar em Salvador e morar em sua pensão, tinham estudantes que nem pagavam pela hospedagem por não terem condições e ela os ajudava.

Em relação à Ana Silva e a Eufrosina Silva, mulheres latoeiras, podemos perceber que os papéis desempenhados por elas junto à comunidade foi se suma importância, pois como Dona Eufrosina possuía uma tenda de latoaria ela ajudou juntamente com sua filha Ana e demais filhos, na produção artesanal da cidade de Rio de Contas. O artesanato foi e ainda continua a ser uma importante fonte de renda para o Município após a decadência do ouro.

Dessa forma, podemos perceber que a participação política e econômica das mulheres estudadas na sociedade de Rio de Contas e para as comunidades de Bananal e Mato Grosso foi de grande relevância para a organização dessa sociedade. Essas mulheres negras e brancas com pouco ou nenhum estudo avançaram ao longo das suas histórias contra um processo contraditório na vida das mulheres de nosso país.

Elas puderam demonstrar que independente da cor ou de uma condição financeira, o papel delas, a participação como sujeito no espaço social foi de fundamental importância para o entendimento de que na memória social há muitas histórias a serem rememoradas.

As mulheres pesquisadas não foram passivas, elas também atuaram como protagonistas de uma história social complexa, onde os sujeitos não são apenas homens, mas também mulheres que possuem uma atuação emancipativa em um processo histórico e social.

7.3 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DA FAMÍLIA

Como foi abordado no tópico 6.1, as mulheres pesquisadas ajudaram na provisão da família, pois trabalhavam no espaço público. De acordo com os testemunhos, as atividades desenvolvidas pelas mulheres na conjuntura familiar eram consideradas como parte integrante de uma totalidade.

As atividades cultivadas pelas mulheres estudadas não ficaram relegadas ao espaço privado e nem sob o comando do poder masculino. As mulheres possuíam liberdade para desenvolver qualquer tipo de atividade no contexto da família e fora dela. Isso é o que relata um testemunho sobre a vida de Ana Silva e sua mãe Eufrosina Silva:

> todo mundo ajudava no sustento da família, e os homens nas tendas também. O trabalho do homem era parecido com o trabalho da mulher, minha mãe fazia o processo da terra, colocava o molde e socava, ai virava e raspava... Minha mãe fazia o que os outros fazia e, além disso, tinha o trabalho de dentro de casa. Ela tinha essa luta.

Esse relato sobre o trabalho desenvolvido por mãe e filha na tenda de latoaria da família é um exemplo de que as mulheres dessa família exerciam as mesmas atividades que os homens e ainda cumpria com o trabalho da casa. Essas mulheres ganharam espaço e demonstraram que eram capazes de cumprir com as mesmas atividades que eram desenvolvidas pelos homens da família.

As mulheres estudadas não permaneceram numa condição de mais um arranjo familiar, uma situação em que as necessidades e demandas familiares são remetidas para as mesmas. Elas lutaram por suas famílias, sustentaram ou foram provedoras das mesmas. Elas partilhavam do espaço privado e público ao mesmo

tempo, estavam sempre dispostas a fazer o que era necessário para proteger e suprir as necessidades da família tanto no espaço privado como no público.

7.4 AS ATIVIDADES PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NO ESPAÇO PÚBLICO DA COMUNIDADE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO COM OS HOMENS DA FAMÍLIA E NO ESPAÇO SOCIAL PÚBLICO DA COMUNIDADE

Como foi analisado anteriormente, Dona Ana Silva trabalhou desde criança para ajudar no sustento da família. Na tenda de sua mãe, Eufrosina Silva, não havia distinção de gênero, todos deveriam trabalhar e cumprir com as atividades para o custeio da família. Assim, sobre Dona Eufrosina Silva foi relatado que: “[...] ela trabalhava não só no serviço da tenda, mas também nos serviços extras, pois ela tinha assim, aquela energia, às vezes ensinava os filhos a trabalhar todos na tenda”.

Além de ensinar os filhos no trabalho da tenda de latoaria, Eufrosina Silva e Ana Silva realizavam negócios com os vendedores de latão e com os comerciantes que compravam as peças produzidas em sua tenda para vender. Como complemento para a renda familiar, elas garimpavam ouro e retiravam lenha da natureza para comercializar.

> Vó Losinha levava no Rio de Água Suja para garimpar, passava assim, uns períodos de 15 dias, para ajudar na manutenção, minha mãe disse que achava umas pepitas, e chegava aqui negociava [...] Às vezes uns ficavam trabalhando e outros iam para a garimpagem lá.

Essas mulheres, mesmo com a condição social que lhes foi atribuída, foram negociantes na produção de artesanato em Rio de Contas, essa função era conferida apenas para os homens, o que pode ser comprovado pela quantidade de tendas no Município, tendo os homens como proprietários.

De acordo com o testemunho, a garimpagem do ouro era uma atividade comum na família, Dona Eufrosina (Losinha) além de ir com a filha Ana Silva também levava outros filhos homens para essa atividade, enquanto outros permaneciam na tenda, trabalhando. Verifica-se que a ordenação da família era também uma atribuição das mulheres. Essa realidade pode ser verificada em relação à Ana Silva que mesmo estando casada permaneceu trabalhando na tenda de sua mãe e exercendo as mesmas funções.

> [...] minha mãe trabalhava, meu pai era do Marion, ela ia ficava dois dias e meio. Na quarta ela vinha, e ficava na quinta e sexta, trabalhava aí na tenda. Meu pai era lavrador, trabalhava para um advogado da cidade, então quando a minha mãe casou é que foi morar lá na roça, lá o rancho pegou fogo, porque a casa era de palha, e aí pegou fogo nas coisas dela, aí ela falou: “a partir de agora não fico mais aqui, vou embora.
> Meu pai só ajudava no final de semana. Depois que a meia ia ficando mais escassa, ela começou uma barraquinha na feira e essa barraquinha era de café, e aí tinha as festas na zona rural, a gente ia a algumas, mas continuava com a tenda também.

Nessa ordem, as funções desenvolvidas, no espaço público da comunidade e as relações de gênero com os homens da família e no espaço social público da comunidade, por essas mulheres destoam das características apresentadas pelos teóricos dessa temática que tem uma tendência a apresentar as mulheres como pacíficas diante de sua situação e restritas somente ao espaço doméstico.

Essas mulheres foram citadas pelos homens da sociedade de Rio de Contas como mulheres diferenciadas e que ocupavam papéis distintos e importantes: Maria Brandão era vista como revolucionária, uma mulher a frente do seu tempo que lutou contra as injustiças sociais, inclusive confrontando a homens da elite riocontense; Ana Helena foi a patrona, uma mulher tida como a protetora de sua comunidade. Ela foi respeitada por homens e mulheres e hoje, a sua ausência pode ser averiguada como um vazio para as comunidades, como foi dito por um homem do povoado da Barra: “mulher como Sá Ana é difícil, não existe”; Aurora Oliveira, mulher a frente de outras de sua época, estudou até a quarta série e ensinou, durante muitos anos, a homens e mulheres a ler e a escrever, inclusive de forma filantrópica. Era costume levar alguns alunos para sua própria casa para ajudá-los em suas dificuldades escolares, tendo inclusive um espaço disponível para a execução dessas atividades. Hoje é lembrada pelos moradores da Comunidade de Mato Grosso como a mulher que os ensinou a ler e a escrever, mesmo com as dificuldades que possuía com a falta de estrutura da época.

Portanto, as mulheres estudadas romperam com as definições que são conferidas às mulheres, porém não podemos dizer que não havia outras como elas, resguardando as devidas proporções, as mulheres pesquisadas podem, de certa forma, refletir uma característica das mulheres das camadas menos abastadas da população brasileira.

Partindo dessa concepção, nos seis capítulos constituídos nessa tese, estabelecemos caminhos para a compreensão do objeto de estudo e pontuamos, por meio de um quadro conceitual teórico, alguns diálogos através do conhecimento sobre as mulheres. Na primeira parte, teórica conceitual, foi imperativo conhecer o processo histórico do conhecimento das mulheres e a luta por seus direitos como uma base epistemológica para as discussões dos capítulos seguintes.

Nesse capítulo compreendemos que existem contradições nos estudos apontados pelas teorias feministas. Para as teorias da diferença e da igualdade a vida das mulheres estaria vinculada apenas à maternidade e ao cuidado. A maioria das teorias apenas aponta a diferença do modelo de sociedade masculina e as diferenças de sexo.

Durante muitos anos, as teorias feministas não abordavam sobre as mulheres pobres, sejam elas negras ou brancas. As mulheres que foram líderes do Movimento pelos Direitos das Mulheres, em sua maioria possuíam uma posição social, eram escritoras, mães, leitoras, mulheres que viviam nas cidades. A base de discussão clássica do Movimento Feminista aponta para a compreensão de que as mulheres não estão no espaço público, e que seria necessário conquistar esse espaço para ter uma igualdade com o homem.

Essa realidade não condiz com os testemunhos de vida das mulheres estudadas. No entanto, mesmo estando no espaço público, essas mulheres não eram vistas pela Ciência como sujeitos, por isso suas histórias não foram escritas, permanecendo invisíveis para a história. É claro que esse ponto é um dos aspectos que o Movimento Feminista tem lutado durante muitos anos.

O estudo apontou também para a necessidade de dar voz às memórias femininas, mulheres simples da sociedade, que possuem experiências. Essa referência se faz necessária pela compreensão de que essas mulheres não são apenas detentoras de diferenças físicas e emocionais, mas também em suas ações com uma sociedade que é estratificada e preconceituosa pela condição social e econômica de homens e mulheres. Portanto, é necessário entender que essa sociedade, composta por homens e mulheres produzem, dia a dia, suas memórias em um espaço social seja ele público ou privado.

A articulação entre memória e espaço social possibilitou um conhecimento e a inserção da Geografia, sobretudo da Geografia Social como um campo do saber para o entendimento de que os espaços são criados e recriados pela sociedade,

gerando muitas vezes, espaços sociais de pertencimento axiológicos como os espaços vividos pelas mulheres. Contudo, percebemos que a Ciência Geográfica ainda é muito carente de estudos dessa natureza, mas foi de suma importância para a reflexão do espaço público e do espaço privado, lugares tão discutidos pelo Movimento Feminista, sem, contudo ter um cunho geográfico.

O estudo também possibilitou um novo olhar para a Geografia Social como um campo do saber que pode oferecer novas concepções para o conhecimento sobre as mulheres, para as transformações sociais ocorridas, o seu papel na sociedade, a sua participação política, a produção de novos espaços sociais realizados pela prática social das mulheres e as novas nuances do espaço privado e público, sobretudo a partir do século XIX. A Geografia necessita compreender que o modo de produção alterou o padrão de vida da sociedade e com tais mudanças, as mulheres, os lares, as famílias e os papéis dos sujeitos que estão inseridos na produção do espaço estão sendo transformados dia a dia numa conexão para a (re) construção de novas memórias e a rememoração de um passado que se foi, mas que pode ser recordado.

Esse contexto se instituiu por aceleradas e densas transformações no que diz respeito aos novos arranjos sociais no tempo e no espaço e no ritmo de vida, por isso, tornou-se imprescindível a reconstrução da memória feminina. De acordo com o que foi descrito, o espaço é, para a Geografia Social, numa visão crítica, o ambiente de vida das mulheres, dos homens, dos idosos e das crianças, ou seja, o meio social, produzido por meio das relações sociais, um lugar onde o aspecto econômico não é o único determinante.

Vale ressaltar que, nessa tese não abordamos o preconceito racial, já que a maioria das mulheres estudadas é negra e sofre com tal discriminação. Esse ponto não foi desenvolvido porque não haveria tempo hábil para aprofundar as questões que dizem respeito a essa situação. Outro ponto preponderante é que, tanto as mulheres negras como as de cor branca sofrem discriminação e como há nesse trabalho, a presença de uma mulher branca e o objetivo era demonstrar que independente da cor, da condição social dessas mulheres, elas foram referência para a sociedade de Rio de Contas. Sendo assim, procedemos à pesquisa, mesmo ciente dessa condição.

7.5 A COMPROVAÇÃO DAS HIPÓTESES

As hipóteses elaboradas para o trabalho possibilitaram um olhar crítico para o objeto e a oportunidade de estabelecer bases para contradizer a maioria das teorias feministas Nesse sentido, pontuaremos as hipóteses que foram eleitas para estabelecer relações entre a base teórica escolhida e os resultados da pesquisa.

Hipótese Central: As mulheres estudadas nessa tese foram referência para a sociedade de Rio de Contas no que diz respeito à participação na sua organização, considerando-se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Quando Michelle Perrot (2006) escreve sobre “Mi historia de las mujeres”, começa nos dizendo que: “LA PRIMERA historia que quisiera contarles es la de la historia de las mujeres” (p. 13). Quando lia seu livro essa frase me chamou muita atenção, pois ainda há muito que se estudar, que rememorar sobre a história das mulheres. De fato, como nos diz a autora, uma história que posso também, ao mesmo tempo, ser testemunha e protagonista, pois sou uma mulher.

A hipótese central do trabalho afirma que a sociedade de Rio de Contas faz referência às mulheres como participantes da organização dessa sociedade. Esse fato foi comprovado por meio dos testemunhos e das entrevistas realizadas. Nas narrativas foi evidente a reafirmação de que as mulheres investigadas eram batalhadoras, mulheres de fibra, valentes, sábias, dotadas de conhecimento, que não se calavam diante das injustiças sociais. Foram mulheres que, independente da classe social, estão sendo reconhecidas por homens e mulheres como sujeitos que desempenharam seus papéis junto à sociedade.

Mulheres que ficaram para a história, que romperam com a discriminação e o preconceito que lhes era imputado é o caso de Maria Brandão, Dona Eufrosina e Dona Ana. Como foram contemporâneas, juntas, viveram períodos difíceis na cidade de Rio de Contas, mas não deixavam de abrir novos caminhos, novas perspectivas para elas e suas famílias. A seguir, apresentamos alguns trechos que podem comprovar isso:

> Sobre Maria Brandão: Cresceu lutando, trabalhando, ela nunca gostou de ser dominada pelos outros, essa família sempre foi assim, sempre quis ser autônomos, dizia ela que era porque o pai dela foi

> criado como escravo e que ela não queria isso pra ela. Ela estudou nesse sobrado, até construir o Barão de Macaúbas (CRISÂNTEMO).
>
> Sobre Dona Eufrosina: No meu tempo que eu conheci, ela sempre foi uma mulher guerreira, batalhadora, ela trabalhava não só no serviço da tenda, mas também nos serviços extras, pois ela tinha assim, aquela energia, às vezes ensinava os filhos a trabalhar todos na tenda. Nisso ela pegava outro trabalho, outros como lhe falei que naquela época tinha os marchante né, que num era marchante, na época, eu num sei, ela pegava aquele trabalho de pegar aqueles patos e destrinchar e depois devolver para os donos. Era uma troca né de fazer aquele trabalho, ela teve 20 filhos e só permaneceram 11. Ela teve caso com outros homens, além do marido, eu não sei quando ele morreu.
>
> Sobre Dona Ana Avelina: Minha mãe é Ana Avelina da Silva, ela era latoeira, minha mãe nasceu no dia 09 de dezembro de 1916. Ela trabalhava na tenda de latoaria, aqui. Minha mãe só tinha um casal, eu e um menino, Israel. Eu fui uma pessoa que comecei a trabalhar quase com cinco anos, as coisas eram assim caseiras né, e pegava muita lenha e com isso a gente não tinha muita liberdade assim de sair, às vezes ia à igreja, mas só ia acompanhada.

Essa realidade revela que a memória social de Rio de Contas remete para a escrita de uma nova História, tendo também como protagonistas mulheres pobres que submergiram da invisibilidade para fazer parte de uma memória social que não está nos arquivos ou nos documentos, mas na memória de vida de uma sociedade cheia de tradições.

Primeira hipótese secundária: O protagonismo social destas mulheres aponta para uma visão diferente da existente nos documentos oficiais e nos arquivos. Observa-se um importante desenvolvimento e o exercício de funções sociais na comunidade, sem as quais, a vida em sociedade torna-se inexplicável.

Essa proposição foi uma das mais marcantes na memória social da população de Rio de Contas. As mulheres estudadas não possuíam o comportamento básico feminino que foi observado nos documentos e jornais do APMRC. Parece que na escrita dos textos, o quadro social é completamente diferente daquele vivenciado e experienciado por essas mulheres. As mulheres estudadas não são “o tipo da mulher ideal” que foi abordado pelo Jornal O Cinzel, pois elas não possuíam o estilo de vida que foi tão desejado pelo editor do jornal.

Essa realidade, explanada nos documentos, exprime a representação feminina para a sociedade local, um padrão de mulher de uma classe abastada que vive no e para o espaço privado/doméstico, uma mulher dotada de fragilidades, no comportamento e nas atividades cotidianas.

Esse cenário não reflete o estudado, as mulheres contempladas na pesquisa não possuíam os atributos explanados pelo jornal, elas não eram mulheres que vivenciaram o espaço apenas privado, pois necessitavam do espaço público para manutenção e sustento da família.

Segunda hipótese secundária: O protagonismo e a participação social das mulheres estudadas no espaço público de Rio de Contas, participação que não se tem conhecimento é considerada absolutamente fundamental para compreender esta sociedade e sua história.

A memória social das mulheres também se configura na história da sociedade, isso porque as experiências de vida, os trabalhos, a luta diária pela casa, pela família, por suas vidas se revestem de forma particular em ações da própria sociedade, a memória feminina está diretamente articulada ao seu papel no espaço social.

Dona Ana Avelina e Dona Eufrosina além de mulheres latoeiras, também garimparam ouro e foram artesãs, contribuindo de forma direta para a economia do Município. Os espaços ocupados por essas mulheres eram diferenciados, pois partilhavam do espaço público e privado e possibilitaram à sociedade a manutenção de um padrão social e a produção e reprodução do próprio espaço social.

O exemplo de Dona Ana Helena (Sá Ana) e Dona Aurora na zona rural do Bananal e de Mato Grosso respectivamente, nos faz pensar em um padrão de mulher trabalhadora, atuante em suas comunidades, mulheres que não se conformaram com as desigualdades, que ensinaram que exerciam papéis de autoridade, papéis de suma importância para a sociedade local no que diz respeito à saúde, à educação e a religiosidade.

Nesse sentido, a descoberta desse padrão se distancia das discussões propostas por algumas teóricas do Movimento Feminista, pois essas mulheres não foram invisíveis, elas transformaram as comunidades que viveram. Conforme relato de testemunhos sobre Sá Ana. Após a morte de Sá Ana, para Dona Lurdes,

> o povoado não foi mais o mesmo, ficou um vazio. [...] Os homens tinha muito respeito por ela, o que ela falava estava falado, ela dizia assim: Ana Helena está falando! Ela tinha influencia entre os homens pra decidir as coisas na comunidade. Naquele tempo não tinha muitas reuniões que tem hoje, mas qualquer coisa que tinha uma desavença na família, todo mundo ia lá conversar com ela.

Sobre Dona Aurora, a sobrinha relata:

> minha tia era uma mulher muito boa, ela era dona de casa, trabalhadora de casa e professora, uma excelente professora. Uma pessoa que trazia muita influência, tanto religiosa, como na educação.

Essas narrativas demonstram que essas mulheres foram referências para suas comunidades, as pessoas confiavam, tinham segurança nas ações desenvolvidas por elas. Eram mulheres que a história da comunidade se entrelaça com as suas vidas. Esse aspecto se repete também com Maria Brandão, mesmo sendo discriminada, ela ocupa um lugar na memória social, ao falar sobre a passagem da Coluna Prestes em Rio de Contas as pessoas relacionavam com a sua militância política. Uma testemunha nos disse: “[...] aqui em Rio de Contas teve uma mulher negra, que foi comunista, revolucionária e foi até para a Rússia”. Foram mulheres que não tiveram suas vidas escritas, mas que permaneceram na memória social de suas comunidades.

Terceira hipótese secundária As mulheres estudadas assumiam na comunidade funções consideradas masculinas e os dados mostram como romperam com os papéis sociais de gênero tradicionais. Além disso, postulamos que essa questão é possivelmente extensível a outras mulheres da comunidade riocontense, isto é, nossa hipótese fala da existência de um protagonismo social das mulheres diferente do constatado nos documentos históricos oficiais e nos arquivos da comunidade estudada.

A militância política de Maria Brandão, a perseguição sofrida, a luta contra as injustiças sociais tanto em Rio de Contas quanto em Salvador, lhes conferiu uma condição diferenciada das demais mulheres da sociedade. Essas funções não eram assumidas por mulheres e sim pelos homens.

Além de Maria Brandão, temos Dona Eufrosina e Dona Ana, mãe e filha, mulheres latoeiras que trabalhavam em funções que eram aferidas como sendo para os homens. No entanto, elas não se furtaram a exercer essa função, produziam objetos de latão, comercializavam essas peças, garimpavam ouro e ainda pegavam lenha na mata para vender. Todas essas funções foram exercidas para ajudar no sustento da família, elas não se cansavam de trabalhar, não importava a função.

Em relação a Sá Ana, ela exerceu uma função bastante corajosa na comunidade quilombola, ela foi a “patrona” da comunidade. Sem ela não havia missas, rezas, não havia quem benzesse ou preparasse remédios para os doentes, conforme dados, esse exercício lhe atribuiu a função de autoridade na comunidade.

Sobre Dona Aurora, foi ela quem possibilitou a educação de quase todos os moradores mais velhos do Povoado do Mato Grosso. Além de ser educadora, mesmo possuindo até 5º ano do Ensino Fundamental I, ensinou várias crianças e adultos a ler e escrever. Há relatos que ela própria tinha dificuldades, mas não abriu mão, ainda que não existisse um prédio escolar a sala de sua casa se transformava em sala de aula.

Portanto, as mulheres estudadas construíram histórias, elas não são do “tipo ideal”, mas são mulheres que influenciaram gerações e que ofereceu uma nova visão sobre o papel das mulheres na sociedade. A função social exercida por essas mulheres promoveu a construção de novos espaços sociais e, dessa forma, a definição de novos papéis de gênero resultantes dos papéis sociais que antes eram exclusivos do homem. Por isso, ao participarem ativamente do espaço público e privado, ao mesmo tempo, foi-lhes reservado o direito de fazerem parte da organização da sociedade de Rio de Contas. Salienta-se que esse direito não foi concedido pela história local ou pelo reconhecimento das autoridades públicas, mas a memória social do Município as outorgou.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo realizamos uma discussão sobre a reconstrução das memórias de mulheres da sociedade riocontense, mulheres que vivenciaram um protagonismo e que por isso, participaram como sujeitos das transformações sociais, políticas e econômicas dessa sociedade cheia de tradições e contradições.

É importante enfatizar que a Memória e a Geografia Social nos deram condições de olhar para os espaços: público e privado e perceber as mulheres que até então se encontravam invisíveis aos olhos da História oficial, mas que estavam presentes na memória social de Rio de Contas - Bahia. As mulheres pesquisadas não foram escolhidas por nós, mas a sociedade riocontense que rememorou as suas memórias e as apontou como mulheres que foram importantes para a sociedade local.

Nesse sentido, esse estudo fundamentou-se numa perspectiva epistemológica do conhecimento científico das mulheres e do gênero – a tese situa - se na linha epistemológica dos estudos critico-ideológicos, conforme explicamos nos primeiros capítulos - e aporta para o conhecimento sobre o protagonismo social das mulheres negras e pobres, uma camada que foi bastante esquecida nas pesquisas científicas, mas também, nos dados históricos sociais, concretamente na memória social, em contextos socioculturais determinados, e em espaços geográfico-sociais.

O presente resultado e o enfoque realizado foram importantes porque contribuem para uma nova abordagem sobre a discussão do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira, que até então eram retratadas, de acordo com os teóricos dessa temática, como mulheres que não trabalhavam que não exerciam um papel no espaço público, exerciam funções estritamente domésticas.

Por conta disso, percebemos que essas teorias, na maioria dos seus estudos estavam retratando a realidade das mulheres da camada abastada deixando de fora as mulheres das camadas menos favorecidas. A nossa pesquisa vem fortalecer as discussões sobre o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira que vai além das do que foi descrito pela maioria dos teóricos e teóricas, e pelo que está registrado nos documentos históricos dos arquivos a respeito, das camadas menos abastadas.

A importância dessa tese se situa exatamente na reconstrução das memórias dessas mulheres que demonstramos ao longo do trabalho, pois as suas relações

eram muito mais complexas do que era apresentada pela teoria vigente. O que nos aponta ser essa uma visão reducionista em relação à realidade, pois em nossa pesquisa encontramos uma conjuntura divergente da que nos foi apresentada até então pelas teóricas do movimento feminista.

As hipóteses formuladas foram comprovadas e puderam estabelecer bases para um novo olhar nas teorias feministas que faz uma representação das mulheres, por meio de um processo histórico e social, que foi abordado no primeiro capítulo, como sendo alienadas, dominadas e pacíficas diante da sua condição social. Nesse sentido, as categorias eleitas estabeleceram analogias e puderam nos ajudar na constatação de que as mulheres estudadas foram referência para a sociedade de Rio de Contas e participaram ativamente no processo de organização, considerando os aspectos econômicos, políticos e sociais.

Essas mulheres lançaram base para um novo olhar, pois desempenharam papéis sociais como protagonistas, nos grupos sociais dos quais fizeram parte, tanto na família como na comunidade. Os testemunhos reafirmaram essas mulheres como: batalhadoras mulheres de fibra, valentes, sábias, dotadas de conhecimento, que não se calavam diante das injustiças sociais. Essas mulheres, independente da classe social, foram reconhecidas por homens e mulheres como sujeitos que exerceram papéis de extrema importância para a comunidade.

Mulheres que permaneceram na memória social, que irromperam com a discriminação e o preconceito que lhes eram atribuídos, pois não tinham uma conduta feminina que foi observada nos documentos e jornais do APMRC. Essa proposição foi marcante na memória social da população de Rio de Contas. As mulheres estudadas possuíam um protagonismo social relevante para o desenvolvimento e o exercício de funções sociais na comunidade. Foram mulheres que definiram ações sociais na comunidade de Rio de Contas, o que é completamente diferente daquele vivenciado e experienciado pelas teorias feministas que não abordaram sobre a vida das mulheres pobres e negras da sociedade.

As mulheres estudadas romperam com o papel do “tipo da mulher ideal”, a representação um padrão de mulher de uma classe abastada que vivia no espaço privado/doméstico, uma mulher dotada de fragilidades, no comportamento e nas atividades cotidianas. Por isso, na sociedade de Rio de Contas as mulheres pesquisadas ocuparam espaços femininos, mas também romperam com o papel

tradicional das mulheres e irromperam no espaço público extradoméstico. Diante disso, a memória social dessas mulheres, pode ser considerada como basilar para compreender a sociedade de Rio de Contas e a sua história.

Uma realidade que revela que, a memória social de Rio de Contas faz referência para a escrita de uma nova História, tendo como protagonistas mulheres pobres que submergiram de uma invisibilidade para fazer parte de uma memória social que não está presente nos arquivos ou nas fontes históricas.

Portanto, a memória social das mulheres estudadas se conforma à história da sociedade, isso porque suas experiências de vida, seus trabalhos, a luta diária pela família se revestiram de forma especifica em ações para a própria sociedade. Assim, a memória feminina estaria diretamente articulada ao seu papel no espaço social.

Nesse sentido, as mulheres estudadas foram referências para suas comunidades, os testemunhos apontaram que elas desenvolveram atividades consideradas masculinas na política e na economia e por isso ratificaram uma segurança nas ações praticadas pelas mesmas.

As mulheres estudadas edificaram histórias, elas não são do “tipo ideal”, como aquele idealizado nos documentos, literatura e arquivos, mas são mulheres que influenciaram gerações e ofereceram a possibilidade de uma nova visão sobre o papel das mulheres na sociedade, pois, a função social exercida por essas mulheres gerou a construção de novos paradigmas e espaços sociais e, desse modo, a demarcação de novos papéis de gênero resultantes dos papéis sociais que eram característicos do homem.

Ressaltamos ainda que, a escolha pela escrita das narrativas sobre as mulheres estudadas, dos testemunhos, oportunizou a visibilidade dessas memórias femininas para que possam ser lidas, refletidas e contextualizadas. Nesse sentido, esperamos um novo olhar para a história da cidade, uma nova forma de construção da sua história por meio da memória social, um espaço em que as mulheres também são protagonistas.

Nesse contexto, essa tese, passa a ser também, uma referência para os estudos da memória das mulheres no espaço social, pois constatamos que as mulheres participaram ativamente nos dois espaços, privado e público como latoeiras, educadoras, rezadeiras, benzedeiras e política. Com base nisso, constatamos que essas mulheres exerceram importantes papéis na sociedade

riocontense e fora desse contexto, como no caso de Maria Brandão que também teve participação política que extrapolou os limites do Município de Rio de Contas.

Outro aspecto que consideramos importante é que por meio desse trabalho novos pesquisadores e pesquisadoras que vierem a estudar sobre essa temática poderão municiar-se de uma nova perspectiva que foi principiada pelo presente estudo, no sentido de dar visibilidade à memória social, de suas tradições e de uma história que por muitos séculos permaneceu escondida nos registros da História, principalmente aos estudos que dizem respeito à participação das mulheres menos abastadas da sociedade brasileira.

Pensamos assim que é imprescindível seguir no caminho epistemológico que iniciamos com este projeto científico. Todavia, compreendemos que será necessário o levantamento de mais dados, de um maior conhecimento de outros espaços geográfico-sociais, não apenas do contexto brasileiro, que contribuem para uma memória social das mulheres, mas também de outros espaços geográficos. Há ainda, muitas memórias femininas a serem desvendadas em seus espaços sociais.

Um conhecimento que não está apenas visível na sociedade, mas também que pode se apresentar invisível aos nossos olhos, a depender dos interesses específicos do pesquisador e ou pesquisadora e de sua concepção teórica e política. Nesse trabalho, procuramos um caminho que proporcionasse a visibilidade de um modo de não apenas fazer metodologia científica, de cumprir com os paradigmas dogmáticos de um trabalho científico, mas nos inquietamos, na medida do possível, do fazer Ciência, de comprovar uma tese.

Em cada capítulo escrito, o objeto de estudo estava o tempo todo presente em nossa memória. As viagens de campo, as visitas aos arquivos, o estudo dos documentos, das fontes, a escuta das entrevistas, tudo isso possibilitou momentos ricos e uma interação entre pesquisadora, objeto e sujeitos.

Diante disso, gostaríamos de ressaltar que as discussões realizadas não estão acabadas, ainda paira nesse momento o desejo de ter aprofundado mais. Por isso, sabemos que essa parte não é mais uma página que se fecha, mas que se abre para um movimento dialético de questões que ainda necessitam ser respondidas e/ou comprovadas no futuro.

Ainda há mulheres invisíveis para a história oficial que marcaram o seu tempo e que por isso, necessitam ser estudadas. E é isso que a Ciência pode proporcionar

uma nova maneira do fazer história, da escrita, a rememoração de memórias que estão envoltas numa sociedade que a constituiu no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Português, Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, D.V. **Província da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra/MEC, 1979.

ALMEIDA, K. L. **Alforrias em Rio de Contas, Bahia** – século XIX. Salvador: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, 2006.

ARAKAWA, MªL.P. **As Minas do Rio de Contas**. Salvador- Bahia, 2006.

ARAUJO, H. C. As mulheres professoras e o ensino estatal. In: **Educação e realidade.** Mulher e educação. Vol. 15, nº 2, 1990.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Instituto Nacional do Livro. Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. **LIVRO 9**. CAP. 1, 608ª 33 – 608B – 17.

_____. **Metafísica.** IV, 5, 1009ª, 21; I, 2, 982ª, 15.

_____, **Historia Animalium**. livro 9, cap. 1, 608ª 33 – 608b 17.

AZEVEDO, P. O. D. et al. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia** – Monumentos e Sítios da Serra Geral e Diamantina. Salvador: SPHAN, 1980.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo** – fatos e mitos**.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.

_____. **O Segundo Sexo** – a experiência vivida**.** Tradução de Sérgio Millet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENJAMIN,W. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. **Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1987, p. 222-232.

_____. **Obras Escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 331 p.

BERGSON, H. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, E. **Memória e Sociedade:** Lembranças de velhos. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BURKE, P. **A Escola dos Annales** – a revolução francesa da historiografia. 1990, São Paulo, UNESP, 156 p.

_____. **Sociologia e História**. Porto, Afrontamento, 120 p. 1991.

CARLOS, A.F. **A cidade**. 8. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2005.

_____. **O lugar no/ do mundo**. São Paulo- SP: Labur Edições, 2007, 85 p.

CALADO, L. E. de F. **A cidade das damas**: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. Tese de Doutorado, Recife, 2006, 368 p.

CARVALHO, M.P.de. Sucesso e fracasso escolar, uma questão de gênero. In: SILVEIRA, MªL; GODINHO, Tatau. (Org.). **Educar para a igualdade**: gênero e educação escolar. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 179-192.

CASTRO, J. R. de. O Corta-braço: uma análise geográfica de uma obra literária. In: PINHEIRO, D.J.F; SILVA, M.A. (Org). **Visões imaginárias da cidade da Bahia:** diálogos entre a geografia e a literatura. Salvador: EDUFBA, 2004. 184 p. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

CORNELL, D; SEYLA, B. Além da política do gênero. In: CORNELL, D (Org.). **Feminismo como crítica à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 1987.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A.A. et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994. Coleção Momento.

COSTA, A.A.A. **As donas no poder:** mulher e política na Bahia. Salvador NEIM – UFBA. Assembléia Legislativa da Bahia. Coleção Bahiana, v. 02, 248p., 1998.

CRUZ, Mª. H. S. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. In: NEVES, P. S.C. (Org.). **Educação, cidadania e questões contemporâneas**. São Paulo. Editora Cortez. Ed. UFS. 2009.

CUNHA, T.R. A. **O Preço do Silêncio:** Mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista – BA, Edições UESB, 2007, 260 p.

DE DECCA, E.S. **O nascimento das fábricas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, p.31-50,1994.

D' INCARO, M.A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M.D. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves; revisão da tradução: Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (Coleção tópicos).

_____. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. 3. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003. – (Coleção tópicos).

DURKHEIM, Emile. Representações individuais e representações sociais. In: _____. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994. p. 9-54.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FARIA R.de M.; MIRANDA, M.L.; CAMPOS, H.G. **Estudos de História:** ensino médio. v. único. São Paulo: FTD, 2010.

FALCON, F. J. C. Os Impérios na Época do Imperialismo. In: SILVA, F.C.T. **Impérios na História**. São Paulo: Elsevier/Campus, 2009, p.200.

FERREIRA, J. C. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia – Typografia e encadernação do Diário da Bahia. Salvador – Bahia, 1893.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, M.D. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FREIRE, G. **Sobrados e Mucamos**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.125.

FREUD, S. **O Inconsciente**. 1915, EBS, v. XIV, Ed. 1996.

_____. Conferência. Nº 31. In: **Novas Conferências Introdutórias**. Editora Standard Brasileira, v. XXII,.1932.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Editora Plano, 2002, 86p.

GOBER, P. Why Abortion Rates Vary: A Geographical Examination of the Supply of and Demand for Abortion Services in the United States. In:. **Annals of the Association of the American Geographers.** pp. 230250, 1994.

GOMES. O Povoamento da Chapada Diamantina: Rio de Contas. In: **Revista do Instituto Geográfico da Bahia**. 1952.

GONDAR, J. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GOUGES, O. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. In: BONACCHI,G; GROPPI, A. (Org.). **O dilemma da cidadania –** direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1994.

GRUNTFEST,E. Geographic perspective on Woman. In: GAILE, G; WILLMOTT, C.(Orgs.). **Geography in America**. Columbus, Ohio: Merrill, 1990, p. 673-683.

GUGGISBERG.S. **Testemunho e memória:** a fragilidade da potência documental. Do Corpo: Ciências e artes, Caxias do Sul, v. 1, nº 3, 2013.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo-SP. Editora Loyola, 2004, 201p.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro - RJ, Tempo Brasileiro, 1980.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006, 224p.

_____. **Los Marcos Sociales de La Memória**. Trad. De Manuel A. Baeza y Michel Mujica – Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de La Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004. 431p.

HANSON, S. Geography and Feminism: Worlds in Collision? PresidentialAddress. In: **Annals of the Association of the American Geographers.** 82(4) 569-586, 1992.

HANSON, S;PRATT, G. **Reconceptualizing the Links Between Home and Work in Urban Geography**. Economic Geography Vol. 64(4) pp.299-321, 1988.

HOBSBAWN, E. J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 8. Ed, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

_____. **A Era das Revoluções**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL). **Informações Estatísticas:** Rio de Contas BA. 2010 e 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 09 fev. 2015.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo B. Moosburger. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003

LEFEBVRE, H. **The Prodution of space**. Massachusetts: Blackwell, 1974.

_____. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1992. [Production de l´espace, 1974].

_____. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace . 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão: início - fev.2006.

MALHEIROS, J. M. **Tendências recentes na Geografia Social**: o estudo dos grupos desfavorecidos**.** Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa. 1994.

MARX, K. **Luta de Classes e Luta Política**. 2004. In: www.marxists.org. Acesso em: janeiro de 2013.

_____. Contribuição da Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, In: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Tradução de Alex Martins. 2002b. São Paulo, Martin Claret.

_____. O Capital: crítica da economia política. **Livro I**: O processo de produção do capital. 1978.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 104 a 114.

MAWE, J**. Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MELLO, S. L. de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: **A Família Contemporânea em Debate**. Org. Maria do Carmo Brant de Carvalho – São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. 122p.

MENDEZ, Mª. C. P. Consciencia y Resistencia. La denuncia de la agresión masculina en la Edad Media. Universidade de Santiago de Compostela. In: **Investigaciones actuales de lãs mujeres y Del gênero**.Org.: Rita Mª Radl Philipp. Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2010. 295 p.

MCDOWELL, L. Doing Gender: Feminism, feminists and research methods human geography. In: **Transaction on the Institute of British Geographers.** 1992, vol. 17, n° 4, p. 399-416.

_____. Geographers and sexual difference: feminist contributions. In: JOHNSTON, Ron; WILLIAMS, Michael. **A century of British Geography**. New York: Oxford University Press, 2003, p. 603-623.

MENEGUELLO, C. e DECCA, E. de. **Fábricas e Homens**: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores**.** São Paulo: Atual, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORAES, A.C.R. **Geografia:** pequena história crítica. 19. ed. – São Paulo – SP: Annablume, 2003. 132p.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo – SP: Contexto, 2007, 188p.

MONTESQUIEU. **Cartas Persas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2005

_____. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MOTTA, A. B. de. **Reparando a falta:** dinâmica de gênero em perspectiva geracional. v. 10 de Coleção Bahianas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005. 216 páginas.

MOUFFE, C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: BONACCHI,G. GROPPI, A. (Org.). **O dilema da cidadania** – direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1994.

NEVES, E. F. **Sertanejos que se venderam**. Revista Afro-Ásia, 2001, pgs. 239-240.

_____. (Org.) **Sertões da Bahia:** Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural. Salvador: Arcádia, 2011. v. 1. 718 p.

_____.; MIGUEL, A. (Org.). **Caminhos do Sertão:** ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia**.** Salvador, Arcádia, 2007, p. 25-32.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. 2. ed. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NOVATO, Mª L. P. **Arquimimo**. GeE Criação e produção. 1997. Feira de Santana – Bahia.

OCHOA, M. M. Los estúdios sobre La memória y los usos del pasado: perspectivas teóricas y metodológicas. In: **Cuadernos de Ciencias Sociales,** Costa Rica de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Primera edición: febrero 2005.

OLIVA, J. T. A cidade como ator social. A força da urbanidade. In: CARLOS, A. F.; GERAIGES, L; AMALIA, I.(Org.). **Dilemas Urbanos:** Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERNOUD, R. **A mulher no tempo das catedrais**. Trad.: Miguel Rodrigues. Lisboa: Gradiva Publicações, Ltda, 1984.

PERREIRA, C.J. da C. Artesanato e arte popular Bahia. Serie III. **Cadernos de Desenvolvimento Econômico**, caderno 01, 1957.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, nº 18, pp. 09 – 18. 1989.

_____. **Mi historia de las mujeres**. Traducido por: Mariana Saúl. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2008, 248p.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, 1995. pp. 9-28.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro.Bauru: EDUSC; 2005.

_____. **Os excluídos da História:** operários, mulheres, prisioneiros. Trad.Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PHILPP, R. R. Questões epistemológicas sobre gênero: o debate atual. In: **Publicatio Ciências Humanas, Linguistica, Letras e Artes**. Vol. 16, No 1 (2008). Site: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/613.

_____. Aspectos epistemológicos de lãs investigaciones de lãs mujeres y Del gênero. In: **Investigaciones actuales de lãs mujeres y Del gênero**.Org.: Rita Mª Radl Philipp. Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2010. 295 p.

_____. **Sociologia Crítica**: Perspectivas Actuales. Ed: Sintesis. Espanha, 1996.

_____. **Mujeres e institución universitaria en occidente**: conocimiento, investigación y roles de género. 1996, Universidade de Santiago de Compostela, páginas 15 – 37.

_____. **Investigaciones actuales de las mujeres y del género**. Editorial: Universidad de Santiago de Compostela,2012, Espanha, 294p.

_____. Feminismo y conocimiento de las mujeres y del género. Rememorando su historia particular. In: **História, Memória e Educação**. LOMBARDI, J.C. et al (Org.) 2011, São Paulo, editora Alínea.

_____. Derechos gumanos y gênero. In: **Cad. Cedes**. Campinas, vol. 30, n. 81, p. 135-155, 2010.

PIRES, Mª.de F. N. Costureiras e Lavradores – escravos no Alto Sertão da Bahia durante o século XIX.In: **Anais do XVII Encontro Regional de História** – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 2004.

PLATÃO. Fédon. In: **Diálogos:** Fédon - Sofista - Político. Ediouro, s/d. Lisboa: Guimarães, 1990.

_____. **Diálogos**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1991. Coleção Os pensadores.

PRIORE, M. D. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005, p.121, 122, 123, 124.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. (Org.). 10. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Ao Sul do Corpo:** Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro, RJ: José Olímpio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

QUINTANEIRO, T. **Retratos de Mulher:** o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viageiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1993.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. e GROSSI, M. P (Org.). **Masculino, feminino plural:** gênero na interdisciplinaridade**.** Florianópolis, Rd Mulheres, 1998.

ROBERTS, J. M. **O livro de ouro da história do mundo**. Tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, 812p.

ROSA, C. A. de P. **História da ciência:** o pensamento científico no século XIX. 2. ed. Brasilia: FUNAG, 2012. 3ºv.

RIBEIRO. J. **Os"combatentes da paz"** – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Estudos Históricos*,* Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 261-283.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, T. V. Conhecimento, asserção, testemunho e dimensão social. In: **Epistemologia social**: dimensão social do conhecimento. MULLER, F.M. e RODRIGUES, T. V (Org.). Serie Filosofia 214, Edi. PUCRS, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001b.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: São Paulo em perspectiva – a violência disseminada. **Revista da Fundação Seade**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, out./dez. 1999.

SANCHES, N.P.L. **Os livres pobres sem patrão nas Minas do Rio das Contas – Ba –** Século XIX (1830-1870). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2008.

SANTANA, J. C. B. (Org.). **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**: Teodoro Sampaio. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **La naturaleza del espacio**: técnica y tiempo. Razón y emoción. Editora Ariel S.A. Espanha, 1ª edición, 2000.

SARDÁ, A.M. **La otra "politica de Aristóteles**. Barcelona: Icaria, 1988.

_____. Mujeres y ciencia: de la negación y la invisibilidad, a las aportaciones para la renovación de las Humanidades y las Ciencias Sociales en la era digital. In: PHILIPP, R. M. R (Org.). **Investigaciones actuales de las mujeres y del género**. Santiago de Compostela. 2010, 295p.

SCOTT, J.W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SILVA, T.Mª.G.da. Trajetória da Historiografia das mulheres no Brasil. In: **Politeia**: História e Sociedade. Vitória da Conquista – BA. V.08. nº 01. 2008. P. 233 – 231.

SILVA, V.A.C. Retratos de mulher, retrato do Brasil. **Revista de História**, Juiz de Fora, v.3, nº1. P. 147 a 149. 2010.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2006.

SOJA, E. **Geografia Pós-moderna**. Verso, Londres, 1989.

VALCÁRCEL, A. O feminismo é uma teoria política ou uma ética? In: BONACCHI,G. GROPPI, A. (Org.). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1994.

VAN ACKER, MªT.V. **Grécia**: a vida cotidiana na cidade-Estado. São Paulo: Atual, 1994.

VARELA, N. **Feminismo para principiantes**. Ediciones B.S.A., 2013, Barcelona-Espanha.

VENANCIO, R.P. Maternidade negada. In: **Historia das mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto. 2006. p. 189/202.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

REFERÊNCIAS DE FONTES DOCUMENTAIS:

A CIDADE. **O Cinzel**. Anno 1. Nº 02, Minas do Rio de Contas, 1ª de Fevereiro de 1913. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

A MULHER IDEAL. **O Cinzel**. Anno 05. Minas do Rio de Contas 25 de dezembro, 1917. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

ELEIÇÃO MUNICIPAL. **O Pequeno**. Nº 24, 02 de outubro de 1923. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

FEIRA DE ALIMENTOS. **O Riocontense**. Nº05, Minas do Rio de Contas, 30 de setembro de 1921. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

HIGIENE URBANA. **O Riocontense**. Minas do Rio de Contas, 1921 a 1922. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

MINAS DO RIO DE CONTAS. **O Cinzel**. Minas do Rio de Contas, 1913. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

MANIFESTO DO PCB. **VOZ OPERÁRIA**. Escrito por Luiz Carlos Prestes e publicado no dia 05 de agosto de 1950, p. 1, 2 – 4. In: RIBEIRO. J. Os "combatentes da paz" – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 261-283.

O DIVÓRCIO. **O Cinzel**. Anno 02. Nº 02, Minas do Rio de Contas, 10 de junho de 1914. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

O CASAMENTO. **O Cinzel**. Nº 09, 10 de junho de 1914. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.

SEMPRE. **O Pequeno**. Anno. 1923. Minas do Rio de Contas. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – Bahia.